

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Mario Luiz Fernandes

**REPÚBLICA DE PENAS E ESPADAS:
O DISCURSO DA IMPRENSA REPUBLICANA CATARINENSE
(1885-1889)**

Porto Alegre

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIO LUIZ FERNANDES

**República de penas e espadas:
o discurso da imprensa republicana catarinense
(1885-1889)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Orientadora: Dra. Beatriz Corrêa Pires Dornelles

PORTO ALEGRE

Abril 2007

FICHA CATALOGRÁFICA

F391r Fernandes, Mario Luiz , 1962-
República de penas e espadas: o discurso da imprensa
republicana catarinense (1885-1889) [manuscrito] / Mario Luiz
Fernandes. – 2007.
265 f .

Cópia de computador (Printout(s)).
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, 2007.
“Orientador: Prof^a. Dr^a. Beatriz Corrêa Pires Dornelles”.
Bibliografia e anexos.

1. Governo e imprensa – História. 2. Imprensa – Santa Catarina.
3. Jornalismo. 4. Imprensa – Brasil. 4. Imprensa – História. I.
Autor. II. Dornelles, Beatriz Corrêa Pires. III. Título.

CDU: 070.1

MARIO LUIZ FERNANDES

**REPÚBLICA DE PENAS E ESPADAS:
O DISCURSO DA IMPRENSA REPUBLICANA CATARINENSE
(1885-1889)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA

Porto Alegre, 09 de abril de 2007

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Beatriz Corrêa Pires Dornelles (PUCRS)

Prof. Dr. Francisco Rüdiger (PUCRS)

Profª. Dra. Sandra Brancato (PUCRS)

Profª. Dra. Lizete Dias de Oliveira (UFRGS)

Prof. Dr. Francisco Menezes (TUIUTI)

O homem é o único a lutar e até morrer pelos símbolos que cria, ou seja, por coisas ou sinais que representam a honra (nome, brasão, bandeira, doutrina), a riqueza (dinheiro, ações, jóias e terras), o prestígio social (títulos, condecorações, cargos).

Luiz Beltrão¹

¹ Teoria geral da comunicação. Brasília: Thesaurus Editora, 1980, p. 27)

À minha mãe Zélia, in memória.

À Delmarine, ao Guilherme e ao Gabriel, grato pela compreensão.

AGRADECIMENTOS

Os meus mais sinceros agradecimentos aos amigos Ediene e Danilo do Amaral Ferreira pelo apoio “logístico”. Às bolsistas de pesquisa Genielli Rodrigues, Daiane dos Santos e Deborah Boeira. À professora Beatriz Dornelles (orientadora). E a todos os amigos que compartilharam comigo a expectativa pela realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa investiga os modos de operação da ideologia na imprensa republicana catarinense entre 1885 e 1889. Tem como referencial teórico-metodológico a Hermenêutica de Profundidade proposta por John Thompson (1995) e, portanto, foi desenvolvida obedecendo as três fases que compõem o referido método: análise sócio-histórica; análise discursiva; interpretação/re-interpretação. Como forma de contextualizar a primeira fase, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a história da república no Brasil e em Santa Catarina, sobre a história da imprensa também em âmbito nacional e estadual, sobre os pressupostos teóricos do jornalismo e o conceito de ideologia. Para as segunda e terceira fases, foram analisados os artigos de fundo (editoriais) de quatro dos 20 jornais republicanos editados naquele período. Como resultado, foram identificados diferentes modos de operação e estratégias de ideologia em operação nas construções discursivas daqueles jornais.

Palavras-chave: Imprensa; Jornalismo; História da Imprensa; História do Brasil; História de Santa Catarina; Imprensa Catarinense.

ABSTRACT

This research investigates the operational manners of ideology in the republican press of the state of Santa Catarina between 1885 and 1889. Its theoretical, methodological reference point is the Depth Hermeneutics proposed by John Thompson (1995), and therefore, has been developed according to the three stages which consist the referred method: social historical analysis; speech analysis; interpretation/reinterpretation. As a way of contextualising the first stage, has been carried out bibliographical research about the history of Republic in Brazil and in the state of Santa Catarina, about the history of the Press in state and national scope as well, and about journalism theoretical assumptions and the concept of ideology. For second and third stages, have been analysed the leading articles (editorials) of four from the 20 republican journals edited in that period. As a result of that, have been identified different operational manners and ideology strategies in operation on speech constructions of that journals.

Keywords: Press; Journalism; History of the Press; History of Brazil; History of Santa Catarina; Press of Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	18
1.1. Natureza do jornalismo.....	20
1.2. Jornalismo de massa	25
1.3. Gêneros jornalísticos.....	27
1.4. A Hermenêutica de Profundidade como referencial teórico-metodológico	29
1.5. Conceito de ideologia.....	36
1.6. <i>Modus operandi</i> da ideologia nos meios de comunicação.....	41
2. A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA.....	46
2.1. A origem da república brasileira.....	49
2.2. O Manifesto e o Partido Republicano.....	54
2.3. A imprensa republicana.....	58
2.4. O 15 de Novembro.....	68
2.5. A República da Espada.....	71
2.6. A Guerra Civil.....	75
3. A REPÚBLICA EM SANTA CATARINA.....	80
3.1. Santa Catarina proclama suas repúblicas.....	81
3.2. O alvorecer republicano em Santa Catarina.....	90
3.3. Os clubes republicanos.....	94
3.4. O 15 de Novembro.....	98
3.5. A organização institucional.....	102
3.5.1. Governo Lauro Muller (1889-1894).....	103
3.6. A Revolução Federalista.....	111
3.7. A Revolta da Armada.....	115
4. IMPRENSA CATARINENSE: do nascedouro ao prenúncio da república	121
4.1. Primeira fase: o nascedouro.....	121
4.1.1 A turbulência oitocentista.....	123
4.1.2 Uma província em configuração.....	124
4.1.3 Nasce a imprensa em Desterro.....	126
4.1.4 Os ideais de Jerônimo Coelho e os primeiros jornais.....	127
4.1.5 A proliferação de jornais na capital.....	130
4.1.6 A imprensa de imigração na Colônia Dona Francisca.....	132
4.1.7 A imprensa política de Laguna.....	137
4.2. Segunda fase: o prenúncio da República.....	139
4.1.1 A imprensa no Vale do Itajaí.....	139
4.1.2 A imprensa no Planalto Serrano.....	142
4.1.3 A imprensa na região Oeste.....	143

5	O DISCURSO DA IMPRENSA REPUBLICANA CATARINENSE (1885-1889)....	151
5.1	Uma pena republicana antes de seu tempo?.....	153
5.2	A imprensa catarinense do final do século XIX.....	155
5.2.1	A imprensa no interior.....	159
5.3	Análise sócio-histórica dos jornais republicanos.....	165
5.3.1	<i>A Voz do Povo</i>	165
5.3.2	<i>O Urubu</i>	170
5.3.3	<i>O Independente</i>	170
5.3.4	<i>Folha Livre</i>	174
5.3.5	<i>Evolução</i>	181
5.3.6	<i>Sul</i>	181
5.4	Análise discursiva.....	183
5.5	Interpretação/re-interpretação.....	190
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222
7	ANEXOS.....	231

INTRODUÇÃO

As palavras do mundo estão loucas para formar sentenças.

Gaston Bachelard

Todo meu trabalho consiste em explicar a natureza das sentenças.

Wittgenstein

Depois da descoberta por Pedro Álvares Cabral, em 1500, e da Independência por Dom Pedro I, em 1822, a Proclamação da República Federativa dos Estados Unidos Brasil, em 15 de novembro de 1889, foi o ato mais significativo nos mais de 500 anos de configuração do país como estado-nação. A mudança do regime monárquico para o republicano forjou profundas transformações não só políticas, mas econômicas, sociais e culturais. Foi um processo longo, embora com movimentos descontínuos e desarticulados entre si, e que deu o primeiro passo em 1789 com a Inconfidência Mineira, no qual Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi o grande mártir, segundo a historiografia oficial.

Novos movimentos ocorrem no início do século XIX, entre eles a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824) que, conforme Aquiles (1976, p. 32), foram “os mais sérios, de conteúdo ideológico republicano e com a participação popular”. Ambos foram violentamente debelados por Dom João VI e Dom Pedro I, respectivamente. Embora nem todas tivessem princípios republicanos, as rebeliões se intensificam no Período Regencial (1831 a 1840) como a Cabanada, em Pernambuco (1832 a 1835), e no Pará (1835 a 1838); a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (1835 a 1845); a Sabinada, na Bahia (1837); a Balaiada, no Maranhão (1838 a 1841). O golpe da Maioridade, em 1840, ameniza os movimentos revoltosos e ascende Dom Pedro II ao trono do Império até 15 de novembro de 1889, quando o Brasil entra em um novo curso de sua história.

Santa Catarina viveu momentos contraditórios ao longo do processo de criação da república. Mais de 50 anos antes do histórico 15 de Novembro, a província declara-se república independente em três ocasiões: em Lages, em 9 de março de 1838 e em 10 de março de 1839; e em Laguna, em 29 de julho de 1839. Porém, quando o movimento republicano eclodiu de fato em 1870 com a convenção de Itu (SP) e com o manifesto publicado em 3 de

dezembro daquele ano, na primeira edição do jornal *A República*, do Rio de Janeiro, este não continha a assinatura de lideranças catarinenses.

Só em 1885, com o lançamento do jornal *A Voz do Povo* e criação do primeiro clube republicano da província, ambos em Desterro, é que Santa Catarina se engajou em torno da causa. Ainda assim, de forma tímida, apática quanto à participação popular. Até mesmo o ato da proclamação não obteve maior entusiasmo por parte do povo, assim como ocorreu em quase todo país. Pegou de surpresa, inclusive, a própria imprensa republicana que só o noticiou no dia 19, na primeira edição da *República*, o periódico oficial do novo regime.

Na esteira de *A Voz do Povo*, até 1934 foram lançados pelo menos 44 jornais republicanos em Santa Catarina. Em sua fase inicial (1885 a 1889), teriam o objetivo de doutrinar, de persuadir a opinião pública e propagar o ideal republicano.

Por que, apesar da propaganda através dos periódicos e dos clubes, a causa republicana por que não conseguiu mobilizar os catarinenses? Como essa imprensa operacionalizou a ideologia republicana através de sua discursividade visando persuadir o leitor ao republicanismo? Qual o perfil desses jornais? Como se deu a representação da mudança do regime monárquico para o republicano? Estas são algumas das questões iniciais que movem esta pesquisa.

Obviamente, é preciso perceber que uma série de fatores sócio-políticos e econômicos como analfabetismo, idade mínima de 25 anos e renda não inferior a 1 mil de contos de réis, excluía a maioria de votar e ser votada, de participar e interferir nas ações e decisões políticas. De outro lado, a capacidade de difusão dos jornais também era bastante limitada. Apesar dessa conjunção de fatores, ou justamente por causa deles, seria de se esperar que a imprensa mobilizasse não só os que estavam à frente daquele processo de mudança, mas também aqueles que estavam à margem.

A República se instalou sem o envolvimento das camadas populares da sociedade e tomou de surpresa políticos e a própria imprensa. De acordo com Meirinho (1997, p. 49-50), “raiou 1889 sem qualquer indício de que, de um momento para outro, os republicanos catarinenses viessem a reter em suas mãos o poder político” e até 15 de novembro a imprensa de Desterro “não dá nenhum indício da iminente mudança de regime”. Até mesmo na solenidade de proclamação ocorrida no dia 17, a apatia dos catarinenses chamava atenção.

Se a instalação ocorreu de forma pacífica e apática na província, os atos que se seguiram foram marcados por extrema violência. É quando a república mostra uma face cruel.

A Revolta da Armada (1893), que se deslocou do Rio de Janeiro para a ilha de Desterro, travou ali seus últimos combates na tentativa de fazer naufragar o novo regime. A Revolução Federalista (1893), que eclodiu no Rio Grande do Sul e estendeu suas ações à Santa Catarina, percorreu várias regiões da província onde saqueou propriedades, fuzilou, degolou e seviciou civis e militares. A este período pós-proclamação caberia outro estudo sobre a discursividade da imprensa republicana. Aqui, será procedida apenas a análise sócio-histórica como forma de contextualização dos primeiros anos da república em Santa Catarina.

As questões se multiplicam em razão da importância dos acontecimentos e de suas contradições, de sua complexidade, de suas conseqüências históricas. A mudança do regime monárquico para o republicano tinha implicações no cenário político, econômico, social e cultural.

Mas por que estudar a imprensa republicana catarinense? Qual a relevância desse estudo? Que contribuições poderá trazer para a compreensão do processo republicano em Santa Catarina como um todo? As justificativas a estas questões nos parecem fundamentais para se compreender a natureza e significação deste trabalho.

Apesar de ingressar quase tardiamente no movimento, a província de Santa Catarina não foi apenas uma platéia passiva, uma mera extensão das articulações deflagradas no Rio de Janeiro. Foi um cenário onde ocorreram movimentos significativos e que em dados momentos protagonizou ações decisivas para a instauração e consolidação do novo regime de governo, como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista. Por outro lado, episódios como a República Catarinense (1839) e a Revolução Farroupilha (1835 a 1845) ocorridos cinquenta anos antes da proclamação, colocam a província em posição singular em relação a este marco histórico. Cada um destes eventos ocorridos em solo catarinense ou que contou com a participação de seu povo, foi de extrema importância no processo republicano brasileiro. Assim, estudar o movimento republicano em Santa Catarina significa trazer à luz não só novos entendimentos sobre a história deste estado, mas sobre a história do Brasil.

A imprensa catarinense nasceu com fins políticos definidos e seria “natural” que durante o processo de implantação da república também manifestasse suas posições, que defendesse ou se opusesse a determinada ideologia. Nas duas últimas décadas do século XIX, já apresentava alguns sinais de modernização em sua estrutura empresarial e editorial, o que permitia a “cobertura” dos principais fatos daquele período. Avanços da tecnologia de impressão reduziram os custos de produção de jornais possibilitando sua proliferação na província. As publicações republicanas multiplicaram-se na defesa do novo regime.

Portanto, estes jornais são preciosos acervos das informações disponibilizadas à opinião pública durante aquele período. De seus editoriais, artigos, cartas e notas, brotam o pensamento da elite defensora da república. Ali estão os argumentos com os quais essa elite letrada buscava persuadir seus pares e as camadas mais simples da população. Por outro lado, ali podem estar ocultos os fatos mais cruéis que marcaram os anos iniciais da república. Trata-se de uma imprensa partidária, parcial. Logo, é uma história sob um ponto de vista parcial, o dos republicanos, mas é a história contada por aquela imprensa aos catarinenses da época. Foi como aquela gente recebeu os fatos relativos à república. Daí a relevância em estudar a imprensa republicana daquele período, para perceber como aquela elite difundia sua ideologia por meio das formas simbólicas. A pesquisa se justifica também pela sua contribuição para o desenvolvimento da história da imprensa de Santa Catarina e, por extensão, do Brasil.

Apesar de sua importância neste processo, são inéditos os estudos de qualquer natureza (política, econômica, social, discursiva, etc.) sobre o papel da imprensa catarinense no período republicano. Os poucos trabalhos existentes apresentam-se mais na forma descritiva como em José Boiteux (1911 e 1915), Calado Júnior (1970) que trazem relações de jornais publicados na época. Joana Pedro (1995) desenvolveu um dos únicos estudos críticos sobre a imprensa de Desterro de 1831 a 1889, mas sem focar a questão republicana. Em pesquisas sobre a história da república em Santa Catarina, como em Meirinho (1983 e 1897), a imprensa aparece até com certo destaque, mas sempre como fonte documental para contextualizar o fato, e não como objeto de análise sobre a sua importância naquele movimento.

A partir deste contexto, esta pesquisa objetiva analisar o papel da imprensa republicana catarinense no período compreendido entre 1885 e 1889, no que diz respeito à publicização da ideologia republicana por meio de suas formas simbólicas. Busca identificar os argumentos utilizados por essa imprensa em defesa da república, analisar como os jornais retrataram os conflitos ocorridos após a proclamação, o tratamento discursivo dispensado aos diferentes governadores e presidentes daqueles primeiros anos de república. Estudiosos do jornalismo como Bond (1962) entendem que uma das funções do jornal é orientar a opinião pública e interpretar os fatos ocorridos no meio social. No caso do jornalismo opinativo como o praticado no século XIX, essas funções eram ainda mais evidentes, por isso se impõe também como objetivo dessa pesquisa analisar se os jornais cumpriram sua função de orientar a opinião pública sobre o novo regime de governo.

Estes objetivos foram traçados como forma de buscar respostas para questões fundamentais como qual a importância da imprensa republicana catarinense no processo de deflagração e consolidação da república na província de Santa Catarina? Qual o discurso dessa imprensa para persuadir a opinião pública catarinense a aderir à causa republicana? Como a imprensa republicana catarinense registrou em suas páginas o processo da Proclamação da República na província?

O *corpus* da pesquisa será constituído dos republicanos publicados em Santa Catarina entre 1885 e 1889. O levantamento destes periódicos foi junto à Biblioteca Pública do Estado, em Florianópolis, no *Catálogo de Periódicos Brasileiros Filmados*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1994), no Arquivo Histórico Municipal de Joinville, além de outras fontes¹. Constatou-se que naquele período circularam um total de 85 jornais no estado², média de 17 ao ano, sendo seis deles (7%) republicanos. A intenção inicial era analisar todos os jornais, porém, após a exploração inicial do acervo disponível, foram descartados da *análise discursiva* e da *interpretação/re-interpretação*: *O Urubu* (1885 - São Bento do Sul), jornal manuscrito a respeito do qual só há referência no livro de Carlos Ficker (1965); *A Evolução* (1887 – Desterro), sobre o qual só há registro em Martinho Callado Júnior (1970) e duas edições microfilmadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Porém, todos eles serão abordados na *análise sócio-histórica*.

Na fase de pré-análise constatou-se que os jornais apresentam uma estrutura editorial comum para a época: formato tablóide, periodicidade semanal e com quatro páginas normalmente compostas pelo artigo de fundo, folhetim, colunas de notas e classificados e, eventualmente, carta de leitores e artigos de colaboradores eventuais.

Nossa *análise discursiva* e *interpretação/re-interpretação* proposta pela metodologia da Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson (1995), tem como foco os artigos de fundo, em razão da importância que os mesmos desfrutavam na imprensa daquele período. Trata-se de um gênero do jornalismo opinativo que deu origem ao atual editorial. É através dele que a empresa jornalística emite sua opinião e posição em relação aos fatos mais significativos. No caso das “pequenas empresas, onde o controle financeiro fica nas

¹ **História da imprensa de Joinville**, de Elly Herkenhoff (1998); **A imprensa em Blumenau**, de Ferreira da Silva (1977); **Nas tramas entre o público e o privado – a imprensa de Desterro no século XIX**, de Joana Maria Pedro (1995); **Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Laguna (1864-1900)**, de Arilton Teixeira (1991); Conferência de José Boiteux, **A imprensa catarinense** (1911), e **Imprensa catarinense – resumo histórico (1831-1969)**, de Martinho Calado Júnior (1970).

² Dos 91 jornais, 68 foram lançados somente entre 1885 e 1889 assim divididos: 20 em 1885, dos quais 11 em Desterro; nove em 1886; 11 em 1887; 14 em 1888; outros 14 em 1889.

mãos de um proprietário ou de sua família”, o editorial “contém a opinião do próprio dono [...]” (MELO, 1994, p. 96). Nas grandes empresas de comunicação, o editorial manifesta também a opinião das “forças que mantêm a instituição jornalística” (Idem).

Ambas as definições se enquadram no perfil da imprensa catarinense do final do século XIX. A grande maioria dos jornais tinha diminuta estrutura empresarial e era dirigida pelo jornalista-proprietário, também o dono da opinião nos artigos de fundo; de outro lado, havia aqueles lançados ou fortemente apoiados por “uma associação”, que normalmente não se identificava, à qual também pertencia o direcionamento ideológico do jornal e ao redator cabia apenas acatar essas diretrizes. Estas associações eram, geralmente, constituídas por um grupo reduzido de pessoas e cujo objetivo era a defesa da causa republicana, não cabendo ali, em muitos casos, a pluralidade de idéias emanadas por outros segmentos sociais.

1 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Estudar a imprensa é conhecer parcela do pensamento de uma época. Talvez por isso cada vez mais os jornais têm sido fonte de pesquisa para historiadores, jornalistas, sociólogos e outros estudiosos que buscam compreender os processos políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais de uma determinada sociedade em uma determinada circunstância temporal. O cotidiano registrado naquelas páginas revela parte do comportamento de uma comunidade, de suas tradições, seus dilemas, suas lutas, suas conquistas, seus sonhos não realizados, de suas expectativas. Enfim, histórias do presente que o tempo se encarregará de transformar em história.

Mas os relatos dos jornais, em razão do seu processo de produção que perpassa desde a natureza arbitrária dos signos, os modos de percepção dos fenômenos sociais pelo jornalista e até a manipulação ideológica intencional da instituição jornalística, são parciais. Por isso, é necessário rigor ao se trabalhar com fonte dessa natureza. Ao nos propormos investigar o discurso da imprensa republicana catarinense, nos deparamos de imediato com o desafio de optar por um método que propiciasse esse rigor na análise discursiva, que permitisse a contextualização histórica e o confronto das informações dos jornais com outras fontes documentais. Daí nossa opção pela Hermenêutica de Profundidade (HP) em razão de sua ênfase no estudo do contexto sócio-histórico no qual o discurso foi produzido. Estes dois campos de enunciação – texto e contexto – são essenciais para compreendermos a ideologia disseminada por aqueles jornais durante o processo de construção desse marco histórico.

Essa é uma pesquisa de natureza interdisciplinar que abarca campos do jornalismo, da história e das ciências da linguagem. Para seu pleno desenvolvimento e alcance do resultado esperado, seu eixo metodológico está estruturado em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise discursiva.

Sua incursão no campo jornalístico se dá em razão de os jornais republicanos catarinenses serem o objeto de pesquisa, o que implica no conhecimento da natureza do jornalismo, de suas estratégias discursivas, da compreensão de seus mecanismos ideológicos, da identificação de seus sistemas operacionais, de sua influência sobre a opinião pública, entre outras características de seus *modos operandi*.

Inserir-se em campos da história não apenas porque seu foco de estudo, a Proclamação da República, é um fato ocorrido há 118 anos, mas porque busca contribuir para a compreensão desse marco histórico em seus desdobramentos em território catarinense. Ocupa-se também dessa área do conhecimento porque busca desvendar aspectos da história da imprensa catarinense, ainda obscuros.

Nesse processo, as ciências da linguagem, mais precisamente a Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por Thompson (1995) e a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004), terão papel estratégico para análise e compreensão do discurso jornalístico.

Por ser um estudo imerso no campo histórico, a pesquisa bibliográfica será de fundamental importância para contextualização do processo da Proclamação da República no Brasil e em Santa Catarina em seus contornos político, econômico e social; bem como para a análise da natureza do jornalismo, de suas estratégias discursivas, da compreensão de seus mecanismos ideológicos, da identificação de seus sistemas operacionais, de sua influência sobre a opinião pública, entre outras características de seu *modos operandi*.

Assim, a investigação do movimento republicano em nível nacional tem como base, notadamente, as obras de Basbaum (1986 e 1997), Costa (1987) e Silva (2005). No estadual, é fundamentada em Meirinho (1982 e 1997), Cabral (1994) e Boiteux (1985). A imprensa brasileira desse período será estudada em Sodré (1999) e Bahia (1990), e a catarinense em Pedro (1995), Callado Jr. (1970), Boiteux (1915) e Fernandes (2003). As questões relativas aos conceitos e ao discurso jornalístico têm como base Melo (1973 e 1994), Marcondes Filho (2002) e DeFleur e Ball-Rokeach (1993). O papel da imprensa na esfera pública tem ênfase em Habermas (1984). Além destes, obviamente, os jornais republicanos catarinenses publicados entre 1885 e 1889, que são o objeto dessa investigação.

A pesquisa documental foi desenvolvida basicamente em catálogos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Pública de Santa Catarina para a identificação e localização dos jornais daquele período, além de outros documentos que foram localizados ao longo do processo de desenvolvimento desse estudo.

Neste primeiro capítulo, desenvolvemos os fundamentos que nortearam o percurso de nossa pesquisa, quais sejam: definição da natureza do jornalismo, gêneros jornalísticos, a Hermenêutica de Profundidade como referencial teórico-metodológico, o conceito de ideologia.

1.1 Natureza do jornalismo

Qualquer investigação sobre o discurso jornalístico tem que, por rigor metodológico, identificar a natureza do jornalismo, ainda que pesem divergências sobre este campo. Embora esteja em curso há mais de 400 anos, até mesmo a identificação do primeiro jornal a circular no mundo é questão polêmica. Carlos Rizzini (1977) aponta o semanário *Nieuwe Tijdinghen*, publicado em Antuérpia (Alemanha) em 1605 por Abraão Verhoeven, como o primeiro jornal impresso. Porém, o fato mais aceito era que o *Ordinarii Avisas*, de Augsburgo, ou o *Relation oder Zeitung*, de Johann Carolus, em Estrasburgo, ambos semanários desde 1609, fossem os primeiros.¹ O Museu Gutenberg, em Mainz, Alemanha, preserva alguns exemplares desses jornais.

No entanto, descobertas ocorridas em 2005 confirmam que o primeiro jornal impresso foi mesmo o *Relation oder Zeitung*², porém lançado em 1605, possivelmente em julho, e não em 1609. A descoberta foi do fundador do Museu Gutenberg, Martin Welke, e do professor Jean Pierre Kintz, que localizaram um certificado de nascimento do *Relation* em arquivos de Estrasburgo, na França. O editor Johann Carolus produzia boletins de notícias manuscritos até adquirir uma loja de impressão em 1604 e a partir do verão de 1605 passou a imprimi-los³. Desde então, os jornais ganharam o mundo num ritmo cada vez mais acelerado⁴, embora as primeiras tiragens fossem bastante tímidas.⁵

¹ Conforme Costella (2001), essas divergências ocorrem principalmente em razão das características de periodicidade e atualidade desses veículos, já que para ser aceito como jornal os mesmos devem ser pelo menos semanários. No caso do *Nieuwe Tijdinghen*, este só se tornou semanal bem depois da fundação, pois “no começo não passava de uma relação sem periodicidade” (Ibidem, p. 82), daí a opção dos pesquisadores pelos jornais de 1609.

² *Relation oder Zeitung* é uma abreviação, pois o nome completo do jornal é: *Avisos, relação ou Zeitung do que tem acontecido e se tem contado na Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda, Inglaterra, França, Hungria, Áustria, Suécia, Polônia e em todas as províncias das Índias Orientais e Ocidentais etc.* Ou seja, era um jornal que se pretendia global.

³ De acordo com a World Association of Newspaper (WAN, março 2005, p. 1-2), a prova do surgimento do *Relation* é uma petição que Carolus escreveu para o Conselho da Cidade de Estrasburgo em outubro de 1605, pedindo proteção contra cópias do boletim. Nesse documento, ele descreveu a técnica que usava no jornal: colocava-o em tipos e imprimia os exemplares para as 12 semanas seguintes. Durante o segundo semestre de 2005, a WAN, com sede na França, desenvolveu uma série de eventos pelo mundo para marcar os 400 anos do nascimento do jornal impresso.

⁴ Cronologia de Costella (2001) com o primeiro jornal de alguns países: Inglaterra (1622), França (1631), Itália (1636), Portugal (1641), Espanha (1661), Estados Unidos (1704), México (1722), Brasil (1808). O primeiro diário da história foi o inglês *Daily Courant* (11/03/1702) mas que durou poucas edições. O primeiro jornal na Holanda, segundo Kunczik (1997) é de 1618.

⁵ “Estima-se que as tiragens dos jornais do século XVII eram de cem a duzentos exemplares, ainda que o *Frankfurter Journal* já tivesse uma circulação de 1500 exemplares em 1680” (Kunczik 1997. p. 23).

Se a origem do primeiro jornal impresso só foi esclarecida 400 anos depois, os fundamentos do jornalismo ainda são controversos. Apesar de já existir pelo menos dois estudos anteriores que buscavam sistematizar a essência desta atividade,⁶ o alemão Otto Groth (1883-1965) foi o primeiro a dar a “mais significativa contribuição para o estabelecimento dos contornos de uma ciência do jornalismo” (MELO, 1994, p. 9). Aluno de Max Weber, doutorou-se em economia política e direito em 1906. Entre 1928 e 1930, publicou a enciclopédia de jornalismo intitulada *Die Zeitung*, com quatro tomos. A partir de 1948, ao assumir a cátedra de ciência jornalística do Instituto de Jornalismo da Universidade de Monique, desenvolve uma segunda enciclopédia sobre o jornalismo: a *Die unerkannte Kulturmacht Grundlegung der Zeitungswissenschaft (Periodik)*, publicada em seis tomos entre 1961 e 1965.

Centrado na *essência* do jornal e da revista como resultado do *processo cultural-social*, Otto Groth encontrou na conjugação entre *atualidade*, *difusão*, *periodicidade* e *universalidade*, o que ele definiu como *totalidade jornalística*. A partir destes fundamentos, conforme Melo (Ibidem, p. 14),

[...] o jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos).

Ainda conforme o pesquisador (Ibidem, p. 15), a *atualidade* é determinada por um processo contínuo, ágil, veloz e “a ligação entre o emissor e o receptor é o conjunto dos fatos que estão acontecendo”. Porém, “o ponto de tensão entre ambos está na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber”. A *difusão* corresponde à possibilidade tecnológica de transmissão dos acontecimentos enquanto que a *periodicidade* tem o “conceito de tempo”, “oportunidade” e ambas estão ligadas entre si. A *atualidade* e a *universalidade* também se entrecruzam. Na prática,

[...] a atualidade depende da velocidade com que o canal atua - difusão - e também da capacidade da instituição jornalística em captar e reproduzir os fatos - periodicidade - que não se faz sem uma sintonia com os desejos e as

⁶ Em 1690, em Leipzig, Alemanha, Tobias Peceur desenvolve a primeira tese de doutorado sobre a imprensa, intitulada *De relationibus novellis* (CASASUS, 1990).

reações da coletividade - universalidade. Todas essas características são funcionalmente articuladas, mas o que as torna concretas e as aciona são os mecanismos que determinam a necessidade social da informação - o que faz com que uma coletividade busque informar-se e orientar-se sobre o que está acontecendo ao redor e alhures e justifique o funcionamento das instituições que correspondem a esse anseio coletivo. (Ibidem, p. 16)

As características de *atualidade, universalidade, difusão e periodicidade* são expressivas em nossa pesquisa, pois indicam a necessidade de se identificar, principalmente, a difusão/alcance das mensagens da imprensa republicana catarinense do final do século XIX e de se avaliar a relação entre o interesse e a expectativa do público em relação ao conteúdo jornalístico disponibilizado por essa imprensa.

O enunciado de Melo chama atenção também para a investigação da *necessidade social da informação* que, juntamente com o *fator econômico* decorrente do avanço capitalista, e do *fator político* como resultado da ascensão da burguesia, como componentes da natureza do jornalismo.

O jornalismo, como campo específico da comunicação de massa, tem em sua natureza a necessidade social da informação. Não são poucos os estudos antropológicos, sociológicos e psicossociais que têm definido a comunicação como um dos fatores para a evolução da espécie humana e como uma das faculdades que nos distinguem dos animais irracionais.

Para além de viver em meros agrupamentos que satisfaçam suas necessidades básicas de sobrevivência, o homem é um ser social e este lastro social está estruturado na comunicação. Apenas a informação biológica e a expressão somática, comum às espécies animais, não são suficientes para o homem sobreviver e perpetuar sua espécie. Como assinala Beltrão (1980, p. 25-26), o homem vai além: “aspira a modificar o curso de sua existência e participar ativamente da própria evolução biológica e cultural. [...] a evolução dirigida e consciente de sua espécie”.

DeFleur (1993, p. 22), em sua Teoria da Transição, propõe que as etapas da evolução humana divididas pela ciência em *eras* e *idades* a partir do domínio que o homem fez de materiais e das tecnologias para a construção de ferramentas ou armas (idade da pedra, do ferro, do bronze, etc.) deveriam ser demarcadas em função de “etapas distintas no desenvolvimento da comunicação humana”. Cronologicamente, essas etapas seriam cinco: *Era dos Símbolos e Sinais, Idade da Fala e da Linguagem, Era da Escrita, Idade da Imprensa*

e a *Era da Comunicação de Massa*⁷. O autor chama atenção também para o início da *Era dos Computadores* que ainda não tem seus contornos totalmente definidos.

Cada uma destas *eras* e *idades* tem suas características, seus marcos e seus avanços no processo evolutivo da humanidade. A ascensão do Cro-Magnon (*Homo sapiens, sapiens*) sobre o homem de Neanderthal (*homo sapiens neanderthalensis*) é um marco inicial da *Era da Fala*. Ambos caçavam, produziam ferramentas, enterravam seus mortos, desenhavam nas cavernas e apresentavam um razoável grau de inteligência. O Neanderthal surgiu na Europa e em partes do Oriente Médio há cerca de 150 a 125 mil anos, chegando depois à África e Ásia. O Cro-Magnon apareceu na mesma região européia e no Oriente Médio há 90 mil e 40 mil anos.

Fisicamente, o Neanderthal era mais forte e mais resistente. No entanto, desapareceu misteriosamente há 35 mil anos enquanto que o Cro-Magnon deu origem ao homem com suas características atuais. DeFleur pergunta: por que isso ocorreu? Ele próprio responde:

[...] o povo Cro-Magnon criou fala e linguagem, isso lhe deu uma enorme vantagem sobre seus vizinhos. Por poderem raciocinar com a linguagem, os Cro-Magnon puderam planejar e conceber, caçar de forma mais coordenada, defender-se mais eficazmente, e explorar melhor as regiões de caça que os de Neanderthal haviam feito anteriormente. Entrementes, os Neanderthal permaneceram na Era dos Símbolos e dos Sinais, com suas conseqüentes limitações. Aí, quando o clima mudou drasticamente, no final da Era do Gelo, os Neanderthal não se adaptaram à nova situação (Ibidem. p. 31).

Com a fala e a linguagem, o homem definiu sua condição ser simbólico e assegurou a sobrevivência da própria espécie. Os sumérios, há 3 mil a.C., deram início a *Era da Escrita*, e Gutenberg, em 1450, à *Idade da Imprensa*. O mundo se transformou no que McLuhan (1977) chama de a galáxia de Gutenberg. Com o advento da mídia eletrônica a partir

⁷ Para De Fleur (1993), a Era dos Símbolos e dos Sinais iniciou na fase pré-hominídea e proto-humana quando nossos ancestrais primitivos ainda não caminhavam erectos e emitiam apenas sons, grunhidos, rosnados e gestos corporais para expressar suas necessidades mais básicas como o acasalamento, sinalização de perigo ou localização de comida etc. A Idade da Fala e da Linguagem surgiu com o Cro-Magnon entre 35 e 40 mil anos atrás, que tinha uma estrutura craniana e aparelho fonador mais complexo, semelhante ao do homem atual. Há cerca de 5 mil anos o homem entrou na Era da Escrita inicialmente com os sumérios e depois com os egípcios. Primeiro foi através da pictografia (representação das coisas através de desenhos) e depois pela ideografia (representação das idéias através dos desenhos). Por volta de 1700 a.C. os sumérios criaram a escrita fonética (sistema silábico) e em 500 a.C. os gregos elaboraram o alfabeto (sistema de vogais e consoantes). A Idade da Imprensa foi deflagrada em 1455 quando Johann Gutenberg criou os tipos móveis a imprimiu a bíblia de 42 linhas, o primeiro livro impresso pelo homem. A Era da Comunicação de Massa teve início no começo do século XX com o cinema, o rádio e a televisão. O jornal, o telégrafo e o telefone foram uma espécie de transição para esta nova era.

do início do século XX, como o rádio, o cinema, a televisão, entre outras, a informação ganhou uma dimensão inimaginável no sentido de construir, preservar e difundir a cultura humana em suas concepções política, econômica, artística, histórica, científica, etc.

No mundo moderno, a necessidade da informação como forma de interação social, o interesse e a curiosidade do homem pela informação fizeram do jornalismo um negócio. Aí está sua segunda natureza – a econômica. Gradativamente o capitalismo lança suas bases e começa a romper o sistema feudal. No século XIV, as rotas comerciais marítimas se intensificam no mar do Norte e mar Mediterrâneo. A partir do final do século XV elas alcançam o Novo Mundo. A era das grandes navegações ascendeu uma burguesia forjada no comércio do ouro e das especiarias, nas construções de embarcações e até no tráfico de escravos.

O empreendedor burguês necessitava estar atualizado com o mundo dos negócios e das descobertas que podiam significar bons lucros. A informação é um produto pelo qual os negociantes estão dispostos a pagar e a imprensa torna-se uma extensão do capitalismo. Não é por acaso que na fase a qual Marcondes Filho (2004) denomina como a pré-história do jornalismo (1631 a 1789), ao lado dos temas espetaculares como catástrofes da natureza, mortes, a vida dos reis, etc. estavam notícias sobre o mundo econômico da época. Ou seja, a imprensa nasce com caráter sensacionalista e mercantil.

O poder da imprensa está no alcance do grande público, na sua difusão. A capacidade de disseminar mensagens persuasivas, de conquistar corações e mentes fez com que a imprensa logo enfrentasse a censura. Primeiro foi a igreja católica que censurou os primeiros folhetos em Würzburg e na Basileia em 1482. O Estado também não tardou a controlar a imprensa lançando mão de dispositivos que iam da proibição direta à cobrança de impostos sobre a circulação de jornais. A imprensa de grande parte dos países só se viu livre da censura no final do século XVIII, como os Estados Unidos em 1776 e a França em 1789.

Aos poucos, o jornalismo vai se inserindo na esfera pública e desperta o interesse da burguesia que percebe neste meio um instrumento poderoso para propagar sua ideologia. Aqui se apresenta o terceiro elemento da natureza jornalística – a política. Esta fase é acentuada, conforme Habermas (1984) e Marcondes Filho (2004), de 1789 a 1830. Este último chega a considerar que “o jornalismo é filho legítimo da Revolução Francesa” (Ibidem. p. 10), embora reconheça que o jornalismo francês já existisse desde 1631 com a *Gazette*, de Théophraste Renaudot. O fato é que a Revolução Francesa é o marco inicial desta nova fase.

É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataforma de políticos, de todas as idéias. Cada político razoavelmente destacado criava seu clube, cada dois criavam um jornal, escreve Otto Groth. Em Paris, somente entre fevereiro e maio de 1789, surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais. (ibidem. p. 10-12)

Nas primeiras décadas do século XX, a natureza política do jornalismo assumiu diferentes concepções dependendo do regime político totalitário ou democrático no qual está inserido. No socialismo soviético, no dizer de Kúmichev, visava “educar a grande massa de trabalhadores e organizá-los sob a direção exclusiva do partido com vista a finalidades mais claramente definidas”; na Alemanha nazista era “simples instrumento a serviço do regime, da persuasão da opinião pública”; no fascismo italiano, no dizer de Mussolini, “serve somente a uma causa, a um regime”; no franquismo espanhol, conforme lei de 1938, destinava-se “à criação de uma consciência coletiva”. No sistema liberal, notadamente o modelo americano, é um negócio e está fundamentado no princípio da liberdade de expressão, ainda que tenha um certo controle por parte do estado, da sociedade e principalmente de grupos econômicos.⁸

1.2 Jornalismo de massa

A partir de meados do século XVIII, a Revolução Industrial inglesa com suas máquinas a vapor, não só tornou irreversível o processo de mecanização da indústria como também sedimentou o capitalismo. No início do século XIX formam-se os conglomerados de comunicação e os jornais alcançam grandes tiragens. Inicia a era da comunicação de massa e o jornalismo assume sua face mais capitalista. Nos Estados Unidos, em 1830, já havia 65 diários com tiragem global de 78 mil exemplares. Em 1840, eram 138 diários que perfaziam 300 mil exemplares. Nesta época, o jornalismo americano vivia uma revolução que “levou ao trunfo da notícia sobre o editorial, dos fatos sobre a opinião, uma mudança que foi moldada pela extensão da democracia e do mercado e que conduziria, no seu devido tempo, ao incômodo compromisso de fidelidade do jornalista com a objetividade” (SCHUDSON Apud. SILVA, 1991, p. 61).

⁸ Síntese elaborada com base no livro *Jornalismo matéria de primeira página*, de Luiz Amaral, 1982, páginas 13 a 20. Kunczik (1997) e Sousa (2002) também apresentam significativas considerações sobre as características do jornalismo em diferentes regimes políticos.

Quando a imprensa catarinense dá os primeiros passos na década de 1830, Estados Unidos, França e Inglaterra entram na era do jornalismo industrial, deixando lentamente para trás as lides políticas e literárias e a era artesanal. Esta fase é deflagrada pela formação das grandes concentrações urbanas, euforia do crescimento econômico, aceleração do consumo de massa e avanços tecnológicos na impressão gráfica. Em 1814, Friedrich König cria a prensa mecânica para imprimir o *Times*, de Londres. Em 1850, Marinoni monta a prensa rotativa e em 1886 Mergenthaler revoluciona com a linotipia. Formam-se conglomerados de comunicação estruturados na vertente capitalista. Aos poucos, a publicidade passa a financiar os jornais que, por sua vez, através da publicidade, passam a impulsionar outros negócios. Em 1890, o francês *Lé Petit Journal* chegava à fabulosa tiragem de 1 milhão de exemplares. Como observa Marcondes Filho (2002, p. 64), “a oportunidade de criar um jornal vai sendo cada vez menos um resultado do movimento político e cada vez mais uma oportunidade dos que têm o capital”.

As inovações tecnológicas transformaram não só a estrutura da empresa jornalística, mas também o fazer jornalístico e o papel do redator, que perde a autonomia sobre seu texto. O editor se impõe como figura central na redação, padronizando o tratamento e a elaboração da notícia, sobretudo a linha editorial. As matérias jornalísticas ganham novo formato e inicia-se a busca pela objetividade. Surgem a entrevista, a reportagem, as manchetes, a técnica do lead, entre outras formatações da linguagem jornalística.

No Brasil, em 1808, o jornalismo surge com forte enraizamento político-literário e durante muito tempo ainda foi totalmente impregnado por aquela vertente, na escola forjada por Hipólito da Costa e tantos outros idealistas como Evaristo da Veiga, Luís Augusto May e Cipriano Barata. Nossa imprensa nasce empunhando a bandeira da democracia, da liberdade de expressão, das causas partidárias. “Todos os jornais brasileiros no século XIX são contrários aos americanos a partir de 1830: ‘São veículos de plataformas de governo, de opiniões de grupos, de críticas à administração, de programa de sugestões e de reforma social’” (BAHIA Apud. SILVA, 1991, p. 63).

1.3 Gêneros jornalísticos

Melo (1994) divide o jornalismo em duas grandes categorias e seus respectivos gêneros: a) Jornalismo informativo - nota, notícia, reportagem e entrevista; b) Jornalismo opinativo - editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Para efeito de nossa pesquisa, interessa-nos aprofundar a análise em torno do jornalismo opinativo, notadamente o editorial (artigo de fundo) que é o objeto da análise discursiva.

Para o autor, a opinião contida no editorial busca orientar a coletividade e, portanto, deve ser dirigida à ela. Porém, chama atenção para o fato de que o editorial não é apenas um instrumento de orientação da opinião pública e de reivindicação em nome da sociedade, mas é “muito mais um trabalho de coação ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam”, uma forma de “dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos” (Ibidem, p. 99). Ou seja, é através do editorial que a imprensa exerce interferência explícita na constituição da esfera pública.

A constatação do autor é relativa à imprensa dos anos 80 do século XX, mas é um retrato fiel da imprensa republicana catarinense do final do século XIX que, através de seus artigos de fundo visava mais que persuadir o público em torno da causa, influenciar nas ações do governo e do homem público. Ainda que nos dias atuais o editorial não seja o principal foco de leitura nos jornais, no século XIX era o centro das atenções em qualquer veículo de referência. Logo, estudá-lo é buscar entender a essência do jornalismo político da época.

Bahia (1970, p. 192) destaca que o editorial é, ao mesmo tempo, uma notícia informativa, opinativa e interpretativa – neste último caso, “se o objetivo é dar à opinião o conceito seguro e o cunho de persuasão” – e que, portanto, é “a notícia mais qualificada do jornal”. Lembra que na época do que ele chama de *jornalismo da sociedade de vizinhança*, “o editorial era mais importante do que a notícia e subordinava-se à regra: primeiro o editorial (artigo de fundo), depois a informação”. Naquele período, um artigo do *Jornal do Comércio* “podia derrubar um ministro”.

De fato, o artigo de fundo tinha sua força e importância, como o editorial moderno ainda tem, embora em menor grau. Em episódio recente da história brasileira, basta citar o editorial de capa da *Folha de São Paulo* posicionando-se pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1991.

Era nos artigos de fundo de primeira página que não só a imprensa republicana, mas todos os jornais da província do final do século XIX procuravam influenciar e persuadir a opinião pública. Era ali que estava a essência do jornalismo de então, onde homens públicos e privados buscavam a interpretação e a opinião sobre os fatos mais importantes da comunidade.

O folhetim, outro importante foco de leitura nos jornais principalmente entre as leitoras, ainda que pudesse apresentar alegorias ou metáforas que retratasse a realidade política da época, é um gênero literário essencialmente ficcional, sem compromisso com a fidelidade dos fatos reais, por isso será descartado de nossa análise. Conforme previamente verificado, suas temáticas são variadas e não trazem questões relativas à República.

Os anúncios classificados também serão desconsiderados da análise discursiva por questões que nos parecem óbvias: todos eram relativos a produtos ou prestação de serviços em nada identificados com a causa republicana. A única ressalva é o número de anúncios dos medicamentos do farmacêutico republicano Raulino Horn, publicados no jornal *A Voz do Povo*. Eram anúncios com descrições técnicas, conforme o padrão da época, e que em nada se associavam à causa republicana, a não ser pela menção do nome do farmacêutico como responsável técnico pelo produto, também uma prática usual.

As notas informativas, sempre frequentes, apresentam tamanhos variados e ocupam de uma a duas páginas, dependendo do jornal ou da edição. Trazem informes locais, regionais, nacionais e internacionais. Em geral, informes que visam pautar a agenda do leitor, mas não revelam maior consistência de dados ou reflexão. Algumas relatam eventos e situações relativas ao movimento republicano, mas sem aprofundamento.

Cartas do leitor e artigos de eventuais colaboradores, outros dois gêneros do jornalismo opinativo, conforme a classificação de Melo (1994), também poderão ser incluídos em nossa análise dependendo de sua consistência e possibilidade de interpretação e, principalmente, se forem identificados como de autoria de algum integrante da equipe do jornal, prática comum na época. Porém, é preciso considerar que estes artigos ou cartas representam apenas a opinião individual de seus autores e não, necessariamente, do jornal ou de sua equipe de redatores ou editorialistas.

1.4 A Hermenêutica de Profundidade como referencial teórico-metodológico

A Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por John Thompson (1995) é o referencial metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. Essa opção se dá em razão da HP propor profunda investigação sobre três campos que consideramos fundamentais para o pleno desenvolvimento dessa pesquisa: a) o contexto histórico, o qual Thompson denomina de *análise sócio-histórica*; b) a *análise formal ou discursiva*, conjunto de procedimentos que permitem a investigação do discurso jornalístico; c) a *interpretação e re-interpretação* do pesquisador em relação aos discursos observados.

A HP relaciona também à sua metodologia, estudos sobre o conceito de ideologia, o papel da ideologia na sociedade, o conceito de cultura e a transmissão cultural em meios de comunicação de massa, aspectos tão pertinentes quando o objeto de pesquisa são os meios de comunicação, no caso os jornais republicanos catarinenses. Portanto, há aqui, uma interação entre variados campos do conhecimento que contribuirão para uma análise mais profunda do discurso jornalístico não apenas limitando-se à estrutura lingüística interna do texto/discurso, mas avançando também na conjuntura sócio-histórica e política.

Para além da interpretação dos princípios gerais da bíblia, que marcaram sua origem no século XVII, a hermenêutica, a partir do século XX com o *método compreensivo* desenvolvido por Wilhelm Dilthey e Max Weber para estudar a história e a sociologia, abriu novas perspectivas para o estudo crítico das ciências humanas. Heidegger, Gadamer e Ricoeur também estão no patamar dos filósofos hermeneutas a enfatizar que o estudo das formas simbólicas é, primordialmente, um problema de *compreensão e interpretação*. E é a partir das proposições de Ricoeur e Wittgenstein que Thompson (1995) vai construir sua Hermenêutica de Profundidade (HP), porém, avançando em alguns aspectos. Enquanto Ricoeur dá maior ênfase à “autonomia semântica do texto”, privilegiando a análise da estrutura interna do discurso, Wittgenstein prioriza o que Thompson chama de interpretação da *Doxa* – interpretação do cotidiano.

Thompson (1995) entende que nenhum dos dois campos pode ser deixado de lado e defende um certo equilíbrio entre eles já que ambos constituem a força discursiva. Sua proposta de Hermenêutica de Profundidade é como ele mesmo define, um *esquema intelectual*, um sistema de análise estruturado em três fases: a) análise sócio-histórica, que abrange situações *espaço-temporais*, *campos de interação*, *instituições sociais*, *estrutura*

social e meios técnicos de transmissão; b) análise formal ou discursiva que pode ser desenvolvida por meio de análise semiótica, análise de conversação, análise sintática, análise narrativa e análise argumentativa; c) interpretação/re-interpretação.

a) Análise sócio-histórica

A análise sócio-histórica sustenta-se no princípio de que as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas dentro de um determinado contexto e, portanto, tem como objetivo *reconstruir* estas condições sociais e históricas. Essa reconstrução ou análise se dá em quatro níveis: *espaço-temporal*, *campos de interação*, *instituições sociais* e *estrutura social*. As características destes níveis de análise, conforme Thompson (Ibidem, p. 198),

[...] referem-se a diferentes aspectos dos contextos sociais e definem diferentes níveis de análise. Possibilitam-nos entender as características sociais dos contextos dentro dos quais os indivíduos agem e interagem. [...] não são simplesmente elementos de um ambiente dentro do qual a ação tem lugar, mas são constitutivos da ação e interação, no sentido de que os indivíduos, rotineira e necessariamente, baseiam-se implementam e empregam os vários aspectos dos contextos sociais no curso de sua ação e interação uns com os outros.

Analisar as *situações espaço-temporais* implica em identificar e descrever como as formas simbólicas são “produzidas e recebidas por pessoas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais [...]” (Ibidem, p. 366). Em nossa pesquisa, a situação *espaço-temporal* tem como foco a imprensa republicana de Santa Catarina (espaço) no período de 1885 a 1889 (tempo). Porém, a questão é mais complexa, à medida que não é possível falar apenas de uma imprensa republicana catarinense, mas de várias.

Em razão do seu multifacetado processo de colonização – ao sul, os italianos; no Vale do Itajaí, alemães e italianos; ao norte, alemães, italianos, poloneses e suíços; em grande parte da faixa litorânea, os açorianos; no oeste e planalto Serrano, italianos, paulistas e gaúchos – Santa Catarina tem uma estrutura cultural bastante diversificada. Se a imprensa é reflexo do contexto sócio-histórico no qual está inserida, é natural que os jornais republicanos de cada uma dessas regiões, ainda que tivessem em comum a defesa dos princípios republicanos, apresentassem um discurso diferenciado sob o ponto de vista local, e mais do

isso, que as mensagens fossem recebidas e interpretadas de forma diversa pelos distintos núcleos de receptores.

Thompson (1995) chama atenção para o fato de que as condições de produção das formas simbólicas podem *coincidir, sobrepor* ou *divergir* das características do contexto de recepção. Joinville, por exemplo, teve seu primeiro jornal, o *Kolonie-Zeitung*, em 1862 e totalmente redigido em alemão. O primeiro em português, a *Gazeta de Joinville*, só foi lançado 15 anos depois, em 1877. Ainda assim, os jornais em alemão predominaram por décadas na região. Eram alemães recém chegados à província e que produziam informação para circular entre si, porém em território brasileiro, levantando e discutindo temas sobre os quais, principalmente em relação às questões da política nacional, possivelmente não tinham grande conhecimento. De outro lado, os brasileiros natos que não falavam e não liam em alemão, não puderam ser politizados por aquela imprensa. Em Blumenau, a situação não foi diferente. Nas duas colônias, a imprensa teuto-brasileira, por suas características editoriais, é um exemplo de sobreposição e de divergência em relação ao receptor brasileiro, ao mesmo tempo em que coincide com as expectativas do receptor alemão dessas colônias.

Em Desterro, Laguna e Tijucas, regiões colonizadas por imigrantes de língua portuguesa e onde os jornais eram redigidos em português, a interação foi maior entre a imprensa e seu público, daí resultando, talvez, um maior envolvimento político de seus cidadãos. Os produtores de informação, além de não terem o obstáculo do idioma, estavam em território brasileiro há muito mais tempo ou eram brasileiros natos, e conheciam melhor os meandros da política nacional.

As diferenças do *capital econômico, cultural e simbólico*⁹ desses dois grandes grupos de colonizadores (alemães e portugueses) forjaram diferentes estruturas sócio-econômicas dessas regiões e de seus habitantes. Como conseqüência, estes analisavam os fatos sob diferentes perspectivas políticas e culturais atribuindo-lhes diferentes valores. Havia, portanto, mais sintonia ou pontos de coincidência entre os produtores de informação e receptores. O que se buscou evidenciar aqui é que o contexto espaço-temporal não se restringe apenas aos fatores espaço (geográfico) e tempo (cronológico), mas como assinala Thompson (1995), as *circunstâncias espaço-temporais* dentro de determinados contextos socialmente estruturados.

⁹ Thompson (1995) recorre à classificação de Bourdieu sobre os três tipos de *recursos* ou *capital* que possibilitam *campos de interação* dos indivíduos em seus contextos sociais, quais sejam: capital econômico (bens materiais), capital cultural (conhecimento, habilidades, qualificações) e capital simbólico (méritos, prestígio e reconhecimento).

A análise sócio-histórica proposta pela HP implica ainda na abordagem das *instituições sociais*, no caso do nosso objeto de pesquisa, as organizações jornalísticas catarinenses do final do século XIX. É destas organizações, constituídas quase sempre de forma experimental e movidas por ideais, e por isso mesmo de duração efêmera, que partiam as *ações* buscando estabelecer *campos de interação*, ou seja, a adesão, o envolvimento, a simpatia do leitor com a causa republicana.

Conforme Thompson (Ibidem, p. 197), a organização de instituições “dá forma a campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, cria um novo conjunto de posições e trajetórias estáveis”. Quando do lançamento do primeiro jornal republicano catarinense, pareciam vagas as discussões em torno da república na província, até mesmo quando o movimento estava em curso, os jornais reclamavam da apatia da população em torno da causa. Porém, logo após o surgimento do primeiro periódico, o tema entrou na agenda dos catarinenses e foram lançados outros jornais e criados diversos clubes republicanos. Ainda que não tenha ocorrido a adesão em massa dos catarinenses em torno da causa, o fato é que a imprensa inseriu um novo debate na esfera pública.

Apesar da unidade em relação ao seu posicionamento político, conforme citado anteriormente, a imprensa republicana, apresenta assimetrias e diferenças entre si, caracterizadas principalmente pelo contexto sócio-histórico no qual está inserida, porte organizacional, poder de difusão, entre outros. Essas assimetrias e diferenças são o que Thompson (1995) denomina de *estrutura social* e que também são consideradas neste estudo.

b) Análise formal ou discursiva

A segunda fase da HP compreende a *análise formal ou discursiva*. Se a análise sócio-histórica visa reconstituir o contexto em que as construções simbólicas são formuladas, a análise discursiva, na definição de Thompson (Ibidem, p. 369), está voltada à organização interna destas formas simbólicas, suas características estruturais, seus padrões e relações. É a interpretação do que foi dito.

Para esta análise, Thompson (1995) não determina um método específico. Apenas apresenta como sugestão algumas técnicas ou métodos como a semiótica, análise de conversação, análise sintática, análise narrativa e análise argumentativa, deixando em aberto a

utilização de métodos que melhor convier ao pesquisador, dependendo do objetivo e do objeto pesquisado.

Por identificarmos vários pontos de aproximação entre as sugestões apresentadas por Thompson (1995) e os objetivos desta pesquisa, optamos por desenvolver a análise discursiva a partir das diretrizes da Análise de Conteúdo formuladas por Bardin (2004). Porém, não em suas estratificações quantitativas e estatísticas como é mais freqüentemente identificada, mas sim, em seu aspecto qualitativo (inferencial). Os passos metodológicos da Análise de Conteúdo, principalmente a categorização temática e as inferências obtidas a partir da fragmentação do texto em suas unidades de registro, contribuirão de forma significativa para o desenvolvimento da terceira etapa da HP, a interpretação e re-interpretação.

O discurso lingüístico é impregnado de ideologias e intenções. A partir desta constatação e da complexidade que envolve o código lingüístico, diferentes ramos das *Ciências da Linguagem* como a Gramática, a Filologia, a Lingüística, a Semântica, a Semiótica, a Semiologia, entre outros, têm se ocupado em investigar os campos específicos que compreendem o código lingüístico e a linguagem.

Como assinala Lage (1986, p. 42), “as grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, por que não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico”. Esta linguagem é composta por três elementos fundamentais: *projeto gráfico* (padrão estético), *sistemas analógicos* (fotos, ilustrações, *charges*, *cartoons*) e o *sistema lingüístico* (textos, manchetes, títulos, legendas). Cada um destes sub-campos da linguagem jornalística têm características muito próprias que permitem outras leituras que aquelas extraídas do texto propriamente dito.

Nossa análise discursiva se aterá ao *sistema lingüístico*, mais especificamente aos editoriais (artigos de fundo), até mesmo pela inexistência do *sistema analógico* nos jornais do século XIX e dos poucos recursos possíveis de serem aplicados ao *projeto gráfico*. Estes dois últimos sistemas são mais característicos e fortemente utilizados na imprensa moderna justamente pela disponibilidade da avançada tecnologia de composição e editoração.

A Análise de Conteúdo é um método de investigação, de matiz semiológica, que, através da descrição, objetiva a interpretação das comunicações, ou como define Bardin (2004, p. 27), “visa determinar a influência cultural das comunicações de massa na nossa sociedade”. Sua origem está na lingüística e substitui a filologia, porém com métodos e

pressupostos teóricos completamente distintos. Sua metodologia remete a uma idéia de contexto que não se prende apenas à lingüística, mas analisa o texto como um todo.

Seu campo de investigação situa-se entre a Semiótica e a Semântica. “A semiótica tem por objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.” (BARROS, 1990, p. 7) A Semântica “é um dos componentes, com a sintaxe, da gramática semiótica e tem por tarefa estudar os conteúdos investidos nas relações sintáticas, nos diferentes níveis de descrição lingüística ou semiótica” (Ibidem. p. 89). A imbricação entre estes dois ramos das Ciências da Linguagem denota o caráter interdisciplinar da análise de conteúdo permitindo uma investigação mais ampla do discurso lingüístico a que se propõe esta pesquisa.

Retomando a definição de Bardin (2004, p. 37), a Análise de Conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos à condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O método estabelecido pela Análise de Conteúdo abarca quatro fases:

a) *Organização da análise*, que compreende a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos fundamentos para a interpretação. Enfim, trata da pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados. Está centrada em levantamentos estatísticos, o que Bardin (2004) denomina como taximetria. Sua função é mais heurística, exploratória, na qual se busca identificar a estrutura editorial dos jornais objeto de nossa pesquisa.

b) A *codificação* visa, essencialmente, extrair do texto as unidades de registro – palavras, frases, parágrafos, temas, enfim, unidades de significação – que serão então enumeradas para avaliar a freqüência ou a ordem com que aparecem no texto, e classificadas em categorias a serem definidas pelo pesquisador de acordo com os objetivos pré-estabelecidos.

c) A *categorização* é o agrupamento das unidades de registro que tenham elementos de significação em comum. Esses grupos ou classes podem ser formados a partir de identidades semânticas (temáticas), sintáticas (verbos, adjetivos), lexical (classificação das

palavras segundo o seu sentido), expressivas (classificação das diversas perturbações da linguagem). A categorização temática auxiliará na organização das *unidades de registro* para a investigação dos *modos de operação da ideologia*.

d) A *inferência* (deduções lógicas) é a etapa do processo que visa a interpretação propriamente dita dos textos, de seus enunciados e proposições. É a fase na qual se “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”, é quando se busca “outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 2004, p. 38). Este ponto é coincidente com a interpretação proposta por Thompson (1995).

c) Interpretação/re-interpretação

A inferência, uma das fases constitutivas da Análise de Conteúdo, apresenta pontos de correspondência com a fase de interpretação/re-interpretação estabelecida pela HP. Como assinala Thompson (Ibidem, p. 375), “os métodos da análise discursiva procedem através da análise, eles quebram, dividem, desconstruem, procuram desvelar os padrões e efeitos que constituem e que operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva”.

Esse processo de desconstrução constitui a fundamentação das etapas de codificação das unidades de registro e categorização temática propostas pela Análise de Conteúdo. Como assinala Thompson (Idem), a interpretação é facilitada pelas análises discursiva e sócio-histórica, mas vai além delas, pois a “interpretação se constrói sobre esta análise, como também sobre os resultados da análise sócio-histórica” e “implica um movimento novo de pensamento, procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados”.

Em outras palavras do autor (Idem), os métodos de análise discursiva não excluem a “necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito”. Contudo, ressalta que a interpretação feita pelo pesquisador a partir dos métodos da HP é, simultaneamente, a re-interpretação daquilo que foi originalmente interpretado pelo autor das formas simbólicas ou discursivas dentro de um determinado contexto sócio-histórico. Ou seja, nossa interpretação da ideologia veiculada pelos jornais republicanos catarinenses do final do século XIX, será, na verdade, uma re-interpretação daquilo que os jornalistas da época interpretaram ser o regime republicano.

1.5 Conceito de ideologia

Desde o conceito como “ciência das idéias”, formulado pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796, até suas concepções contemporâneas, a ideologia tem sido alvo de diferentes definições, dependendo do contexto sócio-histórico e político em que é formulado, dos diferentes campos do conhecimento no qual é empregado, do posicionamento político de seus autores, dos objetivos e interesses desses estudiosos, entre outros fatores de interferência na sua elaboração.

São tantas as concepções e significados atribuídos ao conceito de ideologia que os pesquisadores sobre o tema têm realizado verdadeiras “escavações arqueológicas” para resgatar a origem, identificar o sentido e analisar a evolução e os atributos de tal conceito. Löwy (1993, p. 11), investigando-o sob o enfoque das ciências sociais, conclui que “nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho neste labirinto”.

Stoppino (Apud. BOBBIO et al. 2004, v. 1, p. 588), sob o viés da ciência política, faz a mesma advertência:

[...] tanto na linguagem política-prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à ideologia, pela freqüência com que é empregada e, sobretudo, com a gama de significados diferentes que lhe são atribuídos.

Como um dos enfoques centrais da HP, Thompson (1995) também recupera a origem do conceito de ideologia. Sua escalada inicia-se em de Tracy e chega até pensadores mais contemporâneos. Neste percurso, seu objetivo não é apenas apresentar um novo conceito de ideologia mas, principalmente, sistematizar uma metodologia que identifique os modos como a ideologia opera nos meios de comunicação de massa já que estes se tornaram “fator principal de transmissão da ideologia nas sociedades modernas [...]”, embora não seja o único (Ibidem, p. 31). Identificar a ideologia e as maneiras como esta operava no discurso da imprensa republicana catarinense são as questões centrais de nossa pesquisa, daí a necessidade de retomarmos a trajetória de Thompson.

No conjunto de análises do conceito de ideologia feitas pelo autor, ele destaca duas categorias de concepções: *neutra* e *crítica*. Na primeira, ele enquadra os conceitos de

Tracy, Lênin, Lukács e Mannheim (na sua formulação geral da concepção total). Na segunda, inclui os conceitos de Napoleão, Marx e Mannheim (na concepção particular).

As concepções neutras, conforme Thompson (Ibidem, p. 72), “tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores ou ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular”. Em outras palavras do próprio autor (Ibidem, p. 72-73),

A ideologia pode estar presente, por exemplo, em qualquer programa político, independentemente de estar ele orientado para a revolução, a restauração ou a reforma, independentemente de desejar a transformação ou a preservação da ordem social. A ideologia pode ser necessária tanto para manter submissos os grupos, em luta contra a ordem social, como para os grupos dominantes, na defesa de seu *status quo*.

Por outro lado, as concepções críticas são aquelas que “possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo”, que é “enganador, ilusório ou parcial” (Idem).

Examinemos, pois, a construção destas concepções. O conceito de ideologia como “ciências das idéias”, formulado por de Tracy, é de inspiração iluminista e nasceu associado ao republicanismo francês. O filósofo argumentava que “não podemos conhecer as coisas em si mesmas, mas apenas as idéias formadas pelas sensações que temos delas”. Portanto, como um meio de análise das *idéias* e das *sensações*, “a ideologia possibilitaria a compreensão da natureza humana e, desse modo, possibilitaria a reestruturação da ordem social e política de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos”. Apresentava-se como “ciência superior” ou “primeira ciência”, com função “positiva, útil e suscetível de exatidão rigorosa” (Ibidem, p. 45).

Por sua aproximação com o ideal republicano, o que confrontava com o autoritarismo de Napoleão Bonaparte, este desqualificou o conceito de ideologia de Tracy como “doutrina especulativa abstrata, que estava divorciada das realidades do poder político” (Ibidem, p. 46). Apesar das críticas e da desconfiança de subversão do pensador francês e de seu grupo de pesquisadores, Napoleão se apoiou em algumas das idéias de Tracy na elaboração da constituição francesa.

À medida que a tirania napoleônica começou a ruir, se acirrou a oposição do imperador às idéias de Tracy e seus colaboradores, os quais Napoleão chamava de *ideólogos*. Nesta fase, Napoleão imprime uma conotação negativa ao conceito de ideologia. Mais que

uma representação simbólica ou um discurso, a ideologia passou a ser um instrumento de coação, de censura, de repressão. “Praticamente todos os tipos de pensamento religioso, ou político, foram condenados como ideologia. O próprio termo se tornou uma arma nas mãos de um imperador, lutando desesperadamente para silenciar seus oponentes e para sustentar um regime em destruição” (Ibidem, p. 47).

De Karl Marx, Thompson (1995) extrai três concepções dos muitos conceitos de ideologia formulados pelo pensador alemão e das várias interpretações feitas a partir desses conceitos por seus seguidores como Engels, Lênin, Lukács e Gramsci: a concepção *polêmica*, a *epifenômica* e a *latente*. Concepções que, na análise de Thompson, apresentam ambigüidades e sobrepõem uma à outra e que ora são abstratas ou impraticáveis, errôneas ou ilusórias, expressam interesses dominantes ou ainda sustentam relações de dominação. Como essência, atribuem um sentido negativo ao conceito de ideologia assim como o fez Napoleão, porém, apresentam maior consistência ao incorporar um referencial teórico e um programa político, ou seja, uma visão crítica.

Na concepção *polêmica*, Marx e Engels definem ideologia como “uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as idéias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica” (Ibidem, p. 51). É polêmica porque seus autores criticam, zombam e procuram desacreditar o “pensar crítico” dos jovens hegelianos (Feuerbach, Bauer e Stirner) que defendiam a ideologia como uma luta de idéias contra idéias como se estas fossem autônomas, desvinculadas da realidade e ao mesmo tempo pudessem modificar essa realidade.

A polêmica, de acordo com Thompson (Ibidem, p. 51-53), não está na concepção em si, mas por ela apresentar pressupostos como:

- a) as formas de consciência dos seres humanos são determinadas pelas condições materiais de sua vida; b) o desenvolvimento das doutrinas teóricas e das atividades teóricas que vêm das idéias como autônomas e eficazes se torna possível pela divisão, historicamente emergente, entre trabalho material e trabalho mental; c) as doutrinas e as atividades teóricas que constituem a ideologia podem ser explicadas pelo estudo científico da sociedade e da história, e por tal estudo devem ser substituídas.

A concepção *epifenômica*, para Thompson (Ibidem, p. 54), coloca a ideologia como “dependente e derivada das condições econômicas e das relações de classe e das relações de produção de classe”. A ideologia, nesta perspectiva, é definida como “um sistema

de idéias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classes de uma forma ilusória” (Idem).

Na terceira e última concepção com base em Marx, a *latente*, a ideologia é definida como

[...] um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideais que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social (Ibidem, p. 58).

Esta concepção, na interpretação de Thompson (Ibidem, p. 59), chama atenção para o fato de que “as relações sociais podem ser sustentadas, e as mudanças sociais impedidas, pela prevalência ou difusão de construções simbólicas”, o que ele chama de “*processo de conservação social* dentro de uma sociedade que está passando por uma mudança social sem precedentes [...]”.

Mannheim (1968), em uma concepção mais atual de ideologia, estabelece uma ponte entre a teoria da ideologia e a Sociologia do Conhecimento. Inicia sua análise distinguindo a ideologia em dois significados: o *particular* (vinculado ao nível psicológico do indivíduo) e o *total* (estrutura global do pensamento coletivo). O primeiro denota ceticismo em relação às idéias e representações apresentadas pelo oponente, são como “disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses” (Ibidem, p. 82). O segundo, caracteriza-se por ser ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto.

A partir da concepção *total*, Mannheim faz a distinção entre formulação *restrita* e *genérica* do conceito de ideologia. Para Thompson (1995, p. 67), na perspectiva da formulação genérica, pode-se definir ideologia como “sistemas interligados de pensamentos e de modos de experiência que estão condicionados por circunstâncias sociais partilhadas por grupos de pessoas, incluindo as pessoas engajadas na análise ideológica”.

Esta concepção, de acordo com Thompson, deu ao conceito de ideologia um caráter neutralizante. Como observa o próprio Mannheim (1968, p. 103-104), “a teoria simples da ideologia evolui para a Sociologia do Conhecimento. O que anteriormente constituía o arsenal intelectual de uma das partes se transformou em um método de pesquisa da história intelectual e social em geral”. Esse método, acrescenta Thompson (1995, p. 67), não tem como objetivo “denunciar e criticar o pensamento do adversário de alguém; ao

contrário, é analisar todos os fatores sociais que influenciam o pensamento, incluindo o próprio”. Ou, em outras palavras de Mannheim (1968, p. 104), visa “dotar os homens modernos de uma visão retrospectiva de todo o processo histórico”.

Finalizando o percurso de Thompson, este entende que os conceitos de ideologia de Lênin e Lukács também apresentam uma “neutralização implícita” porque ambos apontam em direção a uma ideologia do proletariado. Porém, Lênin temia que o proletariado não conseguiria desenvolver uma ideologia genuinamente socialista e que permanecesse influenciado pela ideologia burguesa. Daí, sua ênfase de que só os intelectuais, distanciados das lutas cotidianas, poderiam conceituar a ideologia do proletariado – a ideologia socialista – “no sentido que ela expressa e promove os interesses do proletariado no contexto da luta de classes” (Ibidem, p. 63).

Lukács também atribuía um papel significativo ao proletariado e sua ideologia dentro do processo de luta de classes. Porém, seguindo a perspectiva marxista, Thompson (Idem, p. 64) defende que a ideologia “são idéias que expressam os interesses da classe dominante; elas não são idéias que expressam os interesses de classe como tais”.

1.6 *Modus operandi* da ideologia nos meios de comunicação

Após analisar as diferentes concepções do conceito de ideologia, Thompson (1995, p. 75-76) formula seu próprio conceito, porém, mais interessado em identificar “[...] as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder” e com as “[...] maneiras como o sentido é mobilizado [...] para reforçar pessoas e grupos que ocupam posição de poder”. Assim, para o autor, estudar a ideologia é analisar “as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Apoiando-se em parte da concepção latente de Marx, reforça: “Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Ou seja, para Thompson (1995), não há ideologia de dominados, ideologia de resistência, ideologias emergentes que buscam subverter os *status quo* vigente. Há, no máximo, o que ele define como “formas simbólicas contestatórias” ou “formas incipientes da crítica da ideologia”.

A proclamação da república no Brasil e em muitos países da América é efeito direto da instauração das repúblicas americana e francesa e não é simples coincidência o fato

da proclamação no Brasil ter ocorrido exatos cem anos após a da França. Ambos têm origem no iluminismo que exaltava a razão, a ciência, o conhecimento, enfim, a crença de que o *progresso histórico* da humanidade se daria não por obra divina, mas como resultado da razão, do trabalho e do conhecimento humanos.

No Brasil, até a proclamação e talvez por muitos anos ainda, não se pode afirmar que a ideologia republicana fosse dominante. Do mesmo modo, que não se pode afirmar que não havia uma ideologia republicana antes do histórico 15 de Novembro. Era, sim, uma ideologia emergente, de resistência, de oposição à monarquia. Um sistema de idéias que se propunha pensar o Brasil como um estado-nação dentro de novas características e perspectivas.

Não compartilhamos da concepção de que a ideologia serve apenas a grupos dominantes, que seja apenas um instrumento de classes (burguesia e proletariado), uma forma enganadora para sustentar os que estão no poder ou o meio pelo qual opositores procuram desmascarar os grupos de dominação. Porém, percorremos a trajetória de Thompson até aqui para situarmos a origem e as variadas vertentes do conceito de ideologia e compreendermos o desenvolvimento de sua metodologia que visa identificar os modos de operação da ideologia nos meios de comunicação. O objetivo é aplicá-la à análise discursiva da imprensa republicana catarinense. Este percurso também contribui para identificarmos o conceito de ideologia mais apropriado ao nosso objeto de pesquisa.

O método desenvolvido por Thompson (1995) para verificar o *modus operandi* da ideologia nas construções simbólicas é dividido em cinco categorias – legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação – cada qual com suas respectivas estratégias discursivas. Foi desenvolvido para identificar como esses modos e estratégias servem para estabelecer e sustentar a ideologia dominante. Porém, nossa proposição é, por meio deste mesmo método, analisar os modos e as estratégias de operação da ideologia pela imprensa republicana catarinense, que buscava subverter a ideologia dominante.

Ainda que o método tenha sido elaborado para analisar a ideologia nos discursos dominantes, entendemos que ele seja válido para a análise discursiva da ideologia em outros grupos que não o de dominadores. Não identificamos, necessariamente, neste procedimento, um confronto entre referenciais teórico e metodológico. Trata-se de uma adaptação viável pois todos os elementos apresentados por Thompson (1995) como componentes dos modos e estratégias discursivas da ideologia dominante, podem constar também na ideologia de discursos emergentes, uma vez que as formas simbólicas, por sua natureza arbitrária, são

suscetíveis das mais variadas formas de análise e interpretação. O método de análise será o mesmo, porém, com objetivos diferentes.

Não nos interessa aqui identificar se a ideologia é boa ou má, se é enganadora ou não. Interessa-nos analisar como a ideologia era operacionalizada nos discursos dos jornais republicanos, qual a estratégia utilizada no sentido de persuadir o leitor à causa republicana. Para tal, adotaremos como conceito de ideologia aquele formulado por Mannheim (1968) e já desenvolvido no item 2.5.2., na sua formulação geral da concepção total, qual seja, analisar todos os fatores sociais que influenciam o pensamento dos mais variados grupos imbuído da “coragem de submeter não só o ponto de vista do adversário, mas todos os pontos de vista, inclusive o seu, à análise ideológica” (Ibidem, p. 103).

A adoção desta concepção nos é reforçada por aquelas que Marcondes Filho (1997) apresenta como características da ideologia: pertencer sempre a um grande grupo de pessoas, nunca a um sujeito separadamente; viver fundamentalmente de símbolos, trabalhada com símbolos e formada por estereótipos; um conjunto de valores que o indivíduo preza, algo pelo qual a pessoa tem uma grande consideração; uma forma de ver o mundo, uma visão de mundo; tem uma grande capacidade de mobilizar as pessoas e as massas; apresenta-se como progressista, avançada ou revolucionária, não pelas declarações, pela ostentação, pelo que o sujeito fala, ela só o é pela prática, pela ação do sujeito.

Marcondes Filho (Ibidem, p. 9) desmistifica a ideologia apresentando-a como algo vivo, “um conjunto de idéias, valores, intenções aspirações na cabeça das pessoas” e que “participa da vida cotidiana, como influencia e atua nas pessoas em todos os ramos de atividade”. Ele argumenta que a ideologia vai além da questão de classes, de quem domina quem.

A ideologia não é apenas uma questão política: ser contra ou a favor ao proletário, contra ou a favor à burguesia, contra ou a favor ao capitalismo ou ao socialismo. Estes conceitos já não estão muito claros pelo fato de, por um lado, os países chamados ‘socialistas’ demonstrarem uma grande resistência a passarem ao trabalhador o controle real do país, em suprimirem de fato as classes, a burocracia, as elites e, de, por outro, a burguesia ou a sociedade capitalista oferecerem uma série de vantagens (que de fato são vantagens provisórias, aparentes) aos trabalhadores (Ibidem, p. 19).

Fundamentalmente, prossegue Marcondes Filho (Ibidem, p. 33), a ideologia surge a partir do “processo de trabalho como algo que faz parte da vida e da consciência das pessoas, as quais através desse processo almejam provocar mudanças”. É essa idéia de

ideologia que tem como característica a ação, a mudança, a recriação dentro de um processo dialético, o ideal que move os mais variados grupos, que entendemos ser a força motriz da sociedade. Nosso objetivo é analisar de que modo essa ideologia emergente era operacionalizada no discurso da imprensa republicana catarinense.

Para tal objetivo, entendemos que o método de modos de operação da ideologia, desenvolvido por Thompson (1995), é uma ferramenta eficaz. Esses modos serão nossas categorias de análise dentro da técnica de análise de conteúdo apresentada por Bardin (2004). Com base em Thompson (1995), apresentamos uma síntese desses modos e suas respectivas estratégias de construção simbólica:

Legitimação: segue a definição de Weber como “algo justo e digno de apoio”. Está baseada em três fundamentos: racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade).

As estratégias através das quais a legitimação se insere nos discursos midiáticos são a racionalização (cadeia de raciocínio que visa defender ou justificar relações ou instituições sociais, e persuadir o público em torno de uma causa); a universalização (aquilo que é de interesse de alguns passa a ser veiculado como de interesse de todos); e a narrativização (o presente é apresentado como decorrência das tradições do passado).

Dissimulação: dá-se pela negação, ocultação, pelo obscurantismo ou pelo desviar da atenção do leitor à questão central. Sua estratégia está no *deslocamento* (quando as conotações positivas ou negativas são transferidas de uma pessoa a outra); na *eufemização* (realce do aspecto positivo da situação, das pessoas ou instituições); no *tropo* (sinédoque, metonímia e metáfora são usadas para dissimular certas relações).

Unificação: cria uma identidade coletiva através de formas simbólicas. Suas estratégias são: *padronização* (as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão); *simbolização da unidade* (criação e difusão de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva com bandeiras, hinos, etc).

Fragmentação: ao contrário da unificação, visa segmentar o grupo dominante ou de oposição. Tem como estratégia a *diferenciação* (dá ênfase às diferenças, às divisões que desunem os grupos de oposição); *expurgo do outro* (implica em construir a imagem do outro como inimigo, mau, ameaçador, contra o qual os grupos são chamados a resistir ou expurgá-lo).

Reificação: aquilo que é transitório, histórico, pode ser construído como permanente, natural, atemporal. Visa eliminar ou ofuscar o caráter sócio-histórico dos fenômenos. Usa como estratégia a *naturalização* (coisas resultantes de um processo social e histórico são retratados como acontecimentos naturais); *eternalização* (fatos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes); *nominalização* e *passivização* (a primeira estratégia se dá quando as sentenças, descrições da ação e dos participantes são transformadas em nomes – “o banimento das importações” ao invés de “o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações; a segunda estratégia ocorre quando a estrutura da sentença é colocada na voz passiva). Em suma, a *nominalização* e a *passivização* visam minimizar os atores e as ações desenvolvidas como se elas pudessem se realizar por si só.

Apesar de sustentar em toda sua argumentação que estas estratégias são instrumentos para criar e sustentar relações dominantes, Thompson (Ibidem, p. 89) abre sua retaguarda ao considerar que

Se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou para **subvertê-las** (grifo nosso), se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para **miná-los** (grifo nosso), é uma questão que só pode ser revolvada examinando como essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana.

Parece-nos claro que a imprensa republicana catarinense, nas construções simbólicas estampadas em suas páginas, visava justamente *subverter* e *minar* a ideologia monarquista e inserir na agenda pública um novo regime de governo estruturado dentro de uma emergente vertente ideológica: o republicanismo. De natureza laudatária, aquela imprensa se utilizou de estratégias para legitimar a república e negar a monarquia. A forma como foi construída e o sentido dado a essa legitimação e essa negação através das formas simbólicas, são as essências dessa pesquisa.

2 A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA

O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam, sinceramente, estar vendo uma parada.

Aristides Lobo¹

A instauração da república brasileira é um dos marcos mais controversos da história do país. O tumultuado período da Primeira República (1889-1894) foi, para Basbaum (1997), uma *comédia de absurdos*. Eis os componentes dessa comédia, segundo o autor: o primeiro deles está na própria proclamação – o Partido Republicano criado para proclamá-la, não o fez. Segundo: o ato histórico coube ao Exército que, em sua maioria, não era republicano. Terceiro: o proclamador, o marechal Deodoro da Fonseca, era monarquista e amigo Imperador, e só se tornou republicano momentos antes da proclamação; seu ato foi mais para exaltar seus brios e do Exército, e não por ideologia política.

As contradições continuam após o 15 de novembro. Quarto: Deodoro nomeia como seu primeiro-ministro o barão de Lucena, homem de confiança do Império e declaradamente simpatizante daquele regime. Quinto: num ato ditatorial, esquecendo-se que república pressupõe democracia, Deodoro manda fechar o Congresso. Sexto: o presidente renuncia vinte dias depois quando a Marinha anuncia um levante – a Revolta da Armada (1893) – com um único navio em posição de ataque na Baía de Guanabara; mais tarde, no segundo levante, Floriano resistirá a uma frota de 15 navios. Sétimo: os revoltosos permaneceram com seus navios ancorados durante seis meses na baía da Guanabara, ameaçando atacar o Rio de Janeiro, mas não o fizeram; foi tempo suficiente para o governo comprar navios de guerra (sucateados) no exterior e fazer frente aos rebelados que então foram combater (o que?) em Santa Catarina.

O desfecho dessa *comédia*, mas não necessariamente o último ato, foi o não comparecimento de Floriano Peixoto à transmissão do cargo de presidente da República a seu sucessor, Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil e eleito pelo voto direto. Floriano preferiu cuidar de seu jardim.

¹ Trecho da crônica de Aristides Logo, ministro do Interior, datada de 15 de novembro de 1889 e publicada no *Diário Popular* (SP) em 18 de novembro de 1889 (Apud. Silva, p. 67).

Conforme Basbaum (Ibidem. p. 13), estes “fatos se sucedem, pelo menos aparentemente, completamente isolados uns dos outros e para os quais a simples seqüência natural da causa e efeito parece não existir”. Talvez daí a dificuldade dos historiadores em identificar a gênese da república brasileira.

Ao revisar os principais estudos sobre as causas que levaram à Proclamação, Costa (1987) os classifica em cinco grupos:

a) Os cronistas de primeira hora, contemporâneos do episódio, movidos por diferentes interesses e envolvimento no processo, identificam diferentes causas. Os monarquistas atribuem-na mais a uma “indisciplina do Exército” e menos a uma ação do Partido Republicano. Por sua vez, os republicanos apontam a “concretização de uma antiga aspiração nacional, correção necessária dos males do passado, e obra de um punhado de idealistas, que contou acidentalmente com o apoio do Exército” (Ibidem, p. 317). O ato meramente *indisciplinar* ou *acidental* do Exército, leva Silva (2005, p. 69) a concluir que, conforme os cronistas da época, no Brasil “descoberto por engano, a República foi proclamada por equívoco”.

b) Mais distanciados no tempo e dentro de novas concepções do estudo da história, a partir de 1930 as pesquisas passaram a dar relevância à participação dos militares e dos fazendeiros paulistas (declínio das oligarquias rurais) na análise da origem do processo republicano.

c) Autores marxistas, engajados numa interpretação crítica mais focada no papel dos grupos sociais e menos nos indivíduos, identificou como causas as conexões entre as transformações econômicas e sociais do país e a mudança do quadro institucional.

d) À quarta fase desses estudos caberá caracterizar, entre outras questões, o que é classe média, ou burguesia, qual sua importância relativa, qual sua participação nos movimentos políticos, qual o comportamento das camadas rurais. Enfim, “é preciso ainda conhecer os ideais dos vários grupos que se associaram ao proclamar a República, as contradições que os dividem” (COSTA, 1987, p. 319). Este revisionismo, acrescenta a autora, será feito a partir do momento em que a pesquisa venha testar novas teorias.

De consenso mesmo entre os diferentes estudos, só a ausência do povo no ato da Proclamação. Um dos testemunhos mais citados desse ato sem platéia é o de Aristides Lobo, de que o povo assistiu a tudo àquilo “bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que

significava”. Ou seja, o novo regime – de bases democráticas – foi proclamado em nome do povo, mas sem a participação do povo.

Dentre as quatro linhas de estudos identificadas por Costa (1987) sobre o processo republicano brasileiro, adotaremos notadamente aquela que coloca a questão das classes como fator preponderante e da qual Basbaum (1986 e 1997) é um dos principais representantes. Isto porque não se pode atribuir a transformação política de um país a causas “naturais” ou ao ato isolado de um indivíduo. Mudanças dessa magnitude resultam de conflitos, de oposições entre interesses de grupos. Exigem sustentação econômica e ideológica de classes, ainda que tenha como ponto de partida uma classe minoritária. A república foi antes de tudo resultado do conflito de interesses de classes (dominadores e dominados; aristocratas e democratas; monarquistas e republicanos).

Instaurado o novo regime, os vários grupos sociais buscaram construir a república que contemplasse seus sonhos ou ideologias. Eram muitas as vertentes. Entre os republicanos liberais havia os democratas radicais (jacobinos) e os que impunham limitações ao voto; entre os republicanos ditadores, alguns defendiam a ditadura militar e outros a civil. Havia ainda os defensores das oligarquias regionais (federalistas); os que propunham um governo central forte (fazendeiros de café de São Paulo e Minas Gerais); os presidencialistas, os parlamentaristas, etc. Enfim, a república brasileira era fragmentada, tinha muitas faces, o que levou à instabilidade de seus primeiros anos. A imprensa como instituição porta-voz destas muitas correntes, também produzia discursos diferenciados, conjugados com os interesses de cada uma dessas facções.

Nosso objetivo neste capítulo não é, necessariamente, apurar quais as verdadeiras causas que deflagraram o processo republicano no Brasil, mas contextualizar os principais fatos que poderiam determinar ou influenciar na elaboração das pautas dos jornais republicanos. Iniciamos com os movimentos pré-republicanos; seguido do Manifesto Republicano de 1870; o papel da imprensa; o 15 de Novembro.

2.1 Origem da república brasileira

A origem do processo republicano no Brasil tem muitas versões. Inconfidência Mineira (1789), Revolução Pernambucana (1817), Independência do Brasil (1822), Confederação do Equador (1824), Revolução Farroupilha (1835-1845) são alguns dos marcos mais referenciados pela historiografia como sendo de base republicana. É a fase que Costa (1987) define como de “republicanismo utópico”, pois não havia articulação desses movimentos entre si e nem o Partido Republicano. Foi mesmo a partir de 1870, com o lançamento do Manifesto Republicano, que o movimento tomou corpo. A queda do gabinete do ministro Zacarias em 1868 gerou a crise política que dividiu o Partido Liberal nas alas radical e moderada. Foi do núcleo radical que se originou o Partido Republicano. Seu ideal se estendeu pelo país através de clubes e jornais concentrando-se principalmente nas províncias do sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) onde se concentravam 73% dos jornais e 89% dos clubes, segundo Oliveira Lima.

Para compreendermos melhor a gênese desse processo, vamos aprofundar um pouco mais as linhas de estudos identificadas por Costa (1987) e sintetizadas na introdução deste capítulo. Para os republicanos da época, o movimento se insurgiu em decorrência da ruína do próprio Império. A monarquia estava “condenada pela sua própria índole”, conclui Suetônio em 1896² (Apud. COSTA, 1987, p. 268). Era uma anomalia na América, cerceadora das liberdades, centralizadora, corrupta, aniquiladora dos demais poderes políticos, injusta, arbitrária, violenta.

O poder pessoal de D. Pedro e suas limitações como estadista, a má gestão das finanças públicas, a manutenção da escravidão, as guerras contra outros países, as arbitrariedades do Poder Moderador, as fraudes eleitorais e a vitalidade do Senado são outros fatores apontados pelos republicanos. Havia também a preocupação de um terceiro reinado a ser exercido pela princesa Isabel – o que na visão dos republicanos transformaria o Império no “reino dos padres”, seria “Roma governando o Brasil” (FIALHO, 1983, p. 22) – ou pelo seu marido, o impopular conde D’Eu. A república seria então a “solução natural para os problemas”, a “concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século” (Idem).

² O livro de Suetônio, *O antigo regime, homens e coisas*, editado em 1896, reúne artigos publicados no jornal *O Paiz*.

O estudo mais completo dessa fase, segundo Costa (1987), é o de Felício Buarque, *Origens republicanas – estudos da gênese política* (1894), o qual afirma que “a democracia no Brasil tem origens étnicas no povoamento e que o regime republicano sempre constituiu aspiração nacional” (Ibidem, p. 269). Acrescenta ainda o abalo causado pelas transformações econômicas e sociais, a transição para o regime de trabalho agrícola e industrial, a propaganda republicana através de jornais e livros, a corrupção, a má administração do Império, o poder pessoal de D. Pedro, a atuação do Partido Republicano em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a repercussão da Lei Áurea, a atitude da Armada e do Exército, a indisposição com um terceiro reinado e a ação do Ministério, em 7 de junho, contra os republicanos e as Forças Armadas.

O discurso dos monarquistas e dos republicanos desiludidos com a República, obviamente, apresentava outra versão na qual

[...] a República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Fora fruto da indisciplina das classes armadas que contavam com apoio de fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos. Tinha sido um equívoco. [...] Uma simples parada militar substituiria esse regime por um outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual. (Ibidem, p. 273)

O conservador e monarquista Visconde de Taunay definiu a República como “paródia ridícula e sanguinária do regime democrático”, “imposição e partilha de um grupo mínimo com exclusão absoluta da vontade e do voto do povo”, “um governo pessoal” (Ibidem, p. 274).

Em linhas gerais, o que ficou consolidado nos anais da história foi a versão dos republicanos, a versão dos vencedores que até hoje perpassa boa parte dos livros escolares. Porém, os estudos desse período foram centrados principalmente nas aparências da realidade, onde cada qual opinava a partir de seu ponto de vista, de seus interesses, da sua vivência mais ou menos intensa que tivera com os fatos.

Além dessas duas linhas, há aquele que Costa (1987) apresenta como *um testemunho menos comprometido*, referindo-se ao viajante francês Max Leclerc que percorria o Brasil durante o período da proclamação e publicou o livro *Cartas do Brasil*, que define a República como fruto do acaso:

A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la, mas aconteceu que os que fizeram a revolução não tinham de modo nenhum a intenção de fazê-la e há atualmente na América um presidente da República à força. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil. Era contra Ouro Preto e não contra a Monarquia. A Monarquia caíra. Colheram-na sem esforço como um fruto maduro. (Apud. COSTA, *Ibidem*, p. 275)

Os conflitos nos primeiros anos da república, gerados por tantas contradições, e a nova realidade sócio-econômica brasileira das primeiras décadas do século XX, além do relativo distanciamento histórico, trouxeram novas interpretações para aquele ato histórico. Dentro dessa nova geração de revisionistas, Costa (1987) identifica dois grupos: *civilistas* e *militaristas*, cada qual reivindicando para si as glórias do movimento. As divergências que antes eram no plano institucional entre Monarquia e República, agora eram deslocadas para as classes militar e civil.

A versão dos civilistas não era muito diferente daquela proferida pelos contemporâneos da proclamação, ou seja, a de relevar a segundo plano a atuação dos militares, pois estes não passaram de “instrumentos nas mãos dos políticos” (MONTEIRO, apud. COSTA, 1987, p. 282). Referindo-se aos países latino-americanos, acrescentava Monteiro em seu livro *Pesquisas e depoimentos para a história*, publicado em 1913:

A maior praga desses países tem consistido na exploração do elemento militar pela velhacaria política. Neles tudo favorece esse desvio da função nacional da força política. O fim principal dos seus homens de Estados, dos seus patriotas deveria ser a implantação definitiva da autoridade civil e a subordinação das classes armadas ao seu papel único e meritório de garantia da ordem interna e da paz com o estrangeiro. Em vez disso, sempre que se oferece uma situação delicada, em que um ‘elemento estranho’ possa ‘desviar o eixo da política’, não falta quem esteja disposto a acordar nos quartéis soldados de prontidão e os venha trazer pelo braço, como salvadores do momento que transformam a espada em talismã (Idem).

Em oposição a esta interpretação, Ximeno Villeroy, em seu livro *Benjamin Constant*, de 1928, desmoralizou a monarquia, classificou D. Pedro II como um medíocre homem de estado e exaltou o papel dos militares no processo da proclamação. Considerou a intervenção dos militares na política como “um grande mal”, e questionou: “de quem é a culpa?” Sua resposta apresenta uma perspectiva geral e outra especial. “Esta última consiste essencialmente no imoral predomínio dessa casta de politiqueros profissionais que fez da política a arte de bater moeda; e aquela, na desordem permanente, na indisciplina geral em que vive o povo brasileiro...” (Apud. COSTA, *Ibidem*, p. 284).

Oliveira Viana em *O caso do Império*, traz uma significativa perspectiva monarquista. Exalta os militares como fundamentais na revolução – embora defina o ato como uma indisciplina insuflada pelos civis –, minimiza o papel dos republicanos e dos positivistas, e sentencia que os próprios monarquistas foram os responsáveis pela fragilização daquele regime. Aponta que fora o Parlamento e não o poder pessoal do Imperador que sustentara o Império e que, por outro lado, foram os ministros os responsáveis pelas deturpações do regime. Sobre os republicanos e sua propaganda, diz que estes “eram poucos e mal articulados” e não tinham forças para depor o Imperador, a não ser com o apoio do Exército. Em relação aos partidos do Império, foi taxativo:

[...] não tinham opinião e eram simples agregados de classe organizados para a exploração em comum das vantagens do Poder. Não tinham programas, e seu objetivo era a conquista do Poder e sua conservação, por isso o imperador se convencera de que não podia encontrar na opinião dos partidos nenhum índice seguro das correntes inferiores que porventura animavam a consciência do país. (Apud. COSTA, *Ibidem*, p. 287)

Por último, em 1930, Piandá Calógeras em *Formação histórica do Brasil*, embora seguindo as diretrizes do pensamento de Oliveira Viana, acrescenta um novo ingrediente como causa do fim da Monarquia: a questão religiosa.

Em síntese, esse conjunto de fatores é o que se perpetuou na historiografia oficial: “A República era fruto de ressentimentos acumulados: do Clero contra a Monarquia, dos fazendeiros contra a Coroa, dos militares contra o governo, dos políticos contra o imperador” (COSTA, *Ibidem*, p. 293). A autora acrescenta ainda a “incompetência dos políticos do Império, incapazes de defender o próprio regime que representavam”.

Na linha evolutiva destas pesquisas, o positivista Vicente Licínio Cardoso foi um dos primeiros a chamar atenção para os fatores econômicos e sociais como a ligação entre a monarquia e a aristocracia rural. “Até então a maioria os historiadores dizia que abolição, provocando o descontentamento dos fazendeiros, levava-os a aderir à causa republicana”. No entanto, ele afirmava que “a abolição, atingindo a aristocracia rural, suporte da Monarquia, destruíra-lhe as bases” (*Ibidem*, p. 296). A abolição fora a última tentativa da monarquia para permanecer no poder, mas o efeito foi ao contrário.

A terceira fase do revisionismo apresentado por Costa (1987), é resultado do novo contexto social forjado pela urbanização e industrialização em que o Brasil começava a se

inserir a partir dos anos 20³ e que influenciaram os historiadores na busca de novos ângulos para a análise da proclamação, agora sob a influência dos economistas e marxistas.

O livro de Caio Prado Júnior, *Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*, de 1933, de matiz marxista e com o propósito de escrever “uma história que não fosse a glorificação das classes dirigentes” (Apud, COSTA, *Ibidem*, p. 302), inaugura essa fase. Ele descartou as interpretações tradicionais e acentuou que o principal motivo para a queda da monarquia fora a “inadequação das instituições imperiais ao progresso do país” (Idem) como o Senado Vitalício e o Conselho de Estado que frearam o crescimento do país. Ouro Preto tentou viabilizar algumas reformas neste sentido, mas já era tarde. As idéias de Caio Prado, ainda que não devidamente aprofundadas, influenciaram estudos posteriores.

Pela análise economicista de Normano, em *Evolução econômica do Brasil*, de 1939, desde a Independência, o Brasil foi administrado como uma fazenda, por fazendeiros. Quando emergiram as classes dos comerciantes, dos industriais, dos trabalhadores livres e a aristocracia rural começou a perder forças, ruiu também o Império. Ou seja, a Monarquia perdeu sua base econômica e não teve mais como se sustentar.

Entre os autores marxistas que estudam a origem da república sob o viés do abalo da infra-estrutura da monarquia, Costa destaca Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum. O primeiro, em seu livro de 1939, *Panorama do Segundo Império*, acentua que “a Monarquia desapareceu menos pela oposição que lhe moviam do que pela sua própria fraqueza, pela sua falta de base, pela indiferença, apatia e neutralidade de muitas das forças que a haviam apoiado no passado” (COSTA, *Ibidem*, p. 305).

Influenciado pelo materialismo histórico, em sua *História sincera da república*, de 1963, Basbaum decreta que a Monarquia já nasceu condenada, pois tinha como herança do período colonial, o latifúndio, as relações feudais de produção e o escravismo. A extinção do tráfico negreiro em 1850 e a substituição da aristocracia açucareira pela cafeeira também contribuíram para o fim da Monarquia. Mas os três fatores principais, segundo o autor, foram a abolição, a Questão Religiosa e a Questão Militar. Ou seja, os sustentáculos do antigo regime: a aristocracia cafeeira, a Igreja e as Forças Armadas; as classes dominantes.

Apesar dos avanços nas várias interpretações sobre a origem da república no Brasil, Costa (1987) adverte que ainda há outros aspectos a se considerar neste processo

³ Basta citar que entre 1889 e 1920, o número de estabelecimentos comerciais no país passou de 600 para cerca de 13 mil e a massa trabalhadora de 50 mil para mais de 300 mil, conforme dados da autora (1987).

principalmente em relação as classes sociais e econômicas daquele período, seus interesses, sua ideologia, sua participação política, sua influência, etc.

2.2 O Manifesto e o Partido Republicano

O Partido Republicano foi fundado no Rio de Janeiro em 3 de novembro de 1870, resultado da articulação de 30 pessoas, mesmo divergindo sobre alguns aspectos da nova sigla. O célebre manifesto do partido veio à luz exatamente um mês depois, na edição de estréia de *A República*⁴, do Rio de Janeiro, com 58 signatários⁵. Porém, o documento que sistematizava as bases ideológicas da grey e que seriam propagadas pelos clubes e jornais por todo país, conforme Basbaum (1986), era *vazio, demasiado literário e não convencia ninguém*.

O longo interlúdio com oito tópicos visava fundamentalmente a negação da monarquia evidenciando seus defeitos. “Regime de compressão e de violência”, “corrupção”, “imprevidência”, “usurpações”, “funesto eclipse”, “onipotente”, “perpétuo”, “irresponsável”, “despotismo colonial” são algumas das construções simbólicas que se depreendem repetidamente do texto para desqualificar o regime monárquico. Era com esses pejorativos que os republicanos construam a imagem do Império. Esses erros eram atribuídos à

Constituição de 1824 e ao Poder Moderador de D. Pedro, ao sistema eleitoral e, principalmente, combatia a centralização do poder erguendo a bandeira federalista como questão central e fundamental das aspirações republicanas, reivindicação que entretanto já constava do programa liberal (Ibidem, p. 216).

O manifesto inicia com uma introdução dirigida aos *Concidadãos* na qual os republicanos apresentam-se como homens livres e subordinados aos interesses da pátria, e asseguram que o objetivo não é convulsionar a sociedade, mas esclarecê-la. Em sua

⁴ *A República* era o órgão oficial do partido e enfrentava dificuldades financeiras. Em 1872 foi adquirida por Quintino Bocaiúva e embora deixasse a condição de órgão oficial, mantinha a orientação republicana. Bocaiúva, o teórico do partido, insistia na idéia de que um bom jornal deveria ser neutro e *A República* deixou de circular em 1874. O jornalista republicano dirigiu em seguida *O Paiz*. Novos jornais passam a ser editados no Rio de Janeiro como *O Brasil Americano*, *A Lanterna* e *O Amigo do Povo*. Posteriormente, este último adotou o nome de *A República* e foi dirigido por Aristides Lobo.

⁵ Os signatários do manifesto tinham o seguinte perfil profissional: 12 advogados, nove médicos, nove negociantes, oito jornalistas, quatro engenheiros, três funcionários públicos, dois professores e um funcionário público. Alguns deles já tinham exercido cargos políticos como o de deputado e presidente de província. Entre os nomes mais conhecidos estão os de Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Ferreira Viana e Quintino Bocaiúva.

Exposição de motivo, condenam os privilégios – de religião, raça, conhecimento, oposição – existentes na monarquia e que geram o desequilíbrio de forças, a superioridade de alguns sobre muitos. Argumenta que a decadência moral, a desorganização administrativa e as perturbações econômicas arruinaram o presente e ameaçam o futuro.

No tópico *Processo histórico*, mais digressões contra a monarquia, iniciando pelo processo de Independência e passando pela Constituição de 1824, pela renúncia de D. Pedro I em 1831, pelo golpe da maioria em 1840 entre outros marcos da história do Brasil imperial, forçados para manter a Família Real no poder. A supressão da liberdade das várias instituições do país como a religião, a economia, a imprensa e o associativismo são abordados no tópico *o Sofisma em ação*. Em *Consenso unânime*, aponta erros da monarquia, recorrendo principalmente a várias citações de jornais da época.

Sobre *a Federação*, assinala que a própria natureza e a topografia do país encarregaram-se de estabelecer o princípio federativo antes mesmo do sistema político. Esse desejo fora colocado em evidência no processo da Independência, mas abortado pela Constituição de 1824, pela revolução de 7 de abril de 1831 e em outros movimentos. Em *a Verdade democrática* define como utopia a monarquia representativa estabelecida pela Constituição de 1824 e que a soberania de uma nação só existe quando o parlamento pode ser democraticamente eleito pelo povo e o governo deve ser exercido também por delegação dos cidadãos, por isso, “o princípio dinástico e a vitalidade do Senado são duas violações flagrantes da soberania nacional”. Como *conclusão*, reivindica a convocação de uma assembléia constituinte para instaurar um novo regime.

Em sua análise crítica sobre o manifesto, Basbaum (Ibidem. p. 216) assevera que:

O fato de não haver sido a República uma aspiração popular se deve menos ao amor e respeito pela monarquia do que ao conteúdo vago – para não dizer vazio – do programa do Partido, que não consultava os interesses populares, não traduzia reivindicações de caráter econômico, não tocava no problema da terra, não se referia ao problema servil.

Em 18 e abril de 1873 é fundado o Partido Republicano Paulista (P.R.P.) durante a Convenção de Itu.⁶ Em novembro, apresenta suas *Bases para a Constituição de São Paulo* que embora não contemplassem aspectos como a questão da propriedade, o trabalho servil e

⁶ O encontro teve a participação de 133 convencionais, sendo 55 fazendeiros, dez advogados, oito médicos, cinco jornalistas, além de profissionais de outras áreas. Essa composição de maioria latifundiária, explica o porquê da oposição à abolição da escravatura. A minoria de profissionais liberais se identificava mais com a vertente carioca, assinala Basbaum (1986).

de outras classes, a imigração, a saúde pública, a alfabetização e proteção ao pequeno agricultor, etc., trazia avanços na área administrativa, atribuía amplos poderes ao Legislativo, limitava o mandato do presidente à legislatura, concedia liberdade de imprensa, de prática religiosa, de reunião, assegurava a inviolabilidade do lar, da correspondência, entre outros. Do mesmo modo que no Manifesto de 1870, a maior parte das novas propostas também fazia parte do programa do Partido Liberal. A diferença era que, para os republicanos, só a República poderia executá-las.

Além de um programa vago, o Partido Republicano era fragmentado. Não havia unidade entre os 234 clubes espalhados pelo país em 1888⁷ – 201 no Sul e 33 no Norte – conforme Oliveira Viana. Cada qual em suas províncias criava seu jornal empunha suas diretrizes. Os republicanos do Rio de Janeiro, por exemplo, eram pela abolição enquanto os paulistas eram contra ou se omitiam sobre a questão. O partido abrigava muitas correntes: os radicais, os moderados, os comteanos, os idealistas, os objetivistas, entre outros. Para buscar uma unidade, em janeiro de 1875 foi criado o Partido Republicano Federal, mas as diversas vertentes nunca se coadunaram. O republicanismo era, em sua maioria, um movimento de intelectuais e do meio urbano, o que explica a pluralidade de idéias e propósitos. Outro congresso realizado no Rio de Janeiro em 5 de julho de 1887, consubstancia as propostas do P.R.P. O novo manifesto tem a assinatura de 18 representantes de dez províncias. Entre os signatários estava Antônio Justiniano Esteves Júnior, representando Santa Catarina.

Com o retorno do Partido Liberal ao poder em 1878, com o gabinete Zacarias, após dez anos de exclusão, muitos ex-liberais que agora se encontravam na grey republicana, resolvem retornar ao partido de origem, fragilizando o Partido Republicano. Há uma redução nas atividades do partido que só serão retomadas entre 1886 e 1887 com a criação de clubes e jornais e a disputa de eleições. É nesta fase que Santa Catarina ingressa na causa com seu primeiro clube e jornal. É quando o militante paulista Silva Jardim também se destaca na propaganda republicana, pela sua posição radical. Mas “os acontecimentos se precipitaram, marcharam mais depressa que o Partido, e o 15 de Novembro, embora feito com a colaboração de alguns chefes republicanos, está muito longe de ter sido obra do Partido” (BASBAUM, 1986, p. 209).

⁷ Para engrossar esses números, segundo Fialho (1983) – militar republicano, deputado federal pelo Piauí e Constituinte de 1891 – entre a libertação dos escravos e a proclamação, foram criados mais de 300 clubes republicanos e grande número de jornais, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A falta de prestígio dos republicanos pode ser avaliada em números. Em 1886, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Ubaldino do Amaral são derrotas à Câmara dos Deputados. Mais tarde, Patrocínio só se elege vereador com o apoio da Confederação Abolicionista. Em 1888, na disputa para uma vaga na Câmara de Vereadores, Bocaiúva recebe apenas 108 votos contra 1.347 de seu adversário conservador e abolicionista Ferreira Viana. Ainda em julho de 1889 nas eleições para o Senado, os republicanos conseguem apenas um sétimo da votação e em agosto, para a Câmara Federal, obtêm o mesmo desempenho.

Em São Paulo, embora o número de republicanos fosse maior que em outras províncias, a densidade eleitoral não era diferente. Em 1881, o censo eleitoral registrava 902 eleitores republicanos, 1.581 liberais e 1.933 conservadores, conforme Boehrer (Apud. BASBAUM, 1986). Naquele ano, os candidatos republicanos à Câmara dos Deputados saíram derrotados, mas conseguiram eleger quatro deputados provinciais – Campos Salles, Prudente de Moraes, Rangel Pestana e Martinho Prado – além de 59 vereadores e 26 juizes de paz em diversos municípios do interior. Prudente de Moraes e Campos Salles se tornaram, em 1884, os dois primeiros deputados gerais do país pelo Partido Republicano. Três anos depois, em 1887, foram eleitos os três primeiros deputados provinciais pelo partido, um deles Prudente de Moraes. Eles tiveram apoio dos liberais e Prudente de Moraes não usou o discurso republicano em sua propaganda. Para o Senado, em 1888, os candidatos republicanos – Saldanha Marinho, Rangel Pestana e Jorge Miranda – tiveram votação três vezes menor que os conservadores. Nas eleições de julho de 1889 para a Assembléia Imperial, os republicanos obtiveram um total de 3.593 votos contra 3.957 dos conservadores e 6.537 dos liberais. Os números que revelavam a baixa densidade eleitoral da nova sigla, conforme Schmidt (2005, p. 468), fez com que D. Pedro II não a temesse, mas ela abrigava entre seus eleitores “os mais poderosos e ricos fazendeiros do Oeste Paulista”, classe que propiciava a sustentação econômica da monarquia.

O partido tinha praticamente o mesmo perfil de profissionais liberais – advogados, jornalistas, médicos, etc. – que o Rio de Janeiro. Porém, entre os paulistas havia um expressivo grupo de agricultores que representam a força cafeeira emergente, e por isso mesmo, em sua maioria, o grupo era contra a abolição dos escravos que representam a força produtiva. Foram os escravocratas descontentes com a abolição, que robusteceram o partido em São Paulo. Alberto Salles, irmão de Campos Salles – futuro presidente da República – é um dos destaques da propaganda republicana paulista. Como deputado, foi autor do

Catecismo Republicano, de 1885, amplamente divulgado no sul do país. Racista, ele também fez coro com os latifundiários contra a abolição. Ainda que sem prestígio eleitoral, os republicanos chegam ao poder depois de quase trinta anos em que os partidos Liberal⁸ e Conservador⁹ se revezaram no comando político durante o Império.

Estas breves considerações em torno do Manifesto de 1870 e da estrutura do partido são significativas para se compreender o discurso dos jornais e dos próprios clubes republicanos distribuídos pelo país. O documento era o apostolado do movimento, o manual de seu ideário. É a partir dele que a ideologia do partido deveria se multiplicar através dos jornais e dos clubes. Se essa bússola ideológica era inconsistente, vazia, sem encaminhamentos e propostas concretas, sem uma filosofia partidária clara, definida, como poderiam os jornais e os próprios clubes ampliar os ideais do partido de forma consistente? É possível que o fraco conteúdo do Manifesto tenha se refletido no fraco conteúdo desses jornais.

2.3 A imprensa republicana

Embalada pelo desenvolvimento econômico e social do país desencadeado com o início da industrialização, pelo surgimento da classe de trabalhadores assalariados e pela sensível elevação no índice de alfabetizados, a imprensa brasileira, notadamente a do Rio de Janeiro¹⁰ e São Paulo, desponta para sua fase industrial a partir de 1880, o que se acentua no início do século XX. Essa mudança passa pela modernização dos parques gráficos com a importação de rotativas e linotipos, pela maior consistência e profundidade do conteúdo editorial, pela nova estética das páginas com o uso de ilustrações, fotografias e tipos grandes para as manchetes, pela elevação das tiragens e alcance de um público maior e mais exigente.

⁸ De acordo com Chacon (1981, p. 29), “os gabinetes liberais governaram de 24 de junho de 1840 a 23 de março de 1841; de 2 de fevereiro de 1844 a 22 de setembro de 1848; de 24 a 30 de maio de 1862; de 15 de janeiro de 1864 a 12 de maio de 1865; de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868; de 5 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885; de 7 de junho de 1889 a 15 de novembro do mesmo ano”. Somente entre 5 de setembro de 1853 a 4 de maio de 1857 houve a conciliação entre os dois partidos dividindo o gabinete conjuntamente.

⁹ Os conservadores (Idem) governaram “de 23 de março de 1841 a 2 de fevereiro de 1844; de 22 de setembro de 1848 a 6 de setembro de 1853; de 4 de maio de 1857 a 24 de maio de 1862; de 30 de maio de 1862 a 15 de agosto de 1864; de 12 de maio de 1865 a 3 de agosto de 1866; de 16 de julho de 1868 a 5 de janeiro de 1878; de 20 de agosto de 1885 a 7 de junho de 1889”.

¹⁰ Marialva Barbosa (1997) em seu estudo sobre a imprensa do Rio de Janeiro de 1880 a 1920, aponta como principais jornais daquele período o *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. Na primeira década do século XX eles somavam uma tiragem de 150 mil exemplares para uma população de 691.565 habitantes. As modernas impressoras tinham capacidade para imprimir 60 mil exemplares por hora.

Junto às inovações tecnológicas e à nova estrutura empresarial, a instauração da república também faz emergir os interesses políticos que alimentam a imprensa desde Hipólito da Costa e que se acentuaram durante o ciclo da Independência com os jornais panfletários. O sentimento nacionalista exaltado por aqueles periódicos em 1822 era agora consolidado no processo republicano iniciado em 1870. Porém, como importante instrumento indissociado do poder político em razão de sua difusão e discurso persuasivo, a imprensa era um meio a ser “domesticado” no novo regime, ainda que já tivera dado demonstrações inequívocas de apoio à causa republicana.

A realidade agora era outra. Os primeiros anos do novo regime são de muitos conflitos, reações e medidas drásticas foram impostas para consolidá-lo. O caminho para a estabilização política parecia estar ligado diretamente ao controle da opinião pública e o mecanismo mais “eficiente” para esse controle era amordaçar a imprensa. Então, a república que se apresentou como regime democrático em nome do povo, para o povo e com o povo, além de não ter a participação do povo, recorreu aos meios mais violentos para intimidar e tolher a liberdade de expressão e da imprensa. Jornais de oposição são sufocados e, em alguns casos, até de situação.

Os estudos de Bahia (1990), Chagas (2005) e de Laet (1986) evidenciam que a censura foi questão latente na imprensa brasileira pós-proclamação, contrastando com o Segundo Reinado que possibilitou ampla liberdade de opinião. José Veríssimo descreve aquele como um período em que “todos pensávamos como queríamos e dizíamos o que pensávamos”; é complementado por Ferreira de Araújo que define: “em nenhum país se poderiam achar mais liberdades que as que de ‘fato’ existem no Brasil. ‘Tudo é lícito dizer na imprensa’, na tribuna, contra a polícia, contra a magistratura, contra o Governo, contra o Imperador” (Apud. De LAET, 1986. p. 198).

É sob o signo do novo regime que aparecem alguns dos principais jornais do país, alguns estão em circulação até os dias atuais. Tinham como referências *The Times* (Londres) ou *Temps* (Paris), e competiam com o *Jornal do Commercio*, então a maior referência do jornalismo brasileiro. É dessa fase o *Jornal do Brasil*, colocado em circulação em 9 de abril de 1891, dois meses após promulgada da primeira constituição republicana. Iniciava com oito páginas e cinco mil exemplares. A missão do diário carioca era “educar os nossos amos para a grande função neutra e nacional que lhes demos a 15 de novembro”, acentua Joaquim Nabuco, um dos fundadores ao lado de Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas (Apud. BAHIA, 1990, vol. 1. p. 114).

É definido por Bahia (Ibidem, p. 116) como um jornal de “tendência liberal e inclinação conservadora, mas não aceita vínculo partidário”. Foi empastelado pela primeira vez em 16 de dezembro, identificado como monarquista, restaurador. Alguns indícios levantaram a suspeita do governo. O jornal fora lançado no dia do 60º aniversário da aclamação de D. Pedro II como Imperador. Após a morte deste em 5 de dezembro de 1891, o jornal imprimiu uma edição especial com o título *O grande morto*, o que motivou a destruição de suas oficinas na noite de 16 para 17 de dezembro. Naquela edição, Nabuco assina os artigos *As ilusões republicanas* e *Outras ilusões republicanas*

que são análises doutrinárias consideradas provocatórias, inadmissíveis. Numas delas preconiza a restauração da monarquia, ‘se vir a possibilidade de um movimento nacional unânime e no qual o liberalismo republicano se penitenciar de suas traições à liberdade’.

Em maio de 1893, Rui Barbosa assumiu como redator-chefe e depois como proprietário. Desenvolveu uma linha editorial mais política e menos policialesca. Pregando um jornalismo livre e independente, publica em primeira página um artigo em defesa do almirante Eduardo Wandenkolk, um dos treze generais que assinaram o manifesto pedindo novas eleições para substituir Deodoro. Mais tarde, Floriano Peixoto acusa o jornal de incitar a Revolta da Armada e na madrugada de 1º de outubro de 1893 é empastelado por militares. Rui Barbosa se exila em Londres e o jornal volta a circular somente 45 dias depois. O diário sofreu outros revezes em diferentes governos e teve vários proprietários.

A *Província de S. Paulo*, de 4 de janeiro de 1875, é outro jornal que se notabilizou no período republicano. Fundado por Américo Brasiliense e Campos Salles para defender os interesses dos latifundiários, fechou com a Proclamação da República e 15 dias depois retornou como *O Estado de São Paulo*, agora como propriedade de Júlio Mesquita, que já o havia adquirido de Rangel Pestana em 1885.

O jornal defende a República e a elite agrária, mas também se dedica a proteger os direitos civis. Insurge-se contra a escravidão e pede a separação entre a Igreja e o Estado. É anticlerical. [...] apóia Deodoro, Floriano e Prudente de Moraes, este saudado como primeiro presidente civil e paulista (CHAGAS, 2005, p. 196-197).

Mesquita foi secretário-geral do governo provisório republicano paulista na gestão de Prudente de Moraes, fez oposição ao presidente Campos Salles por considerar que este “só quer saber de politicalha, abandonando as altas questões da administração pública” e, em seus

editoriais, defendeu as eleições para presidente pelo Congresso. Em 1906, com a aquisição de uma Marinoni, o diário paulistano alcança a tiragem de 36 mil exemplares com 16 a 20 páginas. Ao longo de sua história, também foi alvo de censura em diferentes momentos.

A mordaza da república contra a imprensa, conforme Chagas (2005, p. 179),

[...] não demorou mais do que o tempo que o marechal Deodoro levou para subir e descer as escadas do prédio do Comando Militar, proclamando a República. Composto o ministério na noite do dia 15 de novembro de 1889, já dois dias depois o ministro dos Negócios Estrangeiros, Quintino Bocaiúva, seria acusado de proibir a divulgação do manifesto com que D. Pedro II se despedia do Brasil. Quem o acusou, na soleira do palácio Itamaraty, onde funcionaria a presidência do país, foi o redator-chefe do *Jornal do Comércio*, João Carlos de Souza Ferreira. O jornalista, aos brados, diante de uma pequena multidão, protestou contra a proibição na noite de véspera, informando um tanto ousadamente que por isso na edição daquele dia 17 de sua folha também não havia publicado o manifesto do marechal Deodoro.

O impasse foi resolvido no dia 18 e o jornal foi autorizado a publicar os manifestos, desde que ambos integralmente.

A explicação para as perseguições, segundo José Veríssimo, republicano contemporâneo daquele movimento (Apud. BAHIA, *Ibidem*, p. 117), foi que “o jacobinismo intolerante alçou o colo fantasiando uma pretensa tentativa de restauração monárquica, fez arruaças, ameaçou jornais (entre outros, o *Jornal do Brasil*) e até vidas”. Chagas (2005, p. 205) chama atenção para o fato de que os restauradores conspiravam e se não fosse Floriano, “difícilmente manteríamos a unidade nacional. Talvez nem a República”.

O jornalista Carlos de Laet, monarquista, em contundente estudo sobre a imprensa da época, apresenta muitas minúcias de como se abateu a violação sobre os jornais. Seu estudo divide-se em capítulos que traçam o tratamento dispensado à imprensa pelos primeiros presidentes: *brutalidade* (Marechal Deodoro); *hipocrisia e sangue* (Floriano Peixoto); *pusilânime condescendência* (Prudente de Moraes). Por fim, traz um quadro de *corrupção e aviltamento* da imprensa do interior do país.¹¹ Esse cenário, segundo o autor, confirma sua tese de que no Brasil república e liberdade de imprensa são incompatíveis.

¹¹ O texto *A imprensa (1889-1899)* é um dos seis capítulos que integram o livro *Década republicana* Vol. 1. editado originalmente dez anos após a Proclamação da República como forma de fazer uma “avaliação crítica” daquele movimento, mas sob a ótica dos vencidos, os monarquistas. O livro foi reeditado em 1986 na coleção Temas Brasileiros pela Universidade de Brasília com os seguintes capítulos além do já citado: Finanças (Visconde de Ouro Preto); Riqueza pública (Ângelo do Amaral); A Instrução (Barão de Loreto); O Parlamento do Império (Afonso Celso); Direito Privado (Silva Costa).

Sua exposição inicia confrontando duas fases díspares da imprensa brasileira que no Império poderia ser identificada como o quinto poder e na República “era apanágio de uma classe, e dignamente só podia usar da pena quem arrogante cingisse a espada” (Ibidem, p. 216). A pressão contra os jornais iniciou já em 23 de dezembro de 1889, com o Decreto que impunha o estado de sítio ao país. Enquanto o alto comando do governo não se definia se as proibições do decreto também se estendiam à imprensa, esta sofria perseguições. Só em 23 de fevereiro de 1890 o *Diário Oficial* pôs fim à polêmica, ratificando a liberdade de imprensa. Porém, essa liberdade teve curta duração.

Após 15 de novembro, segundo o autor, toda a “imprensa fluminense (com uma só exceção) bateu palmas aos soldados vitoriosos e impiedosa volveu costas aos amigos da véspera” num “patético unísono”.¹² A exceção frente à “tirania triunfante” era a *Tribuna Liberal*,¹³ órgão do Partido Liberal e que apoiou o Gabinete de 7 de junho. Por sua postura crítica, foi o primeiro jornal a ser destruído. Em sua edição do dia 16 de novembro, traz um contundente artigo que seria a sua sentença de morte e do qual pinçamos alguns trechos:

O homem de imprensa, que lança mão da pena para se dirigir aos seus concidadãos, pressupõe o regular exercício das funções sociais. Perturbadas estas, congestionado o organismo político, convulsionados pelo tétano da revolta os membros da sociedade, claro está que diante do abuso da força, da perversão do sistema, do viciamento das instituições, só resta o protesto do silêncio àqueles que apenas dispõem do elemento da persuasão, infelizmente bastante fraco, para opô-lo às intimações da baioneta e do coice da arma.

[...] a Capital deste vasto Império de quatorze milhões de habitantes jaz sob o regime ditatorial que lhe impôs uma sedição militar.

[...] pretenderá, pela força das baionetas, impor a ditadura dos principais revolucionários, e quem sabe se coroar algum deles como fundador de nova dinastia?

Nestas conjunturas, quando, para trabalhar, necessitamos de trancar as nossas portas, que por vezes turbas indisciplinadas têm procurado violar; quando, a todo momento, nos soa aos ouvidos a grita descompassada de grupos transeuntes; quando nem mesmo sabemos se nos será dado ler amanhã o artigo que escrevemos por supremo dever de civismo, compreende-se que inúteis seriam quaisquer ponderações mais alongadas.

O abuso da força suprimiu momentaneamente a função da imprensa (Apud. De LAET, 1986, p. 211).

A mordaza à imprensa se impôs como forma de evitar a publicidade de atos de resistência à república, para não “alvorocar o espírito público”. Dias após o levante

¹² No primeiro grupo de jornais, os vespertinos, De Laet cita a *Gazeta da Tarde*, *Novidades* e o *Cidade do Rio*; os matutinos eram *Gazeta de Notícias*, *Diário do Commercio* e o *Jornal do Commercio*.

¹³ A *Tribuna Liberal* teve como redatores Affonso Celso, Antônio de Medeiros e Domiciano Leite Pinto.

republicano, o jornal noticiou a morte de um marujo no convés do navio Parnahyba, que se recusara a arriar o pavilhão imperial e foi assassinado a tiros por um oficial.

A 18 de dezembro, insurge-se uma rebelião de soldados que reivindicavam suas recompensas pela atuação no levante de 15 de novembro. O movimento foi reprimido com violência e muitos foram mortos. Tantas outras figuras ilustres como o marquês de Paranaguá e o visconde de Assis Martins, foram presas, inclusive o diretor da *Tribunal Liberal*, porém, tiveram a prisão relaxada por falta de provas. Na prisão, de Laet perguntou ao ministro Quintino Bocaiúva, por que estava preso. Com ironia mordaz, o próprio redator respondeu: “Se é do que tenho escrito, a culpa é dos senhores, que não declararam abolida, com a Monarquia, a liberdade de imprensa que com ela floresceu” (Idem). O golpe fatal contra a imprensa foi o estado de sitio de 23 de dezembro. No dia seguinte, o jornalista teve nova audiência com o ministro para saber se as restrições atingiam os jornais. Ao ouvir que sim, fechou a *Tribuna Liberal* no dia 25.¹⁴

Em 1890 estréiam duas folhas monarquistas que também serão alvo de perseguição no governo Deodoro. A 27 de março nasce o *Brazil*, que tinha como redator o cônego Raymundo Purificação dos Santos e como colaborador e posteriormente diretor, Carlos de Laet. A *Tribuna*, de Antônio Medeiros, que também havia atuado como redator e gerente da *Tribuna Liberal*, surgiu em 1º de julho.

No início da noite de 29 de novembro, a *Tribuna* foi atacada e suas instalações totalmente destruídas por militares à paisana. Seus redatores, funcionários e outras pessoas que estavam de passagem pelo jornal, foram violentamente agredidos. Deodoro tinha sido avisado com antecedência pela direção do jornal sobre a possibilidade do ataque e assegurou que nada ocorreria. Porém, além de toda destruição, o revisor Jerônimo Ferreira Romariz morreu no dia 25 de dezembro em consequência dos ferimentos recibos. A Associação dos Tipógrafos, a Câmara dos Deputados e a imprensa protestaram contra a violência.¹⁵ A *Tribuna* fechou as portas.

¹⁴ A última edição do *Tribuna Liberal*, no dia 25 de dezembro, ao justificar o encerramento de suas atividades, assim sintetiza as restrições impostas: “1º) que o decreto de 23 de dezembro abrange artigos ou publicações do jornalismo; 2º) que para os jornalistas increpados de sediciosos cessa o foro civil, e ficam sujeitos às penas da sedição militar, respondendo por seus escritos a uma comissão de militares e 3º) que diante dessas resoluções deixou de existir a liberdade de imprensa mormente para os órgãos públicos” (Apud. De LAET, 1986, p. 212).

¹⁵ Conforme de Laet (1986), em 2 de dezembro reuniram-se os seguintes órgãos de imprensa que declaram “tíbias e frouxas as declarações oficiais sobre o crime” e ameaçaram suspender suas publicações caso os culpados não fossem punidos: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *O Paiz*, *Diário de Notícias*, *Diário do Commercio*, *Cidade do Rio*, *Novidades*, *Correio do Povo*, *Democracia*, *Revista dos Estados Unidos*, *La Voce del Popolo*, *Mequetrefe* e *La Patria*.

A 4 de novembro de 1891, após o fechamento do Congresso e declarado em estado de sítio as cidades de Rio de Janeiro e Niterói pelo Marechal Deodoro, o ex-delegado de polícia do Rio de Janeiro, percorreu as redações dos jornais intimando-os a não atacar ou censurar aquele ato do governo, sob pena de serem presos seus jornalistas.

Após a morte de D. Pedro II, em 5 de dezembro, o *Brazil* realizou uma reunião com um grande número de simpatizantes, para manifestar sentimento de pesar pela alma do imperador. Reunião que foi definida por *O Paiz*, como “conspiração da saudade”. Muitos daqueles participantes foram perseguidos e ameaçados, inclusive o diretor do jornal. Na noite de 16 para 17 de dezembro, o *Brazil* e o *Jornal do Brasil* foram invadidos e obrigados a hastear em suas sacadas, a bandeira republicana. Como o *Brazil* se recusou a tal ato, sua sede foi apedrejada e seus redatores ameaçados de morte. Com o auxílio de uma escada, finalmente os invasores dependuraram em uma das janelas a bandeira com a insígnia “Ordem e Progresso”.¹⁶ O jornal suspendeu sua edição até que a liberdade de opinião fosse restaurada e retornou em 25 de dezembro de 1891. Nem o *Diário do Commercio* e o *Novidades* escaparam dos ataques. Morte, empastelamentos, agressões, ameaças, censura, intimidação e fechamento de jornais era o saldo contra a imprensa no curto governo do Marechal Deodoro. No período florianista não seria diferente.

O ano de 1892, sob a presidência de Floriano Peixoto, começa tumultuado: em 19 de janeiro, ocorre uma sedição na fortaleza de Santa Cruz, liderada pelo sargento Silvino Honório de Macedo; o jornal *O Combate*, de Lopes Trovão, colocava-se na oposição ao governo; em 31 de março, 13 generais se rebelam contra a deposição dos governadores e reivindicavam eleições presidenciais; a 10 de abril, ocorre uma tentativa de sublevação e como conseqüência, no dia seguinte Floriano Peixoto decreta seu primeiro estado de sítio e muitos jornalistas foram presos ou deportados como conspiradores deodoristas¹⁷. O manifesto dos generais foi publicado por alguns jornais cariocas em 6 de abril, o que foi criticado pelo *Diário de Notícias* e *Diário do Commercio*, e apoiado pelo *Cidade do Rio*, *Novidades* e *O Combate*.

A imprensa foi proibida de vincular notícias sobre “desastres das forças do governo”. Como reação, *Jornal do Commercio*, de José Carlos Rodrigues, se recusou a

¹⁶ Na época, era hábito dos jornais hastearem na sacada de seu prédio, a bandeira do partido com o qual tinham identificação política.

¹⁷ Conforme de Laet (1986), foram presos: Dermeval da Fonseca (*Gazeta de Notícias*); Pardal Mallet e Olavo Bilac (*O Combate*); José do Patrocínio (*Cidade do Rio*), Antônio Joaquim Bandeira Júnior, Muniz Varela e Oscar Rosas (*Novidades*); Francisco Antônio de Almeida (ex-diretor do *Diário Oficial*). Plácido de Abreu (gerente de *O Combate*) fugiu mas foi assassinado em 1893.

publicar notícias sobre operações militares. Floriano tentou adquirir o jornal por meio da quitação de uma hipoteca junto ao Banco da República, mas esta foi saldada por Rodrigues e o golpe foi evitado. No final de 1893, muitas suspensões de jornais foram registradas: *Correio da Tarde* e *Gazeta da Tarde* (27 de setembro); *Gazeta de Notícias* (27 de novembro de 1893 a 1º de janeiro de 1894); *Echo du Brésil* (30 de novembro); *Rio News* (6 de dezembro); e o *Apóstolo*, após fechamento, reapareceu com o nome de *Estrella*.

De Laet (1986) ironiza que para “legalizar” esse belo estado de coisas, em 13 de outubro foi expedido o Decreto nº 1565 que regulava a liberdade de imprensa durante o estado de sítio. Dizia o artigo 1º que era “livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sendo garantida a propaganda de qualquer doutrina [...]”. Porém, os parágrafos seguintes proibiam praticamente tudo. Os que não estavam dispostos a acatar foram presos, exilados, perseguidos.

Na Casa de Correção, transformada por decreto em prisão política ou Bastilha da República, estiveram, por exemplo, o gerente da *Cidade do Rio*, Arthur Reynaldo Guimarães; Baldomero Carqueja Fuentes, repórter do *Jornal do Commercio*; o general-de-brigada Honorato Cândido Ferreira Caldas, arrastado à cadeia por causa de um artigo que estampara na *Cidade do Rio*; Cássio A. Farinha, João Ferreira Serpa Júnior, Luiz Ferreira de Moura Brito, proprietário da *Gazeta da Tarde*, e muitos outros (Ibidem. p. 232).

Nesta fase, entre os principais jornais, apoiavam Floriano Peixoto: *O Paiz*, *Tempo* e *Diário de Notícias*.

No governo de Prudente de Moraes, superados os conflitos da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, a relativa calma estimulou os monarquistas a se rearticular e a criarem seus periódicos, mas estes foram duramente perseguidos com a omissão e tolerância do presidente. Neste período já existia o *Rio de Janeiro*, redigido por Cavalcanti Melo, “um desiludido do embuste republicano” e que foi preso em 14 de fevereiro de 1896. Porém, a este jornal faltava a “orientação segura que só podia ter um órgão do partido e sob a inspeção do seu diretório” (Ibidem, p. 236).

O órgão de firme orientação monarquista foi o *Liberdade*, criado em 4 de maio de 1896 tendo como redator-chefe Cândido de Oliveira. Em 7 de março do ano seguinte, foi empastelado, destruído e incendiado, sem que o restante da imprensa fluminense, republicana ou neutra, se mobilizasse em sua defesa ou criticasse de modo mais veemente a violência cometida. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, sob a direção de José Carlos Rodrigues, a

partir do governo de Prudente de Moraes tornou-se um “dócil instrumento das paixões republicanas” (Ibidem, p. 239).¹⁸

O *Liberdade* adquiriu a *Gazeta da Tarde* e tinha Gentil José de Castro como um de seus diretores, considerado pelos jacobinistas como o homem forte da monarquia e que precisava ser eliminado. Em artigo publicado no início de 1897, o *República* o acusou de, juntamente com outros monarquistas, enviar armas e dinheiro aos revoltosos de Canudos. A direção do jornal foi convocada a confirmar as denúncias à polícia, o que o fez através de Alcindo Guanabara, embora este não apresentasse provas, e nem era preciso. No final da tarde de 9 de fevereiro, o *Liberdade* e a *Gazeta da Tarde* foram invadidos e destruídos seus equipamentos. Os funcionários só não foram agredidos porque um deles disparou para alto com uma velha carabina, dispersando os invasores. A direção do jornal pediu proteção e a polícia foi acionada, mas esta nada fez. Pelo contrário, passou a investigar a origem da arma usada pelo funcionário do jornal. Enfim, “tratava de desarmar os agredidos para maior segurança dos agressores”, define de Laet (Ibidem, p. 241). A imprensa mais uma vez não reagiu em defesa da classe.

A violência contra a imprensa monarquista continuou. Em 26 de fevereiro foi assaltada a residência de Gentil de Castro, em Petrópolis. No domingo, 7 de março, novas ameaças à redação do jornal que fixava em suas portas boletins sobre o fracasso da expedição de Moreira César em Canudos. As ameaças levaram o redator secretário do jornal, José Basson, a pedir ajuda ao chefe de polícia André Cavalcanti que prometeu providências mas nada fez. Os prédios dos jornais à rua do Ouvidor e do Sacramento foram invadidos e destruídos seus equipamentos. Também foi atacado o jornal católico *Apóstolo*. Todo mobiliário e equipamentos daqueles veículos foram levados ao Largo de São Francisco e onde foram incendiados. A polícia apenas acompanhou o cortejo que expunha de forma cabal o fim da liberdade de imprensa no governo de Prudente de Moraes.

A casa de Gentil de Castro, no Rio de Janeiro, foi invadida no dia seguinte e destruídos todos os seus pertences, obras de artes, móveis e inclusive documentos que foram publicados posteriormente na *República*. O diretor foi morto no dia seguinte quando se dirigia

¹⁸ De Laet (1986, p. 238) relata que em outubro de 1896 o diretor do *Rio News*, o americano Lamoureux foi intimado a prestar depoimento na polícia em razão de ter publicado um artigo sobre as más condições do comércio local. O jornalista, perante o chefe de polícia, “André Cavalcanti e um ‘repórter’ do *Jornal do Commercio*, teve de se explicar se era, ou não, correspondente de folhas européias, e declarar donde havia tirado o ‘alarmante’ boato de que o comércio nacional não se achava em maré de rosas”. O artigo fora reproduzido do *Liberdade*. Não só o *Jornal do Commercio*, mas o *Tempo* e *Jacobino* criticaram o *Rio News* e se posicionaram em favor da polícia.

a Petrópolis. O jornalismo neutro, conforme de Laet (Ibidem, p. 243), “atenuou a ferocidade do crime com a excusa da magna dor dos republicanos e da imprudência dos monarquistas que se atreviam a transitar na Capital”. Os fatos não foram apurados e nem condenados os assassinos. André Cavalcanti foi promovido a ministro do Supremo Tribunal Federal. Para Prudente de Moraes, os crimes foram consequência da “exaltação patriótica da alma nacional” (Ibidem. p. 246).

A violência continuou sem que o presidente pudesse controlá-la e ele próprio quase se tornou uma vítima fatal no atentado que sofrera em 6 novembro. Saiu ileso, pois o tiro disparado por um republicano, atingiu o marechal Bittencourt. Em razão desse episódio, nem os jornais republicanos escaparam da ira dos revoltos e no dia 8 *A República, Folha da Tarde e Jacobino* eram invadidos e destruídas suas tipografias.

No último capítulo de seu estudo, de Laet faz uma panorâmica dos jornais e dos jornalistas do interior do país que sofreram algum tipo de atentado, foram empastelados, destruídos, intimados, suspensos ou fechados. O roteiro vai do Maranhão ao Rio Grande do Sul passando por praticamente todos os estados brasileiros. No breve governo do marechal Deodoro da Fonseca contabilizamos 45 jornais citados nominalmente pelo autor como vítima de algum tipo de coação. No governo de Floriano Peixoto foram 18 e no de Prudente de Moraes mais 16. Ou seja, somente no interior do país pelo menos 79 jornais foram perseguidos durante os oito primeiros anos da república.

Entre o fechamento de tantos jornais, o autor cita o empastelamento de o *Estado*, de Florianópolis, ocorrido em junho de 1897. Para ilustrar o quadro da perseguição à imprensa do interior, é interessante o depoimento de Irineu Joffily, diretor da *Gazeta do Sertão*, em Campina Grande, na Paraíba, cuja tipografia foi destruída na noite de 6 de maio de 1892. A edição do dia seguinte, a última, saíra impressa apenas de um lado e do outro, escrito a mão, assinalava: “Ja imprimir-se esta página, quando foi assaltada e tomada a nossa tipografia por soldados da polícia”. Seis dias depois, no *Era Nova*, de Pernambuco, Joffily relatava o crítico perfil da imprensa de seu estado:

Há no Estado da Paraíba seis oficinas tipográficas, onde se imprimiam outros tantos jornais até o fim do regime monárquico; mas o Governo que tomou conta da província depois da revolução e nela se tem conservado até agora (1892), ‘acabou com a imprensa’, existindo hoje somente o jornal oficial (Apud. De LAET, Ibidem, p. 252).

Diante de tamanha opressão, a imprensa tornou-se, com raras exceções, uma “comensal do palácio” que “trocou a pena pela maça de mordomo”. A partir desse quadro é aceitável a definição de Chagas (2005) de que a imprensa foi republicana.

2.4 O 15 de Novembro

O único consenso sobre o processo republicano parece ser o de que o ato da Proclamação foi inesperado, pegou a todos de surpresa. “Esta perplexidade”, acentua Silva (2005, p. 71), “é uma constante em todos os historiadores”. Parafraseando Max Fleiuss, Silva acrescenta que “mesmo depois do golpe do Campo de Santana, na noite de 15 de novembro, Deodoro ainda não estava decidido a aceitar a República”. Foi Benjamin Constant quem pusera fim à exitação do marechal dizendo-lhe que ele “tinha o direito de dispor de sua cabeça, mas não das dos seus companheiros” (FLEIUSS apud SILVA, *idem*). A intenção inicial do general era apenas derrubar o gabinete de Ouro Preto, seu inimigo pessoal. Mas o ato ganhou dimensão inesperada e assim se deu a República, por *acidente*, por *equivoco*.

A onda de incertezas por parte dos republicanos civis e militares se arrastava há dias. Primeiro Rui Barbosa e depois Benjamin Constant tentaram convencer o próprio Imperador a dar início à federalização, mas este se recusou. Na noite de 9 de novembro, D. Pedro II oferecia o suntuoso baile na Ilha Fiscal na crença de que seu trono estava seguro. Enquanto iniciava a festa, encerrava a reunião dos conspiradores no Clube Militar, iniciada na noite anterior. Porém, ainda não se falava em república, mas em por fim a perseguição do governo contra os militares na mudança do gabinete. Constant, que convocou a reunião, alertou que se em oito dias “o governo não tiver feito justiça, cessando de nos perseguir, então abandonarei a família e irei cumprir o meu dever na Praça Pública” (Apud. SILVA, 2005, p. 79), abrindo a possibilidade de um conflito armado.¹⁹ Ouro Preto não se intimidou e ainda na manhã seguinte, soldados do 22º RI eram transferidos para o Amazonas como punição por terem participação de uma manifestação.

No dia 11, ainda indeciso, Deodoro participa de uma reunião com Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Francisco Glicério, Aristides Lobo e Sólón

¹⁹ Silva (op. cit) ressalta que no exaltado ambiente da reunião, “a mocidade firmou pactos de sangue pela Pátria e pelo Exército, declarando ser supremo dever agir até vencer ou morrer e comprometendo-se a acompanhar Benjamin Constant em suas deliberações até o terreno da resistência armada”.

Ribeiro. Constant argumenta com o general sobre a necessidade da mudança de regime, argumentando que D. Pedro não tinha mais condições de governar, que não era mais possível substituir um gabinete por outro e sobre a perseguição do Império em relação aos militares.

O cenário da proclamação, no entanto, só começa a ser desenhado pela “trajetória doida de um boato, anunciando a prisão, aliás inexata, de Deodoro e Benjamin Constant” (Idem) que levou as tropas a marcharem para o Campo de Santana na manhã do dia 15, sob o comando do tenente-coronel Silva Teles. Com a saúde bastante debilitada, Deodoro seguiu de carruagem para o local acompanhado de Constant. Quintino Bocaiúva chega momentos depois. No interior do quartel-general, Ouro Preto está reunido com seu ministério e determina que Floriano Peixoto ataque os rebeldes. Este, em desacato diplomático, responde: “Naquela tropa que ali está eu vejo a mocidade militar guiada pelo Mestre – que foi também meu Mestre” (CONSTANT NETO, Apud. SILVA, 2005, p. 93). Na parte externa do quartel, em meio a exaltações e pressionado pelo calor do momento, que Deodoro, agora montado em seu cavalo branco, agita o boné e grita: Viva a república! É seguido da salva de 21 tiros e do entusiasmo da tropa. Momentos depois, adentra ao quartel e dá ordem de prisão a Ouro Preto e a seus ministros. Estava criada a república.

Pouco depois, os militares desfilaram pelas ruas do centro do Rio de Janeiro e, nas palavras de Aristides Lobo, ministro do Interior, em artigo publicado no *Diário Popular* de 18 de novembro de 1889: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam, sinceramente, estar vendo uma parada”.

Rui Barbosa, no prefácio do livro *Abolicionismo*, de Osório Duque Estrada, de 1918, atribui a república a um “acidente gerado pelas desordens de um organismo predisposto pelas suas condições de irresistência e inércia a não lhe resistir” e que “certas reformas necessárias, urgentes, improrrogáveis, tê-la-iam prevenido e evitado”. Para o eloquente político e jornalista, a nação simplesmente aceitou o movimento republicano, mas “este não era seu”. Basbaum (1997) compartilha da mesma tese, mas chama atenção para a *questão militar*, embora esta fosse de interesse apenas do Exército, foi um importante ingrediente que precipitou a proclamação. Segundo ele, a república foi uma surpresa inclusive os militares “conduzindo-os muito além dos objetivos prefixados, porque se chocaram com um organismo doente, incapaz de resistir ao menor impacto” (Ibidem. p. 16).

Os republicanos desejavam um ato público para simbolizar a revolução. À tarde, dirigem-se à casa de Deodoro que está cada vez mais debilitado pela crise de asma. Benjamin Constant os recebe dizendo que não se pode impor uma forma de governo ao povo, que o

Imperador ficará interdito e será convocada uma Constituinte que terá a missão de decidir sobre a futura forma de governo. Só no início da noite Deodoro assinou o manifesto e o primeiro decreto do governo provisório presidido por ele e que tinha como ministros Aristides Lobo (Interior), Benjamin Constant (Guerra)²⁰, Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Demétrio Ribeiro (Agricultura), Rui Barbosa (Finanças) e Campos Sales (Justiça). O primeiro ato do novo governo dissolvia a Câmara dos Deputados, abolida a vitaliciedade do Senado, assumia as dívidas e compromissos do regime anterior e mantinha as mesmas instituições de justiça e de administração civil e militar.

D. Pedro II adormecera a noite do dia 15 como Imperador e acordou no dia seguinte sem o poder. Durante a madrugada o conselheiro Saraiva ainda envia uma carta a Deodoro propondo a composição de um novo ministério, mas o general rejeita a proposta, pois a república estava instalada. Às 10 horas de 16, um destacamento isola a Família Real no paço e às 15 esta recebe a intimação assinada por Deodoro dando-lhe 24 horas para deixar o país. O Imperador deposto não reage.

O rápido embarque para a Europa da família real a 17 de novembro de 1889 desorientou qualquer esperança de ação imediata monarquista. O telegrama que Hermes Ernesto da Fonseca enviara ao Imperador incitando-o a não renunciar e dirigir-se à Bahia, onde o exército lá sediado resistiria, foi interceptado, malogrando assim o primeiro esboço de reação (JANOTTI, 1986, p. 15).

Mais tarde, Ouro Preto também é deportado. Estava sacramentado o movimento no qual os militares foram os grandes artífices, com Benjamin Constant como seu articulador e Deodoro da Fonseca seu executor.

²⁰ Posteriormente, de abril a setembro de 1890, Floriano Peixoto é nomeado ministro da Guerra, mas foi exonerado do cargo.

2.5 A República da Espada

A república que até então se anunciara como um regime democrático, após a proclamação teve como suas primeiras ações o fim das instituições democráticas com o fechamento da Câmara dos Deputados – a Casa do Povo –, perseguição à imprensa, deposição de governadores eleitos, decretação de estado de sítio, violação de leis e da Constituição, prisões arbitrárias e assassinatos. Ou seja, o Estado republicano que deveria ter nascido sob a égide democrática, nasce sob uma ditadura militar definida pelos historiadores como a *República da Espada*. As contradições não cessam por aí. A república que já não fora proclamada pelos republicanos teve que se valer dos monarquistas para consolidá-la, como Rui Barbosa, barão de Lucena e os próprios generais Deodoro e Floriano Peixoto que só se tornaram republicanos após a proclamação.

A Assembléia Constituinte eleita em 15 de setembro de 1890 e instalada em 15 de novembro, aprova a primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891. No dia seguinte, elege Deodoro da Fonseca como o primeiro presidente constitucional da República, em tumultuado processo no qual Prudente de Moraes foi pressionado a desistir da candidatura e os batalhões permaneceram em estado de alerta nos quartéis em caso de derrota de Deodoro. No Congresso, rondava a ameaça de que seria fechado caso o agora marechal não fosse eleito. Apesar da forte pressão, Prudente de Moraes, o candidato civil e de oposição, recebeu 97 votos contra os 129 de Deodoro. Floriano Peixoto foi eleito vice-presidente com 153 votos contra 57 do vice-almirante Eduardo Wandenkolk, candidato do governo. O próprio Congresso foi eleito a partir de listas de eleitores *obedientes* e *seguros* criteriosamente elaboradas pelos governadores por determinação do presidente.

Assim nascia o presidencialismo nacional, “copiado do figurino norte-americano pela cultura de Rui Barbosa, penteado pelo positivismo de Benjamin Constant e seus companheiros do Apostolado, mas genuinamente sul-americano, caracteristicamente brasileiro” (SILVA, 2005, p. 105). Deodoro que ainda no governo provisório já havia decretado o Estado de Sítio no Rio de Janeiro e em Niterói e fechado a Câmara dos Deputados, tinha agora seu governo legitimado pela Constituição.

Encerrado os trabalhos da Constituinte, a 15 de junho o Congresso inicia suas atividades ordinárias e tem Prudente de Moraes na vice-presidência do Senado e fazendo forte oposição ao governo. Antes, a 20 de janeiro, o ministério já havia pedido demissão coletiva

por discordar com a garantia de juros concedida à construção do Porto de Torres (RS). Parte da imprensa exercia ferozmente seu papel de *voz do povo* e não dava trégua em suas críticas e o presidente não sabia como lidar com essas contrariedades. Democracia era uma palavra estranha a militares como Deodoro e Floriano, forjados sob a disciplina e hierarquia rígidas do Exército. Para fazer valer sua força de comando, a 3 novembro Deodoro decreta Estado de Sítio no Rio de Janeiro e em Niterói, dissolve o Congresso – o que provoca a reação de parlamentos mas também o apoio de muitos governadores – e censura rigidamente a imprensa (ver 2.2). A Marinha já havia se rebelado no Rio de Janeiro (ver 2.3) e o Rio Grande do Sul se insurge contra o fechamento do Congresso. A pressão contra um militar apolítico que não conseguia administrar e se subordinar a políticos civis, fez com que Deodoro renunciasse vinte dias depois.

Basbaum (1997, p. 19) identifica a origem dos atos ditatoriais do presidente não no *narcisismo* ou na *ambição de poder*, mas na *personalidade* de um homem que tinha o “espírito militar profundamente arraigado que exige o respeito à hierarquia e à disciplina mesmo na vida civil.” Mais do que isso, por trás do ponto de tensão entre o governo e o Congresso estava a representação de classes. O historiador (Ibidem. p. 21) chama atenção para o fato de que “o Estado é sempre a expressão de uma classe mais ou menos homogênea apoiada em sólidas bases econômicas: a posse dos meios de produção. E estes se achavam em mãos do grupo que não estava no poder”.

Homogeneidade política era uma essência que não havia no Congresso, eleito basicamente pelas classes médias urbanas e portanto, constituído de representantes dessas classes. Entre os parlamentares, 38 eram monarquistas, 128 bacharéis – muitos deles representantes dos senhores de terras – e 55 militares. Os republicanos *idealistas* ou *românticos* representavam essas classes urbanas que incluíam os militares, enquanto os *objetivistas* ou *realistas* falavam pelos coronéis latifundiários do café paulista alijados do poder já que Deodoro era também representante da pequena burguesia urbana. Como assevera Basbaum (Idem), “em nenhuma época histórica, pôde a pequena burguesia, classe flutuante de mil camadas heterogêneas e antagônicas, ser dona do poder por muito tempo”. Assim, a minoria burguesa só poderia se manter no poder “pela força das armas” e o antagonismo entre Executivo e Legislativo “só poderia ser liquidado pela destruição de um de outro”.

Mais um agravante de ordem interna, acentuou a falta de apoio dos republicanos históricos ao governo Deodoro quando este escolheu o monarquista barão de Lucena como

seu todo poderoso “primeiro ministro” e este, por sua vez, indicou monarquistas e amigos pessoais desconhecidos do público para ocupar alguns ministérios.

Combatido de um lado pelos monarquistas, de outro pelos republicanos paulistas, de um terceiro lado pelos republicanos históricos desconfiados de suas atitudes aparentemente monarquistas e, de todos os lados pela imprensa, seu poder somente se assentava em alguns elementos isolados e em pequenos grupos militares. (Idem. p. 23)

Para Basbaum (1997), o governo de Deodoro não resistiu porque assim como ocorrera com a monarquia, não contava mais com o apoio das diversas classes sociais e não promoveu as mudanças que os novos tempos estavam a exigir. Não era mais possível dirigir a república como se comandava a monarquia. Em 23 de novembro de 1891, encerra o mandato do primeiro presidente republicano, mas não o ciclo da *República da Espada* marcado pela truculência.

Ao assumir no mesmo 23 de novembro como primeiro mandatário da nação, Floriano Peixoto só fez recrudescer as atrocidades e as violações às leis e à Constituição. Governou com a espada do primeiro ao último dia e consolidou a república quando ela se via envolvida no período mais conturbado dos primeiros quarenta anos de sua história. Os republicanos paulistas liderados por Campos Sales identificavam Floriano como “o homem capaz de restaurar a pureza do ideal republicano, moralizando a administração pública” (SILVA, 2005, P. 134-135) e acreditavam que ele promoveria a independência dos poderes do Estado.

Esse raciocínio fez com que a primeira arbitrariedade de ordem constitucional do presidente fosse consentida pelo próprio Congresso de maioria republicana que na sessão de 22 de janeiro de 1892, por 83 a 35 votos na Câmara e por 31 a dois no Senado, aprovou o encerramento de suas atividades. O pretexto para o pedido do Executivo foi uma pequena revolta de presos ocorrida no dia 19 na Fortaleza de Santa Cruz a qual era preciso dominar – na verdade já estava controlada – e assim “salvar a República”. Campos Sales, que dois meses antes protestara publicamente em manifesto publicado na imprensa contra a dissolução do Congresso pelo marechal Deodoro, agora não só defendeu a aprovação da proposta de fechamento do Legislativo como também a moção dando plenos poderes para o presidente aplicar todas as enérgicas medidas que julgasse necessárias na defesa da legalidade. Este episódio teria levado Saldanha Marinho a proferir a famosa frase de desilusão com o regime

pelo qual lutara: “Não era essa a República de meus sonhos”. O senador paulista Rangel Pestana renunciou. O Congresso permaneceu fechado até 3 de maio daquele ano.

A constitucionalidade de ascensão de Floriano à presidência foi questionada em 31 de março de 1892 em manifesto assinado por treze generais do Exército e da Marinha. A alegação era de que a Constituição previa a convocação de novas eleições já que o antecessor havia cumprido menos da metade do mandato. A reação do presidente foi imediata, onze generais foram reformados e dois, que se retrataram, passaram para a reserva.

A 10 de abril, uma passeata liderada por alguns generais em homenagem a Deodoro, que estava gravemente doente²¹, foi interpretada como um ato anti-Floriano e militares e deputados, estes em pleno gozo de suas imunidades parlamentares, recebem voz de prisão, alguns do próprio presidente. Os generais são deportados para a Amazônia e é decretado estado de sítio por 72 horas. No dia 18, Rui Barbosa entra com pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal, em favor de 46 presos.²² O pedido foi negado. Num descaso total ao Judiciário, teria dito Floriano: “Não sei amanhã quem dará *habeas corpus* aos Ministros do Supremo” (SANTOS apud BASBAUM, 1997, p. 27). O Congresso que voltara a atuar em 3 de maio, já na sessão do dia 6 enquanto discutia a legalidade da prisão dos parlamentares, novamente é afrontado por Floriano: “Vão discutindo que eu vou mandando prender” (Idem).

Os governadores, apesar de haverem sido eleitos, foram depostos e substituídos por nomes de agrado do presidente. Rui Barbosa, que havia renunciado o mandato de senador, com a perspicácia que lhe era peculiar, fez uma ácida comparação entre os atos ditatoriais de Deodoro e Floriano: “de uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável” (Apud. SILVA, 2005, p. 138-139).

Floriano era apolítico, não tinha ambições de poder, mas surpreendeu com suas habilidades políticas ao controlar as adversidades e os adversários de seu governo, ao contrário de Deodoro. Com mão de ferro, consolidou a república e assegurou a eleição direta de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil. Em seu governo, além da derrocada financeira, Floriano enfrentou a divisão do Exército entre florianistas e deodoristas, a divisão

²¹ O marechal Deodoro da Fonseca morreu em 22 de agosto de 1892, nove meses após renunciar à presidência.

²² De acordo com Silva (2005), entre os presos estavam quatro senadores, sendo dois generais de Terra e dois de Mar; sete deputados; dois marechais; três oficiais superiores e sete subalternos do Exército; quatro oficiais da Marinha; o poeta Olavo Bilac; o ex-governador do Rio de Janeiro, Francisco Portela; negociantes como o conde de Leopoldina e Manuel Lavrador; o professor Campos da Paz; os jornalistas José do Patrocínio, Pardal Mallet e Dermeval da Fonseca.

entre os republicanos *idealistas* e *românticos* entre outros agravos, mas a Guerra Civil desencadeada pela Revolução Federalista no sul do país e a Revolta da Armada promovida pela Marinha, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, expuseram a face mais sangrenta da *Republica da Espada*.

2.6 A Guerra Civil

A Revolta da Armada e a Revolução Federalista deslocaram as ações de Floriano Peixoto do campo da política para o da luta armada. A barbárie foi a marca que do conflito iniciado em fevereiro de 1893 no Rio Grande do sul e que deixou mais de 10 mil mortos – centenas deles por degola ou fuzilamento –, mulheres violentadas, torturados e propriedades saqueadas, tanto por parte das tropas revolucionárias quanto das tropas legais. Foi a Revolução da Degola²³, como identificam muitos historiadores, e que se estendeu a Santa Catarina e ao Paraná. A Armada eclodiu no Rio de Janeiro em setembro do mesmo ano. Embora surgidos em diferentes pontos do país e com objetivos adversos, os dois conflitos tinham pelo menos três pontos em comum: suas motivações eram eminentemente políticas, opunham-se ao governo de Floriano Peixoto e grande parte de seu desfecho foi em Desterro (SC) que nada tinha a ver com a história.

Até a Proclamação, o Partido Liberal dirigido pelo senador e conselheiro do Império, Gaspar Silveira Martins, era a maior expressão política na província. Na frágil oposição estavam os conservadores e depois o jovem movimento republicano liderado por Júlio de Castilhos. O início da república expôs a fragilidade política rio-grandense: somente entre 1889 e 1893 foram 17 trocas de governo. O primeiro nessa linha sucessória foi o visconde de Pelotas, indicado pelos republicanos. Os liberais tiveram que deixar o poder e os conservadores aderiram ao Partido Republicano, acentuando as disputas entre os grupos. Ao tentar conciliar essas divergências, Pelotas acaba rompendo com os republicanos e renuncia. Júlio de Castilho é o novo nomeado, mas recusa e indica o general Júlio Frota que governa até 6 de maio de 1890 quando renuncia e é substituído por Francisco da Silva Tavares, um

²³ Silva (2005) faz um breve relato da brutalidade na qual se constituiu o conflito: Somente o pica-pau Adão Latorre degolou mais de uma centena de prisioneiros contidos em um cercado para gado, nas cercanias de Bagé. Na degola *convencional* a vítima, ajoelhada, tinha as pernas e mãos amarradas, a cabeça estendida para trás e a faca era passada *de orelha a orelha*. Como se degolasse uma ovelha, rotina nas lides do campo. Os ressentimentos acumulados, as desavenças pessoais, somados ao caráter rude do homem da campanha acostumado a sacrificar o gado, tentam explicar estes atos de selvageria.

republicano de véspera da Proclamação. Sob o protesto de Castilhos e outros republicanos, fica no cargo por apenas nove dias e assume provisoriamente o general Carlos Machado Bittencourt e logo em seguida, o também general Cândido Costa.

Aos 29 anos, Castilho já era um nome em ascensão na política gaúcha, o que provocou a dissidência de seus próprios companheiros que também lançaram chapa própria às eleições para a Constituinte em 15 de setembro de 1890, já que não concordavam com a montada por Castilhos. Apesar dos adversários, Castilho consegue eleger uma assembléia exclusivamente republicana e mais do que isso, foi o autor de quase totalidade da nova constituição do estado. Em 14 de julho de 1890, é eleito pela Constituinte o primeiro presidente constitucional do Rio Grande do Sul. Porém, com a dissolução do Congresso Federal em 3 de novembro de 1891, renunciou ao governo.

A 13 de maio de 1892, os republicanos reunidos em Caseros, Argentina, criam o Partido Republicano Rio-Grandense e articulam a volta de Castilho ao poder. Por sua vez, em Bagé (RS), os federalistas realizam a primeira convenção de seu partido, elegem Gaspar Silveira Martins como presidente do partido, promulgam uma nova Constituição para o estado e proclamam o general João (Joca) Nunes da Silva Tavares como governador. Estava então deflagrada a disputa entre os dois grupos: os federalistas (maragatos), de Silveira Martins, e os republicanos (pica-paus), de Júlio de Castilhos. Durante quase três anos, de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, os maragatos lutam para libertar o Rio Grande do Sul do que classificam como “tirania castilhista”. O Partido Federalista defendia o sistema parlamentar de governo, a autonomia do estado, a revisão da Constituição Federal. Estas idéias contrariavam a Constituição gaúcha de 1891, também inspirada no positivismo mas que adotava o presidencialismo como sistema de governo.

Do embate político ao confronto armado foi apenas uma questão de tempo. O conflito teve início com a concentração dos maragatos liderados por Joca Tavares, na localidade de Carpintaria, no Uruguai e próxima da Bagé. Mais tarde, Gumercindo Saraiva e sua tropa se desloca do Uruguai para o Rio Grande do Sul. Os maragatos dominam a fronteira e exigem a deposição de Júlio de Castilhos, eleito presidente do estado pelo voto direto. Também queriam a realização de um plebiscito para a escolha da forma de governo.

O presidente Floriano Peixoto, depois de muita excitação, decide apoiar Castilhos e torna-se o terceiro elemento central desse conflito. Ele manda deslocar tropas federais comandadas pelo general Hipólito Ribeiro, ao Rio Grande do Sul. A polícia estadual também foi acionada para combater os revoltosos. A primeira derrota dos maragatos foi em maio de

1893, no arroio Inhanduí, em Alegrete. A partir de Dom Pedrito (RS), Gumercindo Saraiva e sua tropa fazem ataques relâmpagos em várias regiões do estado e chegam a Santa Catarina em novembro e depois ao Paraná, foram detidos na Lapa, próximo de Curitiba. Após juntar-se aos integrantes da Revolta da Armada em Desterro, Santa Catarina (item 3.3), Gumercindo Saraiva retorna a Lapa mas com a resistência das tropas federais, bate em retirada para o Rio Grande do Sul. O caudilho morre em 10 de agosto de 1894, numa emboscada.

O fim da revolução se deu em junho de 1895 num combate em Campo Osório, vencido pelo maragato Saldanha da Gama que comandou cerca de 400 homens em luta contra os pica-paus liderados pelo general Hipólito Ribeiro. Em 23 de agosto de 1895, já no governo de Prudente de Moraes, foi assinado o termo de paz em Pelotas.

Outro conflito que eclodiu durante a *República dos Marechais* foi a Revolta da Armada, que iniciou no governo de Deodoro e teve seu desfecho no governo de Floriano. Dois motivos são apontados geralmente como desencadeadores da revolta: a tentativa da Marinha em recuperar o prestígio que desfrutou durante o Império e que perdeu para o Exército após a Proclamação; e o desejo do almirante e ex-ministro da Marinha, Custódio José de Melo, de suceder Floriano na Presidência da República. Para Basbaum (2005), as causas estavam dentro do próprio governo que era débil pois não contava com uma classe economicamente forte para sustentá-lo e valia-se apenas da Constituição; e porque não havia espírito republicano entre os chefes do governo e entre os revoltosos.

O primeiro levante da Marinha em 23 de novembro de 1891, sem disparar um tiro se quer, em menos de 24 horas levou Deodoro à renúncia. Tal fragilidade política do governo, além dos precários navios que ficariam em poder de Floriano, teriam estimulado a Armada a uma segunda investida. Porém, Deodoro e Floriano tinham diferentes modos de reagir à situação de pressão. Na madrugada de 6 de setembro de 1893, recebia o manifesto de Custódio de Melo que seria publicado no *Jornal do Commercio*, de José Carlos Rodrigues, e que fora interceptado. Iniciava o documento: “Contra a Constituição, contra a integridade da própria Nação, o chefe do Executivo mobilizou o Exército Nacional discricionariamente, pô-lo em pé de guerra e despejou-o nos infelizes Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (Apud. SILVA, 2005, p. 158). Ao final fazia a saudação Viva a República, evidenciando não se tratar de um movimento pela restauração da monarquia. Após lê-lo, o presidente manda que seja publicado.

Pela manhã, os navios colocam-se em posição de combate e com a bandeira branca, símbolo dos revoltosos, e a população carioca fica apreensiva. É enviada uma

intimação de capitulação ao presidente, mas este não acata. Nações estrangeiras manifestam seu apoio ao governo brasileiro. A 1º de dezembro, o Aquidabã rompe o cerco na baía da Guanabara e rumo para Santa Catarina para conjugar forças com os federalistas gaúchos e instalar um novo estado em Desterro (item 3.4.). Dia 10, Saldanha da Gama assume o comando da armada em lugar de Custódio de Melo que rumara para Santa Catarina. Floriano havia adquirido uma frota de navios no exterior e, embora estivessem sucateados, em março de 1894 inicia operação contra os revoltosos. Saldanha da Gama e seus comandados pedem asilo em uma corveta portuguesa. Em 24 de junho encerra o movimento com a morte de Saldanha da Gama no Rio Grande do Sul.

O que se depreende das várias interpretações apresentadas sobre a Proclamação da República é que ela teve várias causas como a questão religiosa, a militar, a desestabilização da base econômica do país com a libertação dos escravos, a própria fragilidade do sistema monárquico. Enfim, esse conjunto de fatores parece ter sido mais determinante que a própria ideologia republicana em si. Mas estas causas eram fomentadas por classes que buscavam defender seus interesses: o clero, os militares, os fazendeiros de café e os próprios monarquistas que não se sentiam tão a vontade em defender uma monarquia falida e que já não podia lhes oferecer mais o que tanto buscaram em mais de 80 de Império: privilégios, *status* e poder. As classes mais expressivas do país estavam insatisfeitas com o quadro que se apresentavam e passaram a buscar por seus interesses.

E os republicanos? Os republicanos abrigaram grande parte destes descontentes, alguns no início do movimento e a maioria após o 15 de Novembro. O adesismo foi tão intenso e imediato que a reação monarquista foi pífia. A república era a luz que se apresentava para minimizar os antigos problemas. Os republicanos também se subdividiam em diversos grupos, mas fundamentalmente eram intelectuais urbanos de classe média cujos interesses e ideologias não eram as mesmas dos barões do café, dos padres ou dos militares.

Para além destas causas, nosso objetivo é analisar como a propaganda republicana influenciou ou não a população a aderir ao movimento. A partir dessa questão e do cenário exposto aqui, é possível lançar algumas ponderações. Conforme argumenta Basbaum (1986, p. 71), os republicanos tinham “um grupo magnífico de propagandistas, mas sem repercussão na grande massa”. Se havia um razoável número de jornais e bons propagandistas, porque então a população se manteve alheia ao processo? No campo discursivo dos jornais republicanos, pode-se ponderar que a resposta está no distanciamento de seu conteúdo em relação às expectativas da população.

3 A república em Santa Catarina

Aqui o movimento republicano foi mentira. Quem fez a República neste Estado como em todo o Brasil, foi o telégrafo: a sedição militar apossou-se em primeiro lugar do telégrafo e entregou-o a mentira. O primeiro telegrama daqui passado foi mentira, mentirosos foram por daí diante todos os recados.¹

“O governo é minha espada”. A sentença de Gumercindo Saraiva é uma extensão, em território catarinense, da prática do *governo da força* implantada no país por Floriano Peixoto, o *Marechal de Ferro*. Mais do que isso, é a síntese da violência que acometeu Santa Catarina nos anos iniciais da república no estado. A intimidação verbal do caudilho que comandou a Revolução Federalista em Santa Catarina, foi dirigida a Frederico Guilherme Lorena, líder da Revolta da Armada, que instalou a sede do governo rebelde em Desterro. Iniciados em diferentes locais – o primeiro no Rio Grande do Sul e o segundo no Rio de Janeiro – e por diferentes motivos, ambos tiveram seu desfecho em solo catarinense em violentas batalhas nas quais espadas e fuzis também escreveram a história.

Mas a consolidação da república no estado também se deu em outro *front*: o das formas simbólicas em forma de discursos orais dos políticos ante as inúmeras eleições em nível municipal, estadual e nacional; e impressos nas outorgas e revogações da constituição e, principalmente, o propalado pelos jornais. Nos primeiros anos do novo regime foram outorgadas quatro constituições estaduais, realizadas pelo menos vinte trocas de comando no governo do estado, realizadas várias eleições, criados clubes e jornais republicanos que publicizaram o novo regime. Nestas trincheiras, homens se valeram de penas e tribunas para difundir seus ideais.

Em uma época em que um político muitas vezes era mais reconhecido por seus atos de bravura no campo de batalha que pela mestria em bem administrar a coisa pública, alguns desses líderes empunharam a espada ao mesmo tempo em que propalavam suas idéias em jornais e tribunas. Foi assim que construíram a sua história e a do estado.

¹ Duarte Paranhos Schutel (1837-1901), político liberal, médico e diretor do jornal *A Regeneração*, deixou um diário com inúmeros apontamentos datados de 15 de novembro de 1889 a 5 de outubro de 1900, destacando os primeiros anos de instalação do governo da República dos Estados Unidos do Brasil, em Santa Catarina. Estes apontamentos foram recolhidos no livro *A república vista do meu canto* (2002, p. 55), pela historiadora Rosângela Miranda Cherem. Os apontamentos de Schutel assim como as páginas do *Jornal do Commercio* e do *República* têm sido fontes indispensáveis dos historiadores para resgatar o processo republicano em Santa Catarina.

Como “não se faz jornalismo fora da sociedade e do seu tempo histórico” (LAGE, 1986, p. 42), foi imersa neste cenário que a imprensa republicana pós-proclamação constituiu seu discurso. Reconstruir as condições sociais, políticas e históricas mais significativas daquele contexto, dentro do que preconiza a Hermenêutica de Profundidade, é o objetivo central deste capítulo.²

Santa Catarina vivenciou experiências contraditórias no processo republicano. Enquanto já em 1838 e 1839 foi uma das primeiras províncias a declarar-se como república independente, três décadas depois quando o movimento inicia sua marcha derradeira a partir da Convenção de São Paulo, em 1870, não há participação de catarinenses. A província só vai se engajar no movimento e desenvolver sua propaganda a partir de 1885 com o lançamento do primeiro jornal e do primeiro clube republicano.

A análise sócio-histórica desenvolvida aqui está dividida em dois momentos: a) Movimentos pré-republicanos – as proclamações da República Catarinense em 1838 e 1839; a propaganda dos primeiros clubes; o 15 de Novembro em Santa Catarina. b) A república e sua consolidação – a Revolução Federalista e a Revolta da Armada; os governos de Lauro Müller e Hercílio Luz; as primeiras eleições e as cinco constituições estaduais.

3.1 Santa Catarina proclama suas repúblicas

Embora em 1817 já tivesse ocorrido a Revolução Pernambucana e em 1824 a Confederação do Equador, “os movimentos mais sérios, de conteúdo ideológico republicano e com a participação popular” (ACHILES, 1976, p. 32), as províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram as primeiras a proclamarem-se repúblicas independentes, como consequência da Revolução Farroupilha (1835 a 1845). Ainda que efêmeras, as repúblicas catarinenses foram proclamadas por duas vezes em Lages e uma em Laguna, regiões de fortes ligações com o Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha eclodiu no Rio Grande do Sul em 20 de setembro de 1835 e em 11 de setembro de 1836 o coronel Antônio de Sousa Neto proclama a República Rio-

² Há uma literatura razoável sobre a história da república em Santa Catarina como em Cabral (1994), Meirinho (1982 e 1997), Boiteux (1985) e Piazza (1994).

Grandense, separada do Brasil. A vila de Piratini foi escolhida como capital da nova república. A 6 de novembro é instalado seu governo e eleito o coronel Bento Gonçalves da Silva como seu presidente. Porém, o coronel estava preso na Bahia e assumiu em seu lugar José Gomes de Vasconcelos Jardim.³

Liderados pelo coronel Bento Gonçalves da Silva, os gaúchos lutavam contra a opressão política e econômica e por mais autonomia da província em relação ao governo central. Os revolucionários também eram “[...] alimentados por um ideal republicano e federalista, embora, em certo momento da luta, ante os seus reveses e as suas contingências, tivesse surgido uma atitude separatista, que levaria então o Rio Grande a abandonar a comunhão nacional e vir a formar uma república independente do Império” (CABRAL, 1994, p. 123).

O movimento gaúcho não tardou a conquistar simpatias entre os catarinenses, principalmente lageanos e lagunenses. Já em novembro de 1835, o presidente da província de Santa Catarina, Feliciano Nunes Pires, no discurso de transmissão de cargo a seu sucessor José Mariano de Albuquerque, chamava atenção para uma possível adesão de Laguna ao movimento revolucionário.

Em fevereiro de 1836, segundo Boiteux (1985, p. 26-27), o novo presidente dirigiu-se a Laguna para conhecer *in loco* o “sentimento da população da parte do sul da província e o estado da força militar” e “não ficou satisfeito; tornou-se mesmo apreensivo pois pôde avaliar o sentir da população, na sua maioria, adepta dos princípios republicanos”. Cabral (1994) acrescenta que o próprio juiz de Laguna utilizou dinheiro público para abrigar refugiados rio-grandenses que chegavam àquela vila. Ainda segundo o autor (Ibidem, p. 124), o magistrado afiançou ao presidente “que de seus próprios haveres tiraria, se o seu ato não lograsse aprovação”.

Este clima de simpatia em vias de adesão se registrava também em Lages, bem como em Desterro e São José. Cabral (Idem) relata que em Desterro, o movimento contava com o apoio de *figuras eminentes* como Pinto da Luz, João Francisco de Souza Coutinho, Francisco Duarte Silva, Joaquim Cardoso e o juiz de paz José Antônio Rodrigues Pereira; em São José, o coronel Xavier Neves era apontado como chefe republicano da província.

³ Bento Gonçalves fora preso durante a batalha de Fanfa, que durou três dias ao sul do Rio Grande, logo após a proclamação da República Rio-Grandense. Em 10 de setembro de 1837, conseguiu fugir da prisão e retomou o poder no movimento republicano.

Preocupado com a integridade territorial da província, quando do seu retorno a Desterro, o presidente convocou a Guarda Nacional para, se preciso, auxiliar o Exército na defesa das fronteiras e costas. Em fevereiro, as tropas revolucionárias gaúchas já estão instaladas em Torres (RS) na divisa com Santa Catarina. Em Laguna, o juiz de paz Francisco da Silva França convoca os homens para defender a vila de um possível ataque. Os civis rejeitam a convocação, bem como parte dos militares do 2º Exército, que preparam um motim para 20 de março. “Boletins subversivos foram distribuídos, instigando o povo para que pressionasse a Câmara Municipal a renunciar (MEIRINHO, 1982, p. 12).” Porém, o movimento foi debelado e presos seus líderes.

Após esta primeira tentativa de sublevação em Laguna, apesar dos avanços e recuos, o governo mantinha sob certo controle a situação no sul da província. Enquanto isso, Lages ficava praticamente desprotegida. Foi assim que em 9 de março de 1838, um contingente de 1600 revolucionários gaúchos liderados por José Mariano de Matos, após uma tentativa frustrada da tomada de Porto Alegre, invadiu Lages e a incorporou à República Rio-Grandense. Foi a primeira conquista dos farroupilhas fora do Rio Grande do Sul, o que animou efusivamente os revolucionários.

A ação contou com apoio de lideranças locais. Como reação, a 7 de abril a Assembléia Provincial de Santa Catarina aprovou a Lei nº 78, proibindo relações comerciais do restante da província com Lages. Matos, que era ministro da Guerra da República Rio-Grande, foi chamado àquela província-república e no mesmo dia 7 suas tropas deixam Lages. Ou seja, 29 dias após ter sido declarada república, Lages voltava a pertencer à Santa Catarina, encerrando assim a primeira experiência republicana na província.

A segunda proclamação em Lages ocorreu um ano depois, a 10 de março de 1840. No comando estavam os capitães revolucionários Antônio Ignácio de Oliveira e Serafim Muniz. Somente em 12 de janeiro de 1840, após derrota em mais um confronto com as tropas do governo, os republicanos começam a retornar ao Rio Grande do Sul e em abril os legalistas tomam posse de Lages.

A Revolução Farroupilha seguia seu curso. As duas proclamações em Lages e a tentativa em Laguna, possibilitam aos gaúchos avaliar a simpatia dos catarinenses pela causa republicana. Os revolucionários também estavam convencidos da importância estratégica das

duas regiões para o avanço do movimento. A partir daí, são bastante conhecidas as ações para a conquista de Laguna e criação da República Juliana: no litoral, Davi Canabarro comanda as ações por terra e José Garibaldi por mar; de Vacaria, Felipe de Souza Leão se desloca com sua tropa até Araranguá; de Lages, Serafim Muniz de Moura segue até Tubarão. Como consequência, Laguna é ocupada em 22 de julho de 1839.

A novo Estado organiza-se. Além das tratativas de ordem legal, a República Catarinense proclamada no dia 29 de julho pela Câmara Municipal de Laguna⁴ por determinação de Davi Canabarro, tratou de constituir os símbolos para institucionalizar e legitimar aquele ato. Em 7 de agosto, por meio de um colégio eleitoral⁵, o coronel Joaquim Xavier Neves (17 votos), de São José, e o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro (quatro votos), da Enseada do Brito, eram eleitos presidente e vice, respectivamente, do “Estado Catarinense Republicano Constitucional, Livre e Independente”. O coronel não pode comparecer à posse. Então, por sugestão de Canabarro, assumiu como presidente o padre Vicente Ferreira em 28 de agosto.

O Ministério, empossado em 2 de setembro, também foi escolhido por voto direto de 171 “cidadãos locais de maior influência e posição social” (CABRAL, 1994, p. 129). Foram eleitos Antônio José Machado, Vicente Francisco de Oliveira, José Pacheco dos Reis, João Antônio de Oliveira Tavares, Antônio Claudino de Sousa Medeiros e o padre João de S. Joaquim, pároco de Tubarão, entre outros menos votados.

Em setembro são publicados os primeiros decretos da nova república. O de nº 01 (dia 5) promovia Canabarro a general do Exército Catarinense; o de nº 2 (dia 10) elevava Laguna à condição de cidade (Cidade Juliana de Laguna), e de capital provisória do estado; o de nº 3 (dia 10) abria seu porto a todas as nações; o de nº 4 (dia 10) estabelecia o verde, o amarelo e o branco como as cores da república; o de nº 11 (dia 17) integrava Lages como território do novo Estado Livre. Também foram abolidos impostos sobre o comércio do gado e indústria pastoril.

⁴ A Câmara Municipal era composta pelos seguintes vereadores: tenente Francisco de Oliveira, Domingos Custódio de Sousa, Antônio José de Freitas, José Pereira de Carpes, Floriano de Andrade, Manoel Luiz da Silva Leal e José Pinto dos Reis.

⁵ O Colégio Eleitoral, conforme Meirinho (1997, p. 22) era constituído por: Antônio da Costa, Vicente Francisco de Oliveira, Bartolomeu Antônio Canto, Luciano José da Silva, Manoel Teixeira Nunes, Francisco da Silva Lessa, Zeferino José da Veiga, Antônio José de Medeiros, Bartolomeu Fernandes Martins, João José Nunes, Domingos José da Veiga, Francisco Manoel da Costa, Thomé Teixeira da Silva, Félix Antônio da Silva, José Pacheco dos Reis, Antônio José Bittencourt e Francisco Gonçalves Barreiros.

Com a República Juliana, é iniciada a mais duradoura e também a mais sangrenta experiência republicana em solo catarinense. O Governo Imperial articulou sua reação. Substituiu o presidente da província, o brigadeiro João Carlos Pardal, tido como antipático pela população, pelo general Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Vindo do Rio de Janeiro, Andréa foi empossado em 16 de agosto. Trouxe cerca de 400 homens e vinte navios. A este contingente, juntaram-se mais 3 mil soldados catarinenses.

Apesar do arsenal disponível, o general optou pela diplomacia para minar a influência dos republicanos na capital e na província. Atraiu o presidente da República Juliana, Xavier Neves, à causa Imperial, distinguindo-o com “comissões que ele não poderia recusar, sem se tornar suspeito e sem dar motivos a uma represália” (CABRAL, 1994, p. 131). Sua colaboração com o Império foi tamanha que, em 1840, ao transmitir o governo a seu sucessor, Andréa informou que o republicano havia “prestado bons serviços à sua administração e ser pessoa de inteira confiança, pelo que o fizera comandante da Guarda Nacional da sua terra natal” (Idem).

Porém, ainda era precisa debelar o movimento no sul da província. Os confrontos se dão por terra e por mar a partir de 27 de setembro em localidades como Massiambu, Ponta da Pinheira e Imituba até a batalha final em Laguna. A República Juliana já se sentia debilitada com a falta de dinheiro, armamentos, de soldados e alimentação. Os republicanos começaram a perceber que a tomada de Laguna trouxera mais encargos que vantagens.

A essa altura, os homens de Canabarro já vinham cometendo atrocidades e violações contra a população de Laguna que os recebera tão cordialmente e que agora já os hostilizavam. Saques, insultos, agressões e a soberba dos republicanos fizeram com que os lagunenses se desencantassem com o movimento e até mesmos deixassem de apoiar a república. O próprio general tornou-se um déspota. Conforme Cabral (Ibidem, p. 133),

O centro do descontentamento localizou-se na própria Matriz, em torno do padre Vilela de Araújo e do major Francisco Gonçalves Barreiros. Desceu, então, sobre os conjurados o peso da espada do caudilho Davi Canabarro e setenta lagunenses foram encarcerados nos porões dos navios farrapos, inclusive os apontados chefes. Muitos foram degolados, outros seviciados, não escapando nem mesmo aquele sacerdote que foi bárbara e aviltantemente mutilado.

O desfecho mais cruel desse quadro foram o saque e o massacre na freguesia de Imarui, próxima à Laguna. Inconformada com os desmandos dos republicanos, a pequena

população do lugar chegou a hastear a bandeira imperial em sinal de protesto, o que irritou Canabarro. Como reação, o general determinou que Garibaldi saqueasse o local, submetesse os rebeldes e entregasse o produto do saque aos soldados. E aquele 9 de novembro de 1839 entrou para história com o dia mais sangrento da República Juliana. Garibaldi escreveu mais tarde em suas memórias (Apud. CABRAL, Idem):

Desejo, não só para mim, mas para todos os homens que jamais recebam uma ordem igual a esta que eu tinha recebido e que era de tal modo terminante que não havia modo de a iludir. Ainda que existam longas e prolixas narrativas de acontecimentos semelhantes, julgo impossível que a mais terrível se aproxime da realidade. Deus me perdoe, mais não tive em toda minha existência acontecimentos que me deixasse tão amarga recordação como o saque do Imaruí.

Naquela mesma noite, de próprio punho, Canabarro escreveu ao general farroupilha Sousa Neto, informando que “da centena de lageanos apenas lhe restavam sete e que dos lagunenses apenas uns 30. Da Guarda Nacional, em dois dias, haviam desertado quase 200 homens. E ainda os acusava de falta de brio e de que haviam nascido para escravos, salvo honrosas exceções” (Idem).

A 15 de novembro de 1839, por terra e por mar, se dá o confronto final em Laguna. Garibaldi e Canabarro comandam as tropas do lado farroupilha e Mariath e o coronel Fernandes Pereira as do lado imperial. A carnificina resulta em mais de cem mortos entre os republicanos e 17 mortos e 38 feridos entre os legalistas. Após quase quatro meses de existência, finda a República Catarinense.

Entre 1836 e 1839, quando das insurreições republicanas em Santa Catarina, há praticamente um hiato na imprensa da província. O único jornal a circular em parte daquele período era o oficioso *O Bemfazejo*, lançado em Desterro em 1836. A 14 de outubro de 1837 o brigadeiro João Carlos Pardal assume a presidência da província e de imediato ganhou a antipatia dos catarinenses. Com forte aparato e militar e orientado a combater movimentos rebeldes em Laguna e na capital, “cercou-se de homens, que como ele, só viam na violência o meio para amordaçar a opinião pública” (BOITEUX, 1985, p. 57).

Praticou arbitrariedades, perseguições, desmandos, espionagem. Português, nomeou apenas patrícios seus a postos de oficialato, em detrimentos aos oficiais brasileiros. Chegou a

nomear dois garotos de 14 e 12 anos, filhos de seu secretário, como cadetes. Em seus despautérios, consumiu os 20 mil-réis conseguidos por Jerônimo Coelho junto à Assembléia Geral, destinados a recuperar os estragos provocados por chuvas que devassaram Desterro entre 7 e 11 de março de 1838.

Para cooptar *O Bemfazejo* ao seu governo, adotou uma prática comum, até nos dias de hoje, a de atrelamento da imprensa ao poder público através da nomeação de jornalistas a cargos públicos. O redator do jornal, o capitão Francisco José Damasceno Rosado, foi guindado a comandante do depósito de recrutas, no qual sua atuação foi quase nula.⁶ Por lei, a função deveria ser exercida por um oficial superior. O jornal era impresso na Typographia Provincial, a única em Santa Catarina na época, e também recebia “um tal Santos 400\$000 annuaes dos cofres públicos” (Ibidem, p. 58).

Ainda de acordo com Boiteux (Idem),

Nas mãos do presidente Pardal, *O Bemfazejo* tornou-se verdadeira antithese do nome; transformou-se em bigorna onde o caracter e a reputação dos seus inimigos políticos eram postos a tassalhos.

Não escaparam os cidadãos conspícuos e a representação provincial, contrários ao governo, dos insultos lançados pela folha official, escriptos nos moldes e phraseados das proclamações e decretos de D. Pedro I. Os artigos políticos só faziam apologia da pessoa do presidente, escriptos, segundo se dizia, por elle próprio; n’elles se exaltavam os serviços por elle prestados; mostravam a necessidade de sua conservação no governo e o perigo que correria à província com a sua substituição; artigos esses que mandava transcrever nos *a pedidos* do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

De *O Bemfazejo* não restou um único exemplar, como também não se sabe a data exata de seu fechamento. Tendo como referência citações no livro de Boiteux (1985), pode-se considerar que o jornal circulou pelo menos até junho de 1838. Portanto, fica difícil aprofundar sobre seu perfil e linha editorial, mas pelas características aqui traçadas por Boiteux, é possível ter noção sobre a atuação do periódico, sempre postado ao lado do poder oficial.

⁶ De acordo com BOITEUX (1985, p. 58), “na organização do Depósito se houve este tão discretamente que um único livro mestre mal arranjado foi quanto entregou ao seu successor; de sorte que quem o organizou foi o tenente coronel José da Silva Mafra, que o comandou posteriormente”.

Se do lado catarinense o movimento republicano não contava com um órgão oficial para dar vazão a sua propaganda, os farroupilhas publicaram três: *O Povo* (01/09/1938-22/05/1840), *O Americano* (24/09/1942-01/03/1943) e *Estrala do Sul* (04/03/1943-15/03/1943).

O Povo, com 160 edições, quatro páginas, foi o mais importante e o de maior longevidade. Lançado em Piratini, depois foi transferido para Caçapava, cidades sede do governo farroupilha. O investimento foi de Domingos José de Almeida “mediante compra, que mandou fazer em Montevideú, de uma tipografia, paga à vista com o produto de venda, na mesma praça, de 17 escravos de sua propriedade” (BARRETO Apud. MACEDO, 1994, p. 35). Trazia no cabeçalho a epígrafe “Jornal político, literário e ministerial da República Rio-Grandense” e era dirigido pelo companheiro de Garibaldi, o italiano Luigi Rossetti, “um autêntico revolucionário de qualidade internacional que criava para os rebeldes um órgão cultural para a condução de uma propaganda fecunda” (MACEDO, *Ibidem*, p. 8).

Além dos atos oficiais do governo farroupilha, o periódico publicou, ainda que com três ou quatro semanas de atraso, “informações jornalísticas sobre importantes episódios da luta, desde o terceiro período do sítio sobre Porto Alegre até a aventura dos lanchões de Gabirbaldi, as invasões de Lages, o ataque a Laguna, o combate de Taquari e o grande manifesto de 29 de agosto, declaração sentida do líder Bento Gonçalves” (*Ibidem*, p. 17).

Por extensão, foi também porta-voz da República Catarinense. Conforme Macedo (1994), o jornal publicou 29 notícias, artigos, proclamações, decretos e outros atos oficiais relativos a Lages e 16 a Laguna. Entre as publicações relativas a Lages, criticou as medidas adotadas pelo presidente da província catarinense, João Carlos Pardal, que bloqueou o comércio lageano com o litoral quando aquela cidade aderiu à República Rio-Grandense; publicou decreto criando o corpo de cavalaria; a divisão de Lages em cinco distritos, a eleição de procuradores gerais do município; a criação da coletoria, de escolas, do Correio, entre outras ações.

Na edição número 51, Bento Gonçalves se dirige aos lageanos após a adesão daquela cidade à República. Em sua exaltação, o líder republicano revela que o movimento tem encontrado eco em diversas regiões do país.

Irmãos, correi a nossos braços; não sereis certamente dos últimos a desprezar o pendão da independência, a dar aquele grito... Já os bravos paulistanos fazem tremular aos olhos dos seus opressores aquele pendão sagrado: cinco das suas

principais vilas têm vingado... dezesseis anos de vexação e arbitrariedades... o Ceará e o Sergipe encetaram a majestosa carreira de resistência ... o Maranhão, o Pará e a Bahia...” (Apud. MACEDO, *Ibidem*, p. 67).

Publicou também, na edição número 54, a proclamação de Antônio Ignácio de Oliveira Filho, comandante das tropas que ocuparam Lages:

Imperialistas, escravos de um tirano, ouvi o tremendo mal que os trai. Tudo neste mundo tem um termo [...]. A paciência dos povos não é inesgotável. A total separação e a independência absoluta aí estão sempre deparadas pela mão da providência em prol da população tiranizada. (Apud. MEIRINHO, 1997, p. 23).

Em proclamação de 28 de agosto de 1839, dirigida “aos irmãos catarinenses”, diz agora Bento Gonçalves sobre a tomada de Laguna:

Eis aqui, ó briosos catarinenses, a inevitável resolução dos rio-grandenses! Adotai-as e vossa Pátria ocupará o listão das nações livres e soberanas, o lugar que lhe compete, e nossos tiranos serão um dia forçados a repetir conosco – Viva a Nação Catarinense – Viva a liberdade americana! Vivam todos os homens livres do Universo. (Idem, p. 74)

O segundo porta-voz dos farroupilhas, *O Americano*, foi publicado em Alegrete e, apesar de apenas 36 edições, teve forte influência na Assembléia Constituinte que elaborou a primeira Constituição Republicana, “não só pelo apoio que a ela emprestou, como pelo estabelecimento do clima que presidiu a vinda de Caxias e do acompanhamento dos primeiros dias de atividade deste representante do Império” (MACEDO, 1994, p. 17). O *Estrela do Sul* teve somente três edições.

3.2 O alvorecer republicano em Santa Catarina

Mesmo não havendo assinaturas de catarinenses no manifesto republicano de 1870, lentamente aqueles ideais foram assimilados na província, ainda que não contagiasse as camadas mais simples da população e até mesmo boa parte da intelectualidade e dos políticos catarinenses. Este clima foi se inserindo sob diversas formas e pela atuação de personagens que marcaram a história da república na província.

O desterrense Antônio Justiniano Esteves Júnior, radicado desde jovem no Rio de Janeiro, exerceu forte influência sobre os republicanos de sua terra natal. Foi ligado ao Partido Liberal, mas se tornou um “intransigente democrata”. Em 1870, quando do lançamento do Manifesto Republicano, aderiu à nova corrente política e foi, segundo Cameu e Várzea (1932, p. 10), “um dos colaboradores, senão signatário” do documento. Ele era a ligação entre os fatos políticos ocorridos na Corte e em Santa Catarina. Sua papelaria tornou-se uma espécie de “consulado” onde recebia jovens catarinenses que iam buscar ilustração na Corte, e procurava transmitir-lhes os ideais republicanos.

Meirinho (1982 e 1997) reforça, porém, que não há assinaturas de catarinenses naquele manifesto. Ainda assim, o autor ressalta que todos os jornais cariocas – *O País, Jornal do Comércio, A Notícia, A Imprensa, Gazeta de Notícias e Jornal do Brasil* – quando do falecimento de Esteves Júnior em 9 de março de 1900, mencionaram o catarinense como um dos signatários.

Em solo barriga-verde, conforme Boiteux (1915, p.50), militar, historiador e contemporâneo daquele movimento, o manifesto era “lido com curiosidade e comentado vivamente nos meios políticos [...] e encontrou, desde logo, um eco no professor Manuel das Oliveiras Margarida, quase um solitário na sociedade desterrense”. Margarida, professor de desenho e pintura, era também abolicionista e em 25 de dezembro de 1884 lançou o jornal *O Abolicionista*.

Nos meios culturais da província, a república francesa era venerada. No teatro 14 de Julho, em Desterro, era hábito entre os descendentes de franceses e amigos da França, comemorar *La Fête National du 14 Juillet de 1789*. Gustavo Richard, descende de franceses, na festa de 1885, recitou a poesia *La Bastille*, de sua autoria, e que foi publicada no jornal *A Voz do Povo* em 19 de julho daquele ano. Pauli (1976, p. 34-35) relata que nestas datas “o governador, em Palácio,

recebia os cumprimentos das autoridades e no Largo do Palácio a Banda da Guarnição Militar desfilava tocando a *Marselhesa* seguida de uma salva de 21 tiros”.

Como toda proposta de mudança, a república contagiava principalmente os jovens. Conforme Cabral (1994), “moços” como Esteves Júnior, Carlos Napoleão Poeta, Carlos Guilherme Schmidt, Fausto Werner, Emílio Blum, José Joaquim da Veiga, João Francisco Regis Júnior, José Araújo Coutinho, Lídio Martins Barbosa, Raulino Júlio Adolfo Horn, Severo Pereira e Luiz Nunes Pires, são alguns dos que aderem ao movimento e marcam a história do partido e da política catarinense no final de século XIX e início do século XX.

Emílio Blum, um dos personagens desse grupo, é destacado por Meirinho (1997) como o primeiro, a inserir explicitamente o ideal republicano na esfera pública de Desterro através da imprensa. “Educado na França, em 1879 estava de regresso a Santa Catarina trazendo na cabeça a fé democrática. Jovem talentoso, foi assediado pelas lideranças conservadores e liberais desterrenses para figurar nas nominatas de candidatos à Assembléia provincial, mas não aceitou para permanecer fiel às suas convicções” (Ibidem, p. 29). Segundo o historiador, Blum, sob o pseudônimo de Henri, fez das páginas do *Jornal do Comércio*, sua “tribuna republicana”. Lançado como semanário em fevereiro de 1880, por José da Silva Cascaes, o jornal se declarava anti-republicano. No ano seguinte, torna-se diário e no editorial de 19 de maio insere uma nova linha de pensamento atribuída a Blum:

O que tem feito até hoje a política do Império? [...] O País clama todos os dias, pede instrução, educação, porém os ventos são desencontrados e a nau soçobra. [...] Temos homens nossos que conhecem nossas necessidades, que estão a par dos nossos interesses, que são também o de todas as classes sociais, que envidarão todos os esforços para o avanço de idéias livres e civilizadoras, de idéias que darão todo incremento, vida e progresso a todos os ramos da atividade humana.

A representação das classes sociais nos centros de decisão do poder passou a ser a bandeira de Blum nas páginas daquele diário que, já na edição seguinte, afirmava: “Não é próprio das classes populares e produtoras o papel de meros expectadores da política”. Sob o título de *Representações de Classe*, Blum publicou vários artigos atacando os partidos Liberal e Conservador. Em junho, ainda de 1881, Sebastião Antônio Rodrigues Braga lança sua

candidatura à Câmara dos Deputados, como representante do comércio, da agricultura e dos artistas.

Outro vínculo identificado com a causa republicana foi quando o jornal passou a reproduzir artigos de *O Cruzeiro*, jornal carioca no qual Quintino Bocaiúva propagava seus ideais do novo regime após o fechamento de *A República*.

Com a derrota de Braga, o *Jornal do Comércio* adotou nova orientação editorial e Blum foi dispensado, já que, segundo Meirinho (Ibidem, p. 31) a linha política anterior “estava afastando assinantes e anunciantes”. O espaço da primeira página, antes destinado aos editoriais, agora é tomado pelos anúncios. O folhetim e o noticiário geral ganharam as páginas internas.

Em Joinville, os republicanos de primeira hora foram Ernesto Canac, Inácio Bastos, Adriano Schondemark, Aristides Barros, Henrique Jordan, Vitorino Bacelar, Pedro Torrens, entre outros. Em São Bento, Líbero Guimarães, Mário Lobo, Felipe Maria Wolff, Luiz Broockmann, Otávio Lobo, Alberto Malschitzki.

Mas é ainda em meio ao predomínio político de liberais e conservadores, que a partir de 1885 o movimento republicano se institucionaliza na província com a criação de seu primeiro clube e jornal oficial. Num domingo, 31 de maio, é lançado *A Voz do Povo*, o primeiro jornal republicano catarinense e fechado 27 edições depois. “Propriedade de uma Associação”, tinha como principal redator o português José de Araújo Coutinho. Também colaboraram Emílio Blum e Herculano de Freitas, este um jovem estudante que mais tarde seria senador estadual e ministro da Justiça no governo de Hermes da Fonseca. O primeiro clube foi criado meses depois, em 13 de agosto (ver 3.3).

Paralelamente à propaganda republicana através dos clubes e jornais (ver 3.3 e capítulo 4), a abolição da escravatura também foi usada, sutilmente, como pano de fundo ao movimento republicano. Santa Catarina, conforme Cabral (1994), chegou a ter o máximo de 18.187 escravos em 1857, reduzindo para 10.861 em 1881. Na capital, em 24 março de 1888, o presidente da Câmara de Vereadores, Eliseu Guilherme da Silva, comunicava oficialmente ao então presidente da província, Francisco José da Rocha, que não havia mais escravos naquela cidade.

Proporcionalmente, o índice de escravos em Santa Catarina sempre foi reduzido em relação ao total da população. Em 1810, o maior registro da história, correspondia a 23,7% (7.203

de 30.339 habitantes). Baixou para 18,8% (12.511 de 66.218) em 1840, e para 16,3% (18.187 de 111.099), em 1857. No Maranhão, por exemplo, em 1819, 66% da população era escrava. Por outro lado, em 1884 o Amazonas e o Ceará já haviam libertado seus escravos enquanto em Santa Catarina, em 25 de novembro daquele ano, era lançado o primeiro jornal abolicionista na província. A iniciativa foi de Francisco Margarida, com *Abolicionista*. Jornais republicanos como o *Folha Livre e Sul*, de Joinville, também defenderam o abolicionismo. Proliferaram clubes abolicionistas que realizam festas, bazares e arrecadam fundos para comprar a liberdade de escravos. Como resultado das campanhas dos jornais e clubes, muitos proprietários libertaram seus cativos.

Em cidades de colonização alemã como Blumenau e Joinville, os imigrantes eram proibidos de ter escravos. Os poucos ali existentes eram propriedades de portugueses ou de brasileiros natos. Em Joinville, por exemplo, conforme a *Folha Livre*, em março de 1887 havia apenas 96 escravos (48 homens e 48 mulheres). Em Blumenau, segundo Silva (1972, p. 153), a abolição “não teve maior significado nem conseqüências”, pois havia apenas “dois escravos – uma preta, cativa de Flores Filho, que morreu tuberculosa, antes da Lei Áurea, e um escravo pertencente a Pedro Wagner”.

Entre clubes, jornais, lideranças políticas, pessoas comuns e instituições diversas que realizaram inúmeras ações em prol da libertação dos escravos, Cabral (Ibidem, p. 201) faz o interessante relato de

um operário, um sapateiro modesto, Manoel Bittencourt que, empolgado pela causa, amealhava as sobras do seu trabalho humilde para entregar aos cofres dos libertadores de escravos.

A rua Artista Bittencourt lhe é dedicada. Artista cujas obras de arte não passaram das meias solas e consertos que fazia, pois de outras não se tem notícia. Mas ninguém ganhou maior direito de reconhecimento da posteridade do que ele, que viveu empolgado pelo amor ao próximo e lhe deu, com sacrifício, mas com alegria, o pouco que obtinha do seu trabalho.

3.3 Os clubes republicanos

Ao lado dos jornais, os clubes republicanos foram os grandes propagandistas da república. No dia 13 de agosto de 1885, o mesmo grupo que articulou a criação do jornal *A Voz do Povo*, funda o primeiro clube republicano da província. A novidade foi assim noticiada por aquele jornal no dia 16: “em reunião que teve lugar no dia 13 nos salões do hotel Brazil, instalou-se o Clube Republicano, que tem por fim cuidar da propaganda republicana e colocar-se energicamente à frente dos interesses mais palpitantes da província”.⁷

Na edição seguinte, de 20 de agosto, reafirmava em nota: “[...] O Clube Republicano de Desterro está constituído. Não mais flutuarão ao acaso e dispersos os elementos democráticos nesta província, não mais os partidos existentes chamarão a si aqueles cujas idéias patrióticas pedem a República. Já temos um Clube, uma diretoria, um corpo que nos oriente no caminho a seguir [...]”. O não jornal menciona a composição da diretoria e também na historiografia oficial não se localizam nomes dos fundadores do Clube Republicano de Desterro. Apenas após sua reformulação em 1887, o farmacêutico Raulino Horn é apontado como presidente.

Apesar do tímido florescimento republicano na província, Coutinho se lança candidato a deputado provincial nas eleições de outubro de 1885. Porém, sem apoio, desiste antes do pleito. Também a 29 de novembro daquele ano, sem sustentação financeira, o jornal fecha as portas após 27 edições. (ver capítulo 4)

Somente dois anos depois, a partir de maio de 1887, surgem clubes republicanos no interior. O joinvilense Manoel Corrêa de Freitas, proprietário do jornal republicano *Folha Livre*, lançado em Joinville em 23 de janeiro de 1887, influenciou várias cidades da região a aderirem à causa. Como resultado, em 1º maio, Camboriú foi a primeira cidade interiorana a criar um clube republicano. A repercussão local foi grande e a iniciativa teve como principais articuladores locais Manoel Antônio Pereira, Marcelino José Bernardes, Antonio Maria de Souza, Joaquim da Silva, além do próprio Manoel Corrêa de Freitas, ou de Freitas como era mais conhecido.

Dez dias depois, Joinville funda seu primeiro clube, presidido por Vitorino Bacelar e idealizado por de Freitas, e que teve boa aceitação pela comunidade local. Apenas em 1888

⁷ Meirinho (1982, p. 20) observa que este registro “contradiz a informação de Cabral, segundo o qual o primeiro clube republicano da Província teria sido fundado em Camboriú em maio de 1887”.

houve uma agitação entre liberais, conservadores e republicanos, mas logo foi contornada. Os republicanos, na maioria jovens idealistas e com pouca experiência, lançaram uma campanha nacional de propaganda, mas que a população não levou a sério. Entre outros argumentos, diziam que a monarquia era uma *superfetação*. Ainda em maio, também é criado o clube de São Francisco do Sul, por Eleutério Tavares e Luiz Antônio Ferreira Gualberto.

Em junho, ocorre a reorganização do clube da capital que leva agora o nome de Esteves Júnior e é presidido por Raulino Horn. Nesta nova fase, articuladores do clube também lançam o jornal *A Evolução*. Em São Bento, João Figueiras de Camargo funda o Clube Republicano Federativo. No dia 26, além de outros republicanos já filiados, o partido recebe a adesão dos negociantes Francisco Antônio Maximiliano, Ernesto Wolf e João Ribeiro de Abreu; do artista Henrique Hinke; do lavrador Thomaz Umbelino Teixeira; e de José de Souza e Otávio de Souza Lobo, que lançam o seguinte manifesto:

Os abaixo assinados, cidadãos brasileiros, no gozo de seus direitos civis e políticos, reconhecendo que nenhum dos partidos monárquicos poderá trazer felicidade e progresso a nossa Pátria, declaram-se, de hoje em diante, filiados ao partido republicano federativo de São Bento, único que poderá levantar o abatimento em que se acha o país (Apud. MEIRINHO, 1997, p. 44).

Os clubes até aqui estruturados, indicam Antônio Justiniano Esteves Júnior e Lídio Barbosa para representá-los no Congresso Republicano, no Rio de Janeiro, ocorrido no dia 30 daquele mês.

Em agosto, há novos avanços. No dia 27, João Batista de Souza cria o clube de Porto Belo, que é presidido por João Batista de Souza. No dia seguinte, o padre Manoel de Miranda Cruz funda o de Tijucas. O padre também tem forte atuação antimonárquica, nos artigos que escreve para *O Independente* (1888-1889). Em setembro, no dia 4, Benigno Alves dos Santos funda o clube de São João Batista, que é presidido por Benigno Alves dos Santos.

Blumenau, emergente centro econômico da província, não teve clubes republicanos naqueles primeiros momentos. Porém, Silva (1977) assinala que o médico baiano que chegou à cidade em 1885 e o engenheiro pernambucano Victorino de Paula Ramos, chegado em 1886 para chefiar a Comissão de Terras, foram os primeiros fomentadores do novo regime. O autor ressalta,

entretanto, que o jornal *Blumenauer-Zeitung*, lançado em 1881 e redigido em alemão, foi o principal propagandista das idéias republicanas (ver 3.2.1) naquela cidade.

Este florescimento, ainda que tímido, levou a mais um tentativa eleitoral. O partido lançou as candidaturas de Esteves Júnior à Câmara Federal e de Manoel Correia de Freitas e Vitorino Bacelar à Assembléia, nas eleições de 1888. Os três não obtiveram êxito, mas São Bento, cidade de colonização alemã, foi a primeira do país a eleger uma Câmara Municipal composta somente por vereadores republicanos. Emancipada de Joinville em 1883, tinha 1.15 habitantes. Foram eleitos: Alberto Malschitzki, Ernesto Wolff, Otávio Lobo, José Guedes da Silva, João Abreu, José M. Gomes de Sousa, e Pedro Gomes da Cruz.

Entusiasmado com o resultado, o presidente do Clube Republicano de São Bento, João Filgueiras de Camargo, apresentou indicação de uma consulta à população local sobre se convinha ou não a permanência da monarquia após a morte de D. Pedro II:

Não sendo a Constituição Política do Império, promulgada pelo primeiro Imperador, suficiente às liberdades e interesses do povo Brasileiro, indico que seja levada por meio de petição à Assembléia Provincial a necessidade de uma nova Constituição, dirigindo aquela Assembléia uma petição ao Parlamento a fim de que os novos deputados a eleger-se tenham poderes para formarem uma Assembléia Constituinte; e também se consultado o povo sobre se convém ou não, depois da morte do atual Imperador, continuar a atual dinastia (Apud. FICKER, 1973, p. 279-280).

Forte reduto republicano, São Bento seria ainda importante palco da Revolução Federalista em 1894. (ver 3.6).

Laguna, apesar de importante centro político e republicanista desde a década de 30, só constituiu seu clube republicano após a proclamação, em 21 de dezembro, tendo como presidente Manoel Ladislau Aranha Dantas. O mesmo ocorreu no Planalto Serrano. Em Lages, a movimentação iniciou quando o advogado e militante republicano de Alagoas, Francisco Antonio Vieira Caldas, chegou à cidade em 1889, assim como muitos gaúchos fugidos das perseguições política em seu estado e fomentaram os ideais republicanos na serra catarinense.

A atuação política de Caldas contra o Império, se intensificou e ganhou prestígio perante a população lageana. Foi aí que ele deu início a um plano para substituir o presidente da Câmara Municipal, por um governo republicano. Mas o plano foi descoberto pelas autoridades

que apreenderam as armas que seriam usadas no motim. Pressionado pelas autoridades locais, Caldas deixou Lages e se mudou para o Rio Grande do Sul. Depois de algum tempo, foi para Desterro onde também teve um papel importante na implantação da república. Foi fuzilado em 1893 na chacina de Ainhatomirim, por ordem de Moreira César.

Foi Ignácio Costa quem criou o primeiro clube republicano em Lages no dia 24 de novembro de 1889 e que deu origem a vários outros clubes na região. Costa abriu espaço para a participação de conservadores e liberais, o que gerou polêmica e agravos por parte dos republicanos. Contrariado, Costa fechou o clube. Porém, na mesma noite, após muita discussão, fundou o Clube Republicano Federalista Marechal Deodoro, congregando os que compartilhavam dos mesmos ideais. Em resposta, João de Castro Nunes criou o Clube 15 de Novembro. Este seguia a linha “republicanos da propaganda” e abrigava boa parte dos antigos liberais.

Toda essa movimentação, porém, não se traduzia em números significativos. Ao fazer um balanço da época, Pereira (1976), citando dados de Boehrer, assinala que em março de 1887, Santa Catarina contava com cerca de 200 eleitores republicanos em toda província. *A Folha Livre* de 29/05/1887 registra que

Existiam em Santa Catarina, pelos fins de 1888, quinze clubes republicanos, elevando-se a vinte e quatro, em fins do ano seguinte. O rol de seus associados, porém, era reduzido: em meados de 1887, o clube republicano de Desterro compunha-se de 17, o de São Francisco, de 15, e o de Joinville, de 20 membros; o eleitorado republicano era relativamente insignificante, uma vez que, em agosto de 1889, sendo pelo Partido apresentados Esteves Júnior e Raulino Horn candidatos a deputados gerais, conseguiram, respectivamente, apenas 153 e 20 votos.

Em razão do contexto que se apresentava, o jornal *A Voz do Povo* que tinha como epígrafe a expressão latina *Vox clamantis in deserto* e fazia oposição aos jornais *A Lucta*, *A Regeneração*, *Jornal do Comércio*, *O Conservador*, *O Moleque* e *A Matraca*, concluía em uma de suas edições:

Não seria, pois, através dos clubes e dos jornais que pugnavam pelo estabelecimento do novo regime, que a República iria triunfar. Vimos quão lento era o avanço da idéia republicana em Santa Catarina [...] sendo evidente a hostilidade, senão a indiferença, com que esbarravam seus propagandistas (Apud. PEREIRA, 1976, p. 34).

3.4 O 15 de Novembro

A crítica de Schutel (2002) destacada em epígrafe no início deste capítulo, de que o movimento republicano foi uma *mentira* produzida pelo telégrafo do qual a sedição militar tomou posse, tem considerável grau de consistência. Evidencia também duas questões: a importância desse novo meio de comunicação e a fragilidade como se deu a transmissão da instauração da república, instalada oficialmente na província no dia 17.

Os jornais fomentaram a república e o telégrafo a sacramentou. Foi através de um telegrama dirigido a uma empresa privada que Santa Catarina obteve a primeira informação sobre a mudança do regime. Era uma sexta-feira, início da tarde do dia 15, quando um lacônico telegrama chega à firma Hackradt, contendo apenas quatro palavras em inglês e que surpreenderam os políticos e a população de Desterro: *No government – no change* (sem governo – sem câmbio). Era assinado por Scharf, representante da empresa catarinense na Corte, e tinha como objetivo informar a direção da mesma que não haveria cotação do câmbio naquele dia por que o país estava sem governo.

De imediato, a notícia percorreu as principais repartições e órgãos públicos e uma dúvida se fez: o motivo seria a morte do imperador Dom Pedro II ou fora instaurada a república. O telegrama chega à Assembléia Legislativa pouco depois das 14 horas. Schutel (2002, p. 344-345), primeiro vice-presidente, presidia a sessão naquele momento e assim descreve o ambiente quando a notícia foi recebida no Legislativo:

Falava o monótono e interminável Afonso Livramento – aos membros distraídos e que não lhe prestavam a mínima atenção. Vi chegar Vilella ou (não me lembro) um telegrama que logo foi mostrado a Elyseu e que me vieram trazer: era passado a casa Hackradt e dizia – “No government, no change”.

Um certo pânico se estendeu pela sala e Livramento, ficando de pé, calou-se.

Várias conjecturas se iam fazendo sobre o que teria havido no Rio, e entretanto foi enviado um deputado para pedir informações ao Presidente da Província Dr. Oliveira Belo.

Havendo pensado um pouco, chamei o contínuo e disse-lhe que fosse ao armarinho e comprasse dois metros de fita larga tricolor e me trouxesse. Perguntando-me o segundo secretário por que a queria, lhe respondi – “tenho de colocá-la a tiracolo para anunciar à Assembléia a proclamação da República, porque o Brasil é agora republicano”.

E suspendi a sessão por algum tempo, convidando o Livramento a sentar-se e lhe conservando a palavra. Então alguns deputados saíram a colher informações e

não voltaram – Um quarto de hora passada reabri a sessão, continuando Livramento a falar agora sobre o incidente do telegrama e em poucas palavras, sem saber o que dizia sentando-se por fim – suspendi de todo a sessão.

Pouco depois das 15 horas, o presidente da província Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, com informações conclusivas sobre o fim da monarquia, convoca os líderes do Partido Liberal para analisar a situação. Por volta das 17 horas, o comandante do 25º Batalhão de Infantaria de Desterro, coronel João Batista do Rego Barros Cavalcante de Albuquerque, recebe telegrama de Quintino Bocaiúva, recomendando prudência nas ações a serem tomadas.

Pelo relato de Schutel (2002), apesar da euforia causada no meio político em razão da novidade, aquele início de noite foi pacífico em Desterro. Por volta das 20 horas, no Clube Republicano havia movimentação de apenas alguns de seus integrantes e o Palácio estava quase fechado. Schutel, 52 anos, liberal e opositor ao republicanismo, mas com maturidade intelectual para avaliar as mudanças de seu tempo,⁸ exprimia dúvidas sobre a “segurança e estabilidade do golpe”.

O sábado foi de mais expectativas. Não houve expediente nas repartições públicas, mas Oliveira Belo se mantinha no cargo. Na Assembléia Legislativa, a sessão foi suspensa por falta de quorum. Foi organizada uma junta governativa formada pelo coronel João Batista do Rego Barros, comandante do 25º B.I., pelo médico militar Alexandre Marcelino Bayma (conservador) e pelo farmacêutico Raulino Júlio Adolfo Horn (republicano).

Às 8 horas do domingo, 17, o triunvirato acompanhado de um grupo de republicanos, se dirige ao palácio e o coronel Rego Barros intima Oliveira Belo a entregar o poder. Após ato de posse, na sacada do palácio, discursaram para “trinta ou quarenta pessoas” (Ibidem, p. 43), o presidente da Câmara de Vereadores, Elyseu Guilherme da Silva, e da Assembléia Legislativa, Abdon Batista, ambos do Partido Liberal, além de Alexandre Bayma representando o novo governo. A banda do 25º B.I. executou a *Marselhesa*.

⁸ Nascido em Desterro em 1837 e ilustrado no Rio de Janeiro, Duarte Paranhos Schutel era filho de um médico suíço. Foi médico, poeta, diretor e um dos redatores de *A Regeneração*, jornal ligado ao Partido Liberal, que circulou de 1868 a 1889. Foi deputado provincial por cinco vezes a partir de 1864, vereador e deputado geral. Com outros companheiros, aderiu ao novo regime, mas meses depois fez oposição ao Partido Republicano Catarinense e foi um dos fundadores da União Nacional. O motivo foi a indicação dos nomes para a chapa que concorreria ao Congresso Nacional no segundo semestre de 1890. A oposição aos republicanos e ao Governo Federal aumentou com a criação do Partido da União Federal que aglutinava os ex-partidos Liberal e Conservador, mas agora também de linha republicana. Logo após a proclamação, Schutel deixa a vida pública, amargurado e decepcionado com os momentos iniciais da República. Morreu em outubro de 1901 (CHEREM In. SCHUTEL, 2002).

Meirinho (1997, p. 52) assim descreve aquele cenário:

Em frente ao Palácio concentram-se oficiais, a banda do 25º B.I. e grande número de populares. Do prédio, sede do governo, foi arriada a bandeira imperial e hasteada a do Clube Republicano. As armas do Império, fixadas no frontispício do Palácio, foram destruídas com uma alavanca.

Ainda da janela do Palácio, o coronel Rego Barros fez uma proclamação formal, mas que exaltava o ideal de federação do regime republicano, ressaltando o Estado Livre e o Estado Federal de Santa Catarina:

Cidadãos! Os acontecimentos que se deram na cidade do Rio de Janeiro necessariamente deveriam repercutir até as plagas catarinenses. Preparada a evolução e o espírito público, nesta terra aceitou-se com satisfação e júbilo que devia despertar a voz altissonante da liberdade. Bem haja o patriotismo da população do Rio de Janeiro! Cidadãos! Por aclamação do povo, Exército e Armada, desta cidade fomos empossados no Governo do Estado Livre de Santa Catarina com adesão e aplausos dos presentes. Viva o Povo Brasileiro! Viva a República Federal! Viva o Estado de Santa Catarina! Viva o Exército! Viva a Armada!

Membros do Governo, Barros, Bayma, Horn (*Republica* – 19/11/1889).

Para Meirinho (1997, p. 54), a adesão de liberais e conservadores ao novo regime dá uma “noção do sentimento pacífico” e “praticamente sem oposição” com que a república foi instalada na província. Na tarde do dia 17, o Partido Conservador oficializa sua adesão. Na manhã seguinte, a Câmara Municipal de Desterro, formada por liberais, e a de Parati, seguem o exemplo. No dia 21, é a vez do Partido Liberal. No dia 25, era a vez das câmaras de Joinville, Laguna, São Francisco do Sul e Blumenau formalizarem a adesão; dia 26, Itajaí; dia 27, Tijucas. Seguem, posteriormente, os outros 12 municípios. O telégrafo foi vital na transmissão da novidade pelo interior e cada telegrama era recebido efusivamente nas comunidades.

O adesismo, conforme Meirinho (Idem), não causou nenhum constrangimento aos antigos partidos monarquistas que “deixaram claro não haver de sua parte qualquer incompatibilidade com a nova ordem instaurada”. Por outro lado, a minoria republicana, “aos olhos de conservadores e liberais, neste primeiro momento não estaria em condições de assumir o comando político no Estado sem a colaboração dos que tradicionalmente se revezavam no poder”. Desse modo, içados pelo oportunismo, os conservadores vislumbraram a volta ao poder e os liberais procuraram manter suas posições.

O único incidente registrado na instauração do novo regime ocorreu em Desterro, na noite do dia 18, após exibição da banda do 25º B.I. em comemoração promovida pelo Clube Republicano. Ao retornar àquela unidade militar, os músicos foram amotinados por alguns praças do 25º Regimento. A madrugada e o dia seguinte foram de tensão. Quatro praças foram baleados, cinco ou seis fugiram e os demais detidos. Meirinho (Ibidem, p. 55-56), assim narra o episódio:

A banda, ao regressar ao quartel, tendo a frente o seu comandante, o major Santos Dias, encontrou amotinados os soldados que havia de prontidão. Estes militares estavam de posse das armas, mas sem munições, que por acaso não haviam sido distribuídas nesse dia. Os praças, tendo à frente o cabo Cândido Pedro Duarte, pretendiam sair em passeata levando a bandeira imperial. Em meio à balbúrdia e confusão, os rebeldes exigiram que não só a banda os acompanhasse, como também o próprio comandante, o major Dias. Pressionado, concordou com a passeata, exigindo, entretanto, que ela se fizesse em ordem. Formado o grupo de 40 praças, após vivas ao Império e ao Imperador, saíram percorrendo as ruas do Vigário, Praça dos Cães, Menino Deus, e voltaram ao quartel.

Neste ínterim, os oficiais já haviam ocupado o batalhão, onde se achava inclusive o chefe de polícia. Firmino Lopes Rego. Ao entrarem, os praças receberam voz de prisão, ao que resistiram. Um deles chamou o comandante de traidor, partindo para agredi-lo. O major mandou que a banda se afastasse e ordenou fogo. Pelo menos quatro foram baleados. Enquanto alguns conseguiram fugir, outros foram presos.

No dia 19, o novo regime lança seu porta-voz e principal meio de propaganda, o jornal *República*. A velocidade surpreendente na criação do periódico, está no fato de ter sido impresso nas oficinas do antigo *Conservador*, jornal do partido homônimo dirigido por Alexandre Bayma. Esta cooperação é mais uma demonstração do adesismo dos conservadores.

A historiadora Roselane Neckel (2003, p. 13), observa que a insistência no clima “pacífico” e “festivo” com que a república foi instalada em Santa Catarina conforme relatos do *República*, de documentos oficiais e de parte da historiografia, “destacam a existência de uma nova elite urbana atenta, influente e aberta ao novo regime, que não pertencia à antiga elite partidária do regime imperial e que via na República a possibilidade de sua inserção na política”. Sob este enfoque, o adesismo de ex-monarquistas não se apresentava incompatível entre o antigo e o novo, pois “os interesses da pátria, naquele momento, eram maiores do que as contingências políticas” (Idem).

Ou seja, ainda que a república não tenha sido aceita de imediato – ver reações como a Revolta da Armada e Revolução Federalista – havia a “preocupação em destacar a harmonia, ordem e tranquilidade que caracterizaram a chegada da República”. Era preciso demonstrar, através de discursos, atos e obras, que “o novo regime representava desenvolvimento e progresso para Santa Catarina, garantindo a obediência e a ordem social” (Ibidem, p.13-14).

3.5 A organização institucional

A não ser pela população que quase dobrou e pelo início de pólos emergentes como Joinville e Blumenau, a província de Santa Catarina pouco mudou nos últimos 20 anos da monarquia. A população passara de 159.802 habitantes em 1872 para 283.769 em 1890, com 80,4% (227 mil) de analfabetos. Quando da proclamação, havia 20 municípios e 12 comarcas.⁹ Em 1888, o sistema de ensino contava com 117 escolas públicas com 4.292 alunos matriculados, além de algumas escolas particulares. O ensino secundário ainda era bastante precário e os jovens de famílias mais abastadas saíam para estudar na Corte ou em Porto Alegre.

Na capital, ainda a cidade de maior desenvolvimento urbano, os serviços de infraestrutura eram precários. A iluminação pública a querosene foi substituída, em 1880, pelo sistema de gás-globo e somente em 1910 foi instalado o sistema de energia elétrica. A rede de água encanada só em 1909 e entre 1913 e 1917, a de esgotos. No setor econômico, o porto vinha de uma fase de declínio desde 1880, mas ainda era a principal fonte de divisas da província. As casas comerciais, porém, já começavam a movimentar a economia da cidade.

Além do fator econômico, a instabilidade político-administrativa também contribuiu para o atraso da província. Entre 1870 e 1889, 20 presidentes se alternaram no poder. Somadas as substituições por seus vices-presidentes, foram 36 trocas de comando no governo da província e algumas duraram apenas questões de dias. Em 1889, os 3.614 eleitores constituíam 1,3% dos catarinenses, o que evidencia a ínfima participação do povo no processo político.

⁹ **Municípios:** São Francisco do Sul (1660), Laguna (1714), Desterro (1726), Lages (1770), Porto Belo (1832), São Miguel/Biguaçu (1833), São José (1833), Tijucas (1858), Itajaí (1859), Joinville (1866), Curitibanos (1869), Tubarão (1870), Parati/Araquari (1876), Araranguá (1880), Blumenau (1880), Brusque (1881), Campos Novos (1881), São Bento do Sul (1883), Camboriú (1884) e São Joaquim (1886). **Comarcas:** Desterro, Laguna, São José, São Francisco, São Miguel, Tubarão, Lages, Curitibanos, Campos Novos, Itajaí, Joinville e Blumenau.

É neste cenário que vai se instalar a república com um discurso centrado no progresso e no desenvolvimento, dentro do que preconiza o positivismo. Porém, a tarefa de organizar o estado não será fácil, a começar pela instabilidade das instituições públicas. Foram três constituições em quatro anos (1891, 1892 e 1895), uma guerra civil tripartite iniciada em diferentes locais por diferentes protagonistas e com objetivos distintos, mas que fizeram de Santa Catarina o palco para seu desfecho em 1893 e 1894. Entre 1889 e 1898 houve pelo menos 20 trocas no comando do governo e foram instalados dois governos rebeldes com suas capitais em Blumenau e Desterro, além de um governo oficial paralelo com a capital provisória em São Bento do Sul.

Este é o perfil do processo que vai marcar a consolidação da república em Santa Catarina e que será abordado nos tópicos a seguir com o objetivo de contextualizar a estrutura sócio-política do estado naquele período. Serão analisados o quadriênio do governo de Lauro Müller (1889-1894) e a eleição de Hercílio Luz (1894) e das constituintes convocadas nestes períodos; o conflito interno entre os hercilistas e o governo estadual; e os movimentos de âmbito nacional, Revolta da Armada, e regional, a Revolução Federalista, que tiveram seu desenlace unificado em Santa Catarina. Este conjunto de fatores desestabilizou de modo significativo a ordem institucional da província nos primeiros cinco anos de república.

3.5.1 Governo Lauro Muller (1889/1894)

O jovem tenente Lauro Severiano Müller, de apenas 26 anos, foi o nomeado pelo marechal Deodoro em 24 de novembro de 1889, como o primeiro governador de Santa Catarina. Foi o mais jovem governador do país na época. Natural de Itajaí, educado na Corte e pouco conhecido em Santa Catarina, tinha a difícil missão de restabelecer a ordem e promover o desenvolvimento do estado. A indicação foi de Esteves Júnior que ameaçou deixar o governo caso o escolhido fosse Olímpio Pitanga, nome sugerido por Deodoro. Em 2 de dezembro, desembarca em Desterro sob grande comemoração e toma posse juntamente com o primeiro vice-governador Raulino Horn e o segundo Gustavo Richard.

Filho de imigrantes alemães, nascido a 8 de novembro de 1863, Lauro Severiano Müller foi uma das mais importantes personalidades políticas catarinenses, atuando

principalmente na esfera federal como deputado, ministro, senador e embaixador. Como governador, teve quatro mandatos, mas governou o total de um período inferior a nove meses. Conforme Meirinho (1997, p. 57), a linha política de seu primeiro mandato “teve início com serenidade nas ações. Manteve em seus cargos os antigos funcionários, o que o fez merecedor de elogios na imprensa”.

Porém, enfrentou turbulências ao promover mudanças nos postos políticos. Antes mesmo de seu desembarque, a junta governativa já havia dissolvido a Assembléia Provincial, por isso foi empossado na Câmara Municipal. Mais tarde, em 7 de janeiro de 1890, por determinação federal, dissolveu as câmaras municipais e criou os conselhos municipais com intendentes e um superintendente. A maioria de nomeados para estes cargos era de republicanos, o que gerou protestos de conservadores e liberais. Schutel (2002, p. 48) é a expressão de desagravo daqueles que vislumbravam mais espaço no novo governo:

Era isso que se esperava? Seria isso que estaria planejado? Na verdade é preciso confessar que por mais esforço que se empregue, talento, boa fé e calma em compreender as relações de causalidade lógica e com noção no conjunto dos fatos que se tem sucedido de 16 de novembro até hoje nunca se poderá tirar outro resultado se não a convicção da mais completa desordem.

A organização dos símbolos do novo governo foi uma das preocupações imediatas. Ainda no dia 14 de dezembro de 1889, a Câmara Municipal havia aprovado lei mudando os nomes de diversas ruas da capital, em sua maioria substituindo nomes que lembrassem o período imperial por outros exaltando os principais atores do movimento republicano; o mesmo ocorreu nos demais municípios. A 4 de fevereiro de 1890 é realizada a primeira audição do hino do estado, com música de José Brasilício de Sousa e letra de Horácio Nunes Pires.

Como uma de suas primeiras ações, visitou municípios do interior para conhecer suas diferentes realidades. Como engenheiro que era e dentro da visão desenvolvimentista republicana, definiu como prioridade o setor viário. Seu Decreto nº 1, de 22 de janeiro de 1890, tratou da construção da ferrovia ligando Rio Negro, no Paraná, ao porto de São Francisco, em Santa Catarina. Em abril, inaugura a estrada Tijucas-Nova Trento. Tratou ainda da questão de limites com o Paraná e das barreiras fiscais daquele estado sobre a erva mate catarinense, entre outras ações que propunham o desenvolvimento barriga-verde.

Nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890 e para o Congresso Representativo em 8 de março de 1891, ocorre novo desentendimento com conservadores e liberais. De acordo com a lei eleitoral, cada estado poderia apresentar quatro candidatos a deputado federal e três a senador. A expectativa dos conservadores era indicar um candidato (Manoel José de Oliveira) e os liberais outro (Elizeu Guilherme da Silva). Porém, sob a liderança do governador, os republicanos compuseram chapa pura com Esteves Júnior, Raulino Horn e Luiz Delfino dos Santos para o Senado; Lauro Muller, Carlos Augusto Campos, José Cândido de Lacerda Coutinho e Felipe Schmidt para a Câmara. A exclusão principalmente dos liberais resultou em forte oposição ao governador.

A polêmica foi instaurada, tanto por meio da imprensa quanto dos partidos de oposição. Conservadores e liberais oficializaram sua oposição em 17 de julho criando a União Nacional. Oficializada a chapa republicana, a *Tribuna Popular* questiona: “com que direito... uma fração mínima de indivíduos, constituindo-se em oligarquia, ousa querer impor-se ao povo, traçando-lhe um círculo de ferro, dentro do qual tem ele de escolher os seus mandatários”. O *Jornal do Commercio*, de Desterro, publica em 14 de setembro uma carta editada a 7 no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e assinada com o pseudônimo de Misticador, o qual traça o seguinte perfil dos candidatos republicanos:

A mais desbragada das chapas oficiais para deputados. Lauro Muller, governador, apresenta-se a si mesmo. Cap. Campos, secretário do governador, por ele arvorado em candidato. Cap. Schmidt, outra indicação do governador, não seria candidato se não fosse seu primo. Lacerda Coutinho, intervenção do Sr. Esteves Júnior.

Para Senadores. Raulino Horn, vice-governador, homem inofensivo, incapaz de falar e de escrever, só vota com o governo. Luís Delfino, dizem que é bom poeta, mas nunca cantou sua terra, que dele só possui o umbigo. Esteves Jr., bom republicano, excelente pessoa e nada mais. E há tantos catarinenses por aí distintos e com tão bons serviços ao País e ao seu Estado!...

Apesar dos protestos e da oposição, os republicanos foram eleitos com larga margem de votos. Eleito, Lauro Müller foi para o Rio de Janeiro tratar de questões administrativas. Assumiu em seu lugar o 1º vice-governador Raulino Horn. Em novembro, ambos se licenciaram para assumir suas cadeiras na Assembléia Constituinte. O cargo foi transmitido ao 2º vice-governador Gustavo Richard. Em janeiro de 1891, Lauro Muller pede exoneração do cargo de governador e Richard é efetivado, cumprindo a maior parte do mandato do quadriênio 89/94.

Com o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891, Müller retorna ao estado e é reconduzido ao cargo pela Constituinte de 1891, mas governou por apenas 49 dias, de 10 de novembro a 29 de dezembro, quando o repassou ao comandante da Guarnição Federal. Foi reeleito governador em 1902, mas ficou no cargo menos de dois meses, e em 1918, mas não assumiu. Foi senador em 1900, 1907, 1912, 1917, 1921; deputado em 1891, 1894 e 1897. Também atuou como ministro.

Gustavo Richard, carioca, filho de imigrantes franceses, governou como titular de 8 de outubro de 1890 a 12 de junho de 1891 e de 29 de junho a 10 de novembro de 1891. Chegou a Desterro com um ano e oito meses de idade, mas ainda criança voltou a Paris onde foi ilustrado. Em 1868 retornou à Desterro, casou-se e foi morar em Paranaguá até 1872, quando voltou à Santa Catarina com a mulher e duas filhas. Em 1875, foi trabalhar em Buenos Aires como professor e contabilista de um banco espanhol. Após o falecimento do pai e, acompanhado da segunda esposa e do filho menor nascido na capital Argentina, voltou a Desterro em 1880 para ajudar a mãe em sua casa comercial. Também fundou o Collège Sacré Couer de Conflans, que mantinha os cursos Elementar e Superior. Ingressou na política em 1887, como vereador de Desterro. Foi eleito senador (1894 a 1903; 1903 a 1906) e governador (1906 a 1910).

Republicano histórico, acompanhou o partido desde sua criação. Quando candidato ao Senado em 1894, seu partido publicou a seguinte nota na *República* de 28 de agosto de 1894:

[...] Durante a propaganda republicana, do tempo do Império, Gustavo Richard, que não adotara nunca outra idéia política sobre forma de governo senão a republicana, deu as mais exuberantes provas do seu amor à democracia, repudiando, por assim dizer, o cargo de Vereador da Câmara Municipal monárquica a que o impeliram os liberais monarquistas de 1881. Vimo-lo frequentar, nesta época, as nossas reuniões republicanas, em que ao lado de Raulino Horn, Emílio Blum, Araújo Coutinho e outros, discutia, criteriosamente, com admiração geral desses correligionários, as normas a serem adotadas para o bom êxito da extinção do império, na qual, ele como nós, se interessava com afã por fazer com que Santa Catarina se salientasse na conquista do triunfo para essa causa. (Apud. CUNHA, 1995, p. 45)

Richard promulgou, por decreto, a Constituição de 23 de janeiro de 1891 – com 93 artigos e mais três disposições transitórias – que fixavam, entre outras questões, normas político-administrativas do Estado como a definição e constituição dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Constituição ficou na dependência da aprovação do Congresso Representativo, mas

tinha efeito imediato. O governador também fixou as regras para as eleições em 8 de março ao Conselho Representativo, com poderes constituintes.

Se a república se fez sem a participação popular e sem eleitores republicanos, os primeiros testes nas urnas logo após a proclamação mostraram uma expressiva reversão do quadro. Na eleição para a Constituinte, todos os 22 eleitos e empossados em 28 de abril, eram republicanos. Foi uma derrota flagorosa dos 20 candidatos do Partido União Federalista, que mais tarde viria a ser tornar o Partido Federalista. O único município onde os federalistas venceram foi em São Francisco do Sul, e tiveram boa votação apenas em Desterro e Parati (ver quadro a seguir). Curiosamente, Blumenau que nos próximos anos viria a ser o principal foco federalista no estado e era o maior colégio eleitoral com 2.566 eleitores registrados em 1892, foi onde o partido amargou a maior derrota.

Votação para o Congresso Constituinte de SC – 03/1891		
Cidades	Republicanos	Federalistas
Araranguá	308	00
Blumenau	1.849	88
Brusque	392	15
Camboriu	126	15
Desterro	648	475
Itajaí	247	79
Joinville	362	103
Laguna	291	169
Parati	59	55
São Francisco do Sul	175	209
São Joaquim	238	34
São José	530	102
São Miguel	134	50
Tijucas	778	06
Tubarão	590	92
TOTAL	6.727	1.492

Fonte: Carlos da Costa Pereira. *A Revolução Federalista em Santa Catarina em 1893*. 1976. p. 56

Entre os republicanos eleitos, “[...] cinco eram ligados à atividade comercial, quatro à atividade industrial, dois militares, três médicos, três engenheiros, um professor público, três

advogados, dois fazendeiros e um funcionário. [...] 20 candidatos eram do meio urbano, e apenas dois da área rural”. (MEIRINHO, 1997, 64)¹⁰

A 11 de junho de 1891, Santa Catarina tinha sua primeira Constituição promulgada pela Assembléia. Com 101 artigos e cinco disposições transitórias, mantinha a essência daquela decretada por Richard, mas trazia algumas alterações. No mesmo dia, a Assembléia, por unanimidade, elegeu Lauro Müller como governador e Gustavo Richard como vice. Richard, que comandava o governo, a 13 de junho, passa o cargo a Lauro Müller. Este, a 7 de outubro, reassume sua cadeira na Câmara Federal e repassa a governança a Richard mais uma vez.

A 3 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca fecha o Congresso Nacional e Lauro Müller perde seu cargo como parlamentar. O ato do presidente teve apoio de vários governadores, inclusive de Gustavo Richard, que ocupava o cargo em exercício. Porém, como parlamentar, Lauro Müller reprovou a atitude ditatorial do presidente e enviou-lhe um telegrama na noite de 22 de dezembro, manifestando seu desagravo. No dia seguinte, 23 de dezembro de 1891, Deodoro da Fonseca renuncia.

Fechado o Congresso, Müller reassume como governador. Com a posse de Floriano Peixoto na Presidência da República, os governos que apoiaram o marechal são depostos pelo novo mandatário, em 29 de dezembro de 1891. Neste ínterim, em Santa Catarina é dissolvido o Congresso Representativo (Assembléia Legislativa) e o Tribunal de Justiça.

Lauro Müller vinha enfrentando forte oposição a seu governo, tanto por parte da população, quanto de militares e políticos. Sua permanência no cargo vinha sendo sustentada graças a intervenção da bancada federal catarinense junto ao vice Floriano Peixoto. No final da tarde do dia 25 de novembro, o governador sofreu um atentado em via pública por um grupo de praças no 25º B.I. e teve que se refugiar na casa de seu cunhado. A partir de 26 de dezembro, os federalistas promoveram manifestações pedindo o afastamento do governador. No dia 28, os

¹⁰ Ainda conforme Meirinho (Ibidem. p. 65), os deputados representavam as diferentes regiões do estado: Antônio Pereira e Oliveira (Campos Novos e Curitibanos), Antônio Pinto da Costa Carneiro (Laguna e Imarui), Arthur Cavalcanti do Livramento (São Miguel), Arthur Ferreira de Mello (São José e Garopaba), Henrique Boiteux (Nova Trento e Tijucas), João Carlos de Mello (Tubarão e Araranguá), João José Teodoro da Costa (São Joaquim e Lages), Joaquim Antônio de S. Thiago (Parati e São Francisco), José Bonifácio da Cunha (Blumenau), José de Araújo Coutinho (Capital), José Martins Cabral (Araranguá e Tubarão), Luiz Antônio Ferreira Gualberto (São Francisco e Parati), Mário de Souza Lobo (São Bento), Paulo João Schmalz (Joinville e São Bento), Pedro Ferreira da Silva (Itajaí e Camboriú), Polydoro Olavo de S. Thiago (Curitibanos e Campos Novos), Manoel Victorino de Paula Ramos (Blumenau), Vidal José de Oliveira Ramos (Lages e São Joaquim). Francisco Tolentino Vieira de Souza presidiu a Constituinte.

manifestantes radicalizaram, ocuparam dois navios e ameaçaram bombardear o palácio. Até tropas federais que se encontravam em Desterro para garantir a permanência do governo, tendiam pela sua deposição.

O principal apoio ao governador vinha dos republicanos de Blumenau liderados pelo deputado Hercílio Luz e pelo intendente municipal José Bonifácio Cunha, além de funcionários federais e alguns empresários emergentes. Hercílio Luz liderou um grupo de 120 homens que se puseram em marcha até Desterro em defesa do governador, mas este enviou um telegrama solicitando que fosse abortada a operação para evitar derramamento de sangue. A tropa já estava em Tijucas quando recebeu o comunicado e Hercílio Luz desistiu da empreitada.

Pressionado pela oposição, sem garantias militares e apoio popular, Lauro Müller não renuncia, mas entrega o governo no dia 28 de dezembro. Como Gustavo Richard não se dispõe a assumir, o cargo é entregue ao comandante interino da Guarnição Federal, major Firmino Lopes Rego. Este, no dia seguinte, repassa a uma junta provisória formada pelo comandante do 25º B.I., coronel Luiz dos Reis Falcão; tenente da Marinha, Artur Diocleciano de Oliveira; Cristóvão Nunes Pires, monarquista e chefe do Partido Liberal.

Em apenas dois meses no poder, o primeiro ato da Junta foi dissolver o Congresso Representativo do Estado e depois privou Lauro Müller de assumir o cargo de governador “para sempre”, em razão de “tê-lo renunciado pelo abandono”. Protestos ocorrem em cidades como Blumenau, Tijucas, São Bento, Tubarão, Laguna e Desterro. De um lado os republicanos questionando a legalidade da comissão e apoiando Lauro Müller; de outro, os federalistas apoiando a nova Junta Governativa.

Em 1º de março de 1892, o tenente Joaquim Manoel Machado chega a Desterro e assume na condição de delegado federal nomeado por Floriano Peixoto, para apaziguar os ânimos em Santa Catarina. Como interventor, convocou eleições para uma nova Assembléia Constituinte para 24 de abril. No dia 5 daquele mês, os federalistas haviam reestruturado seu partido visando as eleições e adotaram a denominação de Partido Republicano Federalista¹¹, com Elyseu Guilherme na presidência.

¹¹ Conforme Meirinho (1997, p. 77-78), o programa do partido tinha como fundamentos: “1. A mais ampla e completa autonomia municipal, base do verdadeiro sistema federativo, provendo-se os municípios dos recursos necessários ao seu desenvolvimento; 2. municipalização da polícia; 3. modificação do sistema de impostos; 4. proteção e auxílio às artes, à lavoura e abertura de melhores estradas; 5. larga e real difusão do ensino devidamente

Foi uma eleição sem opositores já que desta vez os republicanos não a disputaram e através dos jornais incentivaram os eleitores à abstenção. A 7 de julho de 1892 era promulgada a segunda Constituição do estado, agora com o direcionamento político totalmente ditado pelos federalistas.¹² Era composta por 88 artigos e mais oito como disposições transitórias. Entre as mudanças, alterava a denominação de Congresso Representativo para Assembléia Legislativa e estabelecia que esta “em caso algum será dissolvida”; o Tribunal de Relações Substitui o Tribunal de Justiça; suprime as intendências e cria as câmaras municipais. Os artigos nas disposições transitórias definiam eleições para presidente e vices do estado logo após a promulgação da Carta, e visavam assegurar a legibilidade do tenente Machado à presidência, já que este não era catarinense e estava no estado há menos de quatro meses. Também condicionavam à aprovação da Assembléia, toda e qualquer benesse concedida pelos governos republicanos instalados desde 2 de dezembro de 1889, ou seja, desde a posse de Lauro Müller. Assim, conforme Meirinho (1997, p. 80), o novo governo “buscava apoio daqueles que de algum modo haviam sido favorecidos pelos republicanos, quando no poder”.

Machado atuou como interventor até 15 de setembro de 1892 quando a Constituinte o elegeu como governador e Elyseu Guilherme como vice. Conforme Corrêa (2005, p. 255), Machado aderiu “imediatamente aos federalistas e denunciando Floriano como ‘anarquizador, subversivo à ordem pública e responsável pelo sangue que se derramasse no Estado’, além de, ‘em homenagem à civilização americana, suspender toda a correspondência oficial com o Governo do Rio Grande do Sul”.

Uma das arbitrariedades de seu governo foi a prisão e deportação do delegado da Inspeção de Terras e Colonização de Blumenau, Victoriano de Paulo Ramos, fato que repercutiu na imprensa do Rio de Janeiro. Denunciado pelo deputado federal Hercílio Luz ao Tribunal Federal, Machado teve o mandato cassado entre 19 de junho a 25 de agosto de 1893 e foi substituído pelo 1º vice Elyseu Guilherme. Na seqüência, de 25 de agosto de 1893 a 26 de

fiscalizado; 6. respeito às crenças religiosas de cada um; 7. representação da minoria e divisão do Estado em distritos eleitorais; 8. rigorosa economia dos dinheiros públicos”.

¹² Conforme Cabral (1994), a Constituinte de 1892 teve os seguintes integrantes: Elyseu Guilherme da Silva (presidente), Luiz Nunes Pires (1º secretário), Fausto Augusto Werner (2º secretário), Alexandre Marcelino Bayma, Ismael Pinto de Olisséa, Pedro de Alcântara Tibério Capistrano, Emanuel Pereira Liberato, Virgílio dos Reis Várzea, João Nepomuceno da Costa, Francisco de Sales Brasil, João Evangelista Leal, Ricardo Martins Barbosa, Elesbão Pinto da Luz, Leopoldo Engelke, Carl Walter Kleine, Francisco Gonçalves da Silva Barreiros e Antônio de Castro Gandra.

fevereiro de 1894, foi substituído pelo 2º vice Cristóvão Nunes Pires, que governou durante a Revolução Federalista e a Revolta da Armada em solo catarinense.

Na fase final do conflito, Machado reivindicou seu retorno ao governo, mas encontrou resistência de Nunes Pires. Assim, no dia 26 de fevereiro de 1894, Machado invadiu o palácio com alguns companheiros, arrombou a porta do gabinete e tomou posse do governo, permanecendo como governador até 19 de abril quando entregou o cargo a Moreira César. Sobre o episódio, Nunes Pires publicou em um manifestado no mês de março: “Fui deposto por um correligionário meu sem competência legal” (Apud. MEIRINHO, 1997, p. 94).

3.6 A Revolução Federalista

Dias antes de iniciar a primavera de 1893, Santa Catarina se vê sitiada em meio a três conflitos que resultaram em um dos maiores derramamento sangue de sua história. Eles reuniam todos os atributos para estampar as páginas dos jornais da época, republicanos ou não. O primeiro deles é interno: em oposição ao governador Joaquim Manoel Machado, Hercílio Luz proclama um governo paralelo em Blumenau e depois destitui o governo legal em Desterro. O segundo, a Revolução Federalista, teve início no Rio Grande do Sul em 2 de fevereiro de 1893 e envolveu toda a região Sul do país. O terceiro, a Revolta da Armada, foi deflagrado no Rio de Janeiro em 6 de setembro daquele ano, e teve alcance nacional.

Apesar das diferentes origens e objetivos, os movimentos gaúcho e da Marinha conjugaram forças em Santa Catarina contra um inimigo em comum: o presidente Floriano Peixoto. Nos confrontos armados, cabia aos marinheiros capitaneados por Custódio de Melo, o ataque por mar, e aos gaúchos liderados por Gumercindo Saraiva, os combates por terra. Entendiam que, unidos, teriam mais força contra o adversário. Fatal engano, pois os rebeldes nada tinham em comum, a não ser a repulsa que nutriam pelo presidente. Interesses tão díspares levaram os federalistas e a armada à derrota no estado.

Na avaliação de Meirinho (1997, p. 101), a “guerra civil tripartida” foi

[..] incoseqüente e desastrosa, provocada por intenções mal definidas, unindo três facções com propósitos distintos, a chamada Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, combatendo o castilhismo em Santa Catarina contra os jovens

republicanos, e a Revolta da Armada na disputa pelo poder, nacionalmente, com matizes de restauração monárquica, somou dividendos na consolidação da unidade nacional e na passagem do poder para a oligarquia civil.

Cabral (1994, p. 268) apresenta as seguintes posturas dos principais líderes federalistas e da Armada para explicar o conflito ideológico e de interesses que minou ambos os movimentos no estado:

Eduardo Wandenkolk e Custódio de Melo eram os que unicamente se empenhavam na luta para livrar o país do domínio de Floriano, batendo-se por uma convocação às urnas. Laurentino, Jaques Ouriques e Salgado eram republicanos, mas unitários e parlamentaristas. O Gen. João Nunes da Silva Tavares só pegou em armas contra a situação local do Rio Grande, declarando mais tarde que jamais o fizera contra a República, ou contra o Governo da União.

Quando eclodiu o movimento federalista no Rio Grande do Sul, o governo de Santa Catarina, algumas câmaras municipais e o Partido Republicano manifestaram apoio a Floriano Peixoto. A principal resistência federalista no estado estava em Blumenau, com Hercílio Luz fazendo oposição ao presidente e destilando críticas ao governador Manoel Joaquim Machado. Apesar do apoio recebido do governo catarinense, Floriano Peixoto fazia jogo *dúbio* entre os grupos rebelde e o situacionista.

Desde 19 de fevereiro de 1891 havia o Partido Federalista no estado. Num primeiro momento, a revolta gaúcha foi recebida com simpatia pelo povo catarinense, o que se reverteu logo depois. Hercílio Luz liderava a reação em Blumenau contra o governo e foi preso com seus companheiros em 3 de março de 1893. O Superior Tribunal de Justiça¹³ desautoriza as prisões e, em resposta, no dia 10 de abril o governador fecha o Tribunal. A 24 daquele mês, rompe com o presidente denunciando-o como “anarquizador e subversivo, e tornando-o responsável pelo sangue que viesse a correr em Santa Catarina” (CABRAL, 1994, p. 261).

Em Desterro, a 10 de junho, populares fazem manifestação de desagravo ao governador e de apoio ao movimento gaúcho. Sob pressão, Machado passa o comando para o vice Elyseu Guilherme. Porém, os ânimos se intensificam. Em Blumenau, Hercílio Luz organiza uma tropa segue rumo a Desterro. A caminho, em 14 de julho, depõe a Câmara Municipal de

¹³ O Tribunal de Justiça é substituído pelo Tribunal da Relação.

Tijucas. No sul do estado, em Tubarão, a Guarda Civil faz o mesmo. De Tijucas, em razão da resistência das tropas legais, Hercílio Luz retorna para Blumenau onde, no dia 22 de julho de 1893, a Câmara Municipal o aclama governador e decreta aquela cidade como capital provisória do estado.

Hercílio Luz lança um manifesto onde entre críticas e acusações, assinala que “[...] acaba de chegar ao seu termo o Governo que germinou na sedição de 29 de dezembro de 1891, e encontra no tenente Manoel Joaquim Machado um triste e malfadado contaminador”. Em outro trecho, manifesta o desejo de realização de eleições diretas para o novo governo ao declarar que “Nesta cadeira do governo [...] empregarei o máximo dos meus esforços para entregar este cargo superior às minhas aptidões ao indicado pelos cidadãos catarinenses em uma eleição livre e direta onde a felicidade e a honra de minha Pátria sobrenadem aos interesses da política partidária”.

Instalado o governo paralelo, o líder blumenauense organiza nova tropa com 150 homens e ruma para a conquista de Desterro aonde chega no dia 29 de julho. Na manhã seguinte, o 25º B.I. e os hercilistas desfilam pela capital mostrando seu potencial bélico. Na madrugada de 31, invadem o palácio, depõem Elyseu Guilherme, que estava no comando, e instalam um governo paralelo. Na invasão, ocorrem três mortes no interior do palácio e uma na praça. Também são invadidas a Câmara Municipal, o Tesouro e outras repartições públicas.

A reação de Floriano é imediata e no *Diário Oficial* de 2 de agosto assinala não reconhecer o novo governo, que manterá relações exclusivamente com as autoridades legalmente constituídas, desautoriza a ação de Hercílio Luz e o exonera do cargo federal que exercia. Sem respaldo, os hercilistas deixam a capital e no mesmo dia finda o governo rebelde. Meirinho (Ibidem, 106), avalia que o ato de demissão não passou de uma “simples manobra para confundir os adversários”, pois em seguida Hercílio Luz foi nomeado chefe do Distrito Telegráfico entre Morretes (PR) e Torres (RS).

No dia 25, Elyseu Guilherme segue para o Rio de Janeiro a convite de Floriano, para explicar a situação no estado. Assume o 2º vice Cristóvão Nunes Pires. Findava assim o conflito interno entre governo e oposição no estado, mas os confrontos mais violentos viriam de além fronteira e fariam de Santa Catarina seu principal palco. Com a insurgência da Revolta da Armada no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1893, Floriano Peixoto aproveita a estada de Elyseu Guilherme na capital federal e manda prendê-lo.

Em setembro, a tropa farroupilha chega a Santa Catarina e instaura o terror. Relato da época revela a carnificina e o rastro de sangue deixado pelos federalistas. Era uma reprise da Revolução Farroupilha.

Gumercindo Saraiva entrou em Santa Catarina, o terror tomou conta da população. A soldadesca apresentava-se seminua. Tal era a precariedade que em São Francisco, alojados em um clube, os soldados se apoderaram das cortinas rendadas para fazer vestimentas. Adotavam a pilhagem como forma de sobrevivência, daí seguindo estupros e degolamentos. As marcas da violência ficaram em Lages, Blumenau, Itajaí, Desterro, São Francisco, Joinville, Jaraguá e São Bento.

Após maltratarem as vítimas, os invasores conduziam-nas ao local da execução, sob estocadas de facão, para abrir-lhes a carótida. Exímio executor era o lugar-tenente de Gumercindo, um indivíduo agigantado de nome Adaulto, que deixou triste lembrança na passagem dos maragatos. Sua técnica consistia em introduzir os dedos nas narinas das vítimas, puxar a cabeça e rasgar o pescoço, fazendo o sangue jorrar.

A desastrosa presença federalista na terra barriga-verde gerou ódios e ressentimentos, creditados ao “ajuste de contas” pelos republicanos em abril de 1894. (Apud. MEIRINHO, 1997, p. 96)

A Revolução Federalista (ver 1.12) nasceu da rivalidade entre lideranças gaúchas: de um lado o jovem governador Júlio de Castilhos e seus seguidores republicanos (os pica-paus), e de outro a oposição federalista (maragatos) liderada por Silveira Martins, antigo conselheiro do Império. Após quase conquistar o Rio Grande, os maragatos ampliaram o conflito local à esfera regional estendendo-o a Santa Catarina e Paraná, agora se opondo a Floriano Peixoto e com objetivo separatista.

Para Meirinho (Ibidem, 67), foi

[...] uma luta armada na disputa pelo poder que envolvia pretensões distintas e fragmentadas, tais como ambições pessoais, restauração da monarquia, proposta separatista e formação de uma confederação no sul que incluía o Uruguai, positivismo, parlamentarismo, enfim, uma gama de projetos mal definidos, a principiar pelo rótulo de ‘federalista’, jamais justificado pelos ideólogos do partido.

Em Santa Catarina, foi comandada por Gumercindo Saraiva que, a partir de setembro, realizou vários combates pelo interior do estado e em Dezembro chegou a Desterro onde se

juntou ao movimento da Armada. Os maragatos praticaram toda sorte de violência e barbáries conforme o relato.

3.7 A Revolta da Armada

Já corria a Revolução Federalista quando em 6 de setembro de 1893 eclode, no Rio de Janeiro, a Revolta da Armada sob o comando do almirante Custódio José de Melo. Santa Catarina era o único estado que fazia oposição a Floriano e o movimento da Armada tinha apoio do próprio presidente em exercício do estado, Cristóvão Nunes Pires, e de João Carlos Mourão dos Santos, capitão dos portos. Da articulação entre federalistas e a Armada, surgiu o governo revolucionário que comandou o estado de setembro de 1893 a abril de 1894.

O comandante do cruzador *República*, Frederico Guilherme de Lorena foi designado por Custódio de Melo a romper o cerco na baía de Guanabara e se dirigir ao sul do país. A 21 de setembro de 1893, chegam os primeiros navios dos revoltosos a São Francisco onde desembarcam cerca de 50 homens e seguem para Joinville para inutilizar a rede telegráfica. A 25, o *República* chega a Desterro onde troca os primeiros tiros com uma embarcação dos legalistas na barra norte. A única resistência aos rebeldes na capital era o 25º Batalhão comandado pelo coronel Julião Augusto Serra Martins, mas com armamento defasado, este não tem como resistir. Assim, enquanto dissimuladamente o próprio presidente em exercício do estado enviava telegrama a Floriano comunicando que o estado estava pronto para defender a república, os revolucionários já estavam se instalado na capital.

Corrêa (2005, p. 261) relata que a 29 de setembro “os oficiais revoltosos e os legalistas sediados em Desterro reuniram-se sob a direção do marechal Manoel de Almeida Gama Lobo D’Eça, barão de Batovi, destacado monarquista e agora ao lado dos revolucionários, e aprovaram a capitulação da cidade, apesar dos legalistas republicanos terem sido impedidos de se manifestarem”. O Termo de Capitulação redigido por Gama D’Eça, considerava que diante do estado de sítio da cidade, dos gêneros alimentícios que começavam a escassear, da improficua resistência dos ilhéus o que poderia acarretar perdas de vidas da população e de propriedades, “o cumprimento do dever militar não podia chegar até com sacrificio inútil, e antes tão pernicioso,

era a redenção [...] inteiramente acertada e a única patriótica” (CORRÊA, 1990, p. 66). Como consequência, os florianistas tiveram que deixar a província.

A 4 de outubro, a Assembléia Legislativa declara “Santa Catarina ‘Estado separado da União’, enquanto Floriano Peixoto permanecesse na presidência da República” (MEIRINHO, 1997, p. 91-92). No mesmo ato, o legislativo convidava Manoel Joaquim Machado, que estava afastado da Presidência do Estado por decisão da Justiça, a reassumir o cargo. Inconformado, Nunes Pires entregou o governo ao presidente do Congresso Estadual, deputado Salles Brazil, que governou de outubro de 1893 a abril de 1894, quando o transmitiu a Manoel Machado. Este se afasta novamente no dia 11 e a Assembléia convoca Nunes Pires que reassume “ante a votação de uma moção do Legislativo concedendo-lhe plenos poderes para agir em favor da causa revolucionária”.

No mesmo dia 11, os rebeldes recebem reforços vindos do Paraná, Rio Grande do Sul e de Montevideú. No dia 14, Guilherme de Lorena instala o Governo Revolucionário¹⁴, no próprio palácio e paralelo ao governo de Nunes Pires. A proposta inicial era de que o novo governo fosse composto por um representante dos federalistas do Rio Grande do Sul e outro de Santa Catarina, além de um integrante da Armada. Porém, o representante gaúcho não foi indicado e Lorena foi aclamado presidente, além de acumular cinco ministérios – Guerra; Marinha; Fazenda; Relações Exteriores, Justiça e Interior; Viação, Indústria e Obras Públicas. As outras pastas ficaram concentradas com dois militares: Aníbal Cardoso (ministro e secretário dos Negócios da Guerra; interinamente, ministro da Fazenda e Relações Exteriores) e Carlos Mourão dos Santos (Marinha). O federalista gaúcho Gaspar Silveira Martins foi nomeado embaixador no Uruguai e Demétrio Ribeiro como embaixador na Argentina, ambos com a missão de conseguir o apoio dos dois países, o que não conseguiram.

A centralização dos cargos, os desentendimentos com Nunes Pires devido a indefinição da jurisdição administrativa de cada governador – a princípio Lorena administraria somente a ilha de Santa Catarina e Nunes Pires o restante do estado – e a falta de apoio dos países do Prata são alguns dos fatores que geram insatisfação entre os líderes federalistas e da Armada.

¹⁴ Entre outras ações de ordem militar, Lorena mobiliza a Guarda Nacional em Desterro, São José, Lages, Campos Novos, Curitiba, São Francisco, Joinville e São Bento. Organiza seu “Exército Libertador” constituído por voluntários (o chamado Batalhão Patriótico), o 25º B.I., o esquadrão de cavalaria de São José, uma bateria de artilharia e a Guarda Nacional. Em Laguna, também foi arregimentado um Batalhão Patriótico.

A nomeação dos dois militares irrita Custódio de Melo que lutava por um governo civil, já que se opunha à ditadura militar de Floriano Peixoto; por sua vez, a nomeação de Demétrio Ribeiro contrariou Gaspar Silveira Martins e Saldanha. Lorena se recusava a negociar com Custódio de Melo e Antunes Maciel, emissário de Silveira Martins, a formação de um governo civil. A tentativa de conciliação é tensa e são feitas ameaças de fuzilamento entre os participantes do encontro. É tramada a deposição de Lorena, mas esta é evitada por alguns conselheiros.

Fragmenta-se a revolução. Alguns líderes buscam outras paragens. Custódio de Melo, desiludido, deixa Desterro e vai combater em Paranaguá em busca de novas perspectivas para a revolução. A 2 de dezembro, Gumercindo Saraiva chega a Desterro e é ovacionado pelo povo, mas nem sequer agradece as homenagens e nem se reúne com políticos locais seguindo logo para Curitiba onde também foi recebido com festa. No dia 5, Custódio de Melo chega a Desterro, mas é recebido mais discretamente.

Em sua *análise da revolução*, Cabral (1994) observa que os chefes federalistas se envaidecem com as calorosas recepções e disputam as glórias entre si. Gumercindo Saraiva e Lorena, assim como os demais líderes das duas facções, não se entendem, não se subordinam um ao outro. De outro lado, as atrocidades cada vez mais violentas, praticadas por seus soldados, e a percepção do povo de que o movimento estava ruindo, fez com que este retirasse seu apoio. Assim, a revolução implodiu, não tanto pela ação dos legalistas, mas pela própria falta de unidade entre os federalistas e os integrantes da Armada. Em um dos entreveros, Saraiva manda dizer a Lorena que “o governo era sua minha espada” e também aconselha Custódio de Melo a destituir Lorena. Pressionado também pelos paranaenses, Lorena renuncia a 12 de março de 1894. É então formada a Junta Governativa pelo presidente do Supremo Tribunal Federal instituído pela revolução em Desterro, desembargador José Ferreira de Melo, e pelo desembargador paranaense Emílio Westphalen (que assumiu o governo), além de um terceiro nome que seria indicado por Silveira Martins, mas não foi.

Conforme Corrêa (2005), a destacada atuação de Westphalen praticamente anulou a participação de Ferreira de Melo, o que acentuou a rivalidade entre Santa Catarina e o Paraná levando este governador a chamar para si todas as glórias da revolução. Assim, mais uma vez, a desorganização e a falta de recursos financeiros fazem fracassar o movimento revolucionário.

Em meio à desunião, discórdias com a população e propostas de fragmentação do estado, Floriano Peixoto se insurge como o pacificador, o legalista, o líder que reintegraria o país. A reação do governo Central já havia iniciado já em 17 de outubro de 1893 quando o general Francisco de Paula Argolo chega a Curitiba, acompanhado dos capitães Lauro Müller e Felipe Schmidt, do tenente Carlos de Campos e do engenheiro Hercílio Luz, estes agora atuando ao lado dos legalistas. De lá, rumaram para São Bento do Sul onde foi instalada a 5 de novembro, na residência do médico Felipe Maria Wolf, a nova sede do governo legal do estado. Combates ocorrem em diversas cidades e os federalistas e a Armada toma algumas delas como Tijucas, Lapa e Paranaguá, as duas últimas no Paraná. Porém, a facção revoltosa abrigava muitos líderes e cada qual com diferentes interesses, o que contribuiu para desestruturar o próprio grupo.

A 3 de março, Custódio de Melo se desloca para o Rio Grande do Sul com 2 mil homens e deixando em Desterro apenas três pequenos navios para combate. Dia 13, Saldanha se refugia no Rio de Janeiro. Gumercindo Saraiva, no dia 25, se retira do Paraná.

Em 17 de abril de 1894, o almirante Jerônimo Francisco Gonçalves retoma Desterro e expulsa os últimos federalistas. O governo é entregue provisoriamente ao alferes Aristides Vilas Boas, que anulou todos os atos do governo federalista desde Manoel Joaquim Machado, dissolveu a Assembléia Legislativa federalista e os órgãos judiciários, anulou a Constituição promulgada por aquela assembléia. A indicação de Vilas Boas foi rejeitada pelos militares já que este havia se declarado federalista na rendição da Lapa.

No dia 19 de abril, Floriano Peixoto nomeia Moreira Cezar como o novo interventor. Sua missão era assegurar a transição política e organizar a primeira eleição direta para governador. Ele chegou a Desterro em 22 de abril e entre outras medidas, restaurou a Constituição de 1891, convocou eleições para o Executivo e Legislativo, amortizou as dívidas do Estado contraídas pelos governos oficial e revolucionário, reorganizou a Força Pública e nomeou juizes para as várias comarcas. Seu governo se estendeu até 28 de setembro de 1894, quando Hercílio Luz foi empossado como o primeiro governador eleito pelo voto direto. Entre outras ações, foi um governo implacável no que Cabral (1994), define como um “ajuste de contas” com federalistas civis e militares que cometeram as atrocidades contra republicanos. O revide foi com novas atrocidades, fuzilamentos e prisões.

Os federalistas passaram a viver em sobressaltos fugindo da perseguição. Schutel (2002) relata que

Encheu-se de presos tudo o que podia servir de prisão. Os calabouços e solitárias de cadeia comum, as salas da Câmara, o Quartel da Polícia, o de Linha e até o Teatro, tudo foi pouco, e foi preciso remeter para os navios de guerra os presos à medida que se enchiam as prisões para dar lugar aos que chegavam. Esses que embarcam levam o destino de Santa Cruz: deles bem poucos voltaram... o maior número, os outros, nunca mais regressaram desta viagem porque uns não chegaram e muitos ali jazem para sempre.

A Fortaleza de Santa Cruz, na ilhota de Anhatomirim, em Desterro, foi o local dos fuzilamentos. Não há consenso sobre o número de mortos. Cabral (1994) registra 185¹⁵, Schutel (2002) 34 e Boiteux (1912) 42. Alguns líderes republicanos conseguiram escapar. Manoel Joaquim Machado fugiu para São José e dali exilou-se em Buenos Aires, assim como Abdon Batista. Elyseu Guilherme estava no Rio de Janeiro desde setembro de 1893. Lorena se refugiou no interior da ilha, mas foi preso e fuzilado. Delações falsas por parte da oposição levaram muitos inocentes à morte. Na avaliação de Cabral (1994, p. 274), a onda de crimes foi “bem maior e bem mais odiosa do que a que passara com a revolução [...]”. Foram 23 os condenados pela chacina, mas todos foram anistiados em 1895.

Os restos mortais das vítimas ficaram em Anhatomirim até 1913, quando foram transferidos para o Cemitério de Florianópolis. Em 1934, por requisição do Ministério da Marinha, foram transferidos para o Mausoléu no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. A responsabilidade ou não de Moreira César ou de Floriano Peixoto sobre a chacina, até hoje é discutida. Schutel (2002, p.), federalista e contemporâneo daqueles atos, observa que

Se Cezar foi assistir ou mandar voz de fogo em algum fuzilamento, o fez em tanto segredo que ainda não transpirou. O tenente porém não o escondeu: há dias às 4 para as 5 horas da tarde foi ao Cemitério Público, para onde mandou em carro ao lado de praças armados um mísero grumete, e junto da cova que lhe foi cavada o fez passar pelas armas. Tal era o braço direito de César. Este não aparecia, enquanto o chefe (de Polícia) fazia-se relacionado com uma outra família da cidade.

¹⁵ Esse número é considerado pelo historiador Carlos Humberto Corrêa (2005) como “exagerado”. A própria listagem de Cabral (1994) relaciona apenas 45 nomes: oito integrantes da Marinha, 20 do Exército, dois policiais, quatro patriotas, oito civis e três estrangeiros.

Revisando historicamente os fatos, Pereira (1976), com base em documentos, exime Floriano Peixoto da responsabilidade pelos assassinatos. Porém, Cabral (1994, p. 277) apresenta telegrama de Moreira César dirigido a Floriano Peixoto, datado de 8 de maio de 1894, e que foi lido pela barão do Ladário em sessão do Senado em 18 de junho de 1896: “Marechal Floriano – Rio – Romualdo, Caldeiras, Freitas e outros, fuzilados segundo vossas ordens – Antônio Moreira Cezar. (Diário do Congresso, nº 47, de 19 de julho de 1896 – Folha 820)”. O autor acredita na possibilidade de Moreira Cezar, apesar dos serviços prestados em Santa Catarina, não ter recebido a patente de general por causa desse telegrama. O militar morreu esquartejado com conflito de Canudos, Bahia, com a patente de tenente. Neckel (2003, p. 33) considera que “o destaque dado ao nome de Moreira Cezar como responsável pelos ‘atos criminosos’ e pelo ‘ajuste de contas’ dos republicanos com os federalistas preservou o nome de Floriano Peixoto das acusações de autoritarismos e violências”.

Santa Catarina estava praticamente destroçada após o final dos três conflitos. Além das mortes e da desestabilização institucional, a economia fragilizada também contribuiu para retardar o desenvolvimento do estado. Era preciso reconstruí-lo, e mais que isso, colocá-lo no curso do crescimento e do desenvolvimento.

Foi em meio aos golpes e contragolpes dos anos iniciais da república em Santa Catarina, que os jornais constituíram seus discursos e os leitores os interpretaram. Entre 1893 e 1894, circularam pelo menos 24 jornais no estado.¹⁶ A maioria deles teve duração de apenas alguns meses, com destaque para o *Jornal do Comércio*, *República* e *O Estado*, ambos da capital. Identificados com a causa republicana, circularam: *República*, *Região Serrana*, *O Legalista*, *O Futuro*, *A Legalidade*; com a causa federalista: *Immigrant*, *Rebate*, *O Estado*, *Pátria*. Em todo período aqui estudado (1885 a 1898) identificamos a existência de apenas cinco jornais federalistas, sendo que quatro deles floresceram neste período de conflito. O último foi *O Palmense*, lançado na cidade Palmas em 1897 quando a questão federalista já estava apaziguada.

¹⁶ *Immigrante* e *O Município* (Blumenau); *A Legalidade* (São Bento do Sul); *Gazeta de Lages* e *Rebate* (Lages); *Gazeta de Itajahy*, *A Semana Ilustrada* e *A Flexa* (Itajaí); *O Estado*, *A Thesoura*, *Revista Commercial*, *Commercial*, *Jornal do Comércio e República* (Desterro); *Estado do Povo* e *A Gazeta de Joinville* (Joinville); *O Cruzeiro* (São Joaquim); *Bacurau*, *O Futuro*, *O Sol*, *Pátria*, *Gazeta Lagunense* e *O Serrote* (Laguna); *O Legalista* (Imaruí).

4 A IMPRENSA CATARINENSE: DO NASCEDOURO AO PRENÚNCIO DA REPÚBLICA

“A imprensa constituiu-se no recurso mais poderoso, arma eficaz de contestação do regime, arauto de todas as forças descontentes, responsável pela construção da mística republicana como proposta de modernidade, não deixou pedra sobre pedra na construção do edifício monárquico”.

Ana Luiza Martins¹

Assim como no primeiro e segundo capítulos procedemos à *análise sócio-histórica* dos principais eventos que configuraram o processo de instauração da república no Brasil e em Santa Catarina, para contextualização e compreensão dos fatos históricos que poderiam ter reflexos na construção das formas simbólicas da imprensa republicana catarinense, passamos neste capítulo à *análise sócio-histórica* da imprensa catarinense como um todo, do seu nascimento ao prenúncio da república. Essa análise da instituição jornalística, a propósito de sua contextualização, também relaciona as características e o desenvolvimento dessa imprensa a fatos históricos, econômicos e sociais que a impulsionaram.

4.1 Primeira fase: o nascedouro

A partir de *O Catharinense*, primeiro jornal da província, lançado por Jerônimo Coelho em 28 de julho de 1831, em Desterro, a capital, transcorreram 61 anos para que a imprensa alcançasse as seis grandes regiões nas quais atualmente se divide o mapa político de Santa Catarina. Ou seja, demorou quase três vezes mais para a imprensa chegar a todos os quadrantes da província, que o tempo decorrido entre o lançamento dos dois primeiros jornais brasileiros² e o primeiro periódico catarinense.

¹ Ana Luiza Martins é historiadora e autora do livro *República: um outro olhar*, 1989.

² O **primeiro jornal a circular no Brasil** foi o *Correio Braziliense*, editado em Londres a partir de junho de 1808 pelo gaúcho Hipólito da Costa, e direcionado ao leitor brasileiro. Circulou até dezembro de 1822, num total de 175 edições e 29 volumes. Ocorrida a Independência do Brasil, Hipólito da Costa considerou cumprida sua missão. O *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário* era uma mistura de jornal, revista e livro dividido em quatro seções (editorias): Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea. Mensal, variava de 90 a 140 páginas no formato in-8º grande e com capa azul escuro. O **primeiro jornal impresso no país** foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. Era impressa em dois prelos comprados na Inglaterra e trazidos pela Coroa Portuguesa, a bordo da nau *Medusa*, quando da fuga para o Brasil. Além do jornal, eram impressos

No interior, os primeiros passos da imprensa catarinense foram dados ao norte da província, com o *Kolonie-Zeitung*, na colônia Dona Francisca (atual Joinville), em 1862; ao sul, o *Pyrilampo*, lançado em Laguna em 1864, foi o primeiro daquela região. Juntamente com Desterro, estes eram pólos de relativo desenvolvimento em meados do século XIX, e compõem o que definimos como a primeira fase da imprensa catarinense.

A segunda fase só ocorrerá já no prenúncio da década republicana. Inicia no Vale do Itajaí, mais precisamente em Blumenau, em 1881, com o *Blumenauer-Zeitung*. Em 1883, chega ao Planalto Serrano com *O Lageano*, de Lages. O ciclo se completa com *Xapecó*, em 1892, na colônia militar de Xanxerê, região oeste, então pertencente à província do Paraná.

O Brasil foi um dos últimos países americanos a ter imprensa própria. Sodré (1998) atribui esse atraso a fatores *sócio-econômicos*: a falta do capitalismo e da burguesia no período colonial; o escravismo dominante que resistia à cultura e à nova técnica de sua difusão; a imprensa seria usada como instrumento de dominação cultural. Carvalho (1908) enfatiza questões de ordem acentuadamente *política*, como o propósito da metrópole em manter a colônia em total situação de dependência. Na mesma linha de raciocínio, Passos (1952) aponta que a Coroa Portuguesa temia que a instalação da imprensa na colônia pudesse suscitar movimentos pela independência.

Ao avaliar essas teses, e considerar certo grau de validade em cada uma delas, Melo (1973, p. 110) considera que estas se limitam às *causas e efeitos*. Adverte, porém, que este atraso “não se explica por uma única causa política ou econômica, mas por um conjunto de circunstâncias causais, que se inter-relacionam e se influenciam”. Para o autor (Ibidem, p. 111), as *causas reais*, definidas como *sócio-culturais*, são: “natureza feitorial da colonização; atraso das populações indígenas; predominância do analfabetismo; ausência de urbanização; precariedade da burocracia estatal; insipiência das atividades comerciais e industriais; reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos”.

Nossa opção metodológica pela Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por Thompson (1995), se dá justamente porque esta impõe a investigação do contexto sócio-histórico do objeto de pesquisa, no caso a imprensa republicana catarinense. Parece-nos fundamental reconstituir a gênese da imprensa catarinense e sua trajetória imediata para melhor compreendê-la no tempo futuro – o da proclamação. Assim, este primeiro capítulo tem

livros, papéis diplomáticos, leis e cartas de jogar. Inicialmente, o jornal circula aos sábados. Depois, passa às quartas e sábados; posteriormente, às terças, quintas e sábados. Teve inúmeras edições extraordinárias. Somente entre setembro e dezembro de 1808, das 32 edições, 19 eram extraordinárias. Deixou de circular em 31 de dezembro 1821, quando foi substituída pelo *Diário do Governo*.

como objetivo resgatar a história dessa imprensa desde a iniciativa pioneira de Jerônimo Coelho, passando pelos primeiros jornais das seis regiões do estado; identificar os principais fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento; pontuar algumas características sócio-econômicas e culturais de Santa Catarina quando do nascimento de sua imprensa.

O capítulo está dividido em duas seções. A primeira, de 1831 a 1864, investiga o surgimento da imprensa nos três principais pólos catarinenses da época – Desterro, Joinville e Laguna. A segunda, de 1881 a 1892, é quando a imprensa chega às regiões mais interioranas da província, como Blumenau, Lages e Chapecó. No caso de Chapecó, o jornalismo só vai surgir após a Proclamação da República, mas o tópico será tratado neste primeiro capítulo por opção didática, já que o objetivo aqui é identificar o nascimento da imprensa catarinense em cada uma de suas regiões. No quarto capítulo retomaremos o perfil da imprensa catarinense, mas desta vez já às portas da república, contexto no qual o oeste não está inserido pois a primeira folha republicana da região é de 1911, ultrapassando o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa.

4.1.1 A turbulência oitocentista

O nascimento da imprensa de Santa Catarina ocorre 227 anos depois de iniciada, oficialmente, a primeira povoação da província: Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, em 1658 – atual São Francisco do Sul – e 23 anos após o surgimento em 1808, no Rio de Janeiro, do *Correio Braziliense* e da *Gazeta do Rio de Janeiro*, os dois primeiros jornais brasileiros. A colonização de Desterro só seria deflagrada em 1673 e a sua emancipação como município, desmembrado de Laguna, só aconteceria em 1726.

O Brasil vivia um verdadeiro estado de ebulição política quando do surgimento da imprensa catarinense. O *ciclo da independência*, que vai da chegada da Família Real, em 1808, à abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, é marcado por muitas revoltas e insurreições, através das quais o povo e grupos organizados (principalmente militares) manifestam-se contra a exploração portuguesa e a tirania do governo imperial brasileiro. Profundas transformações sociais e econômicas acompanhavam esta turbulência política. A Independência, proclamada em 7 de setembro de 1822, custou um alto preço ao país, pela qual Dom Pedro indenizou Portugal, gerando grande descontentamento entre os brasileiros.

Em 1821, caíra a censura prévia que amordaçava a imprensa brasileira e entre 1822 e 1831 há um surto de pequenos jornais radicais e de panfletos. É neste período que

nascerem *A Malagueta* (1821 a 1832)³, de Luís Augusto May, *A Aurora Fluminense* (1827 a 1839)⁴, de Evaristo da Veiga, e as *Sentinelas da Liberdade* (1823 a 1835)⁵, de Cipriano Barata, jornais que marcaram época na história da imprensa brasileira, combatendo o governo imperial. Nesta fase de contestações e de reexame da nação, também surge *O Catharinense*.

Na década de 1830, a imprensa brasileira ainda engatinhava. Balanço feito por volta de 1827, “[...] época de revigoração intelectual, de reavaliação política e econômica, aponta nove jornais no Rio e 22 nas províncias” (BAHIA, 1990, vol. I, p. 42). É naquele ano que a província de São Paulo vai ter o seu primeiro jornal tipográfico, *O Farol Paulistano*, de José da Costa Carvalho.

Com a abdicação de Dom Pedro I, os movimentos revoltosos se intensificam: a Cabanada, em Pernambuco, de 1832 a 1835, e no Pará, de 1835 a 1838; a Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a Sabinada, na Bahia, em 1837; a Balaiada, no Maranhão, de 1839 a 1840. O país torna-se ingovernável. Para apaziguar os ânimos, em 1840 é decretada a maioridade de Dom Pedro II. Encerra-se o período regencial.

4.1.2 Uma província em configuração

Santa Catarina era reflexo do conturbado processo pelo qual passava o Brasil. Em 1831, a província ainda não tinha sua configuração geopolítica definida; era apenas “uma porção de terra que se estendia do litoral ao Planalto Serrano, formada por 19 colônias que abrigavam um total de 51.458 habitantes, dos quais 39.470 (76,7%) eram brancos e libertos, e 11.988 (23,3%) escravos” (PIAZZA, 1994, p. 101). Apenas dez anos antes, a 28 de fevereiro de 1821, as capitanias passaram a ter autonomia de província.

³ *A Malagueta* teve dois períodos de circulação: primeira fase de 1821 a 1822, totalizando 31 números; a segunda, de 1828 a 1829 como o nome de *A Malagueta Extraordinária*; sua última edição sai em 1832, na Regência Trina (Bahia, 1990, vol I : 49).

⁴ Entre 1831 e 1833, *A Aurora Fluminense* é o jornal de maior tiragem do Rio de Janeiro. Até 1928, o jornal é bi-semanário, com quatro páginas, passando então a tri-semanário. (op. cit.).

⁵ De acordo com Bahia (op. cit.), Cipriano Barata é, possivelmente, o mais notável panfletário do Primeiro Reinado e das Regências Trinas e também o jornalista brasileiro que conheceu o maior número de prisões militares. A primeira *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* foi editada em 9 de abril de 1823, com circulação as quartas e sábados. Em 1831 passa por prisões da Bahia e do Rio de Janeiro, de onde também publica as suas *Sentinelas*. Suas atividades cessaram em 1835, apesar de jornalistas de várias regiões do país publicarem *Sentinelas da Liberdade* até 1889, homenageando Barata. O ativista político baiano morreu pobre em Natal, a 11 de junho de 1838.

Empossado em 16 de fevereiro de 1824, o português João Antônio Rodrigues de Carvalho foi o primeiro presidente provincial. Permaneceu no poder até 12 de março do ano seguinte, quando foi substituído pelo brigadeiro Francisco de Albuquerque. Este, em 1830, foi sucedido pelo português naturalizado brasileiro, Miguel de Souza Mello e Alvim. Uma revolta popular e militar derrubou Alvim em 23 de abril de 1831, assumindo então o vice-presidente, Francisco Luís do Livramento.

A representatividade política do povo catarinense na esfera pública começa a se fortalecer nos anos 20. O Senado Vitalício e a Câmara dos Deputados, criados pela Constituição do Império, outorgada em 1824, têm como representantes catarinenses eleitos em 1826, o padre Lourenço Rodrigues de Andrade e Diogo Duarte da Silva, respectivamente. Eleito por 62 votos, o padre-senador ficou no cargo até 1844, quando faleceu no Rio de Janeiro. A Assembléia Legislativa Provincial foi instituída em 1834, pelo Ato Adicional à Constituição Imperial de 1824. Foram eleitos vinte deputados para a primeira legislatura (1835 a 1837), que teve como presidente Manoel Paranhos da Silva Veloso e primeiro secretário Jerônimo Francisco Coelho.

Os números do sistema de ensino fornecem algumas pistas sobre o potencial contingente de leitores da época. Dados de 1836 apontam a existência de apenas 18 escolas públicas primárias, com 533 alunos matriculados em toda província. Na rede particular, eram 448 alunos. Os primeiros ensaios do ensino secundário ocorreram em 1837, com a criação de duas cadeiras: Filosofia e Retórica. No interior, a potencialização de leitores ainda era mínima, pois apenas Laguna e São Francisco do Sul eram regiões de relativo desenvolvimento. A colonização daquelas que viriam a ser as principais cidades do estado, como Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Criciúma, Tubarão, Chapecó, entre outras, iniciaria somente a partir de 1850.

A economia da província era bastante frágil e centrada basicamente nas atividades agrícolas, nos engenhos de farinha e no porto da capital. Só a partir da chegada dos imigrantes europeus, em 1850, a economia começa a se desenvolver. No primeiro ciclo, o *ciclo colonial* (1850 a 1880), a produção agrícola estimula o surgimento do comércio, este gerido por imigrantes burgueses de classe média que possuíam conhecimento técnico ou comercial e dispunham de um certo capital. Na segunda fase (1880 a 1914), a pequena indústria de manufatura desponta com estes mesmos imigrantes, já que a atividade industrial era “pouco prestigiada pela elite brasileira” (RAUD, 1999, p. 89).

Em 1823, Desterro, a capital, era uma gleba de terra que se estendia do rio Camboriú (norte), a Garopaba (sul) e a Bom Retiro (planalto), e abrigava 15 mil habitantes. Desta área, viriam a se desmembrar outros 29 municípios, num processo que iniciou em 1832 e foi até o início do XX. A 24 de fevereiro de 1824, por Decreto Imperial, Desterro foi elevada à categoria de cidade. A economia da capital estava estruturada nos engenhos de farinha e na atividade portuária.

O sistema de comunicação da província vai se estabelecendo lentamente. A ligação marítima era o principal meio de comunicação entre as povoações litorâneas. O porto de Desterro é de importância vital nesta conexão. A primeira agência de correio na capital surge em 1829, e no ano seguinte são abertas as primeiras agências em Laguna e São Francisco do Sul. Só em 5 de janeiro de 1852 é estabelecido o serviço de correio interestadual terrestre entre Desterro(SC)/Porto Alegre(RS)/Paranaguá(PR).

A Guerra do Paraguai (1865/1870), por uma questão de segurança e estratégia militar, acelerou a instalação do sistema de comunicação telegráfica. Assim, as primeiras transmissões a partir de Desterro iniciam em janeiro de 1867: no dia 2, é feita a ligação Desterro/Laguna; dia 6, Desterro/Rio Grande do Sul; dia 7, Laguna/Itajaí; dia 31, Desterro/Itajaí. A primeira emissão de sinais com o Paraná acontece só em 2 de dezembro de 1870, mais precisamente entre Joinville e Morretes (PR). Iniciado em janeiro de 1872, o sistema de cabo submarino entre a Ilha de Santa Catarina e o litoral do Rio Grande do Sul é inaugurado em 30 de maio de 1874.

4.1.3 Nasce a imprensa em Desterro

No editorial de capa da edição inaugural em 28 de julho de 1831, Jerônimo Coelho apresenta *O Catharinense* como um *sentinela da liberdade* movido “pelo amor pátrio” e não “pelo sórdido interesse”. A partir de então, a *inocência* da província “não terá que gemer em silêncio, e aqueles que a oprimirem, terão de ser dados como opressores da humanidade”. O jornal coloca-se como redentor do povo contra os opressores. As palavras mais agressivas são dirigidas a Dom Pedro, a quem Jerônimo Coelho classifica de “estúpido, avarento e doido, que há pouco, espavorido, abandonou as praias do solo americano”. E continua seu ataque mordaz, convidando os provincianos a combater “esses orgulhosos mandões que, comumente, nas povoações pequenas, costumam ser o flagelo dos fracos”.

Sob o logotipo do jornal, vinha a relação dos locais onde o mesmo poderia ser subscrito (assinado), seguido da epígrafe: “Si o crítico mordaz censura a imprensa. Quem não escreve, então, que fas? (*sic*) que pensa?”. Baixo da epígrafe, a inscrição em caixa-alta: “*União e Liberdade, Independência ou Morte*”.

O Catharinense era um semanário no pequeno formato de 15,3 x 21,5 centímetros e com seis páginas. Como não havia pessoas na província que conhecessem a técnica de impressão, Jerônimo Coelho foi o redator, editor, compositor e impressor. Ainda não havia vendedores ambulantes, e o exemplar era vendido a sessenta réis, na casa do próprio editor, onde também estava instalada a gráfica na rua do Livramento (atual Trajano), e em algumas casas comerciais. A assinatura custava mil réis, pelo período de três meses. Os primeiros anúncios, entre eles os da venda de escravos, apareceram somente na edição de número 22, publicada em 5 de janeiro de 1832, ano que também marca o fim do jornal. Observa Pedro (1995, p. 20):

O primeiro periódico, além de depender da iniciativa de pessoas ligadas e interessadas no poder público, tinha, nos funcionários públicos, o principal público leitor. (...) até a década de 30 do século XIX, e ainda por muito tempo, o poder público, ou seja, os inúmeros funcionários civis e militares da administração, eram os principais elementos da elite local. Formavam, possivelmente, o único público capaz de ler os periódicos locais, ou aqueles trazidos pelas embarcações, de outras cidades.

Este perfil de leitor só mudaria a partir de 1850, quando os comerciantes começavam a formar uma nova classe em ascensão social na ilha de Santa Catarina.

Antes de *O Catharinense*, circularam em Desterro jornais como *Aurora Fluminense* e *Astréia*, do Rio de Janeiro; *Farol*, de São Paulo; e *Universal*, de Ouro Preto. O próprio Jerônimo Coelho chegou a distribuir pessoalmente a *Aurora Fluminense*.

4.1.4 Os ideais de Jerônimo Coelho e os primeiros jornais

Lagunense nascido em 30 de setembro de 1806, filho de militar e educado na Escola Militar da Corte, aos 18 anos de idade Jerônimo Francisco Coelho já era capitão do Exército, sendo designado para importantes missões. Em 1831, atraído pela política e trazendo um prelo na bagagem, o jovem, com 25 anos, chega à terra natal determinado a “cumprir um plano, premeditado, ponto por ponto: os acontecimentos políticos, *O Catharinense* (*sic*), a fundação da Loja Maçônica Concórdia” (CALLADO Jr., 1970, p. 128).

Criou ainda a Associação Patriótica Santa Catarina e *O Expositor*, órgão oficial daquela sociedade cívica e política.

Jerônimo Coelho logo ganhou projeção pública e iniciou a consolidação de uma impressionante carreira política. É considerado pelo historiador Martinho Callado Júnior como o mais ilustre catarinense do século XIX. “Dotado de uma grande capacidade de angariar simpatias, até a sua morte tornou-se o líder incontestado de uma grande parte da sociedade barriga-verde, alistado nas hostes de um partido político de cores liberais [...]” (Ibidem, p. 145).

O ilustre militar ocupou os mais importantes cargos públicos catarinenses que um provinciano poderia ambicionar na época. Foi deputado provincial quatro vezes (1835, 1837, 1842 e 1845), chegando à presidência da Assembléia Provincial em 1841; deputado geral três vezes (1838, 1842 e 1857).

Sua projeção na esfera federal o levou a ocupar o Ministério da Marinha, pela primeira vez, em 1844, no Gabinete Macaé. No mesmo ano, recebeu o título de Conselheiro da Coroa e também foi nomeado ministro interino da Guerra, mas exonerou-se de ambos os ministérios em 1845. Em 1839 foi vice-presidente da província de Santa Catarina, de 1848 a 1850 presidiu a província do Pará e em 1856 foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul. De 1857 a 1858, agora no Gabinete do Marquês de Olinda, foi novamente ministro da Guerra. O pioneiro da imprensa catarinense morreu em Fraiburgo, no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1860, aos 54 anos, como brigadeiro e vogal do Supremo Tribunal Militar.

Fica evidente que os atos de fórum privado do capitão de engenheiros *ilustrado* na Corte, onde incorporou ares liberais vindos da Europa, tinham o objetivo direto de interferência na esfera pública. Os motivos que o levaram a lançar *O Catharinense* foram principalmente os de combater a Coroa Portuguesa, o regime monárquico de Dom Pedro I e àqueles que pretendiam restaurar o trono do imperador, embora este já tivesse deixado o país após a abdicação ao trono em 7 de abril de 1831. Na política ilhéu, fazia oposição ao presidente da província, Miguel de Souza Mello e Alvim, que era de origem portuguesa e tinha idéias conservadoras.

Quinze dias após a abdicação de Dom Pedro I, Alvim é deposto por um movimento popular. O levante de civis e militares tem duas razões principais: rejeição ao gabinete conservador instaurado por Dom Pedro e o atraso de 11 meses no soldo dos

militares. Com sete batalhões em seus domínios, o atraso de salários teve ampla repercussão em Desterro, embora este encargo financeiro fosse de competência da esfera federal. Callado Jr. conclui que Jerônimo Coelho deve ter influenciado *preponderantemente* na deposição do presidente. Este passou o cargo ao vice-presidente provincial Francisco Luiz do Livramento, de origem brasileira e da simpatia do jovem militar.

A Sociedade Patriótica foi criada em 4 de outubro de 1831, com o apoio do novo presidente da província, Feliciano Pires. Calcada nos moldes dos clubes políticos do final do século XVIII que fomentaram a Revolução Francesa, tinha como objetivos “sustentar a liberdade e a independência nacional e usar o direito de petição e de representações populares, sempre que o exigisse o bem da pátria”.

De dezembro de 1832 a dezembro de 1834, a Sociedade editou *O Expositor*, o seu jornal oficial. Era impresso no prelo de *O Catharinense*, adquirido de Jerônimo Coelho em outubro de 1832. Este integrava o quadro de redatores do novo periódico, mas o deixou em 3 de março de 1833, devido a divergências quanto à linha editorial, já que alguns colegas de redação insistiam em publicar notas ofensivas. Quando da sua suspensão, em 1834, *O Expositor* contava com apenas 57 subscritores (assinantes). Em março de 1835, a sua tipografia começa a imprimir papéis da Assembléia Legislativa e o jornal passa a denominar-se *Expositor Oficial*. Ainda entre o final de 1831 e início de 1832, na tipografia de *O Catharinense*, foi impresso *O Brazil*, o segundo jornal da província e que teve apenas algumas edições.

Com a dissolvência da Sociedade Patriótica em 26 de fevereiro de 1836, sua tipografia foi negociada com a Assembléia Legislativa. Várias leis foram criadas, então, para definir os critérios de uso da tipografia, até que a resolução número 40, de 31 de maio de 1836, aprovada pela Assembléia e sancionada pelo presidente da província, Francisco Luiz do Livramento, trazendo a seguinte redação:

Art. 1º. - A tipografia oferecida à Assembléia Legislativa da Província pela “Sociedade Patriótica” é considerada propriedade Provincial e da sua administração fica encarregado o Governo da Província.

Art. 2º. - Este estabelecimento é destinado: 1o. - À impressão de quaisquer peças oficiais, tanto do Governo, como da Assembléia da Província; 2o. - À publicação de um Periódico Oficial, o qual só terá lugar quando o rendimento cubra a despesa que com ela se fizer; 3o. - À impressão de jornais ou de pessoas particulares.

Art. 3º. - Fica sem vigor qualquer disposição em contrário.

Estava assinada a sentença oficial de atrelamento da imprensa à esfera pública. Os jornais desterrenses passavam a ser editados sob os auspícios do Poder Público. Este quadro só mudaria, em termos, em 20 de março de 1843, com a Lei número 176, que abria a Tipografia Provincial ao uso particular, independente do consentimento do presidente da província, para “quaisquer publicações, guardadas as disposições que regulam a liberdade de imprensa”.

Entre 1836 e 1849, quando da chegada do segundo prelo à ilha, surgiu o oficioso *O Benfazejo* (1836), que “se transformou em odioso veículo de discórdia da família desterrense” (Boiteux *in* Callado Jr., 1970 : 130); *O Mercantil*, possivelmente iniciado em 1843; *O Relator Catarinense*, de apenas dez edições, com o objetivo de registrar a vista de Dom Pedro II e da Imperatriz, Dona Teresa Cristina, a Desterro, em outubro de 1845.

O segundo prelo pertencia ao relojoeiro francês Emile Grain, que pretendia montar um jornal na ilha. Antônio Pereira Pinto, de linha liberal, presidia a província. Grain procurou os governistas - simpatizantes dos *jeromistas* - propondo parceria, mas estes já dispunham de uma tipografia e rejeitaram a proposta. Foi assim que, com o apoio da oposição conservadora, o francês fez circular em 1º de abril de 1849 o bi-semanário *Progresso Catarinense*, que versava sobre política, literatura e comércio.

Prevendo o risco de um jornal nas mãos da oposição, de imediato o governo entrou em negociações com o francês e um mês de depois o jornal adotava o nome de *Conciliador Catarinense*, defendendo abertamente a ideologia liberal. O poder público concentra sob sua tutela as duas tipografias: a de Emile Grain instalada no largo do Palácio, e a Provincial no edifício da Assembléia Legislativa. Em janeiro de 1850, o novo presidente da província, João José Coutinho, rescindiu o contrato com Grain. Estes oito jornais, incluindo *O Catharinense*, fecham o primeiro ciclo da imprensa catarinense, de 1831 a 1849.

4.1.5 A proliferação de jornais na capital

A partir da década de 1850, ocorrem sucessivas fases de proliferação de jornais, intensificadas principalmente em períodos eleitorais, reformas políticas que implicavam na mudança de gabinetes do Governo Imperial, surgimento de novos grupos políticos, e outras questões de ordem política. De acordo com Pedro, entre 1831 e 1889, circularam 101 jornais

na capital da província, mas a imensa maioria deles não durou mais que algumas edições⁶. Estes periódicos eram das mais variadas tendências: dos monarquistas aos republicanos, dos literários aos políticos, dos conservadores aos liberais, dos abolicionistas aos religiosos, dos trabalhistas aos recreativos; e eram mantidos por instituições como igrejas, partidos políticos, colégios, grêmios literários e recreativos e, obviamente, empresas jornalísticas.

O primeiro surto de jornais foi motivado pelas eleições à Assembléia Provincial, em 1852. Neste ano, nasceram *A Revelação* e *O Conservador* que, aliados ao *Novo Íris* (1850), defendiam as matizes do Partido Conservador. *O Correio Catarinense*, também de 1852, era o porta-voz do Partido Liberal e durou até 1854, sendo substituído pelo *Mensageiro*, em 1855. *O Futuro* (01/1852 a 11/1854) inicia a fase da imprensa imparcial, noticiosa, literária e comercial.

Durante muito tempo, a publicação de atos oficiais do governo garantiu a sobrevivência de inúmeros jornais. Com as mudanças no comando político, os periódicos se revezavam também nesta fonte de recursos. Os conservadores venceram as eleições de 1852 e *O Conservador* substituiu *O Novo Íris* na publicação oficiais do Estado. Em 1855, *O Conservador* encerrou suas atividades e foi substituído no ano seguinte por *O Argos*.

Ainda em 1852, a 28 de agosto, nascia a primeira revista catarinense: *Revelação*. Com edição semanal, era voltada a assuntos religiosos e literários.

O segundo surto ocorreu em 1858, quando passaram a circular *O Cruzeiro do Sul*, que substituíra *O Mensageiro*, do lado liberal. Alinhado aos conservadores, surgiram o *Bota-fogo* e o *Santelmo*. O primeiro durou apenas dois meses e o segundo seis. *O Argos*, *Bota-fogo* e *Santelmo* eram de propriedade de José Joaquim Lopes que, em 1852, comprou o prelo da Tipografia Provincial. Durante muito tempo, Lopes imprimiu diversos jornais, a maioria de tendência conservadora. *O Argos*, fundado como semanário em 1856, em 1861 viria a ser o primeiro diário catarinense.

De acordo com a relação apresentada por Callado, entre 1860 e 1870 surgiram 30 jornais em Desterro, sendo dez deles entre 1860 e 1861. Esta fertilidade pode ser atribuída à mudança no cenário político catarinense, com o surgimento de novos grupos políticos e a descaracterização dos antigos, motivada pela lei eleitoral de 1856, que criou o voto distrital; a

⁶ Em seu livro *Nas tramas entre o público e o privado* (1995), a autora publicada listagens, elaboradas a partir de diversas fontes de pesquisa, de todos os jornais catarinenses editados neste período.

possibilidade de a província passar a eleger dois deputados gerais, ao invés de um; a morte do liberal Jerônimo Coelho, em 16 de janeiro de 1860.

Foi neste cenário de mudanças que surgiu o Partido Progressista, unindo os antigos conservadores, liderados por João Pinto da Luz, e alguns liberais, comandados por Jesuíno Lamego Costa, suplente de Jerônimo Coelho. Para levar o seu ideário ao público, em 1860, a agremiação criava o jornal *O Progressista*. O partido tinha também o apoio de *O Argos*. Uma dissidência no Partido Progressista fez surgir o Partido Liberal-Moderado, que tinha ao seu lado os jornais *O Cruzeiro do Sul* (que circulava desde 1858), *O Catarinense* e *O Cruzeiro* (ambos de 1860), além de *O Chaveco*, *O Mercantil* e *A Estrela* (estes de 1861). Os progressistas saíram consagrados destas eleições, vencendo não apenas na Assembléia Provincial, mas na Imperial.

A maioria dos jornais da década de 60 do século XIX, teve vida efêmera. Os destaques foram *O Despertador* (01/1863 a 08/1885), e a *Regeneração* (1868 a 1874; 1877 e 1878; 1880 a 1889).

4.1.6 A imprensa de imigração na Colônia Dona Francisca

A imprensa catarinense inicia seus primeiros passos pelo interior a partir da década de 50, porém, com características um pouco diferenciadas daquelas praticadas na capital, que eram de caráter acentuadamente político. Ao norte, na colônia Dona Francisca (atual Joinville) e no Vale do Itajaí, mais precisamente em Blumenau, os primeiros jornais são redigidos em alemão e com uma pauta voltada aos interesses dos imigrantes que formavam a maioria da população daquelas colônias recém fundadas. Informações sobre técnicas agrícolas, direitos dos imigrantes e notícias do Velho Continente, entre outros temas, estampavam aquelas páginas. Apesar deste perfil, no final do século XIX estes jornais também não deixaram de interferir na política local.

A Colônia Dona Francisca era uma porção de terra de oito léguas quadradas, a nordeste da província de Santa Catarina, que o Príncipe de Joinville recebeu como dote por desposar a Princesa Dona Francisca, irmã de Dom Pedro II. As terras haviam sido demarcadas pelo engenheiro Jerônimo Coelho em 1846, e já no início de março de 1851 chegavam os primeiros colonos alemães, suíços e noruegueses, quase todos trabalhadores braçais. Ainda em setembro daquele ano, chegaria a terceira leva, com 75 imigrantes alemães, a maioria intelectuais, universitários e políticos, participantes ou simpatizantes dos movimentos

subversivos de 1848⁷. Iniciam-se, assim, as bases para o movimento cultural e intelectual da colônia. Três meses depois, chegava o barco *Neptun* com mais uma leva de imigrantes, entre eles o lavrador prussiano Karl Knüppel, que a 2 de novembro de 1852 fundaria o *Der Beobachter am Mathiasstrom* (*O Observador às Margens do Rio Mathias*), o primeiro jornal fora da capital, o primeiro do interior.

O semanário era manuscrito em papel de carta duplo e vendido a 120 réis o exemplar, aos leitores que “literalmente chegavam a disputar a posse de tal preciosidade [...]” (HERKENHOFF, 1998, p. 16). Eram 50 exemplares transcritos por colaboradores que recebiam 80 réis por cópia. A maior parte das cópias era feita pelo próprio redator num “trabalho bastante cansativo e enjoativo”, segundo o próprio Knüppel, em carta-depoimento que remeteu ao redator do jornal *Reform*, de Joinville, em 9 de fevereiro de 1888, e reproduzida no livro de Herkenhoff (Ibidem, p. 22). De acordo com a pesquisadora, *O Observador* foi o segundo jornal em língua alemã no Brasil, apenas precedido por *Der Kolonist* (*O Colono*), fundado em Porto Alegre a 2 de agosto de 1852 e atuante até 31 de julho de 1853.

Knüppel foi escrivão da colônia e possivelmente ali, no exercício de registrar os atos oficiais ocorridos no pequeno lugarejo, onde os imigrantes depositavam todas as suas esperanças e realizações, “foi-se informando, aos poucos, dos fatos que aconteciam na direção e em outros setores, fatos que mereciam ser publicamente expostos, debatidos e criticados - exatamente no estilo humorístico, inimitável do nosso jornalista pioneiro [...]” (Ibidem, p. 14). Na apresentação da primeira edição, um lamento de saudade da terra que ficou d’além mar, considerações sobre as necessidades e os problemas da colônia, e um chamamento aos colonos:

A Colônia!

Quantos corações doloridos e angustiados conta ela? A Colônia às margens do rio Mathias conta com homens que querem o bem e corações plenos de sensibilidade e energia. Mas os seus anseios e a sua determinação se perdem, desperdiçados como o arrebol.

E, no entanto, quanto poder em seus propósitos e anseios! Quanta força, que não se deverá desperdiçar!...

...Esta folha pretende ser um amigo de todos, um amigo estimado, ao qual se confia o que há de melhor e que se recebe e saúda alegremente no limiar de sua casa.

⁷ Elly Herkenhoff em *História da Imprensa de Joinville* (1998, p. 10) assinala que assim eram chamados os ‘Achtundvierziger’ (Os de 48) - oficiais dos então já dissolvidos batalhões da Guerra Teuto-Dinamarquesa, a guerra pela posse dos antigos ducados alemães de Schleswig e Holstein, limítrofes do Reino da Dinamarca.

O redator enumera ainda as pretensões do jornal como meio de integração da colônia: 1) Levar a opinião e os anseios de todos ao conhecimento geral; 2) Informar os colonos a respeito das condições da Colônia, desde o seu início; 3) Informar as obrigações da Sociedade Colonizadora e a maneira de sua aplicação; 4) Informar a respeito das obrigações dos colonos e de seus direitos para com o Estado, o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora; 5) Demonstrar a necessidade de formação da uma comuna; 6) Demonstrar a situação no futuro, caso perdurarem as atuais condições; 7) Debater as condições entre empregadores e empregados e demonstrar porque seria mais vantajoso para a colônia se fossem empregados apenas trabalhadores europeus; 8) Esclarecer assuntos como: escola, igreja, hospital, caridade e coletas; 9) Divulgar os meios para melhor produção das diversas culturas agrícolas e esclarecer sobre a venda dos produtos; 10) Coletar e publicar assuntos de interesse geral; 11) E para que o útil seja unido ao agradável, publicará anedotas e pilhérias sadias e miscelâneas que lhe forem enviadas; 12) Anúncios.

No programa que diz ainda distanciar-se de “qualquer personalidade, ignorando quaisquer ninharias”, *O Observador* ressaltava algumas das necessidades para a sobrevivência dos meios de comunicação, como a sustentação econômica através de anúncios. Faz um discurso de tom racista, ao propor que “seria mais vantajoso para a Colônia se fossem empregados apenas trabalhadores europeus”. Porém, o humor era a tônica do periódico. Das suas anedotas “ria-se muito, ria-se gostosamente” (KNÜPPEL Apud. HERKENHOFF, 1998, p. 23).

O primeiro prelo da colônia Dona Francisca só chegaria a 9 de novembro de 1862, adquirido em Leipzig, Alemanha, pelo imigrante Ottokar Dörffel. Dörffel, então com 36 anos, havia aportado na colônia em 20 de novembro de 1854, em meio a mais um grupo de imigrantes. Um ano depois, já pensava em instalar uma tipografia em sua modesta propriedade. Após algumas tentativas e muito espera, a sua encomenda chegaria em 21 de setembro de 1858, e estava decidido que o primeiro jornal impresso da colônia seria editado ainda naquele ano. Porém, um imprevisto: a barca *Franziska*, que trazia o prelo, naufragou na entrada da barra em São Francisco do Sul e não foi possível resgatar a *preciosa* encomenda. Passaram-se mais seis anos para que o novo prelo chegasse em 1862, e em 20 de dezembro daquele ano fosse impressa a edição de apresentação⁸ do *Kolonie-Zeitung und Anzeiger fuer*

⁸ Nesta época, era freqüente a impressão de uma edição-programa ou edição de apresentação, antes da tiragem do primeiro número do jornal.

Dona Francisca und Blumenau (Jornal da Colônia e Órgão Publicitário para Dona Francisca e Blumenau).

No extenso artigo de fundo da edição-programa, Döerffel, apresentava as linhas gerais que norteavam o periódico, fazendo também referências à nova pátria:

Esta nova terra ainda não se tornou Pátria para nós. Ela parece ainda não querer nos aceitar como seus filhos e quanto mais profunda a afetividade com que a ela nos tentamos ligar, mais nos sentimos estranhamente repelidos, não raras vezes - e tanto mais impetuosa se reacende a saudade da velha e inesquecível Pátria - a Pátria que, na verdade, também já nos perdeu de vista e nos esqueceu. Realmente, embaraçosa e desalentadora situação a nossa, quando - feito apátridas - não mais sabemos, por assim dizer, a quem pertencemos.

Acostumar e familiarizar o imigrante na colônia; “promover a pesquisa e a análise no setor - quase sempre novo para o imigrante - da agricultura, das profissões agrárias e dos trabalhos caseiros”; divulgar as questões do direito e da legislação do país que dizem respeito ao colono, “em especial as disposições e medidas governamentais atinentes à colonização ou à posição social do colono, sobretudo quanto às leis e disposições locais, municipais e provinciais, quando relacionadas com os colonos”; “defender os interesses dos colonos” e não deixar de denunciar quaisquer falhas da colonização e debater propostas para a sua remoção”. Estas eram algumas das proposições do jornal. Em suma, “promover o que for proveitoso à comunidade e combater o que lhe for prejudicial”.

Propunha-se, ainda, a apresentar um resumo das mais importantes ocorrências mundiais, “dando atenção especial às coisas e à evolução dos acontecimentos nos países de língua alemã”, bem como “informar fiel e continuamente sobre a situação e a evolução da Colônia, no intuito de despertar também na velha Pátria interesse e simpatia pelos colonos, para que ela não mais considere ovelhas perdidas os seus filhos emigrados, abandonando-os à sua própria sorte - como até agora, infelizmente, vinha acontecendo [...]”. Por fim, adverte o redator: “o jornal nunca servirá a fins partidários ou especiais, nem tampouco acolherá polêmicas pessoais e muito menos se deixará usar - nem na parte redacional, nem nas páginas de anúncios - como arena de manifestações odiosas, grosseiras e ofensivas”.

Tinha pequeno formato (22x30cm) e circulava aos sábados. A edição número um, de 3 de janeiro de 1863, já continha o suplemento *Die Lesehalle (O Salão de Leitura)* que trazia contos, poesias, anedotas e ensinamentos diversos aos colonos. Vários foram os

suplementos especiais publicados ao longo da história do jornal, alguns deles impressos na Alemanha. Entre 1871 até o início do século XX, adotou o tamanho 30 x 42 cm voltando depois ao pequeno formato original. A partir de 1888 passou a circular às terças e quintas-feiras. Foram praticamente 80 anos de história, encerrando em 21 de maio de 1942 com o nome de *Correio Dona Francisca*. Foi o primeiro jornal catarinense a alcançar tamanha longevidade. Além de Joinville, Blumenau e São Bento do Sul, 50 exemplares eram enviados para Hamburgo, de onde eram distribuídos pela Alemanha.

Mudou de nome cinco vezes, principalmente para contornar as dificuldades de ser um jornal redigido em alemão em um país estrangeiro de língua portuguesa: *Colonie-Zeitung* (20/12/1862 a 26/12/1868), *Kolonie-Zeitung* (02/01/1869 a 25/10/1917), *Actualidade* (06/11/1917 a 21/08/1919), *Kolonie-Zeitung* (26/08/1919 a 28/08/1941) e *Correio Dona Francisca* (02/09/1941 a 21/05/1942). Essas mudanças ocorreram em função das duas guerras mundiais e da Campanha de Nacionalização promovida por Getúlio Vargas a partir de 1938. Como *Actualidade* e *Correio Dona Francisca*, foi totalmente redigido em português. Na segunda fase *Kolonie-Zeitung* (1919 a 1941) era bilíngüe. Também mudou de proprietários por quatro vezes: Ottokar Döerffel (1862 a 1873), Carl Wilhelm Boehm (1873 a 1889), Carlos Bernardo Otto Boehm (1889 a 1923), Empresa Boehm & Cia (1923 a 1942). Apesar de se intitular um jornal apertado, e o foi na maior parte de sua existência, durante o período republicano o *Kolonie-Zeitung* não deixou de interferir na política local, como será relatado no capítulo quatro.

Até o final do século XIX, circularam 17 jornais em Joinville, sendo oito deles redigidos em alemão. Mesmo alguns, editados em português, costumavam trazer uma ou duas páginas no idioma germânico. A *Gazeta de Joinville*, produzida por um grupo de imigrantes liderados por Carlos Lange, a primeira em português, só surgiu em 25 de setembro de 1877, ano em que a colônia foi elevada à categoria de cidade. O semanário circulou durante seis anos.

A imprensa voltada aos imigrantes europeus, principalmente àqueles fixados em Santa Catarina, nasceu desterrada do solo catarinense. Antes mesmo do hilariante *Observador*, de Karl Knüppel, de acordo com Silva (1977), tanto na Suíça quanto na Alemanha foram editados jornais que, de certo modo, mantinham os emigrantes que aqui chegavam, ligados à pátria, informados e orientados. Embora estampando a *preocupação* com os colonos, o principal objetivo destas publicações era fazer propaganda do empreendimento

das sociedades colonizadoras e incentivar os imigrantes à aventura em terras desconhecidas. Também defendiam os interesses dos colonos junto às autoridades teuto-brasileiras.

O primeiro destes jornais, conforme Silva (1977), foi o *Allgemeine Auswanderungszeitung (Jornal para a Emigração em Geral)*, semanário que circulou em Rudolstadt, Alemanha, de 1846 a 1871. O *Hamburger-Zeitung (Jornal Hamburguês)* também faz parte deste ciclo. São poucas as informações sobre estes jornais, mas é importante fazer o registro. Eles publicavam principalmente os relatos dos colonos sobre o desbravar das matas, as construções de suas moradias e dos empreendimentos, enfim, as dificuldades, os encantamentos e as aventuras daquele difícil processo de colonização.

O suíço *Der Colonist (O Colono)* surgiu em 1851, em Berna, intitulando-se “órgão para a proteção, assistência e esclarecimentos aos emigrados suíços”. Circulou durante anos e trazia amplo noticiário sobre as colônias catarinenses, principalmente de Dona Francisca, onde, por volta de 1853, segundo o jornal, cerca de dois terços da população daquela colônia era composta por suíços.

Preocupada em acompanhar, mesmo de longe, os colonos vindos da Alemanha, a Sociedade Hamburguesa de Colonização, responsável pela criação da Colônia Dona Francisca e pelo bem estar dos colonos para cá enviados, criou, em agosto de 1852, o *Mittheilungen Betreffend Die Deutsche Kolonie Dona Francisca in Süd-Brasilien Provinz Santa Catarina*. Com pequeno formato e 16 páginas, o jornal era mensal e circulou em Blumenau e Joinville.

4.1.7 A imprensa política de Laguna

Durante o Império, Laguna era um importante centro político de Santa Catarina. Logo, seria inevitável que sua imprensa refletisse as disputas partidárias de então e até assumisse uma forte coloração partidária. Diferentemente dos primeiros jornais de Joinville, ali se praticava um jornalismo tão partidário quanto o de Desterro.

O quinzenário *Pyrilampo*, lançado em 6 de junho de 1864 por José Joaquim Lopes, foi o primeiro jornal da região sul. Era literário, comercial e noticioso e teve curta duração, provavelmente até novembro daquele ano. Baiano de nascimento, Lopes se radicou em Laguna em 1831 após a dissolução de seu batalhão onde atuava como militar voluntário na guerra da Independência. Em território lagunense atuou como professor de primeiras letras. Em 1839, quando da proclamação da República Catarinense, se transferiu para Desterro onde

adquiriu a Tipografia Provincial. Ali colocou em circulação, em 1º de janeiro de 1856, *O Argos da Província de Santa Catarina*, ligado ao Partido Conservador. Entre 1850 e 1863 foi deputado provincial.

O segundo periódico lagunense só surgiria 14 anos depois, por iniciativa do sergipano Prezalino Lery Santos que lançou o *Município* em 12 de setembro de 1878, com circulação, possivelmente, até dezembro de 1879. Impresso em gráfica própria, tinha o diminuto formato de 17 x 23 centímetros, ampliado depois para 23 x 29 centímetros. Já no ano seguinte, a 6 de julho, Tomáz Argemiro Ferreira Chaves lançava *A Verdade*. Recifense com formação em Direito, Chaves foi também deputado estadual de 1882 a 1885, ano em que faleceu em Florianópolis e que também marca o fechamento do jornal, em setembro.

Arilton Teixeira (1991, p. 81), que pesquisou os 28 jornais lagunenses editados entre 1864 e 1900, destaca que “apesar de muitos deles afirmarem ser independentes de qualquer tipo de vínculo político-partidário, acabavam filiando-se aos mesmos para sobreviverem”. Ao analisar o *aspecto qualitativo* destes veículos, o autor conclui que, quase sempre, “a inspiração política era o fator predominante para o surgimento e publicações dos jornais da época”.

Os partidos políticos (Conservador e Liberal) foram os responsáveis pelo lançamento de alguns títulos como órgãos oficiais de divulgação de suas matizes ideológicas. Outros eram editados por agremiações sociais. Analisando algumas características de 22 dos 28 jornais, Teixeira chegou ao seguinte perfil: a) periodicidade - 15 semanários, quatro quinzenários, um mensal, um anual e um sem periodicidade definida; b) formato - todos eram tablóide, sendo 12 compostos em quatro colunas, cinco em duas e outros cinco em três colunas; c) todos tinham quatro páginas.

Na busca da identificação da linha editorial dos jornais a partir de seus nomes ou *títulos*, o historiador estabeleceu seis categorias: a) critério geográfico - *Laguna*, *O Município*, e *Pátria*; b) políticos - *União*, *Gazeta Lagunense*, *Echo Lagunense* e *Democracia*; c) cronológicos - *Primeiro de Abril*, *Futuro* e *Liberdade*, este último com uma “intenção desiderativa de suscitar tempos melhores”; d) classista - *Comercial*, *O Trabalho* e *Caixeiro*; e) literário - *Colibri*, *A Voz* e *Passa-Tempo*; f) educativos - *O Blandonista* e o *Collegio Duarte*. O pesquisador identifica o *Pyrilampo*, como literário, comercial e noticioso, e *A Verdade*, como conservadora, literária, noticiosa e comercial. Dos jornais pesquisados, muitos não passaram dos primeiros números, devido à falta de recursos humanos e financeiros.

Desterro, Joinville e Laguna constituem o que delimitamos aqui como a primeira fase da imprensa catarinense, compreendida entre 1831 e 1864. A capital, por ser o maior centro político-administrativo e populacional da província; Laguna, por sua alta densidade política resultante de uma colonização mais que centenária; e Joinville, em razão do nível intelectual de seus colonizadores e da sua vocação econômica manifestada precocemente; propiciaram, ainda que timidamente, para que a imprensa tivesse ali o seu nascedouro.

4.2 Segunda fase: o prenúncio da república

Fora da faixa litorânea que abrigava as três principais colônias da primeira metade do século XIX – Desterro, Joinville e Laguna – lentamente a imprensa começa a alcançar o interior. Este segundo ciclo inicia pelo Vale do Itajaí, em 1881, 50 anos após o surgimento de *O Catharinense* e 31 anos após o início da colonização de Blumenau. No Planalto Serrano, começa por Lages em 1883. Na região Oeste, só chegará após a Proclamação da República, em 1892, na colônia militar de Xanxerê, ainda pertencente ao Paraná. Nessa seção, portanto, traçaremos a trajetória da imprensa nestas três cidades, de seu início até o final do século XIX, adentrando nos primeiros anos do século XX.

4.2.1 A imprensa no Vale do Itajaí

O *Kolonie-Zeitung*, de Joinville, foi durante vinte anos, o porta-voz dos blumenauenses e por isso mesmo considerado o primeiro jornal da colônia fundada por Hermann Blumenau. Iniciava o ano de 1881, quando Hermann Bauggarten, com apenas 25 anos, lançava, em 1º de janeiro, o *Blumenauer-Zeitung (Gazeta Blumenauense)*, o primeiro jornal de Blumenau. O periódico resultou de uma ação cooperativada da qual 71 colonos eram cotistas.

Descendente de alemães e nascido em Blumenau, Bauggarten foi ilustrado em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Ao retornar à sua terra natal tinha como objetivo montar um jornal. Porém, faltavam os recursos financeiros. Daí a constituição da *Sociedade Tipográfica Blumenauer-Zeitung*, em 1879. Pelo contrato, o valor das ações foi devolvido aos cotistas gradativamente, com a devida correção, até que Bauggarten se tornasse o proprietário único. Os blumenauenses queriam um jornal próprio, pois o *Kolonie-Zeitung* dava pouco espaço às notícias de Blumenau e a comunicação entre aquele município e Joinville era bastante

precária, atrasando o fluxo de notícias. Com uma impressora importada de Leipzig (Alemanha), o semanário surgia no formato 30 por 39,5 centímetros, quatro páginas, redigido em alemão e com circulação nas principais cidades catarinenses onde mantinha agentes (Itajaí, Brusque, Joinville, Desterro), além do Rio de Janeiro e Alemanha. Antônio Härte era o redator e Hermann Baumgarten o editor. Circulou até 2 de dezembro de 1938.

Mesmo contrário à criação do jornal, Hermann Blumenau, o administrador da colônia, comprou duas ações e sob sua assinatura colocou a observação *bedingt* (condicionalmente). Uma semana depois da primeira edição, Blumenau recebia a devolução da sua parcela no empreendimento. Sua postura conservadora e anti-democrática, atentando claramente contra a liberdade de expressão, é defendida por Silva (1977, p. 10) como “altamente proveitosa à ordem e disciplina da Colônia”. Justifica o autor:

Os anos que se seguiram à publicação regular do *Blumenauer-Zeitung* vieram dar-lhe razão. As atividades políticas desse jornal, embora sem sombra de dúvidas, voltadas exclusivamente para a defesa do nome da Colônia e dos interesses dos seus moradores, provocou a fundação de outro jornal, o *Immigrant* e dos debates entre as duas folhas, nasceram discórdias, lutas sérias, ataques à moral e à dignidade dos contendores e dos seus adeptos (Idem).

O *Immigrant*, segundo jornal da colônia, foi criado por Bernardo Scheimantel e circulou de 5 de abril de 1883 a abril de 1891. Com formato 21 x 45 centímetros, quatro páginas divididas em três colunas e com amplo noticiário local, nacional e internacional, circulava as quartas-feiras. Destaca na epígrafe como sendo um “semanário dedicado aos interesses da população da região do Vale do Itajaí e das suas colônias”. Redigido em alemão, além do Vale do Itajaí, seus exemplares chegavam a Alemanha, Áustria, Suíça e Estados Unidos. Frequentemente, trazia suplemento de duas páginas com variedades, anúncios e literatura.

O novo jornal nascia como resultado declarado de um embate político. Após a grande enchente de 1880 - que atrasou em dois anos a instalação do município - o governo imperial designou uma comissão de engenheiros chefiada pelo Dr. Antunes, para fazer o levantamento dos prejuízos e atuar na reconstrução da colônia. A comissão praticou desmandos, favorecimentos e atos de corrupção que geraram pronta reação do *Blumenauer-Zeitung*, e em muitos casos bastante contundentes. Foi então que simpatizantes e beneficiados por Antunes criaram o *Immigrant*. O confronto entre os dois jornais chegou à esfera do poder

público, sendo debatido na Câmara de Vereadores, criada em 1882. Os desafetos só amenizaram quando a comissão Antunes deixou Blumenau.

Em Itajaí, a primeira e breve experiência jornalística ocorre em 10 de maio de 1884, quando João da Cruz, o mestre Janja, lança o semanário *Itajahy*, que circulou pouco mais de um mês. “As precárias condições econômicas e tecnológicas aliadas aos obstáculos políticos oferecidos à circulação de idéias em uma sociedade nitidamente autoritária” são elencadas por Santos (2002, p. 259) como as principais causas que condicionaram o atraso do nascimento da imprensa itajaiense.

Com uma postura editorial de isenção ante as refregas políticas locais, em 18 de fevereiro de 1886 Tranqüilo Antônio da Silva e Eduardo Dias de Miranda lançam o moderado bissemanário *A Idéia*. Na mesma linha editorial, em 20 de fevereiro de 1887, Galdino de Pereira Lima coloca em circulação *A Liberdade*. Porém, esta aparente neutralidade da imprensa local muda radicalmente em setembro de 1890 quando o médico Pedro Ferreira e Silva, um dos líderes locais do republicanismo, funda a *Gazeta de Itajahy* “para divulgar as idéias republicanas e defender as ações político-administrativas do interventor Lauro Muller” (Ibidem, p. 260).

Este foi o mote inicial para que a imprensa da foz do Itajaí estivesse cada vez mais atrelada ao poder político, cenário que só começaria a mudar gradativamente a partir do final do século XX. O exemplo seguinte foi um outro semanário intitulado *Gazeta do Itajahy* criado em 13 de outubro de 1892, também republicanista, e o primeiro com circulação em todo o Vale. Inovou ainda na distribuição gratuita e no conteúdo bilíngüe (português e alemão). Encerrando a primeira fase da imprensa itajaiense do final do século XIX, circularam na cidade *O Immigrant* (1890), *A Flexa* e *A Semana Ilustrada* (1894), *Jornal do Brasil* (1896) e o *Progresso* (1899).

Do início ao final do século XX, de acordo com levantamento de Santos (2002), 83 jornais foram lançados. Em meio a tantas publicações efêmeras, algumas se tornaram marcos na imprensa local por sua longevidade e postura editorial: *Novidades* (1904/1919), fundado por Tibúrcio de Freitas, teve a colaboração dos irmãos Konder (Victor, Marcos e Adolpho) e desempenhou importante papel na Campanha Civilista, de Rui Barbosa em 1910; *O Pharol* (1904/1936), criado por João Honório de Miranda, de oposição e postura crítica, foi fechado pela censura de Getúlio Vargas; *Diário de Itajaí* (1914 – quatro meses), de Manoel Ferreira de Miranda, o primeiro diário da cidade.

4.2.2 A imprensa no Planalto Serrano

Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lajes, cujo povoamento iniciou em 1766 por determinação do presidente da província de São Paulo, para evitar que os castelhanos invadissem aquelas terras e para dar proteção aos tropeiros gaúchos que atravessavam a região para comercializar o gado em São Paulo, foi elevada à vila em maio de 1771. Só em 1820 foi desanexada de São Paulo e passou a pertencer a Santa Catarina. Em 1960 recebeu o nome de Lages.

Na cidade mais importante do Planalto Serrano, em 14 de abril de 1884 circulou o primeiro número de *O Lageano*, o primeiro jornal da região. O semanário com quatro páginas e dirigido pelo professor João da Cruz e Silva, apresentava-se em pequeno formato (23x33cm) um padrão comum na época. Segundo Derengoski (*In* BALDESSAR e CHRISTOFOLETTI, 2005, p. 13) “[...] dedicava seus artigos de fundo à defesa do ensino público, criticando as péssimas estradas da região e exigindo a criação de um mercado público, bem como a retirada do cemitério da época do centro da cidade”. Em 4 de janeiro de 1884 foi vendido a Henrique José Siqueira.

Com a Proclamação da República, ainda conforme Derengoski (*idem*),

O Lageano deixou de circular por algum tempo. Não que ele fosse monarquista. Ao contrário, mudou o nome para Quinze de Novembro. Mesmo assim, o seu proprietário, Henrique José Siqueira, seria fuzilado barbaramente em 1893. O saudoso pequenino *O Lageano* voltaria a circular em 1891 pelas mãos de João Costa, Belizário Ramos, Vidal Ramos, Caetano Costa, João Nunes, Sebastião Furtado, Júlio da Costa e Manoel Thiago de Castro.

O autor cita ainda outros jornais neste início da imprensa em Lages: *O Escudo* (1886), órgão do Partido Liberal e gerenciado por José Joaquim de Córdova Passos, e que em 1893 foi substituído pelo *Rebate*, agora órgão do Partido Republicano Federalista; *Gazeta de Lages* (1892), de Manoel Thiago de Castro; *O Município* (1896), também propriedade de Thiago de Castro. Do mesmo diretor, em 01/01/1897 passou a circular o *Região Serrana*, o jornal de maior longevidade. Circulou em várias regiões do estado e marcou época por sua atuação política.

O historiador Martinho Callado Jr. (1970) coloca também entre os jornais mais antigos de Lages: *Ramalhete* (1885); *O Serrano* (1885), que depois mudou o título para *Eco*

da Serra; O Porvir (1885); *Gazeta Serrana* (1885); *O Escudo* (1886); *Região Serrana* (1887), dirigido por Manuel Thiago de Castro, Sebastião Furtado, Fernando Athayde e Caetano Vieira da Costa⁹; *O Comercial* (1888).

A virada para o século XX, conforme Derengoski, marca o surgimento de outros jornais polêmicos. Em 23 de junho de 1901, José Castello Branco funda o semanário *O Imparcial*, que dirigia críticas a padres franciscanos e fechou em 1907. Como consequência, aquela ordem religiosa lança, em 13 de maio de 1902, o também polêmico *O Cruzeiro do Sul*, semanário dirigido pelo frei Sinzig. Edita também a revista *A Sineta do Céu*, que faz críticas ao *O Imparcial*. Por iniciativa de outros empreendedores, em 07 de setembro de 1906 surge o humorístico e literário *A Aurora* e no final de 1907 *O Clarim*. “Quase todas essas publicações dependiam de ‘amigos e favorecedores’, que davam um aporte quando o preço do boi subia, mas que cortavam a grana quando vinham as cíclicas crises do preço da carne. Por isso, quase todos tinham vida curta” (Ibidem, p. 16).

Ainda segundo o autor, ao relançar *O Lageano*, em 1915, Jucundino Godinho inicia a fase “mais profissional” da imprensa serrana. A partir dela, o jornal teve “notável atuação política quando da cisão do poderoso Partido Republicano Catarinense em 1920 e lançou em suas páginas a candidatura de Nereu Ramos a deputado federal, contra a vontade das cúpulas partidárias” (Idem). Em 23 de junho de 1917 era lançado *O Planalto*, dos irmãos Athayde. Pouco tempo depois jornais começam a surgir em outros municípios da região Serrana.

4.2.3 A imprensa na região oeste

A imprensa do oeste é um capítulo a parte na história do jornalismo catarinense. Os poucos estudos existentes têm relegado aquela região ao esquecimento. Uma das únicas pesquisas, senão a única, que resgata essa trajetória é a monografia de Roberta Warth (2004).¹⁰ Possivelmente, um dos motivos desse preterimento é pelo fato de que a imprensa oestina surge em 1892, quando a região ainda pertencia à província do Paraná. Sua anexação a Santa Catarina só ocorreu em 1917, após o fim da Guerra do Contestado.

⁹ É importante observar que Derengoski e Callado Jr. apresentam, respectivamente, os anos de 1897 e 1887 como os de fundação do jornal *Região Serrana*. Porém, este parece ter sido mesmo fundado em 1897, conforme também assinala o historiador Lucas Boiteux em seu estudo publicado no jornal *O Estado* em 1915. Contudo, há divergência entre Derengoski que data a fundação do jornal em 01/01/1897 e Boiteux que assinala 24/07/1897.

¹⁰ Trata-se do trabalho de conclusão do curso de graduação em Jornalismo, realizado na Universidade Comunitária de Chapecó, em 2004, e intitulado *O Xapecó (1892): as faces de um jornal*.

O oeste catarinense iniciou seu povoamento em 1836, quando o major José de Andrade Pereira passou pela região. Aos poucos, ela se tornou uma importante rota de tropeiros paulistas e de imigrantes italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul para comercializar o gado em São Paulo. Porém, desde 1641 já havia vestígios da passagem de bandeirantes por aquelas matas, com destino ao Rio Grande do Sul. O bandeirante Zacarias Dias Cortes foi o primeiro homem a chegar até o rio Chapecó (*Inhanguera-o*), onde travou luta com índios *kaingangues*.

A 9 de setembro de 1820, o planalto Serrano (região de Lages) é desanexado de São Paulo e passa a pertencer a Santa Catarina. No entanto, os limites da região oeste não são definidos. Em 1853, com a criação da província do Paraná, desmembrada de São Paulo, toda região oeste passa a pertencer à província paranaense. A história teve desfecho 60 anos depois com a sangrenta Guerra do Contestado (1912 a 1916) deflagrada entre Paraná e Santa Catarina, e que levou mais de 10 mil pessoas à morte. Ainda antes da guerra, por volta de 1870, a região também foi reivindicada pela Argentina, alegando que, de acordo com o Tratado de Madrid celebrado entre Portugal e Espanha em 1750, as terras localizadas a oeste dos rios Chapecó e Chopim, pertenciam aos argentinos. Findo o conflito do Contestado e definida a posse daquelas terras para Santa Catarina, em 25 de agosto de 1917 foi instalado o município de Chapecó, então o maior do estado em extensão territorial.

Sua imprensa vai nascer em meio a este clima de tensão, em 1892, provavelmente em janeiro, quando o capitão do Estado Maior, José Bernardino Bormann lança o jornal *Xapecó*. A então Colônia Militar de Xapecó, fundada e dirigida por Bormann e pertencente ao município de Palmas (PR), foi criada em 16 de novembro de 1859 pelo Decreto Imperial nº 2.502, como forma estratégica para impedir o avanço de catarinenses sobre a região¹¹. Porém, a instalação só ocorreu em 1881, por meio de Portaria Ministerial assinada em 20 de setembro. O capitão, vindo de Curitiba, chegou a Campina da Cascavel (atual Xanxerê), em 2 de março de 1882, para dar início às obras da sede. A colônia se desenvolveu em ritmo acelerado. Em 1891, já contava com 688 habitantes. Tinha um hipódromo, banda de música, escola diurna para as crianças e noturna para os soldados e colonos, escola de música, pelo menos 11 edifícios públicos e uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus de Xanxerê, cuja estátua o capitão mandou vir da França. Cada colono tinha direito a uma área de 112 alqueires

¹¹ A instalação da Colônia Militar de Chapecó foi determinada pelo Governo Imperial como medida de segurança para evitar conflitos na disputa de território. Também foram instaladas as colônias militares de Jataí, Iguaçú e Chopim, todas no Paraná.

onde desenvolviam agricultura de subsistência e plantio da erva-mate que garantiam o sustento das famílias e inclusive era produto de exportação.

Apesar dessa prosperidade, “os dois problemas vitais para a Colônia, nunca solucionados por quem de direito, apesar das incessantes diligências de seu diretor neste sentido, foram a falta de vias de comunicação e a deficiência de verba”, ressalta publicação comemorativa ao Centenário do Marechal Bormann (1944, p. 103). A mesma publicação destaca que o *Xapecó* foi, “sem favor algum, o centro de maior cultura do território brasileiro das missões”.

Bormann foi diretor e único redator do quinzenário. Em formato tablóide, tinha quatro páginas divididas geralmente em duas colunas. Warth (2004) divide a estrutura editorial do jornal em três *faces*: a primeira, instigava pela manutenção da ordem e visava a boa imagem dos militares; a segunda, buscava pelo desenvolvimento da colônia; e a terceira, estava centrada no conteúdo político do periódico. Na primeira, são constantes os textos opinativos sobre ações militares e o uso de expressões como *progresso, ordem e força*. Esses conteúdos eram reforçados através da reprodução de artigos publicados em outros jornais do país e do exterior. As reivindicações em prol da colônia aparecem em várias edições como na de 7 de abril, na qual Bormann relata o encontro com Floriano Peixoto e as solicitações feitas pessoalmente ao então vice-presidente da República. Diz um trecho do artigo:

Quando em janeiro do corrente ano estivemos na Capital Federal e tivemos a honra de expor ao Exmo. Sr. vice-Presidente da República as necessidades d’esta fronteira e da colônia que temos dirigido, tanto S. Ex. como o Sr. Ministro da Guerra concordaram com as medidas que apresentamos e, como para execução d’elas, era mister haver verba no orçamento, aguardou-se a próxima reunião do parlamento. O poder executivo está autorizado a suprimir algumas colônias que para nada têm servido e nem prometem mesmo em futuro remoto melhorar as suas condições. Aplicar o que se gastava inutilmente com estes estabelecimentos em dar impulso àquelas que pelas condições estratégicas, agrícolas e comerciais podem mais tarde compensar largamente o pequeno ônus que exigem no presente, seria um ato de benemerência. A 14 de março do corrente ano completou a colônia do Xapecó dez anos de existência. Se durante esse período, os governos que se tem sucedido lançassem vistas patrióticas para as fronteiras da pátria, quanto adiantamento, quanto progresso se teria realizado! [...] Floriano Peixoto [...] deseja sinceramente, como nos declarou, elevar quanto for possível este estabelecimento ‘que tem estado abandonado’, frases de S. Ex., ao ponto que merece.

Aproxima-se, pois, o momento de S. Ex. começar a sua obra patriótica.

As reivindicações na seqüência do texto dizem respeito principalmente a melhorias das “picadas” entre a vila de Palmas e as colônias Xapecó e Nonohay (RS), e entre

Campo-Erê, Campina do Américo e Santo Antônio, esta na divisa com a Argentina. Para isso, seriam necessários pelo menos 20 contos de réis. “Melhorar tudo isso com a insignificante verba que tem sido marcada para o custeio da colônia, é absolutamente impossível. [...] Chegou, pois, a ocasião [...] do patriótico governo da república dar começo ao plano de engrandecimento d’esta região”, acrescentava o artigo.

Um exemplo de manifestação política do jornalista-militar aparece na edição de 7 de dezembro:

O dia 23 do mês p. passado foi o primeiro aniversário do governo do benemérito marechal Floriano. [...] o bravo e honrado marechal, apesar das dificuldades que tem encontrado para organizar o país, vai prudente e patrioticamente atingindo seu nobre e elevado *desideratum*. Não entendemos de política. Desde muito jovens, acostumados aos estudos áridos e positivos de nossa profissão, não sabemos se os governadores ou presidentes dos estados terão sido auxiliares leais e patriotas do ilustre marechal. O que, porém, sabemos pela simples leitura da Constituição da República, é que a felicidade da pátria depende muito dos ilustres governadores ou presidentes porque essa Constituição fez das antigas províncias estados quase independentes, cuja organização e administração é vedado ao chefe do Estado intervir. Que os senhores governadores compreendam a extensão de sua responsabilidade; que não tenham para móvel de suas ações as pequenas paixões partidárias para não criar dificuldades ao bravo e honrado general que está à frente dos negócios públicos, são os nossos desejos, tanto mais que devido à quase completa autonomia dos estados, a glória resultante da paz, prosperidade e riqueza dos mesmos recai em grande parte sobre os senhores governadores.

Ao findar o ano de 1892, Bormann deixou a direção da colônia e do jornal. De acordo com a revista sobre seu centenário (1944), o militar era acusado “injustamente” pelo governo de se unir aos rebeldes federalistas, e o transferiu com outros oficiais para a segunda classe do exército, além de prendê-lo e destituí-lo dos cargos que ocupava. Porém, na edição nº 23, de 22 de dezembro de 1892, provavelmente a última de o *Xapecó*¹², Bormann dá outra justificativa para a mudança: “Tendo [...] de ausentar-me por algum tempo desta localidade por motivos de saúde, fica a testa da redação d’este periódico, o ilustrado Dr. Arthur Pereira d’Oliveira Durão”. No entanto, não se tem conhecimento da continuidade do periódico.

Um possível indicativo de que o governo militar tenha suspeitado do envolvimento de Bormann com os federalistas pode ser o trecho contido no artigo intitulado

¹² Do jornal, existem apenas as edições de 7 de março, 7 e 22 de abril, 22 de novembro e as de 7 e 22 de dezembro de 1892, microfilmadas na Biblioteca Pública de Santa Catarina e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Distúrbios no Rio Grande do Sul publicado na primeira página da edição de 7 de março de o *Xapecó*:

Felizmente estão terminadas as desordens no vizinho estado do Rio Grande, sem grandes perdas a lastimar. As forças revolucionárias foram dispersas pelo tenente coronel Salgado, comandante da guarnição d'Uruguayana e pelo brigadeiro Martins, de São Borja, e presos os principais chefes. Sentimos profundamente estes acontecimentos. Não foi uma república de ódios, de sangue, de vinganças que trouxesse a pátria em constante sobressalto e em progressão crescente de descrédito, a que nos prometeram há tempos os republicanos históricos.

Mais tarde, em 22 de dezembro, Bormann tece outra crítica contundente ao governo militar:

A anarquia parece que se vai generalizando em todos os estados da União Brasileira. Nem se podia esperar outra coisa, uma vez que a classe militar, depois de ter fundado a república a 15 de novembro, não recolheu-se aos quartéis, deixando às classes civis ampla liberdade e franca manifestação de pensamento nas questões políticas.

Mas o militar-jornalista também fez manifestações de apoio e exaltação ao marechal Floriano como na edição de 7 de dezembro, que destacava o primeiro aniversário daquele governo, ressaltando que “o bravo e honrado marechal, apesar das dificuldades que tem encontrado para organizar o país, vai prudente e patrioticamente atingindo seu nobre e elevado *desideratum*”. Na seqüência do mesmo artigo que leva o título de *Marechal Deodoro*, Bormann diz não entender de política, em razão dos “estudos áridos e positivos” como militar. Porém, prossegue,

[...] o que sabemos pela simples leitura da Constituição da República, é que a felicidade da pátria depende muito dos ilustres governadores ou presidentes porque essa Constituição fez das antigas províncias estados quase independentes, e cuja organização e administração interna é vedado ao chefe do Estado intervir. Que os senhores governadores compreendam a extensão de sua responsabilidade; que não tenham para movel de sua ações as pequenas paixões partidárias para não criar dificuldades ao bravo e honrado general que está a frente dos negócios públicos, são os nossos desejos, tanto mais que devido mesmo a quase completa autonomia dos estados, a glória resultante da paz, prosperidade e riqueza dos mesmos recai em grande parte sobre os senhores governadores.

Bormann nasceu em Porto Alegre em 26 de setembro de 1844. Iniciou na carreira militar aos 14 anos, usando a certidão de nascimento do irmão mais velho. Durante a Guerra do Paraguai assumiu o posto de capitão da Infantaria. Em 1872 graduou-se em Matemática e

Ciências Físicas. Participou de missões científicas na África, Ásia e América do Norte. Publicou romances e livros sobre fotografia. Após comandar a Colônia Militar de Chapecó por 16 anos, em 1898 pediu exoneração do cargo e retornou a Curitiba para assumir importantes cargos políticos. Em 1900, tornou-se primeiro vice-governador do Paraná. Republicano, em 1901 se elegeu deputado estadual. No governo Nilo Peçanha chegou ao cargo de ministro da Guerra e obteve a patente de marechal. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1919, aos 73 anos.

O desenvolvimento da imprensa na região oeste foi lento em razão de suas precárias condições de infra-estrutura, econômicas e sociais e principalmente por ser um território em litígio entre Paraná e Santa Catarina. A região foi destruída durante o conflito que deixou mais de dez mil mortos. Muito do pouco que ali existira foi destruído. Após o *Xapecó*, provavelmente o primeiro jornal a circular na região foi *Xanxerê* (1911), na colônia de mesmo nome; *O Chapecó* (1918), de Passos Bormann; *O Sertanejo* (1921), de Chapecó e Xanxerê; e *A Ordem* (1922), folha republicana sediada em Xanxerê.

Do Império à República, a imprensa catarinense aflorou sua natureza política. Sem bases econômicas sólidas que pudessem fazer emergir um significativo mercado publicitário, sem infra-estrutura viária para a circulação e difusão da informação, e com um reduzido público leitor cuja imensa maioria era analfabeta, foram os interesses políticos que estimularam o surgimento dos primeiros jornais, e por muito tempo ainda, nas seis grandes regiões da província. Com exceção das regiões do Vale do Itajaí e Norte catarinense onde a imprensa de imigração se impôs mais pela sua natureza social no sentido de integrar as comunidades ali existentes, as demais nasceram de interesses acentuadamente políticos partidários. Não que a chamada imprensa de imigração não fosse resultado de um ato político e que até mesmo interferisse em questões político-partidárias em alguns momentos, mas em sua gênese, ela foi um meio necessário essencialmente para assegurar a integração e a ambientação dos imigrantes alemães que chegavam em um território estranho e hostil.

O percurso traçado aqui evidencia que as densas refregas políticas foram responsáveis pelo surgimento de inúmeros jornais, bem como pelo fechamento de muitos outros. Em sua maioria, os jornais eram criados com o objetivo de projetar o homem privado e seu ideário, ou de grupos de poder, na esfera pública. Habermas (1984) já sentenciou que a imprensa é, *por excelência*, uma instituição da esfera pública. A classe política catarinense, desde Jerônimo Coelho, um militante liberal, compreendeu isso muito bem, a ponto de a

história da política e da imprensa no estado estarem *indissociadas*, como observa o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral em depoimento ao jornalista Moacir Pereira (1980, p. 51):

A História da Imprensa de Santa Catarina não pode ser desvinculada da História da Política, porque a imprensa foi fundada com objetivos político-partidários. Jerônimo Coelho veio para cá justamente durante a crise da abdicação do Imperador, com aquela política agitada. A 28 de julho de 1831 o Imperador já tinha ido embora, mas o primeiro jornal da Província queria combater a política restauradora, aqueles que queriam restaurar o trono de D. Pedro I, com propósito político, nacionalista, jacobinista mesmo. E nunca a imprensa de Santa Catarina, no século passado, se desvinculou da política. Todo o jornal que aqui apareceu, fosse com intuítos literários, ou órgão de caixeiros-viajantes, ou de tipógrafos, nunca passou do quarto número. A política sempre foi o nosso esporte, de maneira que os jornais sempre viveram em função da política e dos partidos.

Os cafés e salões londrinos e parisienses, a partir de meados do século XVII, foram importantes espaços públicos para as palpitantes discussões políticas antes restritas aos nobres. Com a politização do público e da própria imprensa no processo que desencadeou a Revolução Francesa, os jornais deixam de ser apenas um canal de informação para tornarem-se mediadores entre a esfera pública e a privada, agentes ativos a promover uma nova fase do homem político. Segundo Habermas (1984), entre fevereiro e maio de 1789, em Paris, surgiram 450 clubes políticos e a metade deles tinha o seu próprio jornal.

Na Desterro do século passado, segundo Joana Pedro (1995), estes fóruns público-privados eram a casa comercial de João Pinto da Luz e a botica de Amaro José Pereira. Nestes e tantos outros armazéns e boticas espalhadas pelo interior do estado, palpitavam as discussões políticas, era ali que os políticos lançavam suas proposições, suas plataformas. Era nestes redutos que os jornalistas, partidários ou não, e o público em geral, buscavam as informações do dia. Inúmeras pautas dos jornais nasciam ali, dos calorosos debates. A historiadora (Idem), acrescenta que do mesmo modo como os hebdomadários moralistas europeus do século XVIII tematizavam questões morais, éticas, educacionais, entre outras, como forma de moldar a opinião pública, a imprensa catarinense tendia unir a estes temas as lutas político-partidárias.

Moacir Pereira (1992) elenca três fatores na expansão da imprensa catarinense durante o Império e na República Velha: a vinculação partidária, a regionalização e a presença da Maçonaria, esta última principalmente durante o ciclo monárquico. “Maçonaria e imprensa vão seguir ao lado da evolução política e da estruturação partidária da província (Ibidem, p. 36)”.

À medida que a província ia estruturando sua esfera pública de poder, a imprensa parecia incorporar-se como principal expressão deste sistema. Durante muito tempo desfraldou bandeiras partidárias, sem o menor constrangimento. Os apoios eram explícitos em derramados artigos, manchetes, editoriais, matérias extremamente opinativas e denúncias vagas com o objetivo de desestabilizar os adversários.

5 O DISCURSO DA IMPRENSA REPUBLICANA CATARINENSE

Todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos.

José Murilo de Carvalho¹

A Proclamação da República no Brasil foi bem mais resultado de batalhas travadas no campo discursivo – nas tribunas e na imprensa – que nos campos de artilharia. A inspiração para esse confronto está na Revolução Francesa que foi rica em simbolismos² que incutiram no imaginário social francês uma nova sociedade, um novo homem. Um imaginário construído através de símbolos, alegorias, imagens, enfim, meios que pudessem disseminar a ideologia do novo regime, que persuadissem não só as mentes, mas os corações em torno da causa. Como argumenta Mirabeau (apud. CARVALHO, 1998, p. 11) referindo-se àquela revolução, “não basta mostrar a verdade, é necessário que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo”.

Em seu estudo focado na disputa entre liberais, positivistas e jacobinos pela legitimação do regime republicano no Brasil, o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (1998) invade as trincheiras dessa batalha, cujo alvo era a inserção de uma nova ideologia operacionalizada por meio de simbolismos que visavam a *formação de almas*, almas republicanas. Tão ou mais importante que o confronto político e bélico, o campo ideológico tem função estratégica no processo republicano, pois como assinala o autor (Ibidem, p. 9), a ideologia é “o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, a justificação racional da organização do poder”.

¹ José Murilo de Carvalho. *Os bestializados* (1999, p. 11).

² Carvalho (1998, p. 12) ressalta que estes simbolismos passam pela “bandeira tricolor e pela Marselhesa, tão carregadas de emoção; pelo barrete frígido, símbolo da liberdade; pela imagem feminina e pela árvore da liberdade; pelo tratamento por cidadão, de enorme força igualitária; pelo calendário revolucionário iniciado em 1792, esforço de marcar o início de uma nova era; pelas grandes festas cívicas como as da Federação de 1790 e do Ser Supremo em 1794, grandes ocasiões de comunhão cívica. Poder-se-iam acrescentar ainda vários símbolos e alegorias menores, como a balança, o nível, o feixe, o leme, a lança, o galo gaulês, o leão, etc.”

As três vertentes disputaram o poder defendendo modelos de república que, conforme Carvalho (Ibidem, p. 10), continham aspectos “utópicos e visionários”: jacobinismo – democracia de direita e participação de todos os cidadãos no governo; liberalismo à americana – autonomia do cidadão e livre mercado; positivismo – visava a realização plena do cidadão em uma humanidade mitificada. Só na virada para o século XX é que os liberais conseguiram vencer esse embate e consolidar seu modelo. Os liberais eram menos afeitos aos simbolismos, o que acabou implicando em um modelo híbrido de república no Brasil com conteúdo americano (livre iniciativa) e forma positivista (símbolos).

Ainda que as ideologias desses grupos ficassem limitadas às elites, o objetivo era envolver o povo menos letrado no meio político. Assim, “sinais mais universais” como imagens, alegorias, símbolos e mitos foram as estratégias discursivas mais usadas por jacobinos e positivistas para criar identificação da população com a república. A *Marselhesa*, a nova bandeira, o hino, a figura feminina que simbolizava a república foram alguns dos recursos simbólicos do novo regime. Ainda na visão de Carvalho (Idem), “a finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”, pois

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os modos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos.

Essa análise é de fundamental importância para nossa pesquisa, embora não estudaremos símbolos como o hino, pinturas, esculturas, bandeira, etc., como o fez Carvalho (1998). Nosso objetivo é a análise da ideologia operacionalizada no discurso dos jornais republicanos. Antes mesmo de hinos e monumentos, é através dos meios de comunicação que os ideólogos dos variados movimentos políticos buscam propagar suas ideologias, conquistar corações e mentes em torno de determinada causa, de legitimar as propostas de mudanças do *status quo*, de modelar condutas.

Os 58 anos decorridos entre o surgimento de *O Catharinense* (1831) e a Proclamação da República (1889), vão colocar Santa Catarina e sua imprensa em um novo contexto. Desterro

não é mais uma ilha midiática. Há jornais em pelo menos oito municípios da província, muitos deles abolicionistas³, literários, classistas e republicanos. Uma nova configuração sócio-econômica se impõe com o gradual declínio econômico da capital após a Guerra do Paraguai (1865/1870), e com os emergentes pólos econômicos como Joinville e Blumenau que se consolidariam no século XX.

Este capítulo está estruturado em três seções principais: a) *análise sócio-histórica* da imprensa catarinense na década de 1880; b) *análise sócio-histórica* da imprensa republicana catarinense a partir de 1885 a 1889; c) *análise discursiva e interpretação/re-interpretação* dos modos de operação da ideologia nos jornais republicanos.

5.1 Uma pena republicana antes de seu tempo?

Na segunda edição de *O Catharinense*, a 11 de agosto de 1831, Jerônimo Coelho escreve um contundente editorial anti-monarquista e liberal. Ao enaltecer a figura de Feliciano Nunes Pires, filho de lavrador e que no dia 6 daquele mês havia assumido a presidência da província de Santa Catarina, o militar-jornalista aproveita para condenar de modo incisivo o regime monárquico.

[...] pouco a pouco se vai extirpando a aristocracia em todos os ramos, esses devotos dos velhos brasões e empoeirados pergaminhos de seus antepassados apremem a conhecer que os distintivos dos americanos de agora são tão somente seus talentos e virtudes, devem desenganar-se que se acabou o tempo em que os filhos de desembargadores do Paço eram também desembargadores, em que para ser cadete era preciso terem quatro avós nobres, embora fossem eles uns estúpidos, além de que a experiência lhes deve ter mostrado que os homens condecorados e mais cheios de honras e riquezas são quase sempre carregados de crimes. Lembrem-se que também há de acabar o tempo de ser rei o filho de

³ De acordo com levantamento da historiadora Maria Joana Pedro (1995), somente em Desterro entre 1884 e 1888 foram lançados seis jornais abolicionistas. O primeiro deles foi *O Abolicionista*, de propriedade dos tipógrafos de *A Regeneração* e dirigido por Francisco Margarida. O semanário circulou entre outubro de 1884 e março de 1885. Ainda em 1885 foi lançada a *Tribuna Popular*, de J. J. Lopes e Lopes Júnior. O bissemanário, que tinha a colaboração do poeta Cruz e Sousa, era voltado aos interesses do comércio, indústria, lavoura e à causa abolicionista e circulou até 1892. O semanário *O Vigilante*, propriedade de uma associação, também foi impresso na tipografia da *Tribuna Popular* e circulou de 21 de agosto a 17 de outubro de 1887. A *Revista Typográfica*, de propriedade dos empregados do *Jornal do Comércio* e impressa na tipografia daquele periódico, tinha direção de Luiz Neves, Eleutério R. Mello e J. Moura, e circulou entre 1887 e 1888. Os dois últimos foram os semanários *A Liberdade*, de fevereiro de 1888, sobre o qual não se tem mais informações; e o *Cidade de Desterro*, propriedade dos empregados da *Tribuna Popular*, e dirigido por Ildelfonso Lopes, Ernesto Lopes, Honório José Vieira e Leonel Carvalho de Lemos. Também circulou somente em 1888.

rei. Este barbarismo político é tão absurdo como se dissesse que o filho de um sapateiro deve ser de necessidade sapateiro. Finalmente que está acabando o tempo de enganar os homens, que agora começa para nós um novo século de luzes e do patriotismo, e que unicamente devemos olhar para o mérito pessoal [...].

O historiador Jali Meirinho (1982 e 1997) identifica o texto como uma *manifestação* do “ideal republicano”. Porém, Meirinho não caracteriza o pioneiro da imprensa catarinense como um republicano. Jerônimo Coelho foi um dos fundadores da Sociedade Patriótica, proprietária do jornal *O Expositor*, e deputado provincial e geral. No entanto, “após o marcante entusiasmo inicial, não mais encontramos em Jerônimo Coelho”, ou no periódico, “manifestações de puro pensamento republicano (MEIRINHO, 1997, p. 16).”

O militar era um militante liberal, anti-monarquista e nacionalista. Tomou contato com os ideais da Revolução Francesa quando de sua ilustração na Corte. Lá, com Evaristo da Veiga, participou da *abrilada*, movimento liberal que resultou na abdicação de D. Pedro I em 1831. Na redação do jornal *Aurora Fluminense*, da qual era freqüentador, possivelmente também absorveu muitos dos ideais anti-monarquistas.

Apesar do tom crítico do editorial de 11 de agosto, na primeira edição, a 28 de julho, as palavras eram ainda mais contundentes, achincalhando D. Pedro I de “estúpido, avarento e doido”, entre outros pejorativos. Também manifestava intensa satisfação com o retorno do monarca a Portugal, a 7 de abril, como resultado do movimento da *abrilada*:

Agora que uma tão feliz, como gloriosa revolução nos acaba de arrancar das garras do ingrato Pedro, agora que temos uma Assembléia livre de coração, para deliberar sobre os negócios da Pátria, dela esperamos tudo e demo-nos as mãos reciprocamente para sustentarmos o grande edifício da Liberdade, que tantos sacrifícios nos há custado!

Entusiasmado com a idéia de mudança, Jerônimo Coelho deixa indícios de que estaria pensando em uma nova forma de governo, porém, sem definir qual.

Não tratarei por agora tal é ou poderá vir a ser a melhor forma de governo que convém ao Brasil, pois aguardo para dizer alguma coisa sobre este objetivo quando julgar conveniente. Entretanto, só direi que nos cumpre executar as leis cegamente e obedecer as autoridades legalmente constituídas, enquanto estas caminharem pelo trilho da lei e tenderem para o bem da Pátria.

Ainda que não tenha retomado a causa republicana como afirma Meirinho (1997), Jerônimo Coelho parece ter antecipado em quase 60 anos a questão em Santa Catarina, antes mesmo da proclamação da República Juliana em 1839. Como militante liberal, o desejo de mudança e a oposição à monarquia eram latentes, mas daí à evocação do espírito republicano é uma afirmativa difícil de se precisar.

O lagunense, após sua ilustração na Corte, tinha impregnado em sua formação liberal, o ideário da Revolução Francesa, da Inconfidência Mineira, da Confederação do Equador e da Revolução Pernambucana, movimentos de essência republicana. Seu periódico poderia ter dado publicidade à causa, mas não o fez de modo mais explícito. Silenciou. As razões podem estar justamente na sua formação e na patente militar de Jerônimo Coelho, que talvez vislumbrasse em seu ato uma insubordinação e a desestabilização da ordem – que defendia tão incisivamente – ou, então, por ser uma das poucas vozes dissonantes em solo catarinense na época.

5.2 A imprensa catarinense no final do século XIX

A imprensa brasileira dos últimos 20 anos do século XIX forjou a grande empresa jornalística que iria se constituir no país a partir do início do século XX. Os avanços tecnológicos com a chegada das primeiras rotativas, as primeiras folhas e revistas ilustradas, as expressivas tiragens e a consolidação da república contribuíram para que o novo século iniciasse com a imprensa consolidada e em novo patamar. “[...] o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendia-se informação como se vendia qualquer outra mercadoria” (SODRÉ, 1999, p. 275). Porém, de acordo com o historiador (ibidem), a imprensa de “caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais, geralmente virulentas [...]”.

A imprensa catarinense ainda não se enquadrava no primeiro cenário mas, lentamente, alguns avanços tornavam-se perceptíveis, principalmente no aspecto quantitativo. Entre 1885 e 1889 foram lançados 67 jornais em toda província⁴, além dos 18 como o *Kolonie-Zeitung* (1862-1943), de Joinville, e o *Blumenauer-Zeitung* (1881-1938), de Blumenau, que

⁴ Em Desterro foram 35 lançamentos, dez em Laguna, oito em Lages, seis em Joinville, quatro em Tijucas, dois em Itajaí, um em Francisco do Sul e um em São Bento do Sul.

começaram a circular antes de 1885, mas adentram um ou mais anos no período aqui estudado, totalizando 85 periódicos. Deste total, seis (7%) eram republicanos.

Justamente 1885 foi o ano mais fértil desse período com vinte novos títulos; foram 11 lançamentos somente em Desterro, enquanto em São Bento e Tijuca surgiam seus primeiros jornais. No ano seguinte, a queda foi de mais de dois terços, registrando apenas seis lançamentos. A partir de 1887 iniciou-se uma pequena recuperação elevando-se para dez e para 14 em 1888 e em 1889. Após a Proclamação, nova queda com oito lançamentos em 1890 e nove em 1891. Em 1892 há uma recuperação com 12 novos títulos, mas novos declínios são registrados em 1893 com oito e em 1894 com apenas sete. Estas oscilações seriam uma constante nos anos seguintes.

Mas a propaganda republicana não encerrou com a instauração do novo regime. Pelo contrário, após 1889 ela se intensificou e até 1934 foram lançados pelo menos 44 jornais republicanos, porém, como já ficou delimitado anteriormente, nosso *corpus* de pesquisa compreenderá os jornais republicanos editados somente entre 1885 e 1889. Juntamente com os jornais republicanos pós-proclamação também surgiram seis jornais federalistas a partir de 1891 e que rivalizavam com a imprensa republicana da época.

Pouco antes da proclamação, os jornais dos partidos Liberal e Conservador já vinham perdendo o fôlego. Conforme Joana Pedro (1995), dos 77 jornais editados na capital entre 1831 e 1885, 15 (19,5%) foram porta-vozes dos liberais e 18 (23,4%) dos conservadores. Ou seja, 42,8% tinham vínculo explícito com os dois partidos. Callado Jr. (1970, p. 135) adverte que há que se fazer uma distinção entre o jornal político-partidário, “que nunca diverge da orientação da sua grei”; e o noticioso, que não foge ao debate político e “por amor à verdade, ou na defesa de interesses e posições, orienta os seus comentários ao calor da opinião popular”. Este último gênero, muitas vezes agressivo, foi editado em maior quantidade em Desterro durante o Império. O último dos jornais identificado explicitamente como liberal foi *A Regeneração* que iniciou sua circulação em 1868 e, intercaladas algumas interrupções, seguiu até 1889, quando fechou de vez. Do lado dos conservadores, o último foi o *Conciliador*, editado entre 1885 e 1886.

Ao adentrar a década republicana, a imprensa da capital e do interior apresentava diferentes perfis. Enquanto Desterro concentrava o maior número de jornais e estes já esboçavam certa autonomia editorial, buscando desvincular-se do poder público e o *Jornal do Comércio* (1880 a 1894) e *A Regeneração* (1880 a 1889 – última fase), despontavam como símbolos da

grande imprensa local, Blumenau, Itajaí, Tijucas, Lages, São Bento e São Francisco apenas iniciavam na era da imprensa própria. Até o início da década de 1880, além de Desterro, somente Joinville e Laguna desfrutavam deste privilégio.

O declínio econômico da capital nos anos 80 e, conseqüentemente, do potencial mercado anunciante, de algum modo, afetou o desenvolvimento da imprensa ilhéu. Esta não conseguiu consolidar sua autonomia e as publicações oficiais continuaram a ser o meio de sustentação de muitos periódicos, assinala Joana Pedro (1995). Entre 1869 e 1880 já ocorrera significativa baixa no lançamento de novos títulos⁵, acompanhada pela crise econômica após a guerra do Paraguai. Porém, para a pesquisadora, a causa desta fase *estéril* da imprensa ilhéu está mais na questão política e menos na econômica. A tese que percorre seu livro é a de que a proliferação de jornais em Desterro, desde seu nascimento em 1831 até o final do século XIX, foi estimulada por movimentos políticos quer na Corte com as trocas de gabinetes, quer pela alternância de lideranças políticas locais. Em 1868, por exemplo, muitos surgiram em razão da ascensão do gabinete conservador na Corte, ocorrendo a partir daí uma estagnação que se prolongou até 1880, apesar do retorno dos liberais ao ministério em 1878.

Torna-se mais provável que razões econômicas sejam menos importantes que a cristalização da elite política local, uma vez que boa parte da proliferação de pequenos jornais de vida curta, em fases anteriores, ficava por conta do constante remanejamento nas lideranças políticas. Ofereceu-se, assim, oportunidade aos recém-chegados, que podiam usar a imprensa como meio de serem aceitos em grupos que estavam em formação. Porém, à medida em que a situação foi se estabilizando, e, ainda mais, com a possibilidade de declínio dos recursos privados, lideranças encastelaram-se, dividiram territórios e tornaram difícil a entrada de ‘novatos’. Além do mais, os filhos das famílias que compunham a elite política deviam estar ocupando as novas vagas, que se apresentavam nos cargos públicos (Ibidem. p. 68).

A autora chama atenção para o fato de que os sobrenomes de eleitos para cargos públicos e das famílias de lideranças políticas do final do século eram as mesmas de anos anteriores, como os Livramento, Melo e Alvim, Luz, Oliveira, Souza; e na imprensa os Lopes,

⁵ Nestes 11 anos foram lançados apenas 13 jornais, sendo que 1873, 1875, 1876 e 1877 passaram em “branco”. Depois dos cinco jornais surgidos em 1868, apareceram *A Voz da Verdade* (1869), *O Cacique* e *A Província* (1870), *O Conservador* (1871), *O Typógrafo* e *O Conciliador* (1872), *Opinião Catarinense* e *O Til* (1874), *O Artista* (1878), *A Verdade* (1879), *Jornal do Comércio*, *La Frustra* e *O Progresso* (1880). Em 1869, 1875 e 1876 a ilha chegou a ter um único jornal em circulação. Somente em 1881, Desterro chegou a marca dos cinco lançamentos como tinha ocorrido em 1868.

Margarida, Silveira. Segundo Joana Pedro (Idem), “isto permite inferir que o jornalismo, enquanto trampolim para a carreira política, também estava sob controle de grupos definidos, não oferecendo oportunidade para ascensão de novos personagens”.

Outra questão de ordem política apresentada pela pesquisadora foi a *grande comoção nacional* provocada pela queda do gabinete liberal em 1868, o que representava a “substituição da antiga utopia de parlamento inglês pelo modelo republicano de Washington (Apud. FAORO, 1979, p. 357)”. Tornava-se evidente a força do Poder Morador exercido por Dom Pedro II e que as decisões não cabiam aos personagens nelas envolvidos.

Se tais decisões não lhes cabiam, perdeu-se, bastante, o sentido político das disputas locais. Pois, em última instância, era o imperador quem determinava aqueles que estariam no comando da administração do poder público. Restava, portanto, aos que ficavam no ostracismo, esperar a oportunidade de retornar. Oportunidade esta que não dependia da luta local, mas de decisões que eles não controlavam. Daí não haver grande entusiasmo nas eleições, nem mesmo quando trocou-se o gabinete, em 1878. Todos já sabiam o resultado. E se os jornais eram o instrumento principal dessa disputa, e se tal disputa já tinha cartas marcadas, não havia porque investir em periódicos (Pedro, Ibidem, p. 69).

A esse quadro, soma-se o baixo crescimento do número de alfabetizados em Desterro que passou de 5.073 (19,73%) em 1872 para 7.011 (22,84%) em 1890 e 13.474 (22,26%) em 1903, conforme Araújo (1989, p. 79). A lei eleitoral de 1881 com suas inúmeras restrições como a eliminação da eleição em dois turnos, exclusão do analfabeto, eleição direta, exigência de renda mínima de Rs 200\$000 para o eleitor poder votar e a criação do voto voluntário reduziu o número de eleitores. Parte destes eleitores alfabetizados e com certo nível de renda, possivelmente, também constituíam o conjunto de leitores da imprensa catarinense.

5.2.1 A imprensa no interior

No interior, a imprensa dava seus primeiros passos. Apenas Joinville e Laguna apresentavam um contingente mais considerável com 12 jornais cada lançados até o final da década de 1880. Conforme já exposto, em Joinville a maioria dos periódicos era redigida em alemão e voltada principalmente à defesa dos direitos dos imigrantes, embora, já no final do século XIX, não tenha deixado de interferir em questões políticas locais.

Depois do *Kolonie-Zeitung* e da *Gazeta de Joinville*, *O Globo*, lançado em 9 de março de 1884, foi o terceiro jornal impresso da cidade. Fundado por M. Moreira Reis, era apartidário, porém, surgia numa época em que “os velhos joinvilenses, assim como a primeira geração de teuto-joinvilenses, nascidos em Joinville, iam-se integrando, mais e mais, no processo político-partidário local, provincial e nacional” (HERKENHOFF, 1998, p. 71). Talvez por influência deste novo cenário, já em 18 de julho mudava de nome para *O Democrata* e assumia postura política inaugurando esta nova fase na imprensa joinvilense. *O Kolonie-Zeitung*, assim comenta o novo perfil do periódico:

Depois de ter mantido absoluta neutralidade política, desde a sua fundação, o terceiro jornal aqui impresso, sob o título ‘O Globo’, passou repentinamente para o campo liberal, continuando assim, em formato maior, como simples folha político-partidária, sob o título ‘O Democrata’. Com esta mudança, também a redação assume um caráter mais político, continuando o antigo proprietário de ‘O Globo’, o Sr. Moreira Reis, apenas como gerente da referida empresa (Apud. HERKENHOFF, Ibidem p. 72).

O Democrata também passava a ser impresso em São Francisco do Sul, e redigido pelo médico e político alinhado às hostes liberais, Abdon Baptista. Este foi importante personagem na história da cidade. No entanto, as eleições de 1886 foram vencidas pelo partido Conservador e, após a “batalha renhida”, durante a campanha eleitoral, o jornal teve que fechar as portas em junho daquele ano.

Ainda em maio de 1884, nascia o imparcial *A União*, redigido em português e com uma página em alemão, e que circulou até março de 1885. Em outubro de 1884 era a vez do abolicionista *Balão Correio* vir à luz, mas que vingou só até janeiro do ano seguinte.

As eleições de 15 de janeiro de 1886, agora para deputado provincial, fizeram nascer o *Constitucional*, em 28 de outubro de 1885, e o *Neue Kolonie-Zeitung* (*Novo Jornal da Colônia*), em 25 de dezembro do mesmo ano. O primeiro, dirigido por Robert Gernhard e impresso em São Francisco, defendia a candidatura do conservador Visconde de Taunay, e o segundo, impresso na Tipografia Boehm, a do advogado liberal Francisco Antunes Maciel. O *Constitucional* fechou já em 26 de março de 1886 após cumprir a meta para a qual foi criado: a eleição de Taunay, a qual quebrou sete anos de hegemonia dos liberais. O *Neue Kolonie-Zeitung* encerrou suas atividades em dezembro, ressurgindo como bissemanário político em janeiro de 1887, sob o título de *Reform*. Também redigido em alemão, circulou até 15 de novembro de 1889.

O *Kolonie-Zeitung* não se isentou nesta eleição. Apoiou o Visconde de Taunay e foi criticado pelo concorrente *Neue Kolonie-Zeitung*. Ao justificar sua postura, o pioneiro responde em 1º de janeiro de 1886: “A nossa independência é intocável (...)”, no entanto, “conservar imparcialidade em uma época de tão profundas transformações políticas, é exigir demais”.

Outro exemplo da participação direta dos jornais joinvilenses em uma disputa eleitoral foi a eleição para superintendente (prefeito) em 13 de dezembro de 1898. A cidade contava então com 19 mil habitantes. Cerca de 25% deles eram luso-brasileiros. O *Kolonie-Zeitung*, “republicano intransigente”, defendia a candidatura do comerciante Gustavo Adolfo Richlin, enquanto o bissemanário *Joinvillenser Zeitung* - fundado em 1º de julho de 1895 - “federalista convicto” apoiava Abdon Batista. Richlin era o candidato da maioria dos emigrantes alemães e suíços; Baptista tinha o apoio dos luso-brasileiros.

Jamais se havia visto tamanha agitação em campanha eleitoral na cidade - uma campanha travada não apenas pelas páginas dos jornais, mas também pelos boletins de propaganda, distribuídos de porta em porta, e pelos debates nos lugares públicos, nos salões de festas, nas mesas de bares, nos círculos familiares, na portas das igrejas, durante semanas inteiras (HERKENHOFF, 1998, p. 97).

Richlin venceu por 711 a 619 votos. Uma das conseqüências desta eleição, segundo Herkenhoff, foi o lançamento, a 19 de agosto de 1900, do jornal *Commercio de Joinville* - o primeiro redigido em português, dez anos depois do fechamento do semanário republicano *Sul*, que circulou de agosto de 1889 a junho de 1890, também editado em português e com uma

página em alemão. O *Commercio*, que existiu apenas durante alguns meses, era anti-alemão, assim como boa parte da imprensa nacional. Ainda no final do século, surgiu em Jaraguá do Sul, então distrito de Joinville, um pequeno jornal manuscrito redigido em alemão. Era o *Jaraguá-Bote (Mensageiro de Jaraguá)*, que teve apenas quatro edições.

Em Laguna, a imprensa era tão partidária quanto a da capital. O jornal de maior longevidade em Laguna foi *O Albor*, que circulou de 15 de setembro de 1901 a 19 de janeiro de 1965, quando fechou “devido a uma grande alta no preço do papel”, segundo a jornalista Lúcia Maria Barros da Silveira (In MARTINS, 2005, p. 41) que realizou extensa pesquisa sobre aquele periódico. O empreendimento foi dos adolescentes Adalberto Bessa, Manoel dos Passos Bessa e Manoel Bessa. Outro importante jornal lagunense foi o *Correio do Sul* (1931 a 1955), de João de Oliveira, e que foi concorrente do *Albor*.

Das oficinas de *A Verdade*, surgiu um personagem importante na história da imprensa lagunense e que por longos anos permeou a carreira jornalística com a política. Por volta de 1883, aos 11 anos, José Joahany já ingressava naquele periódico como aprendiz tipográfico. Mais tarde, atuou em diversos jornais da cidade como *Fanal* (1887), *O Trabalho* (1888), *A Pátria* e *O Lidador* (1892). Ainda em 1892, aos vinte anos, gerenciou *O Pharol*, jornal vinculado aos federalistas. Atuou como agente do correio, professor público e no comércio. De 1902 a 1908 foi secretário da Câmara de Laguna e deputado estadual na sexta (1909) e sétima (1910-1912) legislaturas. Renunciou ao mandato em 1910 para dirigir *O Albor*, dedicando-se logo em seguida a *Revista Catarinense* que circulou entre 1911 e 1914.

Através da publicação em capítulos de textos de Tobias Becker (*Os farrapos em Santa Catarina*) e de atas da Câmara de Laguna em defesa do republicanismo, a revista resgatou episódios que desencadearam a Proclamação da República Catarinense em 1839. Publicou ainda artigos de Cruz e Souza, dos irmãos Henrique, José e Lucas Boiteux, José Vieira da Rosa, Luiz Delfino, Horário Nunes, Virgílio Várzea e Crispim Mira, entre outros importantes nomes do jornalismo da literatura da época. Joahany faleceu em 1915 aos 43 anos de idade.

Além de Laguna, o desenvolvimento da imprensa no sul do estado ganhou força com os jornais em italiano publicados pelos imigrantes daquele país que chegaram à região a partir de 1878, principalmente em Urussanga, Orleans e Criciúma. *La Pátria*, o primeiro jornal em italiano da região, foi publicado em Urussanga de maio de 1901 a maio de 1902, totalizando 52 edições.

A iniciativa foi do padre siciliano José Caruso Mac-Donald, regente real do consulado italiano em Florianópolis. Orleans teve seu primeiro jornal, *A Gazeta Orleanense*, que perdurou por três anos a partir de 1915. Era dirigida por Tito Carvalho. Outros jornais surgiram no município, “quase todos eram de orientação política definida, ligados ao Partido Republicano Catarinense”, afirma o padre João Leonir Dall’Alba (Apud. MARTINS, 2005, p.43).

Criciúma, hoje a principal cidade da região sul, teve seu primeiro periódico, *O Mineiro*, somente em 1º de janeiro de 1926. Foi lançado quando da posse do primeiro superintendente do município, Marcos Rovaris. A idealização foi do próprio Rovaris, do presidente do Conselho Municipal (Câmara), Pedro Benedet, e do minerador Frederico Minatto. Tinha como redator Adolpho Campos.

Porém, o primeiro jornal em italiano da província, *La Frusta*, foi editado em Desterro, em 1880, por Enrico Giulio Cecconi. Na capital também foram publicados e distribuídos nas colônias: *L’Operario* (1895), *L’Alpina* (1912), *Vita Coloniale* (1917-1918) e *La Tribuna* (1932).

Outro personagem singular na história da imprensa pós-república da região sul, mas desta vez em Tubarão, foi João de Oliveira, que estreou no jornalismo como responsável por três jornais impressos na tipografia municipal: *O Argonauta* (1911), *Gazeta do Sul* (1º/01/1912) e *A Folha* (1913). Mais tarde, editou ainda a *Folha do Sul*, (1918), *Correio do Sul* e *A Tribuna* (1919), e *A Imprensa* (1920), que foi “empastelada”⁶ em 7 de agosto de 1922 por ordem do governo Hercílio Luz. Meses depois o jornal voltou a circular até 1927. O primeiro jornal tubaronense, porém, foi o *Vanguarda*, de 1897, editado por Hermínio Menezes, que em 1902 também publicou *O Chicote*, entre outros jornais.

Em Blumenau, a imprensa da década republicana é uma extensão da imprensa do Império, com o *Blumenauer-Zeitung*, liberal, e o *Immigrant*, ligado aos conservadores. Redigidos em alemão, também interferiram na política local. Somente em 1892 é que o município vai ter um terceiro veículo de comunicação, o primeiro redigido em português e em alemão.

⁶ Empastelamento ou tiroteados eram expressões comumente usadas para se referir ao ato destruir ou causar danos às impressoras, compositoras e todo material e equipamentos gráficos utilizados na composição e impressão de jornais.

Segundo Silva (1977), a história do *Blumenauer-Zeitung* e de seu fundador, Hermann Baumgarten, se confundem: a linha do jornal era puro reflexo do pensamento e do modo de agir de seu criador. “Poucas vezes um homem se identifica tanto com a sua obra a ponto de quase não se distinguir dela”, ratifica o jornal em artigo de primeira página na edição especial de 6 de fevereiro de 1908, quando do falecimento de Baumgarten (Apud. SILVA, 1977, p. 12).

O pesquisador (Idem) realça o entrelaçamento entre a trajetória política do jornal e de seu fundador:

Como jornalista, Hermann foi arrastado para a política e o *Blumenauer-Zeitung* passou a ser órgão de seu partido e, nessa condição, o seu comportamento foi de uma coerência, de um assombro, de uma coragem, dignos de registro e de admiração.

O artigo daquela edição especial também revela um pouco das lides partidárias do jornal, ao mesmo tempo em que dá uma idéia da pouca participação dos blumenauenses nas questões políticas nacionais:

Nos primeiros anos vagidos da luta partidária quando **eram poucos aqui em Blumenau que se interessavam e tinham competência para imiscuírem-se nas agitações da política do país** (grifo nosso), já Hermann Baumgarten, como o *Blumenauer-Zeitung*, fizera-se o nervo principal da luta e alinhara-se, com diversas pessoas de valor, sob a bandeira que desfraldava Escragnolle Taunay com suas idéias liberais sobre imigração, liberdade de cultos, casamento civil, autonomia municipal e a grande naturalização e todos, com a indelével marca das incoerências dos rótulos dos partidos entre nós, aninhavam-se no seio do Partido Conservador. [...] Baumgarten, apesar de moço, era um lutador de confiança, sobre quem descansava a parte mais bem orientada, a parte mais sensata do seu partido. A ele sempre cabia o grande prêmio e o mais significativo do seu valor na peleja – os ataques mais intensos do adversário. Era sobre ele que convergiam em maior número e mais acerados, os raios desferidos do campo oposto.

Após a Proclamação da República, o *Blumenauer* e o *Immigrant* travaram novos embates, além daquele ocorrido quando da chegada da Comissão Antunes à cidade. Liberal, o *Blumenauer* saudou com entusiasmo o novo regime, através de vários editoriais a partir do 15 de novembro. Com isso, perdeu alguns aliados, mas ganhou outros. O *Immigrant*, conservador, revidou acirrando-se ainda mais a rivalidade entre os dois jornais. Porém, segundo Silva (1977), o golpe fatal que levou ao seu fechamento em abril de 1891, foi o desentendimento com membros

da comunidade luterana, em relação a mudanças nos “estatutos comunicais” as quais o jornal era favorável e o pastor e grande parte da comunidade eram contra.

Assim, o *Blumenauer* seguia sozinho na lide jornalística. Já no contexto republicano, emergentes lideranças blumenauenses se opunham ao interventor federal no estado, tenente Manoel Joaquim Machado e ao presidente Floriano Peixoto. Em julho de 1893, os federalistas derrotados no confronto em Itajaí, ao cruzarem Blumenau rumo ao Paraná, empastelaram o jornal, depredaram e saquearam a casa de Baumgarten. Somente em 18 de maio de 1895, com o auxílio do governador Hercílio Luz e do Partido Republicano de Blumenau, o jornal votou a circular.

Com a morte de Baumgarten em 1908, assumiu seu filho Alfredo, até 1912 quando o jornal é negociado com o grupo Feddersen-Stutzer. Traz em epígrafe, a partir de então: “Órgão para o progresso dos interesses agrícolas de Blumenau”; e em gravuras a efigie da República e motivos de Blumenau. Ainda na primeira capa desta nova fase, traz as fotos de Lauro Muller e Vidal Ramos e um artigo explicando as mudanças editoriais. Com a proibição dos jornais em alemão durante a Primeira Guerra, passa a denominar-se *Gazeta Blumenauense*, toda redigida em português. Com o final do conflito, em 1919 volta como *Blumenauer-Zeitung* e redigido em alemão. Em 2 de dezembro de 1938 fecha definitivamente após as medidas do governo federal visando *nacionalizar* o Vale do Itajaí.

Em 18 de julho de 1892, surge *O Município*, editado em português e alemão. Era o órgão oficial do município, portanto federalista, e nascia com o objetivo de veicular os comunicados oficiais da Intendência, já que o *Blumenauer* fazia oposição ao intendente. O jornal teve apenas 32 edições e saiu de circulação em março de 1893. No mesmo mês, foi substituído pela segunda versão de o *Immigrant*, sob a direção de Paulo Stelzer, que defendia a causa federalista. A maioria da população era republicana e tinha como porta-voz o *Blumenauer*. Os confrontos entre os dois jornais não tardaram, e em 16 de julho, após 16 edições, *Immigrant* desaparecia pela segunda vez. Foi comprado pelo pastor Faulhaber, em nome da Conferência Pastoral Evangélica, que passou a editar o semanário, mais religioso que político, *Der Urwaldsbote* (*O Mensageiro da Floresta*), que fechou só em 29 de agosto de 1941.

Em sua longa trajetória, o *Der Urwaldsbote* trocou de proprietário algumas vezes, assumindo também colorações políticas. O pastor Faulhaber ficou no comando da redação até

1898 e, após as eleições daquele ano, foi substituído por Eugênio Fouquet. Este foi o responsável pela orientação do jornal durante quase trinta anos. A Primeira Guerra interrompeu a circulação do jornal por dois anos, que retornou em 23 de agosto de 1919. Variados e ricos suplementos, inclusive impressos na Alemanha, foram encartados em *Der Urwaldsbote* durante muitos anos. Em 1928 o jornal chegava à tiragem de cinco mil exemplares. Depois que deixou o jornal, o pastor Faulhaber lançou a única edição do almanaque *Der Urwaldsbote* e que levava como subtítulo a inscrição *Kalender fuer die Deutschen in Süd-Brasilien* (Almanaque para os alemães do sul do Brasil). Com 178 páginas e no tamanho 13,5 x 20 centímetros, a publicação era relativa ao ano de 1900, mas foi editada nos últimos meses de 1899.

Apesar de ter seu primeiro jornal somente em 1883, até 1889 Lages já havia registrado nove lançamentos, a maioria movida por disputas políticas. Tijucas registrara cinco, São Francisco três, Itajaí dois e São Bento apenas um (manuscrito).

5.3 Análise sócio-histórica dos jornais republicanos

Desenvolvida a *análise sócio-histórica* da imprensa catarinense da década de 1880, passemos à análise dos seis jornais republicanos editados entre 1885 e 1889.

5.3.1 A Voz do Povo

Era um domingo, 31 de maio de 1885, quando circulou pela primeira vez em Desterro, *A Voz do Povo*,⁷ o primeiro jornal republicano da província, e lançado por José de Araújo Coutinho. Na edição de estréia, trazia como epígrafe: “Órgão de Idéias Republicanas - Redação de Diversos - Propriedade de uma Associação”. Na primeira página, o artigo de fundo, e no rodapé o folhetim de autoria de Alfredo de Sarmiento intitulado *A Sésta (contos) – As más linguas*, publicado até a 13ª edição. As páginas 2 e 3 estampavam artigos diversos, praticamente extensões do artigo de fundo. Também na página 3 iniciava a coluna *Noticiario*, com notas de

⁷ Em 1885 circularam pelo menos 35 jornais na província de Santa Catarina. Destes, 15 estavam sediados na capital e 12 deles, em um ou outro momento, circularam paralelamente ao jornal republicano. Os jornais *A Lucta* e *O Conservador*, do partido homônimo, foram os que mais rivalizaram com *A Voz do Povo*. Naquele ano também surgiram os jornais conservadores *Constitucional* (Joinville) e *Conciliador* (Desterro), além do liberal *Neue Kolonie Zeitung* (Blumenau).

diversas procedências, e que se estendiam até a página 4. Esta última também continha a coluna *Diz-se por ahi*, com comentários e notas que especulavam sobre assuntos diversos. Na décima terceira edição assumia-se como “Órgão do Partido Republicano” e menciona Coutinho como principal redator.

O dominical tinha quatro páginas, quatro colunas e formato 28 x 40 cm. Raramente continha anúncios. No expediente, trazia uma observação nada sutil aos anunciantes: “Qualquer publicação, não sendo contrária às idéias deste jornal, serão feitas por preços muito favoráveis”. Os poucos anúncios aparecem somente a partir da segunda edição, na página 4, ocupando apenas 10 centímetros da quarta coluna. Inicialmente, era impresso no Gabinete Typographico e a partir da sexta edição passou para a tipografia de J.J. Lopes. Tinha venda avulsa e por assinatura. O exemplar avulso custava 100 réis, a assinatura semestral para a capital 4\$000 e a enviada pelo correio 5\$000. Tinha como principais concorrentes na capital os veteranos *Regeneração* (1868), *O Conservador* (1873) e o *Jornal do Commercio* (1880).

No editorial de lançamento, assinalava Coutinho:

A missão da imprensa e dos bons homens que nela ou fora dela manifestam suas idéias em oposição às monarquias não é certamente, como muitos crêem, a de destronar para corromper e revolucionar; é exclusivamente pugnar pela organização de um governo que respeite o direito de autonomia do povo e que seja escolhido, voltado e eleito pela maioria deste, que é o verdadeiro soberano.

No artigo de apresentação que ocupava a primeira e segunda páginas, chamava atenção dos catarinenses para as *modernas* idéias apresentadas pelo grupo e que conduzirá o povo à felicidade tendo por base a instrução pública, os negócios públicos e privados, a verdade, entre outros princípios.

Já era tempo de vir à luz da publicidade, na capital da província de Santa Catarina, um órgão que faça alguma coisa [...] ⁸ da causa do progresso; que propale, tais como são, as idéias dos princípios mais modernos; que discuta com base e fundamento as questões dos negócios públicos e oficiais, tendo sempre como norma de conduta a verdade de suas asseções; que vele pela causa da instrução pública, que educa e civiliza e conduz os povos à felicidade; que se ocupe com afã dos interesses do comércio, da lavoura e das artes, - fonte de riqueza em nosso país; que não se polua, nem se abastardeie, nem se venda aos

⁸ Trecho danificado do texto.

corruptos e corruptores da política monárquica, viciada e interesseira, que, dirigida com erro, e especulação, degrada os povos e acarreta o atraso dos países mais modernos à semelhança do nosso; que faça o governo, e seus delegados, a cujo cargo estejam os negócios da província, cumprirem retamente os seus deveres, inerentes aos interesses mais palpitantes do povo, tendo diante de si o respeito a Deus, à lei e à sociedade.

Eis o nosso programa que, - depois de conhecido pelos homens sem senso, políticos que especulam com nossos interesses e o progresso da pátria, atrasando e corrompendo, o taxarão de mentiroso e especulador.

O *Jornal do Commercio* saldou o nascimento da nova folha destacando o total desconhecimento dos desterrenses sobre a causa republicana:

Mais um guerreiro veio, anteontem, tomar parte nos comícios da imprensa desterrense, com um uniforme, porém, completamente desconhecido nestas plagas e hasteando um estandarte muitas vezes triunfante mas, entre nós, muito tímido ainda para poder ostentar-se com galhardia [...].

Mesmo com a advertência do *Jornal do Commercio*, Coutinho se deixou entusiasmar pelo ainda tímido florescimento do republicanismo na província e em setembro se lança candidato às eleições de 25 de outubro de 1885, para a Assembléia Provincial. Apresenta-se como “candidato do povo” e com “idéias republicanas, movido pelo sentimento de mais puro patriotismo, e como um dos mais incompetentes advogados da causa do progresso do país e do desenvolvimento social [...]”.

No seu programa de campanha defendia a suspensão dos impostos interprovinciais de 1% e 2% e a diminuição de demais impostos; suspensão do dízimo do peixe; construção da estrada Desterro-Lages, entre outras propostas. A candidatura não teve sustentação e Coutinho desistiu da mesma antes do pleito, justificando

[...] não ter ainda o Partido Republicano elementos que garantam a minha eleição sem auxílio de um dos partidos monárquicos, cujo favor não me convém aceitar, desde que me fosse dispensado por transação; e desejando dar provas de que a minha satisfação é anuir à decisão do que a maioria decide – preceito este do programa republicano, registro deste modo, com a mais espontânea vontade, a minha desistência.

Finalizou a nota assinalando que seu único objetivo era o de pugnar pelo *desenvolvimento* da província e como não poderia fazê-lo pela tribuna, o faria pela imprensa.

Coutinho enfrentou sérias dificuldades financeiras. Ele era um português que há 14 anos vivia em Desterro. Em 29 de novembro, após 27 edições, *A Voz do Povo* encerrava suas atividades. Ao apresentar seus motivos da despedida, o jornalista acabou esboçando um pequeno perfil do que era Desterro nos finais do século XIX:

Só mesmo o estéril abatimento em que se acha esta desolada província, cujo ameno clima me tem avigorado a saúde e a vida, será causa de eu ter que preterir-la por outra onde não sei que futuro me espera. Mas, que fazer? A vida aqui é tão difícil que só pode convir funcionários e militares reformados, aos capitalistas e a quem não olhar para o futuro da família, casos em que não estou. O comércio a que tenho definha e morre, sem auxílio dos poderes públicos. As indústrias que já tenho iniciado, e envidado esforços para que os particulares a iniciem, não oferecem vantagem porque deprecia-se o produto nacional para dar-se excessivo valor ao estrangeiro, ainda que seja pior. As artes, de que não tenho noções, porque não as estudei, estão sem merecimento e não dão resultado. A lavoura, fonte de riqueza, não se pode abraçar como profissão, porque não há braços livres, por módicos jornais, nem estradas que comuniquem com os centros de maneira a tornar-se a condução dos produtos das terras, devido a esquecer-se o governo deste principal elemento da vida de uma Nação. Desde que um de todos estes elementos não posso fazer aqui uma carreira vantajosa e, como do trabalho é que se originam a paz de espírito, a tranquilidade da consciência, a fortuna e o bem próprio e da pátria, vou procurar um deste em outras regiões mais vicejantes de progresso.

Apesar do fracasso dessa primeira tentativa, Coutinho não desistiu das lides republicanas. Em 1891 foi eleito deputado estadual para a Constituinte e eventualmente escrevia artigos na *República*.

Dos jornais pesquisados, *A Voz do Povo* foi o mais incisivo, o mais combativo. Praticamente em todas as suas 27 edições apregoou a causa republicana. Apropriava-se de vários temas do cotidiano como escravidão, imigração, construção de entradas, agricultura, entre outros, para estabelecer diferenças entre o regime monárquico e o republicano no trato da coisa pública. Nas edições 3, 6 e 8, transcreveu a íntegra o *Catechismo republicano* elaborado pelo paulista Alberto Salles. O texto continha os fundamentos do novo regime, como o que é política, regimes de governo, representação política, formação do Estado, entre outros.

Na introdução do documento, Salles justificava a necessidade de sua divulgação:

A vulgarização das doutrinas democráticas foi sempre para mim, uma das mais urgentes necessidades, como um trabalho preliminar indispensável para o advento definitivo do governo republicano, neste país.

Nunca pude acreditar que, sem este preparo essencial e necessario, se pudesse operar no espirito publico uma modificação tão profunda que a permanencia e estabilidade de semelhante regimen governamental ficassem perfeitamente garantidas.

Ao contrario, sempre me pareceu que a grande obra da reforma, para produzir os seus verdadeiros efeitos, devia começar pela eliminação completa dos innumeros preconceitos, que até o presente ainda actuam energicamente sobre o intellecto nacional, para só depois, por um impulso proprio e espontaneo, tomar a nação uma orientação politica, já então determinada pela educação e fortalecida ainda mais pela energia do habito.

O jornal também publicou o longo discurso proferido pelo deputado republicano na Câmara dos Deputados em 11 de junho de 1885, o qual defendia os ideais do novo regime. O separatismo foi outra causa defendida pelo periódico. Na edição de 7 de junho, em resposta a uma crítica do jornal *Conservador*, o republicano afirma que

O desejo que manifestamos de unir a província de Santa Catharina à do Rio Grande do Sul não é só nosso, é de muitos catharinenses que pensam seriamente como nós, no engrandecimento e civilização do povo, por um meio como esse que em nada desdoura e que nunca tira a todo cidadão os fôros de brasileiro, ponto essencial à sustentação da dignidade e brios de cada catharinense; mas não induzimos o collega, e aquelles que pensarem como elle, a seguirem, neste ponto, a nossa opinião.

Mais adiante, dirige suas críticas aos partidos Conservador e Liberal, sustentáculos da monarquia, e que pouco têm assistido à província.

Qual é o governo imparcial que o collega julga que possa ser equitativo para com a provincia? O Conservador? Como? Porque? Só se pelo facto de ser conservador!

[...] bem vemos e reconhecemos que tão imparcial e equitativo tem sido o governo conservador quando está no poder, como o liberal quando, como agora governa.

As mesmas idéas monarchicas, o mesmo nodo de especular, a mesma ambição de enriquecer pessoalmente, o mesmo systema de governar, poluindo o que há de mais sagrado – o bem da patria; tudo isso e muito mais é que é a imparcialidade dos partidos liberal e conservador, que apenas differenciam-se pelos nomes.

Até hoje não conhecemos governo algum de qualquer dos dois partidos que apoiam e sustentam a monarchia, que fosse imparcial e equitativo para com a nossa provincia, dispensando-lhe os melhoramentos que ella tanto tem solicitado para seu engrandecimento [...].

O primeiro Clube Republicano da província nasceu em Desterro a 13 de agosto de 1885, em encontro realizado no hotel Brazil, articulado pelo mesmo grupo que apoiou o jornal. Em sua edição de 16 daquele mês, o periódico noticiava que o clube tinha “por fim cuidar da propaganda republicana e collocar-se energicamente à frente dos interesses mais palpitantes desta província”. Entre os vários melhoramentos proposto pelo grupo para a província está a “urgente desobstrucção do taboleiro”. Na edição seguinte, dia 26, mais uma nota sobre a constituição do clube, assinalando que a partir daquela data

Não mais fluctuarão ao acaso e dispersos os elementos democráticos nesta província, não mais os partidos existentes chamarão a si aquelles cujas ideas patrióticas pedem a Republica. Já existe aqui um partido republicano, já há um centro em torno do qual gravitarão as forças republicanas, já temos uma direcção para os elementos democráticos, até agora sem união, sem disciplina. Já temos um Club, uma directoria, um corpo que nos oriente no caminho a seguir, que nos guie com a luz de seus conhecimentos, que nos fortaleça com a força de suas vontades. Só nos resta, pois, desenvolver esse Club que ainda não é forte pelo numero de seus membros [...].

Esse registro é importante pois derruba a informação de Cabral (1994) de que o primeiro clube republicano da província foi fundado em Camboriu em 1887.

5.3.2 O Urubu

A imprensa de São Bento do Sul nasceu republicana. A iniciativa foi do médico Felipe Maria Wolf ao criar o jornal manuscrito *O Urubu*, em 1885,⁹ o primeiro do planalto norte catarinense e lançado apenas doze anos após a fundação daquela colônia. Mais tarde, com um prelo instalado em sua casa, trouxe à luz o *Liberdade*, o primeiro jornal impresso da região. Daquele manuscrito há apenas referências no livro de Carlos Ficker (1965). Pode ter surgido antes mesmo da *A Voz do Povo*, de Desterro.

⁹ Conforme já assinalado, em 1885 circularam 35 jornais em Santa Catarina. *O Urubu*, como jornal manuscrito e o primeiro de São Bento, não tinha concorrentes locais e possivelmente seu alcance ficava limitado àquela vila. Sua tiragem é desconhecida.

5.4.3 *O Independente*

A partir de 1886 com *O Independente* e os clubes republicanos, a causa se expande pelo interior da província¹⁰. Identificando-se como *noticioso, neutro-político e criterioso*, em 9 de maio é lançado em Tijucas *O Independente*, o primeiro jornal republicano do interior de Santa Catarina. Publicado três vezes por mês sob a direção de João Barthem Júnior e impresso em tipografia própria, tinha pequeno formato de 23 x 30 cm. Como seções fixas, apresentava o artigo de fundo sempre sob o título *O Independente; Folhetim; e a Gazetilha*, espaço de notas informativas que não raras vezes ocupava página inteira. A página quatro era quase toda ocupada por pequenos anúncios classificados, além de alguns editais. A farmácia do republicano Raulino Horn, estava entre seus anunciantes.

No editorial de apresentação, diz ter nascido das “cinzas” do *Campeão* e que adotou este nome “por não se achar sujeito a partido algum político, nem ligado a qualquer interesse, que não seja o bem público, o triunfo da verdade em tudo e por tudo”. Sintetiza o seu programa como em defesa do “bem público, verdade, justiça a olhos fechados e sangue frio”. Adverte que “ninguém ousa suborná-lo”, pois “é tempo perdido”. Assinala que sua neutralidade política não significa que deixará “correr a reveria os desmandos e prepotências dos partidários, assim como aplaudi-las [...]”.

Mais adiante, deixa antever o futuro posicionamento político do jornal ao admitir que “pode até acontecer, que durante sua vida, só ache motivos de favorecer um dos partidos beligerantes”, desde que não seja forçado a transigir com os princípios de seu programa. “E este é, sem dúvida, um programa difícil de se levar avante” por que em terras pequenas como a Tijucas “as rivalidades e a intriga, o orgulho e a ignorância dão-se as mãos continuamente”. Quase ao final do artigo, faz outra previsão: “este é um jornal pobre cuja circulação não poderá ir longe”. Ainda assim, o jornal foi longe, circulou até final de 1888.

Barthem foi um tijuquense que tentou a vida em São Paulo onde chegou a ser aprendiz de tipográfico no *Diário do Comércio*, em Santos, por oito meses. Ao retornar a Tijucas,

¹⁰ Em 1886 foram lançados oito jornais em Santa Catarina, três deles em Tijucas: *O Juvenil* (que teve edição única) e *O Tijuquense* (sobre o qual não há mais registros), ambos anteriores ao *O Independente*. O primeiro jornal de Tijucas que se tem registro após o porta-voz republicano foi *O Imparcial*, de 1902. Sem concorrentes durante todo esse tempo, *O Independente* tinha mais potencial de influência entre os tijuquenses. Possivelmente por falta de concorrentes locais, seus desafetos na imprensa foram os jornais da capital que está a 45 km de Tijucas. Em 1886 havia apenas 22 jornais em circulação em Santa Catarina. Naquele ano também foi lançado o liberal *Escudo* (Lages).

montou o quinzenário *Campeão*, em 1885, o primeiro jornal da cidade. Foi também comerciante. Após o fechamento daquele pioneiro em circunstâncias *imperiosas*, diz Barthem na quinta edição de *O Independente*:

[...] pensamos que um jornal neutro pudesse manter-se entre os despeitos partidários, e que assim de um e outro partido poderíamos angariar assinaturas, em número de sustentar o jornal. Com dificuldades, vamos conseguindo, devido ao patrocínio espontâneo e gratuito de um amigo (fora de Tijucas), cujo nome não consente que publiquemos.

Este patrocinador pode ter sido o padre Manoel Miranda da Cruz. Ele é citado pelo historiador Martinho Callado Jr. (1970) como o diretor do jornal. Porém, não há registro de que ocupado tal posto. Foi sim, seu principal redator, autor de vários artigos e exerceu forte influência no conteúdo editorial do periódico como evidencia ainda o artigo de apresentação: “em termos de religião”, o jornal “[...] é católico, apostólico, jesuítico, clerical, ultamontano, intransigente, reacionário e *tuti quinti*”. O padre foi um dos fundadores e primeiro presidente do Clube Republicano de Tijucas, criado em 28 de agosto de 1887. João Barthem Júnior foi o tesoureiro. O pároco era polêmico, seus artigos eram contundentes e por isso sofreu um atentado em Porto Belo. No final de setembro de 1887 deixou o jornal em razão de compromissos pessoais e religiosos, mas depois retornou.

Contundente, o jornal rivalizou com autoridades locais e com a própria imprensa de Desterro. A primeira polêmica foi com o delegado José Joaquim Gomes, que assumiu o posto com a chegada do Partido Conservador do poder. O delegado processou o jornal por não trazer no seu expediente o endereço da tipografia, o nome do editor e impressor, e não era registrado na Câmara Municipal, o equivalente à Junta Comercial dos dias atuais. Foi então que a partir de 17 de junho, Barthem passou a se identificar como editor e impressor. Em 27 de julho publicou irônico artigo de fundo de duas páginas criticando o delegado por tal processo. Na edição seguinte, as críticas ocuparam quatro páginas de um total de cinco.

Ainda em 17 de junho, criticou o *Regeneração*, de Desterro, em artigo de fundo de quase duas páginas. A reação era contra o fato de aquele periódico ter censurado o presidente da província por ter nomeado o tenente coronel Conceição como administrador da mesa de rendas da vila de Tijucas, classificando-o como *inabilitado* para o cargo. Para Barthem, a posição do

jornal ilhéu era por “questões partidárias”. Em edição especial de 7 de setembro, comemorativa ao aniversário da Independência, critica desmandos políticos em Tijucas.

Mas é a partir de 17 de outubro (17ª edição) que assume postura claramente republicana e passa a fazer propaganda em prol da causa. Publica o projeto de organização do Partido Republicano no Brasil, anunciando que “começa a raiar o sol na nossa terra. A idéia republicana vai se solidificando. Só uma revolução profunda no nosso sistema de governo pode salvar-nos”. Naquela edição e na seguinte, fez campanha em uma coluna de sete linhas na capa, recomendando a candidatura do Barão de Teffé a deputado geral pelo primeiro distrito. A nota era assinada por “muitos conservadores e todos os classistas de Porto Belo e Camboriú”. Mais tarde, também noticiou a organização dos clubes republicanos de Camboriú (1º de maio de 1887), Porto Belo, Tijucas, São João Batista, Biguaçu e São José, todos pertencentes à região da atual Grande Florianópolis, antiga Desterro¹¹.

Em 17 de novembro, noticia o desempenho dos republicanos nas eleições na Itália, onde eles elegeram 46 deputados e Cavalloti, o mais popular entre os republicanos, recebeu 27.837 votos. Diz ainda que o secretário geral do Ministério da Fazenda não conseguiu ser eleito e caíram muitos candidatos governamentais. A nota, embora pequena, obviamente, tinha o objetivo de incentivar o eleitor tijuquense a abraçar a causa republicana, espelhando-se em um exemplo que vinha do Primeiro Mundo.

Já no dia seguinte, faz um boletim extraordinário no qual comemora a anulação da sentença condenatória do juiz da Comarca, que fora proferida pelo juiz municipal, contra os lavradores de Porto Belo, Luiz Antônio de Mello e João Baptista de Souza Medeiros que invadiram algumas terras em Tijucas, orientados por Macuco, chefe do Partido Conservador naquele município. A partir de 7 de março de 1887, identifica-se como órgão democrata e adota o lema *Deus e Liberdade*.

Suspendeu a edição entre 27 de maio e 12 de julho de 1888, em razão da mudança do prédio da tipografia para a praça da matriz. A partir de 20 de outubro, passou a quinzenal e a estampar em primeira página a lista da diretoria do Clube Republicano da cidade, assim como já fizeram entre 20 de novembro de 1887 e 30 de janeiro de 1888.

¹¹ Tijucas, 28 de agosto de 1887, presidente padre Cruz e tesoureiro João Barthem Júnior; Porto Belo, 27/08/87, João Baptista de Souza; São João Batista, 04/09/87, Benigno Alves dos Santos; distrito de Biguaçu, município de São Miguel, 30/09/1887, presidido por Eduardo Francisco de Farias.

No artigo em que registra seu primeiro aniversário, assinala atuar “em defesa dos mais fracos em vez de se acamaradar com os mais fortes” e que isso tem acarretado-lhe em muitas “odiosidades”, mas não abalará a missão do jornal. “É frequentemente esta exclamação dos pobres, dos pequenos e fracos: se falta o Independente o que será de nós? Quem pelo menos dará pelas injustiças que nos são infligidas?”, salienta o periódico. Observa que neste um anos seus principais desafetos, o chefe do partido Conservador tem se mostrado mais comedido e o chefe de polícia mais independente.

Na edição do terceiro aniversário, em 10 de maio de 1888, se diz mais democrata que político e atribui o cumprimento de seu programa ao padre Cruz, principal redator do jornal. O pároco chegou a se desligar do jornal, mas retornou em 30 de setembro de 1887, com um contundente artigo publicado em duas edições, rebatendo críticas de Santos Saraiva publicadas no jornal *Evolução*, de Desterro. Por sua ousadia, o padre respondeu por alguns processos e sofreu um atentado do qual saiu ferido a bala no final de abril de 1888, após ter denunciado crimes cometido naquela localidade, pelo filho de João Paulo Guerreiro, conhecidos pelas atrocidades que cometiam no local.

5.3.4 *Folha Livre*

Dos jornais republicanos que circularam na província de Santa Catarina entre 1885 e 1889, a *Folha Livre* é a que apresenta o perfil mais diferenciado. Uma diferenciação forjada pelo contexto sócio-cultural no qual estava inserida. Fundada em 1851, a colônia Dona Francisca (atual Joinville) foi colonizada predominantemente por alemães, suíços e noruegueses, enquanto que em Desterro, Laguna e Tijucas a corrente imigratória foi acentuadamente açoriana, estabelecendo-se assim significativas diferenças culturais, sociais, econômicas e políticas nestas regiões da província. Parte dos imigrantes joinvilenses era ilustrada, alguns com forte atuação política na Alemanha; conhecia o processo de industrialização de alguns artefatos, o comércio e a agricultura. Porém, aportavam em um território estranho onde a língua talvez fosse a principal barreira, além da hostilidade e total falta de infra-estrutura, entre outras inúmeras limitações do lugar.

Apesar de todas as adversidades e/ou por causa delas, e instigados pela disciplina germânica e pelo objetivo de “enriquecer”, os recém chegados iniciaram suas lavouras, instalaram as casas de comércio e mais tarde as fábricas. Sem maiores conhecimentos sobre as questões políticas nacionais, limitaram-se, num primeiro momento, às reivindicações de seus direitos prometidos pelas companhias colonizadoras, e à cobranças de ações junto às lideranças da administração local. Essas necessidades emergentes pautaram a chamada *imprensa de imigração*, sintetizadas no primeiro capítulo.

Houve um lapso de 23 anos entre o surgimento do primeiro jornal impresso na colônia (1862) e o primeiro jornal republicano da província (1885). Neste período Joinville teve pelo menos cinco jornais, e São Francisco, que também fazia parte da comarca, outros três. Ainda que em São Francisco os jornais tivessem certo engajamento político, em Joinville eles eram predominantemente redigidos em alemão e voltados às questões imigratórias e à política local. Vale ressaltar que o primeiro jornal da cidade em português, *Gazeta de Joinville*, foi lançado somente em 25 de setembro de 1877 e o segundo, *O Globo*, em março de 1884.

Quando do seu surgimento em 23 de janeiro de 1887, a dominical *Folha Livre* era o único em português editado na cidade e o sétimo nesta linha sucessória¹². Concorria com o já tradicional *Kolonie-Zeitung* e com o estreante *Reform*, também de janeiro daquele ano. Com quatro páginas divididas em três colunas e pequeno formato de 26 x 36 centímetros, o dominical teve 23 edições até 03 de julho de 1887. Dizia-se em epígrafe como propriedade de uma Associação, não identificando seus diretores ou proprietários. Ao longo das edições, em pequenas notas de cumprimentos entre colegas de redação, descobre-se que eram seus redatores Ignácio Bastos, 25 anos (que viria a ser prefeito da cidade), Celestino Júnior (deixou o jornal no final de abril), Manoel Corrêa de Freitas e Leônidas de Barros. “Com o desaparecimento da “FOLHA LIVRE” acaba-se a nossa luta, da qual nos recolhemos sem louros, porque nunca os pretendemos [...]”, assinala o jornal em nota de despedida. Destas edições, apenas 15 estão preservadas.¹³

¹² Após a *Gazeta de Joinville* e *O Globo*, e antes da *Folha Livre*, os jornais editados em português em Joinville foram: *O Democrata*, que foi uma segunda versão de *O Globo* (07/1884 a 06/1886) e impresso em São Francisco; *A União* (1884); o abolicionista *Balão Correio* (10/1884); o conservador *Constitucional* (28/10/1885 a 26/03/1886), lançado para defender a candidatura do Visconde de Taunay a deputado provincial pelo partido homônimo. Estes jornais, embora redigidos em português, traziam uma página em alemão devido a origem germânica da grande maioria da população.

¹³ Das 23 edições, as de número 01, 03, 05, 06, 16, 17, 18, 21 não se encontram no arquivo da Biblioteca Pública do Estado.

A *Folha Livre* apresenta-se na primeira edição como iniciativa de um “grupo de moços bem intencionados” e que seu programa era o de “toda a imprensa democrática e livre, moldado no mais sincero e acrysolado patriotismo (apud. HERKENHOFF, 1998, p. 76)” e acrescenta:

É “FOLHA LIVRE” (grifo do jornal) porque alheia-se completamente das lutas inglórias e dissolventes da política partidária. É “FOLHA LIVRE” porque a sua missão é o devotamento à causa pública e porque suas colunas estarão sempre francas para tudo quanto for honesto e justo.

Sobre o perfil jovial de seus redatores, destacava: “Nós somos a mocidade e representamos o porvir”. O *Independente*, de Tijuca, ao saudar a nova folha em 27 de abril, ressaltou que:

Tem pennas mui distintas e apuradas; pena é que sejam tam eivadas da impiedade e descrença religiosa. Phenomenos da mocidade, de hoje. Apostamos que são moços com idade menos 25 anos, que a redigem [...]. Assim o indica o vigor da linguagem mais aguerrida do que amena.

Em comentário de saudação pelo lançamento do novo jornal, em 28 de janeiro o *Kolonie-Zeitung* acaba por colocar em dúvida a orientação republicana do *Folha Livre*, ao assinalar que:

Já havíamos noticiado o provável lançamento de uma folha local, em língua portuguesa [...], mas acreditávamos tratar-se de uma publicação de cunho republicano, lançada por um clube republicano a ser aqui fundado e realmente acaba de ser concretizada a fundação de uma sociedade de nome José Bonifácio, associação esta de um grupo de jovens que se declara responsável pelo lançamento do jornal. No entanto, a agremiação é puramente literária e a “Folha Livre” não apresenta qualquer tendência republicana, mas ao contrário, pretende distanciar-se da política partidária e servir com imparcialidade à causa Pública (apud. HERKENHOFF, 1998, p. 76).

Esta primeira impressão de neutralidade política absorvida pelo editor do *Kolonie-Zeitung* era reflexo da linha moderada adotada pela *Folha Livre* na defesa da causa republicana. A própria *Folha*, em 6 de março, advertia: “Moderados mas incorruptíveis”. Porém, essa moderação não significava omissão, conforme advertia no trecho seguinte:

A nossa imparcialidade em matéria política não deve impor-nos o criminoso silêncio diante dos fatos que se estão passando na alta região política de nosso país. Também queremos, nesta emergência, externar nossa opinião, porque, como único jornal brasileiro na comarca, não devemos conservar a prejudicial indiferença que muito bem se poderia traduzir por – falta de patriotismo”.
(Idem)

Quando do encerramento das atividades da *Folha*, o *Kolonie* parece ter clarificado a opção política da mesma ao expressar a “esperança do seu breve ressurgimento, sob o título de ‘Pátria Livre’, como órgão do Partido Republicano da Província (HERKENHOFF, 1998, p. 81)”.

No cabeçalho no alto da capa, a *Folha* dizia-se propriedade de uma Associação. Posteriormente, assumiu-se como pertencente à Sociedade Literária José Bonifácio. Tinha como redator Manoel Corrêa de Freitas, um paranaense de Paranaguá, onde também fundou o Clube Republicano e foi candidato não-eleito a deputado provincial. De Freitas, como era conhecido, teve forte atuação em Santa Catarina, auxiliando na instalação dos clubes de Desterro, Camboriú, Porto Belo e Tijucas.

Ao longo das edições, em pequenas notas de cumprimentos entre colegas de redação, descobre-se que entre seus redatores estavam também Ignácio Bastos, 25 anos, Celestino Júnior (deixou o jornal no final de abril) e Leônidas de Barros, possivelmente alguns dos nomes verdadeiros dos pseudônimos Gonsalinho, Forragaita e Curuvina.

O periódico apresenta uma estrutura editorial comum aos jornais da época, tendo como seções fixas o artigo de fundo que ocupava pouco mais da metade da primeira página e se estendia por toda página seguinte. No rodapé da capa, que normalmente também se estendia pela segunda, um texto que leva a cartola Folhetim e título Chuviscos. A bem da verdade, não se tratava de um folhetim no sentido clássico – romance em capítulos – mas de uma coluna de notas irônicas e críticas sobre o cotidiano dos joinvilenses. Era assinada pelo pseudônimo de Forragaita.

Outro espaço fixo era a Seção Noticiosa, com pequenas notas que freqüentemente ocupavam até duas páginas. Era através delas que a *Folha Livre* informava seu público sobre as coisas que aconteciam na cidade, no Brasil e no mundo. A Seção Amena era de pequenos comentários que geralmente ocupavam a página 3, e assinada por Gonsalinho e Curuvina. A Seção Livre (cartas de leitores) ocupava um reduzido espaço na página 4, ficando cerca dos dois terços restantes para os anúncios classificados, média de oito a dez por edição, além de poucos e

pequenos editais. Este fluxo de anúncios evidenciava a já emergente economia de Joinville e a simpatia dos empresários locais à causa republicana.

A se considerar o número de notas, artigos e comentários condenando a escravidão e o espaço ocupado pelos mesmos, pode-se dizer que a *Folha Livre* foi um jornal mais abolicionista que republicano, embora a primeira causa não constasse no seu programa apresentado na primeira edição. Conforme assinala em 1º de maio, “o ultra-abolicionismo não estava, é verdade, expresso verbalmente em nosso programa, mas ressaltava d’ele, como um raio de um foco; era um corolário das nossas idéias democratizadoras”.

Alguns artigos de fundo chegavam a ocupar até duas páginas combatendo o escravagismo¹⁴, além de várias notas. Em 20 de março, por exemplo, publicou o manifesto abolicionista do Centro Catarinense.¹⁵ Após a publicação, alguns proprietários de escravos chegaram a escrever para o jornal comunicando que tinham libertado seus cativos. O forte posicionamento abolicionista pode ser atribuído à influência do médico-capitão republicano e ativista anti-escravagista João Evangelista Leal, um dos colaboradores do jornal.

Em outro artigo que se estendia da primeira à segunda página, em 29 de maio, sob o título *Colaboração*, voltava a clamar pela liberdade dos escravos catarinenses, finalizando:

Em nome do porvir liberte-se Santa Catarina, em cujo seio gemem mais ou menos cinco mil escravos, para entrar nas regiões serenas da glória, tendo na frente nobre, tão sombria agora, o esplendor sobre os diademas da Princesa Brasileira.

De acordo com o jornal, cadastramento feito junto à Coletoria da Comarca em 30 de março de 1887, Joinville contabilizava 96 cativos (48 homens e 48 mulheres) em Joinville naquela data. Em janeiro eles eram 114. Conforme a nova lei, os não-cadastrados (matriculados)

¹⁴ Das 15 edições, os artigos aparecem em seis: 6 e 20 de março, 3 e 17 de abril, 29 de maio, 19 de junho. Nesta última, destacava a atuação de João Evangelista Leal no auxílio aos negros libertos e cativos, e que mais tarde lançou o *Sul*, substituto da *Folha Livre*.

¹⁵ O manifesto datado de 17 de fevereiro de 1887 apela para que a Assembléia Legislativa do Estado e as câmaras municipais decretassem o fim da escravidão na província. A entidade, sediada no Rio de Janeiro, congregava catarinenses que residiam ou estudavam na Corte. Em 1887, era presidida por Miguel Antônio Pestana, tendo Antônio Justiniano Esteves Júnior (vice), José Arthur Boiteux (1º secretário), Eduardo Otto Horn (2º secretário) e Adolpho Riegel (tesoureiro). O documento foi redatoriado por José Candido de Lacerda Coutinho, Olympio Adolpho de Souza Pitanga e João Velloso de Oliveira.

foram considerados livres. Ainda conforme a *Folha Livre*, em 1887 existiam 3.506 escravos na província do Paraná.

Abolicionista. Republicano. A *Folha Livre* era, antes de tudo, um jornal liberal no sentido de estar vinculado às mudanças exigidas pelo seu tempo e defendê-las com vigor. Era de espírito democrático, abrindo espaços para críticas inclusive contra o próprio jornal, como a carta de um leitor assinada com o pseudônimo de Raposa e publicada em 27 de março em resposta ao artigo de fundo veiculado na semana anterior, cujo autor identificava-se por Nemo, e exaltava o Partido Republicano. Rebatia a carta:

Pela última *Folha Livre*, veio “Nemo” tratar da causa republicana. Meu amigo, o perde tempo e o seu latim.

Por única resposta a todo seu arazel basta dizer-lhe isto: os chefes do seu – grande, sublime, moralizado e incomparável partido – tem-se passado para os arraiais dos liberais e conservadores; das duas uma: ou o seu partido não presta, ou não prestam os republicanos de seu partido.
Deixe-se disso, as uvas estão verdes como disse.
A RAPOSA.

A réplica republicana veio na semana seguinte, confirmando a ocorrência de trocas de partido entre correligionários republicanos, conservadores e liberais, mas ressaltando as qualidades daqueles que ingressavam na grei republicana.

Pela “Folha Livre” de 27 do passado veio a *Raposa*, com as artimanhas que são peculiares aos de sua raça, aconselhar-me que deixe de escrever a favor do partido republicano, que com espantoso triunfo vai conquistando dia a dia as mais fortes e poderosas adesões pela sublimidade dos seus princípios.
Não sei em que lhe incomodem os meus escritos a tal respeito! Como *Raposa*, talvez ande a farejar *as uvas* do tesouro, fiel assim ao seu programa monárquico.
Quando fato de se terem alguns republicanos passados para o partido da monarquia, renegando suas idéias, pergunto: quem perdeu com isso? Os apostadas que regressam, e que a história (se eles mereceram ir para a história) há de apontar como traidores à causa da democracia, ou o partido republicano para o qual estão passando constantemente os monarquistas bem intencionados, indignados com as misérias dos dois partidos?
A idéia republicana não tem sofrido com a expurgação dos ambiciosos, e tem lucrado em número e qualidade com os novos adeptos que lhe trazem – patriotismo, desinteresse, luzes e experiência.
A vista do seu argumento tão contraditório com os fatos, das duas uma: ou *Raposa* não sabe o que diz, ou diz o que não sabe.
Joinville, 31 de março de 1887.
Nemo.

Apesar de toda convicção em sua luta a *Folha Livre* não deixava de perceber a apatia dos catarinenses pela causa republicana. Em manifesto no dia 15 de maio, lamentava:

A província de Santa Catarina, pela morosidade com que tem assimilado as idéias que constituem já a aspiração suprema de tantas outras províncias, parece estar condenada a tornar-se eco derradeiro e timorato da revolução que está se operando decisivamente no nosso organismo social. Aqui, acolá, mais longe refervia o entusiasmo e a propaganda estendia-se como as difusões da luz; mas embalde! A onda sonora que intumescia os ares de além vinha aqui perder-se amortecida, como se entre nós se tivesse o vácuo de uma máquina pneumática.

Na edição de 1º maio, em editorial comemorativo aos três primeiros meses do jornal, também relatava as dificuldades que era fazer jornalismo em uma pequena localidade, principalmente sobre a *indiferença* dos leitores em relação àquelas folhas.

A indiferença e quase desprezo do povo pelos pequenos periódicos locais, faz com que eles gozem, na maior parte das vezes, apenas uma vida efêmera e obscura, cheia de receios, de obstáculos de toda a natureza, que ameaçam-no de morte a todos os momentos. E entretanto são justamente as pequenas folhas locais as que deviam, quando imparciais e compenetradas da sua missão civilizadora, atrair maiores simpatias e colher mais fortes adesões do povo, e isso por um irrefragável motivo – é que as pequenas folhas sobrecarregam de sacrifícios unicamente e não podem se tornar por consequência uma tarefa exclusiva de quem escreve para o público ao passo que os grandes periódicos, por sua vasta circulação, oferecem os necessários meios de subsistência.

O Artigo ressaltava ainda outras características exigidas do jornalista da época, que não se limitavam ao domínio da técnica de escrever:

Não é suficiente o talento, é preciso também muito caráter para manter o obscuro jornal provinciano na altura de um instrumento moralizador, de uma força impulsionadora do desenvolvimento material, desprezando ódios, afastando-se do maquiavelismo corrosivo da política partidária e censurando homens a bem da sociedade.

Contudo, não se deixava esmorecer na defesa de sua causa:

Como é difícil uma verdade na aldeia! Se aqui e algures há folhas bem mais elaboradas que a nossa, duvidamos contudo que haja alguma que mais fiel e lealmente tenha cumprido as cláusulas de seu programa e pugnado com mais ardor pelos interesses da localidade em que aparecem.

Em agosto de 1887, no dia 11, a *Folha Livre* era sucedida pelo *Sul*.

5.3.5 *A Evolução*

A Evolução, lançada em 1º de agosto de 1887,¹⁶ era ligado ao Clube Republicano Esteves Júnior, em Desterro, e propriedade de João Francisco Regis, Jr., Emílio Blum e José Joaquim da Veiga. Tinha como diretor Lídio Martins Barbosa e posteriormente Fausto Werner. Media 46 x 30 cm e era impreso na tipografia do *Jornal do Commercio*. O semanário era distribuído gratuitamente e tinha como *slogan Libertas quoe sera tamen*.

A coleção da Biblioteca Pública do Estado foi perdida e as únicas referências sobre o jornal estão em Martinho Callado Júnior (1970) e nas duas edições microfilmadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além de outros periódicos da época. Pela data constante na última edição depositada na Biblioteca Nacional, o jornal circulou pelo menos até 5 de agosto de 1889.

5.3.6 *Sul*

O semanário joinvilense *Sul* surgiu três meses antes da proclamação, em 11 de agosto de 1889,¹⁷ já envolvido na campanha de Esteves Júnior como candidato a deputado geral nas eleições do dia 31 daquele mês. Impreso na Tipografia Boehm, bilíngüe (português e alemão) e com quatro páginas, o tablóide era distribuído às terças-feiras. Foi criado por João Evangelista Leal, médico-capitão baiano radicado em São Francisco do Sul, e também tinha como redator Luiz Gualberto. Leal tinha atuado na *Folha Livre* onde exerceu forte influência principalmente sobre a causa abolicionista, uma das bandeiras daquele periódico.

Em sua primeira edição, ressaltava o programa do *Sul*:

¹⁶ *A Evolução*, juntamente com a *Folha Livre*, de Joinville, foram dois dos dez jornais lançados em Santa Catarina em 1887. No ano seguinte, foram lançados 14, entre eles o liberal *O Trabalho* (Desterro) e o conservador *Dez de Março* (Laguna), mas nenhum republicano. Junto ainda com *O Independente*, de Tijucas, foram os dois jornais republicanos que circularam até agosto de 1889 quando só então foi lançado mais um periódico republicano, o semanário *Sul*, de Joinville. Em 1887 circularam 22 jornais na província.

¹⁷ Em 1889 foram lançados 14 jornais na província, quatro deles republicanos: *Sul* (Joinville), *República* (Desterro), *Quinze de Novembro* (Lages) e *Liberdade* (Laguna). Porém, apenas o primeiro é anterior à proclamação. Também foi surgido em Laguna o jornal conservador *União Conservadora*. Ao todo, naquele ano circularam 33 jornais em Santa Catarina. Nos anexos encontra-se a listagem com todos os jornais que circularam em Santa Catarina de 1885 a 1900.

Combatendo pelos princípios republicanos, sem ódios, sem paixões, sem interesses senão os que decorrem da integridade da Pátria, hoje ameaçada pela centralização monarchica, enceta hoje este semanário a sua publicação.

Convencidos de que a corrupção está mais nas instituições que nos regem do que nos indivíduos que alternadamente se sucedem no poder, o nosso esforço consistirá principalmente em tornar acentuados e patentes os vícios d'ellas, sem nos importar com os indivíduos que as representam.

Certos de que o movimento que ora se accentua no nosso meio social não é mais susceptível de annular-se por meras e insignificantes concessões, combateremos abertamente pelos salvadores princípios do federalismo sem restrições, o que, está contido no nosso próprio credo político.

Ainda naquela edição de estréia, Esteves Júnior é apresentado como “um dos mais laureados republicanos do Brazil pela sua dedicação e patriotismo nunca postos em Dúvida”. Em tom incisivo, alerta que o momento é decisivo para pátria e que ou se votaria nos candidatos monarquistas para continuar “as mesmas infelicidades” ou se votaria no candidato republicano para que a província de Santa Catarina não ficasse “a quem de suas irmãs na patriótica idéia republicana única de pode salvar a nossa pátria tornando-a livre, próspera e feliz”. Entre uma opção e outra, o jornal impunha a decisão à “consciência de cada eleitor e o seu amor à grandeza da pátria”. Na edição seguinte, traz longo editorial e um artigo em defesa do candidato. Porém, o resultado eleitoral catastrófico para os republicanos, revelando que o partido ainda não havia conquistado os eleitores da região norte do estado. Em Joinville, Esteves Júnior fez apenas 19 votos, contra 36 do conservador Alexandre Bayma e 66 do liberal Silveira de Souza. Em São Francisco do Sul foram, respectivamente, seis, 21, 77; em Paraty, um, três e 29. Somente em São Bento, forte reduto republicano, Esteves Júnior saiu vitorioso com 35 votos, seguido de Bayma com sete e Silveira de Souza com seis.

O jornal analisa o resultado do pleito como uma derrota dos conservadores e não dos republicanos. Os liberais elegeram 58 dos 60 deputados, os conservadores apenas um e os republicanos somente Gabriel de Magalhães, o que deu ao governo uma bancada majoritária. Para o *Sul*, o resultado não surpreendeu já que o Partido Conservador mostrou-se totalmente apático durante o dia da eleição, além do esquema de corrupção montado pelos liberais.

Em suas primeiras edições trazia longas listas de adesões de novos republicanos em diversas cidades do país. Somente na primeira, foram mais de cem nomes. A partir da terceira edição passou a publicar um folhetim, que na verdade era uma série de artigos explicando ao leitor o que era a república. Foi um dos poucos jornais republicanos catarinenses a ter a

preocupação de trazer esse esclarecimento público. Em 18 de novembro, na cor magenta, comemora a proclamação. Apresenta uma grande ilustração que emoldura toda a capa que tem a seguinte inscrição em letras garrafais:

Viva Dia 15 de Novembro! Viva a República Brasileira!
Salve Liberdade! Glória ao Brazil!
Governo Provisório:
General Deodoro, Presidente.
Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Membros.

Nas páginas internas, um artigo relativo ao 15 de novembro, uma coluna com noticiário e a reprodução de telegramas comemorativo à data. Nas edições seguintes, um extenso comunicado do Partido Republicano de Joinvile sobre suas ações e decisões tomadas a partir da proclamação e mais de seis páginas trazendo em detalhes o ato da proclamação. No dia 25, suplemento de uma página com a *Marselheza* em francês e em português. A partir desta edição passou a publicar a *Parte Official* com atos legais do novo governo.

5.4 A análise discursiva

O poder da palavra é o poder de quem tem a palavra. Através das palavras, das formas simbólicas, se estabelecem relações de dominação ou de resistência às forças dominantes. As assimetrias das classes que detêm o poder da palavra são outros ingredientes que configuram estas relações. O discurso da imprensa republicana catarinense era, antes de tudo, uma construção simbólica de intelectuais urbanos, proprietários das instituições jornalísticas. Eram médicos, militares, padres, negociantes e políticos que buscavam estabelecer campos de interação com seus leitores a ponto de persuadi-los à causa republicana. Uma classe que dispunha de pelo menos dois importantes mecanismos de dominação: a palavra (a ilustração) e o meio difusor da palavra (o jornal).

Mas, para exercer o poder da palavra, o enunciador precisa cumprir algumas regras para que sua mensagem possa atingir e persuadir de modo eficiente o público pretendido. Essas regras ou *leis do discurso*, conforme Maingueneau (2005), partem do *princípio da cooperação* que visa o compartilhamento de atos discursivos, da existência de *normas* (convenções aceitas pelos participantes destas trocas simbólicas) e do *reconhecimento mútuo* entre estes participantes.

São regras implícitas à própria mensagem e que entendemos como relacionadas diretamente às etapas de produção da informação mediada: a) da instituição emissora (credibilidade, oferta de informação de interesse e importância para o público, engajamento nos enunciados propostos); b) do profissional (ética, domínio das técnicas de produção da mensagem, critérios de avaliação, conhecimento da realidade social); c) da mensagem (que seja nova, consistente, bem apurada, clara e de fácil compreensão); d) do leitor (interesse pela mensagem, conhecimento do código linguístico, repertório lexical para entendimento das formas simbólicas).¹⁸

Para procedermos à análise *formal ou discursiva* proposta por Thompson (1995), recorreremos às etapas de *organização da análise, codificação e categorização* estabelecidas pela Análise de Discurso (item 1.4.1.). Na fase de exploração heurística do material objeto da pesquisa, o objetivo era identificar e analisar todos os jornais republicanos catarinenses editados entre 1885 e 1889. Porém, de um total de seis, apenas três ainda se encontram na Biblioteca Pública do Estado (*A Voz do Povo, Folha Livre e O Independente*) e um no Arquivo Histórico de Joinville (*Sul*), impondo-se o descarte dos periódicos *O Urubu e Evolução*. As coleções localizadas também estão incompletas restando um total de 159 edições deste primeiro período (ver quadro a seguir). Ainda assim, a amostra é representativa, pois abrange jornais das principais cidades da então província (Desterro, Joinville e Laguna). Após a leitura de cada um deles, foram transcritos 36 artigos de fundo (editorial) para análise mais minuciosa e extração das *unidades de registro* que compõem a interpretação/re-interpretação.

Em uma primeira extratificação, estes 36 artigos resultaram em 216 *unidades de registro*, média de sete por artigo, número é elevado para uma análise qualitativa. Em razão também da alta frequência de repetição das proposições contidas em um mesmo jornal ou de um jornal para outro, estas unidades foram reduzidas a um número mais razoável para a devida análise. Foram selecionadas então as *unidades de registro* mais significativas dentro de cada um dos episódios contextualizados na *análise sócio-histórica*, primeira fase do método da Hermenêutica de Profundidade.

¹⁸ O conjunto de regras que desenvolvemos aqui é uma adaptação do que Maingueneau (2005) define *leis do discurso* e que são compostas de: a) a *lei pertinência* (oferta de informações de interesse do leitor); b) *lei da sinceridade* (engajamento do enunciador no enunciado proposto); c) *lei da informatividade* (fornecer informação nova); d) *lei da exaustividade* (ofertar informação completa, consistente, bem apurada); e) *lei da modalidade* (enunciados claros, de fácil compreensão). Entendemos que essa adaptação seja necessária pois se as *leis do discurso* têm como princípio a *cooperação* (compartilhamento) e o *reconhecimento* dos participantes nos atos de trocas simbólicas, é preciso também definir o papel do receptor.

JORNAIS REPUBLICANOS CATARINENSES – 1885 A 1889					
JORNAL	CIDADE	PERÍODO	Nº EDIÇÕES	Nº PAG.	Nº ARTIGOS
A Voz do Povo	Florianópolis	31/05/1885 a 29/11/1885	27	108	25
O Independente	Tijucas	09/05/1886 a 27/11/1889	74	296	04
Folha Livre	Joinville	23/01/1887 a 03/07/1887	15	60	02
Sul	Joinville	11/08/1889 a	46	184	05
TOTAIS	-	-	162	640	36

Estas *unidades de registro* foram extraídas apenas dos artigos de fundo (editorial) do próprio jornal, não considerando aí aqueles transcritos de outros periódicos (prática freqüente nos jornais catarinenses da época) ou aqueles assinados por colaboradores externos à redação. Alguns artigos, ainda que referentes à questão republicana, foram descartados em razão do tema não ser o foco central do artigo.

Conforme Thompson (1995), a *análise discursiva* está centrada na organização interna das formas simbólicas, em suas características estruturais, seus padrões e relações, servindo para a construção do campo-objetivo. Por conseqüência, está intimamente relacionada à *análise sócio-histórica* dos meios de produção e difusão da mensagem. A *análise sócio-histórica* de cada um dos quatro jornais foi desenvolvida na seção anterior desse capítulo auxiliando, assim, na compreensão do processo de produção de suas formas simbólicas. No tópico que ora se inicia, se desenvolverá a *análise discursiva* dos textos dos quais foram extraídas as *unidades de registros*, os fragmentos de texto para a posterior interpretação/re-interpretação. Ainda que alguns textos não sejam submetidos à *análise discursiva* propriamente dita, eventualmente poderão ser citados para reforçar ou contradizer o dito no artigo em análise. A ordem de apresentação dos jornais e seus respectivos artigos segue apenas o critério cronológico.

Antes de se iniciar a *análise discursiva* propriamente dita, é importante observar que como era próprio do jornalismo praticado no final do século XIX, as orações eram relativamente extensas e quase sempre apresentavam mais de uma proposição. No texto essencialmente opinativo como o editorial, essa característica fica ainda mais acentuada. Não se pode perder de vista que o seu objetivo é persuadir, é conquistar o eleitor à posição defendida no texto, o que implica em reunir todos os argumentos possíveis.

a) *A Voz do Povo*

Embora com apenas 27 edições, *A Voz do Povo* foi o jornal que gerou a maior quantidade de artigos, transcritos e analisados em razão da sua consistência, do seu conteúdo fortemente doutrinário, do seu discurso exaltado. Foram transcritos 25 artigos que, em primeira análise, resultaram em 169 *unidades de registro*. Após várias releituras e buscando relacionar cada unidade a uma categoria temática, chegou-se a 12 *unidades de registro* que serão interpretados na seção seguinte. Nos textos, o tema república está focado principalmente a partir do aspecto político, relevando a segundo plano fatores econômicos, sociais e a defesa de interesses locais, como a implantação de melhorias na cidade ou na província.

Os longos artigos que inúmeras vezes ocupam até duas páginas, gravitam em torno de alguns eixos temáticos, como a atuação dos partidos Conservador e Liberal, os sustentáculos da monarquia; a missão da imprensa republicana; a opressão da monarquia contra o povo; o sistema de governo; fatos históricos como o 7 de setembro, que remetem ao princípio do republicanismo; a administração da província; a federalização do país; entre outros. Vários textos não possuem título sendo denominados apenas pelo nome do jornal.

Como jornal de oposição, não poupou a monarquia de digressões, como regime mesquinho, corrupto, pernicioso, nefasto, tirano, reacionário, egoísta, imoral, opressor, centralizador, odioso, retrógrado, detestável, degradante, “com falta de firmeza de princípios sociológicos e de idéas reformadoras e financeiras”, entre dezenas de outros pejorativos. Por outro lado, exaltou a república como um regime patriótico, democrático, necessário, livre, independente, lógico, reformador, reorganizador, sincero, com grandiosa missão, único capaz de trazer luz à pátria, salvador da pátria, legítimo, com grandeza de suas doutrinas, composto por homens de elevada índole, encarregado da educação política e moral do povo, entre outros qualificativos.

Somente o levantamento quantitativo dessas duas categorias temáticas e a posterior análise de suas enunciações discursivas dentro do que preconiza a Análise de Discurso, já permitiria dar uma boa dimensão do *modus operandi* da ideologia da imprensa republicana catarinense. Porém, nossa proposição é avançar um pouco mais nestas análises, inserindo estes

vocábulos dentro de um contexto discursivo mais amplo, ou seja, no próprio texto ou em suas *unidades de registro*, a ser desenvolvido na interpretação.

b) O Independente

Desde o seu surgimento, a imprensa sempre foi prodigiosa em criar mitos e execrar aqueles que não coadunam com os interesses políticos, econômicos ou morais da instituição jornalística. Num período no qual a imprensa era extremamente partidária como no final do século XIX, era “natural” que os jornais republicanos elegeassem seus líderes e tentassem jogar no ostracismo seus adversários. Em alguns casos, mais que projetar seus líderes na esfera pública e angariar a opinião pública a seu favor, os jornais procuram mitificar seus líderes, torná-los heróis.

Das 74 edições disponíveis de *O Independente*, de Tijucas, foram transcritos quatro artigos publicados entre 7 de setembro a 10 outubro de 1886. Apenas o primeiro deles tem título – *Independência ou morte* – e os demais são titulados com o próprio nome do jornal. Tendo o padre Cruz como um dos seus principais redatores, os artigos muitas vezes davam uma conotação mítica aos temas tratando questões terrenas e dos homens como resultado da obra de Deus ou que os homens deveriam se abrigar em Deus para resolver seus problemas. Com certa frequência, as questões políticas são relacionadas ao poder divinal. Do mesmo modo, expressões em latim salpicam alguns escritos. Ainda que voltado a questões macro políticas do país, como a escravidão e a república, o periódico dispensava maior atenção às disputas políticas locais.

O primeiro artigo é uma exortação ao homem para que lute pela sua independência ainda que isto signifique a morte. O texto é um tanto denso e associa idéias de liberdade, verdade, fim da escravidão, devoção a Deus e à natureza. “A verdade política como a religiosa procure-a no Evangelho de Jesus Christo”, evoca o artigo. Faz uma comparação entre os índios e os homens brancos acentuando que os primeiros fazem seus sacrifícios “em honra de Deus”, de seus ídolos, daquilo que acreditam e idolatram e são mais coerentes que o segundo grupo que “se arremessa no fogo das batalhas, e em honra de um homem, em deffeza da vingança de um capricho: porque a elle não compete saber pelo que vai morrer ou matar. El-rei manda, as machinas humanas teem que se mover [...]”.

A voracidade da Coroa na cobrança de impostos, principalmente das classes menos favorecidas, é a essência do segundo artigo. Em tom crítico e dramático, traz como exemplo a

situação de uma viúva que, com a ajuda de algumas pessoas que doaram o material, construiu um casebre na cidade de Tijucas e logo em seguida representantes de Fazenda vieram cobrar-lhe impostos sob ameaça de despejá-la da humilde moradia. A senhora teve que vender uma “ninhada de pintinhos” para saldar o fisco. O terceiro é, na verdade, um comentário, mas devido a sua contundência foi extraído um fragmento para a interpretação na seção seguinte.

c) *Folha Livre*

Com pouco menos de seis meses de circulação, a *Folha Livre* é o jornal do qual restou o menor número de edições: apenas 15. Destes, foram transcritos três artigos para análise – *A escravidão por cá; O Partido Republicano – aos que amam o Brasil; Autonomia das províncias* –, o primeiro de 6 de março de 1887 e os dois últimos do dia 20 daquele mês. Possivelmente, por ser produzido por jovens republicanos, seu conteúdo é o menos consistente em relação aos demais periódicos.

Como já foi apontado na *análise sócio-histórica*, a *Folha Livre* foi mais abolicionista que republicana por influência de um de seus principais colaboradores, o médico militar Manoel Corrêa de Freitas. Não por acaso, a questão escravagista é associada ao atraso da monarquia, como destaca o primeiro artigo. Denuncia que escravos e escravas são seviciados por seus senhores e lamenta que enquanto em várias províncias do país o combate à escravidão ganha “espírito popular”, em Santa Catarina reina a “quase indiferença”. Não pela falta de “espíritos adiantados”, mas pela falta de incentivo, de propaganda para “arrancar os espíritos de torpor”. O texto conclama os abolicionistas a agitar a “luta heróica”, “sem descanso e sem trégua” em todos os recantos, pois não há como esperar pelo governo liberal e conservador que têm “contemporizado com todos os crimes, com todas as baixezas do último reinado”.

O segundo artigo é uma resposta do jornal a uma carta de um leitor que usa o pseudônimo de Raposa e que faz duras críticas ao periódico e ao republicanismo. Começa por afirmar que os partidos Conservador e Liberal, sustentáculos da monarquia, estão condenados pela nova geração e “esfacelados pela corrupção que nasce da ganância pelo poder”. Assevera que não há diferença quando um ou outro está na poder, pois ambos “confundem-se nas más aspirações”. Critica os políticos que buscam no funcionalismo público um meio de sobrevivência

e assinala que entre as províncias, apenas Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo “não marcham como as outras no ideal político adiantado”.

O terceiro discute a autonomia das províncias e identifica o processo de centralização no Brasil como principal causa do atraso das regiões interioranas do país. Argumenta que as idéias e o homens têm seu tempo, mas que algumas dessas idéias – no caso a autonomia das províncias – “pela sua importância e necessidade”, dispensam “investigações” porque “tem na simplicidade da sua concepção a demonstração clara e lógica da sua necessidade, vantagens e propriedade”. De cada um dos textos foi extraída uma unidade de registro para interpretação na próxima seção.

d) *Sul*

Do semanário *Sul*, de Joinville, de 46 edições analisadas foram selecionados cinco artigos. O primeiro deles, de 25 de agosto de 1889, tem como título *A nossa atitude*, e expõe claramente a posição do periódico na luta pela república. O texto apresenta uma consistente coerência interna. Inicialmente, coloca o regime republicano como o “único” “que pode satisfazer aos reclamos dos brasileiros”, e que o empenho do jornal nesta causa é “honroso e patriótico” no “desejo de bem servir a pátria” e vê-la “próspera e feliz”. Depois condena a monarquia pela sua “ambição”, pelo seu “egoísmo”, pela “submissão servil” dos partidos monárquicos ao rei, pelo “poder absoluto” do monarca que desagrada a nação e pelo “poder oculto” exercido em nome do rei. Por fim, conclama o leitor a aderir a “onda de patriotas” da América do Sul em defesa da democracia, ou seja, da república. O artigo é uma síntese da essência do discurso para a imprensa republicana catarinense. De sua introdução foi extraído o fragmento para a interpretação/re-interpretação na próxima seção.

O segundo texto é na verdade uma seqüência de quatro artigos intitulados *O que é a república – a república em teoria*, publicados entre 25 de agosto e 8 de setembro de 1889. Dá a entender que os artigos teriam continuidade, mas a série foi interrompida. Na introdução do primeiro deles, explica não se tratar de “uma apologia da forma republicana”. Inicia-se explicando a república sob ponto de vista teórico, pois é este o que “levanta menos objeções” chegando quase a um “universal assentimento”. Parte do princípio de que todos os políticos,

inclusive os monarquistas, são republicanos, ainda que em teoria, e cita como exemplo a participação de republicanos nos governos de Portugal e da Espanha.

O segundo artigo da série estabelece diferenças entre monarquia e república a partir do princípio da hereditariedade monárquica e suas implicações como as “guerras injustificadas”, as “alianças monstruosas”, a união forçada de raças que antes eram inimigas, a submissão de homens bem e ilustrados diante de monarcas incultos e arrogantes, enfim, define a monarquia como “um absurdo perante a razão”, “um deplorável erro perante a sciencia” e “um insulto à dignidade humana perante a moral”.

O terceiro mostra as diferenças do custo financeiro na sustentação dos dois regimes em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos. Traz também valores referentes às despesas da Família Real portuguesa. O último artigo retoma a questão da hereditariedade sob o ponto de vista da submissão da população em relação a um monarca e ressalta o princípio da eleição como uma garantia democrática do regime republicano.

5.5 Interpretação/re-interpretação

Vencidas as etapas da *análise sócio-histórica* e da *análise formal ou discursiva* componentes da metodologia da Hermenêutica de Profundidade (HP) para investigação dos modos de operação da ideologia nas construções simbólicas, passamos agora à terceira e última etapa: a *interpretação e re-interpretação*. Esta se apóia nas duas anteriores, mas implica em “um movimento novo do pensador” e “procede por síntese, por construção criativa dos possíveis significados” (Thompson, 1995, p. 375). O autor (Idem) chama atenção para o fato de a *análise discursiva* evidenciar o “aspecto referencial”, ou seja, “dizer alguma coisa sobre algo” e a fase de interpretação buscar compreender e transcender esse processo, mediado pelas fases anteriores.

Na *análise discursiva* dos artigos jornalísticos, ficou evidenciado que as construções discursivas estão centradas na exaltação da república e na negação da monarquia. A partir dessa constatação inicial, as *unidades de registro* foram distribuídas em três grandes categorias temáticas: monarquia, república e outras questões. Em cada uma delas foram abrigadas *unidades de registros* selecionadas nos quatro jornais e que abordam diferentes aspectos dentro de cada uma das grandes categorias. Os fragmentos de texto foram definidos a partir dos principais

eventos abordados pelos jornais, relativos a instauração da república em Santa Catarina e investigados na *análise sócio-histórica*.

Torna-se importante ressaltar que os modos de operação da ideologia elaborados por Thompson (1995) têm como objetivo identificar como as formas simbólicas são elaboradas para estabelecer e sustentar relações de dominação dos grupos dominantes. Porém, como já foi abordado anteriormente, não se pode considerar que antes de Proclamação da República e até mesmo alguns anos depois, a ideologia republicana fosse dominante no Brasil. Era sim, uma ideologia emergente que buscava subverter a ideologia monárquica. Assim, os modos de operação da ideologia serão considerados aqui não como dispositivos a serviço dos grupos dominantes, mas a serviço da ideologia emergente que busca se impor e subverter a ideologia dominante.

Os tópicos relativos à república interpretados a seguir emergiram dos próprios artigos dos jornais republicanos. Foram selecionados em razão de sua recorrência e importância no sentido de persuadir o público e defender a instauração da república já que estes eram os objetivos maiores daqueles periódicos. De um modo geral, eram artigos muito ricos no uso de figuras de linguagem – forte característica do jornalismo opinativo do final do século XIX – e por isso suscitam amplas possibilidades de interpretação. No entanto, a repetição dos temas ocorria com muita frequência no mesmo jornal ou de um jornal para outro, com os textos abordando as mesmas coisas ainda que de modo diferente. Assim, foram selecionadas as *unidades de registro* que entendemos as mais significativas dentre as várias que abordam o mesmo tema nos diferentes jornais.

a) República

Antecedentes da república

A seguir o curso lógico, o fenómeno da nossa independência não teria por solução o estabelecimento de uma monarchia.

*A Voz do Povo – Sete de setembro – 06/09/1885*¹⁹

Os fatos históricos relacionados ao republicanismo no Brasil e no exterior foram amplamente explorados pela imprensa catarinense. O 4 de julho dos Estados Unidos e o 14 de julho da França também eram comemorados em artigos e comentários nos jornais catarinenses. Eleições em repúblicas onde os partidos republicanos tivessem destaque, também eram noticiadas. Entre os eventos nacionais, a Inconfidência Mineira destacando a figura de Tiradentes como o primeiro grande mártir dos ideais republicanos, também mereceu várias publicações. No exemplo acima destacado de *A Voz do Povo*, a relação histórica entre o Brasil e a república estaria já no processo de independência do país.

No referido enunciado está presente o modos de operação de *fragmentação* que, por sua vez, remete ao de *legitimação*. Vejamos. Ao empregar o termo “lógico” para negar qualquer correlação entre e a independência do Brasil e a monarchia, o jornal insere a estratégia do *expurgo do outro*, componente da *fragmentação*. Implicitamente, indica que a consequência natural no processo de independência seria a instalação da república e não a manutenção da monarchia. Desse modo, nega, expurga a monarchia como regime de governo legítimo no seio de uma nação independente. A lógica, entendida aqui em seu conceito mais amplo como um sistema de idéias coerentes, racionais, consequentes que “resultam da ordem natural das coisas”, ou ainda como a “arte de bem pensar”, segundo os lógicos de Port-Royal, e a ciência da “idéia pura”, conforme Hegel²⁰, suscita no leitor o sentido de que, portanto, é legítimo que se substitua a monarchia pela república.

¹⁹ O texto registra os 63 anos de aniversário da Independência do Brasil e ressalta seus antecedentes históricos como a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana. Assinala que “os antecedentes históricos unindo-se às circunstancias de lugar, a livre América, e de tempo – o século 19 – não podiam ter por effeito, portanto, outra cousa que não a república. Sob este ponto de vista, está provado, não nos foi útil a independência. Talvez até não nos foi útil sob nenhum outro”. Conforme o artigo, a república não foi criada em 1822 por manobras de João VI e D Pedro I. Acrescenta que, apesar, de tudo, o 7 de setembro “é sempre digno de ser lembrado”. Íntegra do texto em anexo.

²⁰ Enciclopédia Barsa, 2001, volume 9, p. 101-104.

Como já foi abordado anteriormente (item 2.5.3) sobre os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995), este autor recorre a Weber que define a *legitimação* como construções simbólicas que representam algo como sendo “justo e digno de apoio”. A *legitimação* tem como uma de suas estratégias a *racionalização* que articula uma “cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 1995, p. 83). Esta é a articulação presente no enunciado ao desenvolver o raciocínio de que a relação entre país livre e república é uma questão lógica, de bom senso, uma consequência natural e racional.

Repúblicas como exemplos

A França, essa heroica nação de bravos, de talentos possantes e revolucionarios, desde a sua revolução de 89, encheu de luz a humanidade!

À força de idéas largas, profundas e grandes como o infinito; de craneos onde erupcionavam lavas vulcânicas de vibrantes pensamentos, abateu-se a monarquia porque o povo jamais podia supportar o peso de seu barbarismo.

*A Voz do Povo – A nossa idéa – 14/06/1885*²¹

Não foram poucas as ocasiões em que os jornais se utilizaram da experiência republicana da França e dos Estados Unidos como exemplos a serem seguidos pelo Brasil. Ambas as nações sempre são citadas como referencial de um povo bravo e determinado servindo como estímulo aos brasileiros para lutar pela instauração da república. No enunciado destacado acima, valeu-se a *Voz do Povo* da *dissimulação* por meio da estratégia de *eufemização*. Na *dissimulação*, conforme Thompson (1995), as relações de dominação, ou no caso em estudo, de ruptura, podem ser estabelecidas e sustentadas pela ocultação, negação ou desvio de atenção do fato. Esse processo opera através das estratégias de *deslocamento*, *eufemização* e *tropo*

²¹ O artigo usa o exemplo da Revolução Francesa de 1789 para defender a idéia republicana entre os catarinenses. Reconhece o combate com armas naquele país, mas assinala que se combateu mais com a pena. “Nós também agora principiamos o nosso combate olympico; seremos fortes contra os fortes, implacáveis ante a tempestade [...]”, conclama o texto. As críticas são dirigidas principalmente à política dos partidos monárquicos “viciada pela corrupção, pelo egoísmo das posições, esse cancro que atacam o paiz, devastando, abatendo tudo e molestando a humanidade brasileira à força dos impostos [...]”. O jornal é convicto de que sua idéia republicana, “que é a do povo, que é universal, há de prevalecer um dia para salvar o paiz do naufrágio a que o governo monarchico o sujeito [...]”. O governo defendido no artigo é aquele que “não prejudique o caminho da paz, o seu progresso e desenvolvimento, tanto industrial como social; que não escravise nem sobre-carregue o povo com impostos bárbaros; que abata essas distincções de espíritos ambiciosos que riem-se das nossas misérias, desses homens que entorpecem a marcha evolutiva da nação; e esse governo só poder ser o republicano”. Íntegra do artigo nos anexos.

(sinédoque, metonímia e metáfora). Na *eufemização*, ensina o autor (Ibidem, p. 84), “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva”.

É o que faz o jornal ao idealizar que a república francesa foi construída com “talentos possantes e revolucionários”. Há aqui, o esvaziamento do processo histórico sobre o qual foi constituída aquela república, o fato é descontextualizado dos atos de barbárie, dos homens levados à guilhotina, às prisões, do sangue derramado por puro revanchismo. O leitor pode ser levado à idealização de que revoluções são feitas apenas com boas idéias e no Brasil ocorreria o mesmo.

Porém, o que se seguiu após a proclamação da república brasileira, principalmente em Santa Catarina, foram atos de barbárie e violência com degolas e fuzilamentos sumários. Muito provavelmente não era este o preço que os mortos e seus familiares pretendiam pagar pela mudança de regime de governo. Mas qualquer ato de violência precisaria ser esvaziado nas construções simbólicas do jornal para não amedrontar, não desestimular possíveis cidadãos aliados à causa. O esvaziamento da barbárie é reforçado pela valorização eufemística de que a revolução foi por força de idéias “profundas e grandes como o infinito; de craneos onde erupcionavam lavas vulcânicas de vibrantes pensamentos”.

Outro modo de operação da ideologia que pode ser identificado no texto é o da *legitimação* e sua estratégia de *universalização*. Na idéia de que a revolução francesa “encheu de luz a humanidade” está a proposição de que aquilo que é bom para França é bom para o restante das nações, que todos os países republicanos seriam iluminados. Conforme Thompson (Ibidem, p. 83), é através dessa estratégia que “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo ao interesse de todos”. Em outros artigos, ao referenciar as repúblicas francesa e americana como modelos de democracia, de economia bem sucedida e de soberania entre outros, é esta a estratégia utilizada pelo jornal.

Mitificação da república

Obedecendo ao impulso do século, o Brasil ultimamente vae marchando aceleradamente na política republicana – única capaz de trazer a verdadeira felicidade ao paiz.

*Folha Livre – O Partido Republicano – aos que amam o Brasil – 20/03/1887*²²

A república como uma promessa de “felicidade”, “luminosidade”, “salvação”, “paz”, “um sol de vida”, foi freqüentemente explorada nas construções discursivas dos jornais republicanos em Santa Catarina. Este talvez seja o exemplo mais explícito de *dissimulação* estabelecido e sustentado pelo viés do *deslocamento*. A *dissimulação*, como já foi exposto, desvia a atenção do fato principal. O *deslocamento* transfere “um termo usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidos para o outro objeto ou pessoa (Thompson, 1995, p. 83)”.

A felicidade é prazer, é um estado de espírito, é a sublimidade da alma. É o que o homem busca em toda sua existência e que na grande maioria das vezes não tem correlação com questões materiais e menos ainda com sistemas políticos. Aludir a república à felicidade, à paz, é idealizar a realização do sonho o qual se busca e que este estaria ao alcance de um passo, ou melhor, na dependência de uma opção política: a república. Ao deslocar a idéia de república ao conceito de felicidade, o jornal procura explicar os mecanismos da política por meio de algo metafísico.

A narrativa mitificadora é persuasiva, sedutora, mas desvia a questão de seu foco central. A felicidade raramente dependerá de um sistema político na mesma proporção que determinado sistema político propiciará a felicidade.

Outro bom exemplo de mitificação e de divinização da república, é o trecho a seguir extraído de *O Independente* que, vale relembrar, era editorializado pelo padre Cruz:

²² O artigo parte da crítica que os partidos monárquicos confundem-se nas “más aspirações” e que estão condenados pelas novas gerações que propõem mudanças para o país. Assinala que tanto os conservadores quanto os liberais, ao se revezarem no poder, preocupam-se apenas em proteger seus correligionários dos rigores da lei e em mantê-los em cargos públicos, enquanto aos adversários cabem os rigores da lei e a perseguição. Sentencia que os políticos, “não contando com seus trabalhos para viver, precisam de empregos públicos”, enquanto que o republicano “é livre, não conhece senhor, reconhece todos os cidadãos livres [...]”. Destaca o crescimento do Partido Republicano em São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul enquanto apenas três províncias “não marcham com as outras no ideal político adiantado: Mato Grosso, Espírito Santo e Santa Catarina. A íntegra do artigo encontra-se nos anexos.

No centro bem amargo do círculo luminoso, já se devisa o anjo da paz, o enviado de beleza e de um nome indefinível. O povo não sabendo como charma-lhe, apanhou-lhe a significação na palavra mais genérica de nosso idioma=cousa. E porque essa coisa é bemfica ainda à coisa pública. Os latinos, em sua língua também assim diffiniram republica.

*O Independente – Independência ou morte – 07/09/1886*²³

O estilo narrativo da *unidade* é bem próximo ao da linguagem bíblica ao evocar termos como luminosidade, anjo da paz, enviado de beleza. Sua essência está na elevação do espírito humano, associado à idéia de república. Esse contar uma história que trata o passado e o presente como “parte de uma tradição eterna e aceitável”, história que “transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão”, é o que Thompson (Ibidem, p. 83) define como estratégia de *narrativização* embutida no modos de *legitimação*. É legítima, pois, a república uma vez que ela contemporiza os anseios espirituais do homem. Toda a narrativa desenvolvida no artigo tem como proposição justamente elevar esse espírito ao encontro da república que se apresenta como algo divino.

Apesar de sua linha editorial mais “racionalizada” que a de *O Independente*, *A Voz do Povo* também não deixou evocar o poder divino em defesa dos ideais republicanos. Em um país fervorosamente católico, era e ainda é um discurso confortável. Foi em nome de Deus que a própria Igreja Católica e muitas instituições políticas construíram sua estrutura de poder. Eis mais um dos enunciados que evocam a fé em Deus como um caminho para a república:

Para a constituição da nossa republica, carecemos e isso basta, do concurso dos que creem em Deus e tem coragem para pugnar pelo bem universal.

*A Voz do Povo – sem título – 28/06/1885*²⁴

²³ Trata-se do artigo que mais associa a idéia de república a uma manifestação divina. Vale-se de mais um aniversário da Independência para conclamar os tijuquenses ao movimento republicano. Assinala que na independência, o Brasil “apenas mudou de senhores”. Como forma de exaltar os brios dos cidadãos, acrescenta que “a cobardia gera a fraqueza, como a nobreza do espírito gera a virtude e o heroísmo” e que “se os primeiros oprimidos em sua liberdade afrontassem seus tyranos com esta sentença resoluto, de antes morrer que ceder, de preferirem perder a vida a tranzeguirem com o erro em detrimento do direito agrilhado, não teríamos na história o espetáculo degradante de tantas gerações que se tem sucedido na escravidão que ainda vão passando”. O texto é recheado de expressões em latim e evoca Deus em diversos trechos como metáfora de libertador assim como promete ser o regime republicano. A íntegra encontra-se nos anexos.

²⁴ Os contrastes entre as riquezas da nação e as mazelas da administração monárquica são os pontos de partida do artigo para criticar a situação econômica do Brasil e o empréstimo de 25 mil contos de réis solicitado aos Estado Unidos em 1885. Assinala um trecho do artigo: “Dizer-se que este grande mendigo é o maior colosso da América do Sul; dizer-se que elle adormece sob um solo estacionado nos veios de sua riqueza aurifera; que os rios esquecidos cospem para as margens os diamantes mais preciosos e que a Europa mais inveja; que as florestas desprezadas são as grandes proprietárias das suas mais significantes madeiras e... que ... depois de sessenta annos de independência conserva ainda a escravidão [...]”. Os anexos trazem a íntegra do texto.

A proposição central do enunciado é a de que “basta” ter “fé em Deus” e coragem para lutar pela república e que esta é um bem universal. Mais uma vez identifica-se aqui o modos de *dissimulação* e sua estratégia de *deslocamento* e o modos de *unificação* (*padronização*). No primeiro momento, há total ocultação de todo o processo político envolvido numa proposta de mudança de um regime de governo. Fé e coragem são atributos internalizados do indivíduo, mas são representados como fatores únicos para se alcançar a república independentemente dos fatores externos que possam obstaculizar essa conquista. O termo “basta” transfere ao leitor toda a responsabilidade pela conquista, pois esta depende apenas do fervor e coragem do indivíduo. Evidente que a participação popular é fundamental em qualquer movimento político e daí a construção simbólica elaborada pelo jornal no sentido de mobilizar a massa, mas o poder de decisão está em outro campo de enunciação, que é o político e não o divino.

O modos de *unificação* evidencia-se na idéia de república como “bem universal”, ou seja, cria-se uma identidade coletiva na qual o que é bom para um, é bom para todos. Institui-se por meio das formas simbólicas a referência padronizada de que a república é um bem para a humanidade e sendo assim, o Brasil e os brasileiros não podem ficar de fora desse sistema.

O militante republicano e o povo

Ora, nós, os republicanos, que somos os mais independentes e mais sinceros de todos os políticos; que reconhecemos a virilidade e exuberância do paiz, e que reconsideramos sobre a degradante direcção que o governo applica aos seus públicos negócios, não podemos deixar de fazer estas exposições para tentarmos convencer o povo de que se o paiz chegou a este estado de degradação, elle é o principal responsável, pelo facto já muito conhecido e circumstanciado de ter eleito homens, cujo fim, como já demonstramos, sem contestação, é garantirem posições elevadas que aspiraram e conseguiram, sem se importarem com os mais comensinhos interesses da pátria.

*A Voz do Povo – sem título – 26/07/1885*²⁵

Neste fragmento de texto de *A Voz do Povo*, contrapõem-se proposições: a do homem republicano como sincero e independente; a do eleitor como responsável pela degradação do país já que foi ele (o eleitor) quem elegeu maus políticos; a degradante direcção que o governo dá aos

²⁵ “Acorda, povo brasileiro, da lethargia em que jazes!” A primeira frase do artigo traduz perfeitamente o modo com a imprensa republicana percebia os brasileiros, principalmente os catarinenses, em relação a seu envolvimento na causa republicana. Esta é a tônica do artigo cuja íntegra está nos anexos.

negócios públicos; a de que os políticos eleitos defendem apenas seus interesses pessoais. Como as duas últimas estão subordinadas ou são decorrentes das duas primeiras, vamos nos deter na interpretação das duas iniciais até porque os modos de operação das demais serão exploradas em outros artigos.

Nas proposições em foco, contrapõem-se os modos de operação: *unificação* e *padronização* na primeira; *dissimulação* e *deslocamento* na segunda. A *unificação* busca criar uma “identidade coletiva” ainda que haja diferenças entre os indivíduos desse grupo. A *padronização*, por sua vez, traça um referencial único à linguagem desse grupo. Ao ressaltar o “nós” republicanos como “os mais independentes e sinceros”, o jornal integra em um mesmo grupo homens das mais variadas índoles como se todos tivessem o mesmo caráter de honradez, homogeneidade rara em agremiações políticas. Porém, o discurso da hombridade é o que se torna o padrão de político bem intencionado.

Enquanto os partidários republicanos são retratados como retos, o povo é exposto como incompetente na sua opção política ao votar em candidatos que visam apenas a defesa dos próprios interesses e não os da pátria. Este é mais um caso típico de *dissimulação* por *deslocamento* onde são ocultados e obscurecidos os reais motivos de que forjam um mau político e transfere a responsabilidade de tal prejuízo ao eleitor. Toda carga negativa da classe política é transferida ao cidadão que não tem discernimento para uma boa escolha. Paradoxalmente, apesar de os republicanos e sua imprensa buscarem constantemente persuadir o povo à sua causa, em muitas ocasiões os jornais faziam a representação desse povo como uma massa amorfa, sem ideais, incapaz de avaliações criteriosas sobre assuntos de interesses sociais e políticos.

Partidos políticos

Os novos partidos têm sua razão de ser nas necessidades sociais, no estado de nossa época, na desmoralização e na anarquia dos envelhecidos grupos constitucionais, e não será a arquejante voz de qualquer moribundo órgão da monarquia que conseguirá despopularizá-los, abatel-los.

*A Voz do Povo – sem título – 09/08/1885*²⁶

²⁶ O artigo começa por estabelecer a relação na qual, assim como na Roma “decadente” a falta de progresso das antigas seitas e as novas condições sociais faziam surgir novas religiões e estas eram combatidas pelas antigas teologias, no Brasil os velhos partidos monárquicos combatiam as novas agremiações partidárias criadas em razão das necessidades sociais insurgentes e às quais o sistema monárquico não dispunha de meios para atender. Na seqüência, assinala que os novos partidos não especuladores – conforme eram tachados pelos monarquistas – e sim “soldados dos novos acampamentos” e que só têm e vista “o interesse nacional”. A íntegra encontra-se nos anexos.

Conforme o enunciado, o que justifica a criação de novos partidos políticos no país são as “necessidade sociais”, a “desmoralização” e a “anarquia” dos “envelhecidos grupos constitucionais”. Nesta justificativa insere-se o modos de operação de *legitimação*, já devidamente explanado. Ou seja, o caos político e institucional no qual se encontra o Brasil, legitima a criação de novos partidos políticos que, supostamente, resolveriam toda essa situação. A estratégia de *racionalização* se apresenta na articulação dos termos desmoralização e anarquia para convencer o público de que os novos partidos são legítimos – nas palavras de Weber, justos e dignos de apoio.

Autonomia das províncias

Ideas há, porém, que pela sua importância e necessidade, têm em si mesmo a oportunidade que dispensa comentários e investigações, porque tem na simplicidade da sua concepção clara e lógica da sua necessidade, vantagens e propriedade. É dessa ordem a idéia, já aliás discutida, e apresentada ao Parlamento, de dar autonomia às províncias do Império, federalizando-as, se é que o nosso sistema de governo a suporte sem perigar a monarquia. Em todo caso, forçoso é confessar, tal projeto viria dar às províncias, um alargo desenvolvimento, separando-as do poder central e absorvedor de suas arrecadações, e tirar-lhes a vexatória posição de importunas mendigas.

*Folha Livre – Autonomia das províncias – 26/06/1887*²⁷

A autonomia das províncias, dentro que estabelecem os princípios da república, era o objetivo maior dos republicanos. Diante de um cenário econômico difícil, da alta carga tributária, da opulência da monarquia, das diversas questões políticas expostas pelos jornais, esta mesma imprensa apresentava a república como a grande salvaguarda para o Brasil e para os brasileiros. O enunciado da *Folha Livre* insere-se nesta direção e de modo bastante incisivo a ponto de indicar que pela sua “importância”, “necessidade” e “oportunidade”, a idéia de autonomia das províncias, ou seja, de federalização, dispensa “comentários”, “investigações” porque sua concepção é “clara”, “lógica” e apresenta “vantagens” e “propriedade”. Em outros termos, não há “o quê” e “porque” discutir, pois a federalização é plena de qualidades e a solução para todos os

²⁷ Em sua essência, o artigo defende a idéia de que aquele é o momento oportuno para a federalização das províncias uma vez que “os resultados da centralização têm sido para o Brasil da mais triste consequência”. Combate a separação, mas considera justa uma reforma sensata que dê mais liberdade às províncias para gerir seus próprios interesses e escolher seus administradores. Anexos.

problemas. Identifica-se aqui uma atitude ditatorial do periódico, pois visa inibir a discussão, pelo povo, daquilo que ele (povo) entende que poderá ser o melhor para si próprio e para o país. É a própria imprensa colocando-se na posição de juiz no lugar da população e ditando aquilo que ela julga ser o melhor para todos.

Com todos os atributos contidos nesta proposição, as formas simbólicas apropriam-se do modos de operação de *reificação*, apresentando a federalização como algo “quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado” (Ibidem. p. 87). Para o jornal, não é preciso discutir e avaliar a condições conjunturais do país para se estabelecer esse novo sistema político-administrativo das províncias, pois o sistema impõe-se quase que naturalmente (estratégia de *naturalização*). Aqui, é eliminado ou ofuscado o caráter sócio-histórico do processo que envolve uma mudança de tamanha amplitude.

A unidade esboça com certa ironia as conseqüências que a federalização traria ao governo, pois poderia colocar em risco a sustentação da monarquia e, por outro lado, promoveria o desenvolvimento das províncias a tal ponto que elas se emancipassem do poder central. Sem a sustentação através dos impostos das províncias, a monarquia cairia.

A superioridade da república

[...] no campo theorico ninguém que se preze de medianamente instruído, nega hoje de boa fé a superioridade da republica sobre a monarchia, como forma de organização dos poderes públicos.

*Sul – O que é a república – a republica em theoria – 25/08/1889*²⁸

Entre os tantos enunciados que depreciam ou negam o regime monárquico, este do jornal *Sul* coloca em confronto direto a monarquia e a república. Como já foi referenciado, a unidade faz parte de um conjunto de três artigos que buscavam avaliar, sob o ponto de vista teórico e “científico”, a pertinência da república. No primeiro deles, o jornal assinala que não se trata de uma “apologia” à forma republicana de governo, mas sim escrever o que “a história a sua

²⁸ O artigo busca dar um certo *status* “científico” a sua argumentação em prol do regime republicano recorrendo a alguns termos e conceitos das ciências políticas. Também recorre aos exemplos de republicanos atuantes nas monarquias portuguesa e espanhola. Acentua em determinado trecho: “Com effeito, realistas puros, intransigentes que defendem por princípios e convicção a monarchia como a melhor forma de governo, não há hoje, pelo menos entre nós. Se algum apparecesse seria para os próprios partidários do throno uma *avis rara*. Tal afirmação é de duvidosa comprovação estatística, pois os números apurados revelam que, mesmo às vésperas da proclamação, a maioria dos eleitores e até mesmo dos políticos atuantes ainda não haviam se declarado republicanos. Artigo integral nos anexos.

imparcialidade severa dá como provado, ou o que a consciência de amigos e adversários repete a todo momento como afirmativa de incontestável exatidão”. Na seqüência, o artigo assinala que em Portugal e na Espanha homens do governo, pelo menos em teoria, são republicanos. O enunciado destacado acima conclui o referido artigo.

Implicitamente, em sua sentença, o jornal insere o modos de operação de *fragmentação* e sua estratégia de *diferenciação*, ao distinguir seus leitores entre os medianamente instruídos e os não medianamente instruídos. Ou seja, segmenta os indivíduos ou os grupos opositores ou a serem conquistados, dando ênfase às “características que os desunem e os impedem de constituir um desafio às relações existentes [...]” (THOMPSON, 1995, p. 87). Porém, de modo implícito, o que o jornal objetiva ao acentuar essa característica – a de instrução mediana –, é provocar no receptor o sentido de *unificação* – inseri-lo em uma identidade coletiva – na qual todos estão integrados pelo seu nível de conhecimento, afinal, ninguém gostaria de ser excluído de um grupo pelo critério de “ignorância”.

Como consequência dessa assertiva, surge um terceiro modos de operação, o de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*. Assim, o sujeito, do alto do seu conhecimento, legitima – torna digno de apoio – a causa republicana. Em última instância, a instrução legitima a república, pois esta é culta, elevada, superior – no campo do conhecimento (na teoria) – à monarquia.

b) Monarquia

A monarquia foi atacada pela imprensa republicana em praticamente todos os seus flancos, do princípio da hereditariedade às despesas da Família Imperial, passando por questões econômicas, pelos partidos políticos e pelo processo eleitoral entre outras questões menos relevantes que não foram elencadas nesta pesquisa. Uma característica comum nestas críticas é que raramente elas mencionaram diretamente a pessoa de D. Pedro II. Quase que unanimemente, elas se descolam às instituições do Império, da Monarquia, do Governo.

Princípio da hereditariedade

Para segurar o princípio da hereditariedade, no que respeita à primeira magistratura, tem-se nas monarchias commettido as mais atrozes violências.

Guerras injustificadas, que custaram rios de dinheiro e fizeram derramar mares de sangue; alianças monstruosas, que reuniram raças, que se odiavam, separando para sempre povos irmãos; uniões funestas, que causaram a infelicidade de muitas famílias reinantes e as desgraças de muitos povos subjugados, teem sido o fructo da hereditariedade nos paizes onde ella imperou como a suprema razão do estado.

E por fim a hereditariedade é um absurdo perante a razão, é um deplorável erro perante a sciencia, é um insulto à dignidade humana perante a moral, e até perante os grande interesses nacionaes pode ser grave perigo para a prosperidade e para a independência do povo, que a acceita como norma reguladora dos seus destinos!

Sul – O que é a república – a republica em theoria – 02/09/1889²⁹

O regime monárquico foi combatido em suas várias instâncias e o princípio da hereditariedade foi um deles. No artigo do qual foi extraída a unidade acima, o *Sul* buscou explorar a questão da hereditariedade desde o aspecto da violência até o científico. O fez por meio da *reificação* e suas estratégias de *naturalização* e *nominalização/passivização*. O *modus operandi* já foi explanado aqui como no qual que os “processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural” eliminado ou ofuscando o caráter sócio-histórico dos fenômenos, impondo a “dimensão de uma sociedade sem história” (Thompson, Ibidem, p. 88). A *naturalização* corrobora neste sentido apontando que uma criação social ou histórica pode ser tratada como natural ou “como um resultado inevitável de características naturais [...]” (Idem). Já, a *nomilização* e a *passivização* “apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas” (Idem). Por fim, tendem a eliminar as referências de contextos espaciais e temporais específicos. A unidade selecionada está impregnada destes elementos.

Na primeira sentença, ao assinalar que “tem-se nas monarchias commettido as mais atrozes violências”, o editorialista insere a *reificação*, pois dá a entender que todas as monarchias, e somente elas, praticam violência. Há descontextualização espaço-temporal dessas guerras – países, datas, motivações, personagens. Enfim, as guerras são apresentadas como algo “natural” para assegurar o princípio de hereditariedade dos sucessores no regime monárquico.

²⁹ Este artigo é continuidade do anterior e critica basicamente o princípio da hereditariedade como determinante na sucessão do mandatário de uma nação. Um princípio, segundo o jornal, “absurdo perante a razão, um deplorável erro perante a sciencia”. Texto integral em anexo.

Ainda nesta sentença, a *nomilização* – substituição do termo rei por monarquia – despersonaliza o verdadeiro sujeito da ação, o rei ou os reis que promoveram tais guerras.

“Razão”, “ciência”, “moral” e “interesses nacionais” são outros conceitos que o jornal utiliza para questionar a manutenção do princípio de hereditariedade. Princípio que, inclusive, pode ser um “grave perigo para a prosperidade e para a independência do povo”. Neste conjunto de argumentos apresentado com a pretensão de abordar a questão sob prisma científico, ressurgem os modos de *legitimidade* e a estratégia de *racionalização*, já elucidadas aqui como uma série de argumentos com o objetivo de persuadir a audiência de que algo é digno de apoio. Diante do raciocínio científico, da razão, da moral e dos interesses nacionais, não haveria porque a audiência duvidar da legitimidade em se destituir o princípio da hereditariedade e, por extensão, a própria monarquia.

A economia

Nunca d'antes e depois da guerra do Brazil com o Paraguay passamos por uma crise igual a que atravessamos! O cambio oscilla, tendendo a baixar; o credito do paiz sente-se abalado; os bancos limitam as suas transacções; a lavoura definha; o commercio, paralyzado d'uma maneira assustadora, resume as suas transacções, ameaçado de prejuizos avultados, o que diminue consideravelmente do rendimentos do imperio e desanima a classe que nelle se occupa e nelle emprega os seus alheios capitaes, e, finalmente, os operarios e artistas de cujos salarios se sustentam milhares de familias, empregados na industria nacional, abatem-se ao peso do infortunio que os acomete, sem trabalho, sem meios para viverem e sem esperança de melhorarem de sorte!

*A Voz do Povo – Elemento servil – 31/05/1885*³⁰

No encadeamento de raciocínio acima pode ser identificado o modo de operação de *dissimulação (deslocamento)* que leva ao de *legitimação (racionalização)*. O primeiro modo se dá em razão dos problemas econômicos estarem descontextualizados, de serem ocultadas suas causas. No caso da economia de um país, esta, invariavelmente, sofre a interferência de mercados externos, mesmo no final do século XIX. Do mesmo modo, também depende de fatores internos,

³⁰ A economia foi tema recorrente nos ataques da imprensa republicana à monarquia. Pelo exposto no artigo selecionado, em meados de 1885 o Brasil atravessava a maior crise de sua história. O artigo critica não só a questão econômica, mas a atuação do governo e dos deputados e senadores. Assinala que não é escravocrata e reconhece a escravidão como um “cancro social”, mas defende a indenização aos senhores proprietários que libertarem seus escravos e questiona: “Não é legal essa propriedade? Não tem o senhor de escravo empregado n’elle o seu capital tão legalmente como se o tivesse empregado num prédio? Não paga os impostos com que sobre elle é tributado? Logo, se a lei dá direito de ter no Império a propriedade de escravos, sobre ella manda o governo cobrar impostos, reconhece-a legal; é uma inconstitucionalidade, um attentado querer destituir d’ella o seu proprietário sem indemnizal-o d’uma quantia aproximada ao seu valor[...]”. A íntegra do artigo encontra-se nos anexos.

como na caso da lavoura, das condições climáticas. Essa falta de contexto induz à idéia de que era legítimo, diante de tantos problemas, pugnar pela mudança de regime de governo. A *racionalização* se dá pelo encadeamento desses fatores que buscam justificar e persuadir o leitor de que essa mudança é digna de apoio.

Impostos

O imposto é uma questão sensível a qualquer contribuinte, principalmente quando os tributos arrecadados, na visão desse contribuinte, são mal aplicados. Em seu artigo, *O Independente* amplia a questão a uma dimensão ética e moral ao enunciar que:

O povo já nem pode ganhar para comer; porque os impostos absorvem tudo. A quarta parte, se tanto, dos homens neste país sua e trabalha para as outras três partes, que restam na vadiação, na orgia, na riqueza e na opulência. Num país como o Brasil, talvez o solo mais rico do mundo, morre gente de miséria e na falta dos principais recursos à vida. O sistema político que nos rege, atrofia o povo, empobrece-o para tirar-lhe a força moral. Um homem sem sangue que há de fazer?

*O Independente – O Independente – 17/10/1886*³¹

Além da carga de dramaticidade – “o povo já nem pode ganhar para comer”, “gente morre de miséria”, “falta de recursos à vida” – os termos “vadiação”, “orgia”, “riqueza” e “opulência” implicitamente imputados à corte, seus agregados e aos ricos latifundiários, estabelece uma nítida divisão de classes. Não somente entre ricos e pobres, entre quem paga mais ou menos imposto, mas principalmente entre quem trabalha para “sustentar” a opulência e o luxo do outro. Historicamente, a corte é apontada como improdutiva e todo seu capital é gerado a partir dos impostos dos contribuintes que, em sua maioria, “é o que mais trabalha e o que menos ganha”.

Na construção desse raciocínio através das formas simbólicas, o jornal se vale do modos de operação de *fragmentação* – segmenta grupos capazes de desafiar os grupos

³¹ Trata-se de um breve comentário que antecede a publicação da Lei Orgânica do Partido Republicano. O Projeto sobre a organização do partido foi elaborado e aprovado por sua Assembléia Constituinte para posterior apreciação do partido nas províncias. O documento com seis artigos ocupa a primeira página. Os 14 primeiros artigos da Lei Orgânica do partido no município neutro ocupam parte das páginas 2 e 3 daquela edição e toda a primeira página da edição seguinte. O comentário apresenta a organização do partido como uma reação do povo contra os opressores. Texto integral em anexo.

dominantes – e da estratégia de *diferenciação* – dá ênfase à distinção de classes. O objetivo é despertar no receptor o sentido de injustiça, de perceber que há privilegiados que usufruem do dinheiro do contribuinte e que o contribuinte está excluído desta casta. É uma forma de instigar o povo contra a elite.

Além do fator econômico atrelado à questão dos impostos, o jornal insere os fatores ético e moral, ao acentuar a exploração do povo, da injustiça. O sistema político vigente “atrofia” e “empobrece” o povo ao ponto de “tirar-lhe a força moral”. Tira-lhe o próprio “sangue”, deixando-o sem reação, sem esperança, enfim, sem vida. O governo é representado como a encarnação do próprio mal. Diante do quadro construído pelo jornal, resta ao leitor-contribuinte a indignação, o desejo de mudança, a correção das injustiças, justamente tudo aquilo que os republicanos esperam de um aliado à sua causa. Difundir essa indignação junto à opinião pública e a partir dela conquistar a adesão do povo, é esse o papel da imprensa partidária e os impostos constituem um bom instrumento para tal. No desejo de corrigir essas injustiças e promover mudanças, o enunciado opera outra estratégia do modos de *fragmentação*, o *expurgo do outro*, ou seja, a de construir um inimigo ameaçador a ser combatido, ao qual o povo precisa resistir.

O custo da monarquia

A republica é o mais barato dos governos. A monarquia, pelo contrário, é o mais dispendioso.

Sul – O que é a república – a republica em theoria – 02/09/1889

As despesas de uma Família Real, assim como de qualquer governo, sempre foram alvos de críticas da imprensa e dos cidadãos. No caso de uma monarquia onde a ostentação é mais visível, as críticas são proporcionalmente mais intensas. Como oposição, a imprensa republicana catarinense também não deixou de explorar esse aspecto para sustentar a idéia de que a república era mais viável para o país que a monarquia.

O *Sul*, no terceiro de uma série de três artigos intitulados *O que é a república – a república em teoria*, faz uma espécie de balanço comparativo entre o custo *per capita* de monarquias como a Inglaterra, Rússia, Bélgica, Prússia, Itália e Portugal, e das repúblicas francesa e suíça. Pelos números apresentados, a maior diferença ficou entre o governo inglês com 761/2 rs, e o francês e o suíço com 41/2 rs cada. Ou seja, a monarquia inglesa gera uma despesa

dezoito vezes e meia a mais que as duas repúblicas. Porém, o custo das demais monarquias em relação à França e à Suíça cai, em média, para duas vezes e meia a mais.

A esses números caberia uma série de ponderações de ordem matemática, financeira e de custo/benefício que não aparecem no artigo, porém, nosso objetivo não é entrar nesses meandros, mas sim interpretar o *modus operandi* da ideologia embutidos no enunciado. O comparativo direto de que o governo monárquico é mais dispendioso que o republicano, sem apresentar dados específicos da economia de cada nação, da estrutura desses governos, do custo/benefício destas administrações para com a sua população, cria a sensação de que os custos de manutenção das monarquias são naturalmente mais elevados que os das repúblicas.

Neste raciocínio enquadra-se o modos de operação de *reificação* – através do qual uma situação transitória é dada como permanente, definitiva – e da estratégia de *naturalização* – onde as coisas são apresentadas como “resultado inevitável de características naturais” (THOMPSON , 1995, p. 88). Como se sabe, os custos de qualquer instituição ou pessoa é flutuante e dependente de muitas variáveis que podem e são ajustadas conforme as necessidades e circunstâncias. Não necessariamente, uma monarquia precisa sempre e naturalmente ser mais cara que uma república.

O enunciado evidencia um segundo modos de operação, o de *unificação*, cujas formas simbólicas criam uma “identidade coletiva” na qual todas as monarquias são mais caras e, do outro lado, todas as repúblicas são mais baratas. Com apenas seis exemplos comparativos, é difícil para o jornal sustentar essa afirmativa.

Os administradores

Neste país tão rico, tão fértil de terrenos uberrimos, ainda a maior parte por cultivar, que podem fazer milhares de fortunas, é que se precisa d'um governo sisudo, refletidor, composto de homens honestos, virtuosos, práticos da lavoura, do comércio, das artes, aptos assim a saberem administrar os altos interesses nacionais que constituem o engrandecimento da pátria.

*A Voz do Povo – Forma de governo – 31/05/1885*³²

³² Trata-se do primeiro artigo de *A Voz do Povo*. Inicia esclarecendo que a missão da imprensa republicana e a dos homens que nela ou fora dela manifestam suas idéias em oposição às monárquicas, não busca destronar, romper e revolucionar, mas exigir uma forma de governo que imprima uma administração condizente com o potencial do Brasil. A crítica é mais incisiva em relação ao empreguismo no funcionalismo público. Anexos.

Na avaliação de *A Voz do Povo*, qual o perfil do governo e de seus dirigentes que estariam preparados para administrar um país tão rico como o Brasil? De acordo com o jornal, o governo deveria ser “sisudo” e “refletidor”; seus dirigentes, “honestos”, “virtuosos”, “práticos da lavoura, do comércio, das artes”. Na resposta, o periódico utiliza-se do *modus operandi* definido por Thompson (1995) como *legitimação*, ou seja, construção simbólica baseada em “certos fundamentos” e que “em circunstâncias dadas” podem ser “mais ou menos” efetivos. A estratégia presente no *modus operandi* é a da *racionalização*, através da qual o enunciador “constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Ibidem, p. 83).

No encadeamento desse raciocínio, o jornal utilizou-se de dois elementos importantes do Brasil do final do século XIX: um país potencialmente rico que precisava de administradores competentes para promover seu desenvolvimento. Era o Brasil dos desafios, com um considerável nível de crescimento econômico sustentado principalmente pelas lavouras de café em algumas províncias, mas com a concentração de riquezas que expunha a miséria em outras. Um crescimento econômico que não correspondia com o devido desenvolvimento social que estava a exigir a instalação de infra-estrutura capaz de satisfazer as necessidades básicas de saúde, educação, moradia, saneamento, entre outros, da maior parte da população. O governo precisava refletir estes anseios, necessitava ouvir “a voz das ruas” e promover essas transformações. Além de ouvir esses clamores, era preciso determinação e seriedade para construir o novo Brasil que os brasileiros ansiavam. Assim, na exposição do jornal, a situação em que se encontrava o país, legitimava a constituição de um governo austero, sisudo.

Os homens que, no governo, poderiam colocar o país no caminho do desenvolvimento, deveriam ser os “práticos” oriundos do campo, do comércio e das artes. Não por acaso, essas categorias abrigavam o maior número de trabalhadores do país. Para o jornal, poderia significar um grande contingente de simpatizantes à causa republicana. Porém, a participação no governo dos ditos “práticos”, não significaria, necessariamente, a resolução dos problemas do país. Pelo contrário. A administração pública está envolta a um emaranhado burocrático e exigências legais com as quais raramente o trabalhador está acostumado a lidar.

Processo eleitoral

Se nos Estado Unidos há casos de verdadeira corrupção eleitoral (o que nada prova contra o principio electivo, mas cabalmente se explica pelas circunstancias sociaes de um paiz, que todos os annos recebe no seu seio centenas de milhares de indivíduos, muitos delles o refugio da nossa Europa) o que é certo, é que nem uma única vez a eleição se tem estagnado a respeito do valor e do mérito dos eleitos. Sempre o suffragio dos eleitores recaiu em personalidades de primeira ordem.

*Sul – O que é a república – a republica em theoria – 08/09/1889*³³

O processo eleitoral no Império brasileiro era sistematicamente criticado pelos jornais republicanos da província, que a cada eleição o definem como “corrupto”. Porém, o discurso muda de tom quando se trata de eleições em países republicanos. Como no caso dos Estados Unidos, reconhecem a ocorrência de fraudes, mas atribuem a causa a fatores “externos” ao país: os imigrantes europeus. Nesta unidade, ressurge o modos de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, ambos já abordados anteriormente. A inflexão aqui é de que “há casos de verdadeira corrupção eleitoral”, mas as eleições se legitimam porque os eleitores sempre elege “personalidades de primeira ordem”.

O enunciado deixa em aberto pelo menos duas questões: a) o fato de que a corrupção pode alterar o resultado de uma eleição e que, portanto, fica aberto o caminho para a eleição de um cidadão, digamos, de “segunda ordem”; e b) qual a garantia que os eleitos de “primeira ordem” sejam austeros, honestos, competentes e que terão bom desempenho em seus cargos? O fato é que o processo eleitoral em qualquer país, seja no regime monárquico ou republicano, permitirá o acesso de políticos corruptos a cargos públicos de políticos. Na história da jovem república brasileira, exemplos é o que não faltam.

A transferência do problema da corrupção eleitoral nos Estados Unidos, aos emigrantes europeus, remete ao modos de operação de outra ordem, o da *dissimulação* e à sua estratégia de *deslocamento*. Para o jornal, o problema existe, mas a culpa não é dos americanos e sim do “refugio” dos emigrantes oriundos de países europeus, em sua maioria de regime

³³ É mais um artigo da série publicada pelo jornal. Este inicia ainda discutindo o princípio da hereditariedade como forma de garantir o poder ao mandatário de uma nação. Princípio é definido como um “insulto à dignidade humana, porque não há ninguém que não se revolte contra o immortal espetáculo de se curvarem servilmente deante de uma criança de mama ou de um analfabeto, homens carregados de serviços à nação e que pelos seus trabalhos são uma glória não só do paiz, mas ainda da Europa inteira”. Na sequência, cita o princípio das eleições em países republicanos como uma garantia de democracia, e relata a situação da França e dos Estados Unidos. A unidade de registro destacada acima, encerra o artigo. Ver íntegra do texto nos anexos.

monárquico. Estes casos, portanto, não deveriam preocupar os brasileiros e serem tomados como referência.

c) Outras questões

Como outras questões, incluímos aqui alguns temas que não estão intrinsecamente relacionados à república ou à monarquia, mas que se inserem como elementos significativos no processo de mudança do regime de governo como a participação do povo e o papel da imprensa.

O povo

Falar-se ao cidadão que não compreende o mecanismo social em interesse da nação; quando elle não conhece mais que uma parte insignificantissima della; quando elle vê que o lugar de sua moradia precisa de determinadas instituições que uma outra localidade que vio repelle; quando elle pode observar que o interesse do lugar de seu nascimento é contrario ao interesse de muitas outras partes do mesmo paiz; é pregar-se ao vento, é atirar ao abandono sementes que cuidadas intelligentemente poderiam germinar com utilidade.

Só o individuo de intelligencia desenvolvida, o individuo de profundos estudos sociaes pôde comprehender que, trabalhando para um paiz grande, trabalha também para si.

O povo, máxime o nosso, que não tem educação cívica e philosophica alguma, não pôde entender assim, não tem conhecimentos para tal.

A Voz do Povo – Federação brasileira – 27/09/1885³⁴

A representação do povo na imprensa republicana é carregada de ambigüidades. Por um lado, é responsabilizado pelos atos dos maus políticos porque não soube elegê-los, é culpado pela escravidão porque suporta os tiranos cruéis da monarquia, é um indivíduo desprovido de inteligência para compreender a necessidade das mudanças que o país precisa. Por outro lado, é “convocado” como soldado para lutar pela sua felicidade e a do país, ou seja, pela causa republicana. Ainda que conclamado pela imprensa como um grupo importante a ter voz ativa no processo de mudança, ao mesmo tempo o povo é retratado como classe inferior. Em construções

³⁴ O artigo coloca-se em defesa da criação da federação brasileira e inicia citando Lanessan: “Um organismo onde cada célula tenha vida independente e ache-se em completa relação com as outras para produzir a vida do todo, é o exemplo que oferecem os corpos mais aperfeiçoados na escala dos seres, é a perfectibilidade sonhada pela sociologia para organização dos povos modernos”. Diz ainda aquele pensador citado no artigo, que a autonomia e a solidariedade devem ser as bases científicas sobre as quais se organizem os estados. É essa dimensão científica e sociológica do federalismo que o artigo considera que o povo não compreende. Também critica as tentativas de reformas propostas por Joaquim Nabuco, como a do casamento civil e a democratização do voto e que não foram levadas a efeito, pois são incompatíveis com o regime monárquico. Para o articulista, tais reformas tinham apenas fins eleitorais. Íntegra do artigo em anexo.

simbólicas com este teor, a imprensa estabelece um quadro de *dissimulação* por *deslocamento* que oculta os reais problemas estruturais do país e transfere para o leitor a responsabilidade por estas mazelas e infortúnios.

Na primeira unidade de registro sobre a questão do povo no processo de instauração da república, *A Voz o Povo*, assim como o referenciado em outros de seus artigos, entende que só o indivíduo ilustrado, com “profundos estudos sociaes” tem capacidade para compreender que trabalhando para o país, estará atuando em benefício de si mesmo. Mais do que um raciocínio sem bases sólidas, o que o jornal propõe aqui é uma divisão de classes entre os letrados e os não letrados, entre os primeiros que supostamente têm compreensão da dimensão de suas ações em relação ao país, e entre os segundos que não têm tal compreensão. Neste conjunto enunciativo, o jornal opera pelo modos da *fragmentação* e pelas estratégias de *diferenciação* e *expurgo do outro*. Estratifica e distingue o povo em classes de letrados e não letrados, capacitados e incapacitados pelo conhecimento. Talvez seria uma tentativa de colocar seu leitor em um nível superior, de valorizá-lo, já possivelmente a maioria deles era de republicanos. Porém, não deixava de expurgar a maioria da população não letrada do processo republicano. Enfim, uma estratégia discursiva arriscada e que poderia ter efeito negativo.

Essa distinção de classes fica mais evidente quando o jornal aponta que se dirigir aos não ilustrados é “pregar-se ao vento, é atirar ao abandono sementes que cuidadas inteligentemente poderiam germinar com utilidade”. Em outras palavras, é perda de tempo investir no cidadão desprovido de conhecimento e assim, cada vez mais, acentua-se a diferença de classes.

Ao mesmo tempo em que distinguia o povo em classes, o jornal o unificava, o estandardizava como um coletivo de indivíduos “que não tem educação cívica e filosohica alguma” e que, portanto, não tem conhecimentos para compreender as questões nacionais. Apesar destas distinções, o povo tão necessário para o fortalecimento e legitimação da causa, era sempre estimulado a participar da luta.

A Folha Livre, ao criticar a escravidão como “a vergonha das vergonhas”, não deixou de atribuir parte da responsabilidade à população:

Havemos de presenciar esta vergonha das vergonhas – a escravidão acabará só quando não houver mais vítimas e o chicote sobreviver ao último escravo!

Miséria! Culpa do poder, e culpa do povo – do poder porque não acabou com a escravidão, do povo porque ainda suporta esse poder tirano e cruel, que protege o crime e deixa no entretanto a infância sem instrução e o mestre-escola definhar na indigência!

*Folha Livre – A escravidão por cá – 06/03/1887*³⁵

Novamente, observa-se aqui a *dissimulação* por *deslocamento*. As questões econômica, política e histórica, reais causas do escravagismo, são ocultadas, obscurecidas, e assim retiradas como ponto central da questão. Como consequência, a culpa ou responsabilidade por essa vergonha é deslocada ou atribuída ao poder – porque ainda não acabou com a escravidão – e ao povo – porque suporta esse poder. Ao usar o termo poder em lugar de assinalar a classe política, os latifundiários escravagistas, os traficantes e todos os proprietários de escravos, o jornal também opera pelo modos de *reificação* e sua estratégia de *nomilização*, ou seja, as ações ou seus personagens são transformados em nomes. No caso, a instituição de estrutura abstrata entendida como poder é responsabilizada pela ação dos seus integrantes – políticos, governo, latifundiários, etc – que participam desse sistema.

Ao direcionar sua crítica relativa à “submissão” do povo em relação à monarquia, *O Independente*, de modo pejorativo, coloca o brasileiro branco e condição inferior ao indígena. Diz que o povo, em razão de “fanatismo inocente” idolatra a realeza a ponto de sacrificar a própria vida, enquanto os índios, mais coerentes, idolatram a Deus e àquilo que acreditam como verdadeiro. O povo se sujeita às ordens do rei sem saber se vai matar ou morrer. Nesta proposição insere-se pelo menos dois modos de operação da ideologia, a *unificação* e a *dissimulação*.

Na primeira, o povo é enquadrado como uma massa homogênea, única, como se não houvessem pessoas diferentes e que não se submetem à Coroa. A estratégia de *padronização* coloca todos numa mesma forma, entrelaçados por um mesmo comportamento. O modo de *dissimulação* se dá por *deslocamento* à medida que o inferioriza em relação ao índio e lhe transfere a responsabilidade pela manutenção da monarquia no poder. É o tipo de proposição que visa mexer com os brios do cidadão afim de provocar algum tipo de reação. É mais uma das tantas manifestações da imprensa no sentido de ditar comportamentos, de direcionar as ações dos

³⁵ A essência do artigo é a crítica contra a escravidão no Brasil e aponta que tanto no governo dos conservadores quanto dos liberais, nada era feito para mudar aquela realidade. Conclama o povo a lutar pela liberdade dos escravos a não mostrar a “indiferença criminosa” em relação ao problema, como faziam os dois partidos. Anexos.

indivíduos, mas neste caso, tendo como objetivo realizar aquilo que os jornais republicanos entendem por correto, necessário e não aquilo que seja de interesse do próprio indivíduo.

Compaixão para os prejuízos do povo que em seu fanatismo inocente, ainda idolatra a realeza ao ponto de lhe sacrificar a vida, erimo-nos dos índios que atiram na sagrada pira em sacrifício a seus ídolos. Eles o fazem em honra de Deus, que julgam verdadeiro, são mais coerentes do que o povo, que se arremessa no fogo das batalhas, em honra de um homem, em defesa da vingança de um capricho: porque a ele não compete saber pelo que vai morrer ou matar: El-Rei manda, as máquinas humanas têm de se mover até que esfiado o chicote, que as tange, as alimárias se voltem para trás e a dentada sobre seus donos, lhes bradem e os aterrem dizendo-lhes: agora Independência ou morte!

*O Independente – Independência ou morte – 07/09/1886*³⁶

A imprensa

Estaremos sempre à frente d'essa política tacanha, como denodados guerreiros que combatem pelo progresso da patria e pelos interesses do povo, e jamais poderão impedir nossos passos gigantescos na senda a que demos a primeira avançada, porque a nossa divisa é o respeito à lei, à autonomia d'esse mesmo povo.

*A Voz do Povo – A nossa idéia – 14/06/1885*³⁷

O papel da imprensa apregoado pelos jornais republicanos catarinenses vai muito além das lides jornalísticas. De fato, estes homens eram mais que escribas e os jornais eram uma extensão de suas atuações no campo político. Dos quatro jornais analisados nesta primeira fase, pelo menos o diretor, redator ou proprietário de cada um desses veículos foi político atuante seja articulando a criação de clubes republicanos, como Correa de Freitas (*Folha Livre e Sul*) e o padre Cruz (*O Independente*), ou mais tarde ocupando cargos públicos como o próprio José de Araújo Coutinho (*A Voz do Povo*), eleito para a Constituinte estadual de 1891. Ou seja, transferiram a enunciação discursiva do meio político onde atuavam para o da imprensa que era apenas um instrumento de propagação desses ideais, uma transferência não muito deferente daquela realizada pelos jornalistas franceses durante a revolução de 1789.

Construções simbólicas como “estaremos sempre à frente d'essa política tacanha como denodados guerreiros”, são típicas do modo de operação definido por Thompson (1995, p.

³⁶ Este artigo teve outra unidade de registro analisada na página 194. Basicamente, explora o Sete de Setembro como data para reflexão sobre a república no Brasil e associa a idéia de republicana à manifestação divina. Anexos.

³⁷ Este artigo também teve outra unidade de registro analisada na página 191. Nele, a França é apresentada como uma exemplo de “heróica nação de bravos, de talentos possantes e revolucionários” que “desde a sua revolução de 89, encheu de luz a humanidade”. Essa era a representação feita da república francesa para conquistar os cidadãos à causa republicana no Brasil. Texto integral em anexo.

86) como *unificação*, ou seja, aquele que “interliga os indivíduos em uma identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los”. A *padronização* – adaptação das formas simbólicas a um referencial padrão a ser partilhado e aceitável – é uma das estratégias usadas para estabelecer e sustentar a *unificação*.

Aqui, o jornalista flexiona o verbo estar na terceira pessoa do plural para assumir em nome de um coletivo – (nós) estaremos – a sua condição individual de soldado libertador. O “nós” representa um coletivo de “eu” mas que não inclui o leitor, e sim o próprio jornalista, o seu jornal e o Partido Republicano. Como ensina Maingueneau (2000, p. 127), citando Benveniste, “o nós não é efetivamente uma coleção de eu, ‘é um eu expandido para além da pessoa escrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos’. No “nós”, a predominância do “eu” é muito forte, a ponto de em certas condições, este plural poder passar pelo singular”. Assim, o jornalista e seu partido apresentam-se de forma elegante, diplomática, como heróis a lutar pelo bem da pátria, mas sem ser arrogantes, personificando o “eu”. Colocam-se sutilmente junto ao povo pela conjugação em terceira pessoa, mas percebe-se claramente quem são os sujeitos da ação.

Porém, a evocação do “nós” assume outra conotação quando o sentido da construção simbólica é instigar o povo a participar de determinados tipos de ações como no fragmento do artigo O estado do paiz, de 21 de junho de 1885: “Abatamos, pois, o throno, rompemos os reposteiros das salas dos ministros, expulsemol-os d’ahi, plantemos depois a republica e o paiz está salvo”. O *modus operandi* de *unificação* e a estratégia de *padronização* se repetem como na unidade anterior, mas o “nós” torna-se imperativo, evocativo. Imputa-se ao povo uma ação que é a de abater o trono, expulsar os ministros, plantar a república e assim o país está salvo.

Neste último enunciado – o da república como salvação do país – reaparece o modos de *reifificação* associado à estratégia de *naturalização*. Enunciados como só a república é democrática, livre, pode trazer a felicidade, pode resolver os problemas do país, eram frequentemente estampadas nos jornais. Conforme Thompson (1995), na *reifificação*, uma situação transitória, histórica, é dada como permanente, natural, atemporal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como no final do século XVIII muitos dos jornais franceses foram lançados com o patrocínio da burguesia ascendente para disseminar os ideais iluministas, em Santa Catarina muitos jornais nasceram empunhando a bandeira da república. Obviamente que os contextos eram diferentes, mas a essência do movimento era a mesma: derrubar a aristocracia e estabelecer um novo sistema político: o republicano. A imprensa se insere então como um importante canal para propagar estes ideais e às vésperas da Revolução Francesa inaugura-se a era do jornalismo publicista. Conforme Habermas (1984), somente entre fevereiro e maio de 1789 surgiram mais 450 clubes político na França e metade deles tinha o seu jornal. Era a inserção definitiva da imprensa na esfera pública. Em Santa Catarina, entre 1885 e 1937, o movimento republicano fez surgir pelo menos 44 jornais explicitamente identificados com os ideais republicanos.

Trata-se de uma imprensa de causa, partidária, engajada e que buscava subverter as estruturas de poder vigentes até então. No caso do Brasil, e em particular de Santa Catarina, mais através de batalhas no campo discursivo à conquista de “corações e mentes”, do que em batalhas campais. A imprensa republicana foi rica na construção de formas simbólicas que buscavam expressar esta nova ideologia. Para se compreender como operavam estas estratégias ideológicas dentro daquele importante marco histórico, optou-se pela Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por Thompson (1995). A opção foi em razão deste referencial teórico-metodológico unir *contexto sócio-histórico*, *análise discursiva* e *interpretação* como componentes fundamentais para se investigar os diferentes *modus operandi* da ideologia nas formas simbólicas, objetivo geral desta pesquisa.

Como já foi explicitado anteriormente, Thompson (1995) propõe este método partindo do princípio que só existe a ideologia da classe dominante e que o *modus operandi* e as estratégias ideológicas existentes nas formas simbólicas para estabelecer e manter formas de dominação. Porém, como já demonstrou Carvalho (1993), o movimento republicano era impregnado de ideologias (liberal, positivista, jacobina) que buscavam a legitimação do novo regime de governo. Não se pode afirmar que a ideologia republicana fosse a dominante no final da década de 1880 no Brasil. Pelo contrário, era uma ideologia emergente que sintetizava os

“sonhos” de várias classes e que visava justamente subverter a ideologia dominante. Assim, adotamos aqui a concepção de ideologia sintetizadas em Mannheim (1968) e Marcondes Filho (1997) como inerentes a grupos ou classes, como um conjunto de valores prezado pelo indivíduo, como uma forma de ver o mundo, uma grande capacidade de mobilizar as pessoas e as massas, que está impregnada de símbolos e apresenta-se como progressista, como revolucionária.

A Hermenêutica de Profundidade foi fundamental para analisar como os modos de operação da ideologia se manifestavam nas formas simbólicas como instrumentos de subversão da ideologia dominante.

Na análise *sócio-histórica* ficou evidenciado que a imprensa catarinense surgiu em 1831 com princípios políticos bem definidos, que foi o de combater a Coroa Portuguesa, os restauradores e difundir as idéias liberais, absorvidas por Jerônimo Coelho quando da sua formação como engenheiro militar no Rio de Janeiro nas décadas de 1820 e 1830. Quase sessenta anos antes da proclamação, aquele militar-jornalista já tinha antecipado nas páginas de seu jornal a necessidade de instauração de um novo regime político, embora não identificasse o qual. Desde então, a imprensa catarinense não deixou de fazer política e buscar interferir nas questões de Estado.

No campo da ação política, foi demonstrado que em três ocasiões, em Lages (1838 e 1839) e em Laguna (1839), durante a Revolução Farroupilha, a província se engajou no movimento republicano e decretou suas repúblicas. As marcas da violência que ficaram destes episódios podem ter sido a razão pela qual a província não mais tratou da questão e só aderiu de fato ao movimento republicano em 1885 com o primeiro jornal daquele movimento, *A Voz do Povo*, e o primeiro clube republicano em Desterro, capital da província.

Na *análise formal ou discursiva* e na *interpretação/re-interpretação* foi abordada a discursividade da imprensa republicana catarinense e os *modos de operação da ideologia*, o que permitiu conclusões significativas.

A primeira característica que compõe a imprensa catarinense do final do século XIX é o seu caráter predominantemente opinativo. No caso dos jornais republicanos, os proprietários eram, na maioria das vezes, militantes da causa, membros dos clubes republicanos. Assim, a figura do jornalista e político estavam indissociadas. Em vários artigos, não é possível identificar se as proposições apresentadas são do militante ou do jornalista.

Outra característica é sua estrutura editorial dividida basicamente em quatro editorias ou seções: artigo de fundo (editorial), folhetim, notas diversas e anúncios. Esta observação é importante, pois evidencia o reduzido teor informativo dos jornais. Por meio destas pequenas notas informativas, o cidadão tomou conhecimento apenas superficial do que ocorria em sua cidade, estado ou país. As notas eram sempre curtas – média de seis a dez linhas – e muitas diziam respeito a fatos internacionais descontextualizando o leitor das questões locais/nacionais.

Essa limitação no conteúdo informativo é reflexo de outra característica daquela imprensa: a pequena estrutura empresarial. Embora apresentasse algumas pequenas inovações, as instituições jornalísticas eram bastante limitadas, as equipes reduzidas e na maioria das vezes o proprietário era o “faz-tudo”, o que dificultava as “coberturas”. Os jornais se valiam de outros jornais reproduzindo ou contradizendo seus artigos, copiando notas. Os jornalistas não saem às ruas em busca do fato, não há entrevistas, depoimentos. Escrevem sobre temas que entendem como significativos para a opinião pública ou sobre aqueles que chegam às redações.

Através da *análise discursiva* que, conforme Thompson (1995, p. 369), está interessada na “organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações”, foi possível analisar os principais eixos temáticos que norteavam as construções discursivas daqueles jornais.

A Voz do Povo foi o jornal com o conteúdo mais consistente na imprensa republicana. Seus artigos ocupavam até duas páginas opondo-se principalmente aos partidos Liberal e Conservador, exaltando a imprensa republicana, denunciando a opressão da monarquia contra o povo e criticando o sistema de governo. Observou-se também que muitos dos artigos não levam títulos sendo identificados apenas com o próprio nome do jornal. “Regime mesquinho”, “corrupto”, “pernicioso”, “nefasto”, “tirano”, “reacionário”, “egoísta”, “imoral”, “opressor”, “centralizador”, “odioso”, “retrógrado” e “detestável” foram alguns dos pejorativos atribuídos pelo jornal à monarquia. O regime republicano, ao contrário, era constantemente exaltado como “patriótico”, “democrático”, “necessário”, “livre”, “independente”, “lógico”, “único capaz de trazer luz à pátria”. Era através destas formas simbólicas que *A Voz do Povo* buscava persuadir a opinião pública e criava um imaginário idealizado da república.

O Independente não deixou de criticar o regime monárquico, mas sua linha “eclesiástica” conduzida pelo padre cruz, deu à questão republicana uma angulação divinal valendo-se de conceitos de “liberdade”, “verdade”, “devoção a Deus e à natureza”. Em um dos

seus artigos, evoca: “A verdade política como a religiosa procure-a no Evangelho de Jesus Christo”. O jornal também deu ênfase aos problemas locais do município de Tijuca.

A *Folha Livre* foi mais abolicionista que republicana, sempre associando a escravidão ao atraso da monarquia e conclamando o povo a lutar contra aquela “vergonha das vergonhas”. Seu corpo de redatores era bastante jovem o que transparece na pouca consistência de seus artigos, mas nem por isso deixou de combater os partidos Liberal e Republicano que estavam “esfacelados pela corrupção que nasce da ganância pelo poder” e a centralização do governo monárquico que “assolava” as comunidades do interior.

Por último, constatou-se por meio da *análise discursiva* que o *Sul* tinha uma consistente coerência interna em seus artigos. Também como os demais, exaltou o regime republicano como “único que pode satisfazer aos reclamos dos brasileiros”, e o próprio jornal como “honroso e patriótico” no “desejo de bem servir a pátria” e vê-la “próspera e feliz”. Foi o único a tentar dar ao leitor uma explicação “científica” sobre o que vinha a ser a república, embora a consistência dessa série de artigos seja questionável.

Na *interpretação/re-interpretação* foi onde se analisou os modos de operação da ideologia nas formas simbólicas produzidas por estes jornais. A primeira constatação é de que todos os jornais objeto da pesquisa utilizaram-se dos modos de operação da ideologia e suas respectivas estratégias, formuladas por Thompson (1995). Basicamente, estes *modus operandi* foram centrados no sentido de legitimar a república e fragmentar a monarquia, os quais serão retomados alguns exemplos.

Em suas construções discursivas, *A Voz do Povo* se utilizou de datas históricas como a Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira como movimentos significativos que tornavam digno de apoio – legitimavam – a Proclamação da República no Brasil. Na unidade analisada, estabeleceu como “lógico” que a partir da Independência o Brasil deveria se tornar república. Neste exemplo, se apresenta os modos de operação de *fragmentação* e o de *legitimação*. O termo “lógico” aplicado aqui visa negar, fragmentar qualquer correlação entre e a independência do Brasil e a monarquia, ou seja, ocorre a estratégia do *expurgo do outro*, componente da fragmentação. Assim, a república se insurge como algo natural, lógico, portanto, legitimado.

Em outro artigo, ao apresentar a Revolução Francesa como um evento que “encheu de luz a humanidade”, o jornal opera pela *dissimulação* e sua estratégia de *eufemização* ao idealizar que a república francesa foi construída com “talentos possantes e revolucionários”, sem

considerar a barbárie que foi a instauração da república naquele país. Há aqui, o esvaziamento do processo histórico sobre o qual foi constituída aquela república, o fato é descontextualizado dos atos de barbárie, dos homens levados à guilhotina, às prisões, do sangue derramado. O leitor é levado à idealização de que revoluções são feitas apenas com boas idéias e no Brasil ocorreria o mesmo. A referida unidade contém ainda o modos de *legitimação* e a estratégia de *universalização*, criando o sentido no receptor de que aquilo que é bom para a França é necessariamente bom para o Brasil.

Talvez a mitificação da república tenha sido o recurso mais utilizado pelos jornais. Nos enunciados de natureza mítica, a república foi apresentada como uma promessa de “felicidade”, “luminosidade”, “salvação”, “paz”. Nos enunciados de natureza política, como uma promessa de “democracia”, “liberdade”, “austeridade”, “competência”, “independência”.

A *Folha Livre*, em um de seus artigos, não economizou expressões do gênero explicitando assim o modos de *dissimulação* pelo viés do *deslocamento*, transferindo e idealizando na República a idéia de “felicidade”, estado de espírito intrínseco ao homem e que raramente vai estar na dependência do regime político no qual ele está inserido.

O Independente, com forte inclinação religiosa, também usou de proposições mitificadoras em relação à República em construções simbólicas como “do circulo luminoso, já se devisa o anjo da paz, o enviado de beleza e de um nome indefinível”. Neste fragmento ocorre a estratégia de *narrativização* embutida no modos de *legitimação*.

A Voz do Povo evocou o poder divino, discurso muito apropriado para um país fervorosamente católico: “Para a constituição da nossa republica, carecemos e isso basta, do concurso dos que crêem em Deus e tem coragem para pugnar pelo bem universal”. Mais uma vez se identifica aqui os modos de *dissimulação* (*deslocamento*) e o de *unificação* (*padronização*). Inicialmente, ocorre a ocultação do processo político envolvido na mudança de um regime de governo. Por outro lado, fé e coragem são atributos internalizados do indivíduo, que podem ou não resultar em uma ação política. O termo “basta” transfere ao leitor toda a responsabilidade pela conquista, pois esta depende apenas de fervor e coragem. A *unificação* evidencia-se na idéia de república como “bem universal”.

Como conclusão sobre a discursividade dos jornais republicanos catarinenses em relação à República, constata-se que esta foi idealizada, mitificada. A tematização foi mais centrada no que a república deveria ser, ou que se esperava que fosse, e menos no que realmente

ela era. Questões pontuais para o cotidiano dos cidadãos como representatividade política, eleições, a crise econômica, desenvolvimento de áreas sociais como educação, saúde, saneamento, moradia, entre outras, foram ocultadas nestes discursos. O regime republicano era apresentado como o “único” capaz de promover as mudanças necessárias ao país que começava a se modernizar, mas os republicanos, definitivamente, não apresentaram estas novas perspectivas. Como havia assinalado Basbaum (1986) e outros estudiosos da história da república, fora a decadência do regime monárquico que não conseguia apresentar novas alternativas para a modernização do país, que provocou a queda do antigo regime.

Para legitimar, portanto, um novo regime político sobre o qual pouco se conhecia ou que não se tinha respostas para as pequenas e grandes questões nacionais, a imprensa republicana catarinense se sustentou através de formas simbólicas que promovessem a desestruturação, a desestabilização da monarquia. Assim, no regime monárquico foi questionado sob vários aspectos como o político, o econômico, o princípio da hereditariedade, as despesas da Família Real, os partidos Liberal e Conservador, a questão econômica, entre outros. Curiosamente, nestas críticas raramente é citada nominalmente a pessoa de Dom Pedro II.

O *Sul*, ao criticar o princípio da hereditariedade como forma de legitimar a perpetuação da aristocracia no poder, valeu-se do modo de operação de *reificação* ao definir que “tem-se nas monarchias commettido as mais atrozes violências”. A sentença cria o sentido junto à opinião pública de que todas as monarquias, e somente elas, praticam violência, desconsiderando que violências também ocorrem nas repúblicas. “Razão”, “ciência”, “moral” e “interesses nacionais” também são utilizados para questionar o princípio de hereditariedade valendo-se da *legitimação* e da estratégia de *racionalização*, série de argumentos que objetivam persuadir a audiência de que algo é digno de apoio. Diante do raciocínio científico, da razão, da moral e dos interesses nacionais, não haveria porque a audiência duvidar da legitimidade em se destituir o princípio da hereditariedade e por extensão a própria monarquia.

A Voz do Povo também usou a economia como *dissimulação (deslocamento)* e *legitimação (racionalização)*. Primeiro ao descontextualizar, ocultar as causas que podem interferir na economia nacional como as flutuações do mercado externo. As lavouras também sofrem interferência dos fatores climáticos. Sem o necessário contexto, torna-se legítimo para o leitor, frente a tantos problemas, buscar por mudanças no regime de governo. Esses fatores, racionalizadamente encadeados, levam à persuasão do público e o seu apoio à causa.

Outro exemplo de construção discursiva que visava desestabilizar a monarquia eram as despesas da Família Real. O *Sul*, em artigo que se propunha explicar “o que é a república”, ao defender que “a republica é o mais barato dos governos [...] a monarquia o mais dispendioso”, opera pelo modo de *reificação* – através do qual uma situação transitória é dada como permanente, definitiva – e da estratégia de *naturalização* – onde as coisas são apresentadas como “resultado inevitável de características naturais” (THOMPSON , 1995, p. 88). Ou seja, um sistema monárquico não precisa ser naturalmente e sempre mais caro que o republicano. Custos são fatores transitórios e com muitas variáveis. O enunciado aciona também o modos de *unificação*, criando uma “identidade coletiva” na qual todas as monarquias têm custos mais elevados e todas as repúblicas os mais baixos. Enfim, como ficou demonstrado na *interpretação/re-interpretação*, na imprensa republicana catarinense ficaram impregnados os modos de operação da ideologia e suas estratégias.

Como outro aspecto de conclusão desse trabalho, pode-se considerar que ao se utilizar desses *modus operandi*, aqueles jornais tiveram a preocupação de propagar a república, mas não exatamente de informar e esclarecer à opinião pública o que era a república, quais os seus mecanismos políticos, suas estruturas institucionais, seu sistema de representação, enfim, os elementos fundamentais que a caracterizam como sistema de governo. Sua construção discursiva ficou centrada na degradação da monarquia e na exaltação da república.

Propositadamente ou não, ao mitificar ou idealizar a república, a imprensa republicana catarinense operou em suas formas simbólicas a ideologia positivista francesa tão afeita aos simbolismos, como já demonstrou Carvalho (1998). Assim como ocorreu com a imprensa francesa, mais que “mostrar a verdade” sobre a república, era necessário fazer com que o povo a amasse e para isso era preciso apoderar-se do imaginário do povo e recriá-lo dentro dos ideais republicanos.

A ideologia é um forte instrumento de legitimação de regimes políticos como justificativa racional da organização do poder. No Brasil, conforme Carvalho (Idem), jacobinos, positivistas e liberais, por meio de seus princípios ideológicos que continham em comum aspectos “utópicos e visionários”, defendiam diferentes modelos de república. A ideologia positivista que visava a realização plena do cidadão em uma humanidade mitificada, foi a que se impôs nos primeiros anos de república. Só na virada para o século XX que os liberais conseguiram vencer esse embate e consolidar seu modelo que propunha a autonomia do cidadão

e o livre mercado, implicando em um modelo híbrido de república no Brasil com conteúdo americano (livre iniciativa) e forma positivista (símbolos). Ainda que as ideologias desses grupos fossem limitadas às elites, o objetivo era envolver o povo menos letrado no meio político. Assim, “sinais mais universais” como imagens, alegorias, símbolos e mitos foram as estratégias discursivas mais usadas por jacobinos e positivistas para criar identificação da população com a república.

Aquela era uma imprensa essencialmente opinativa, e como já observou Beltrão (1980, p. 14), a opinião objetiva “orientar cada leitor e toda a massa à ação”. Acrescenta, porém, que na base da opinião que possibilitará ao cidadão a formulação de um juízo individual, está a informação. Dessa forma, informação e opinião tornam-se indissociáveis.

Numa época tão restrita de conhecimento e informação, cabia à imprensa republicana o papel de esclarecer a população sobre o novo regime de governo. Porém, através das análises desenvolvidas pela Hermenêutica de Profundidade e das formulações que caracterizam o jornalismo opinativo como indissociado ao informativo, a imprensa republicana catarinense não esclareceu seu leitor sobre a república. Seu discurso, ao idealizar a república, tornou-se etéreo, divagador, inconsistente no sentido de apresentar, através das construções simbólicas, os fundamentos e as características daquele regime.

Óbvio que há fatores estruturais como o alto índice de analfabetismo e as limitações econômicas que dificultavam aos indivíduos o acesso aos jornais, mas o que se considera aqui são as construções discursivas que chegaram ao leitor daqueles artigos, e que não lhe permitiu formular um juízo sobre o que realmente seria tal regime político. Não esclareceu porque se limitou a opinar de acordo com o ponto de vista ou a conveniência de cada jornal. Apenas colocou na agenda do público uma nova temática em uma província que iniciava os primeiros passos para uma fase de modernização, mas não deu a ele (público) instrumentos suficientes para que este pudesse fazer uma distinção fundamentada e consciente entre o que é república e monarquia.

Outra conclusão a que se chegou e que extrapola os objetivos desse trabalho, é a de que os jornais republicanos não registraram os eventos significativos que constituíram a história do processo de instauração da república em Santa Catarina. Não valeu o conceito de que o jornalismo registra a história do presente. O pesquisador que buscar contar a história da República em Santa Catarina por meio dos jornais da época encontrará mais opinião e menos

informação sobre os fatos ocorridos. Aquela imprensa exercia ainda o jornalismo dos hebdomadários moralistas identificados por Habermas (1984) na imprensa francesa no final do século XVIII, que visavam ditar normas e regras de comportamento, às quais o povo deveria adotar. Era o homem privado inserindo na esfera pública seus juízos de valor no propósito de que devessem ser seguidos pelos demais.

Desde 1830, em países como Estados Unidos, Inglaterra e França, o jornalismo opinativo vinha sendo substituído pelo jornalismo de massa fundamentado no seu caráter informativo onde a notícia começa adquirir contornos de veracidade, objetividade, atualidade, imparcialidade e outras características do jornalismo atual. Nos grandes jornais brasileiros essa nova vertente também já vinha conquistando espaço no final do século XIX, mas em Santa Catarina a imprensa permanecia predominantemente na sua essência opinativa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona : Paidós, 1993.
- ARISTHEU, Achiles. *Os jornais na independência*. Brasília : Thesaurus Editora, 1976.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Rio de Janeiro : Ática, vol. I, 1990.
- _____. *Jornal, história e técnica*. Rio de Janeiro : Ibrasa, 1970.
- BALZAC, Honoré. *Os jornalistas*. Rio de Janeiro : Ediouro, 1999.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. In. INTERCOM, Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo. Vol. XX, nº 2, p. 87-102, julho/dezembro de 1997.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARROS, Antônio Teixeira de. JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A elaboração do projeto de pesquisa*. In DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república – das origens a 1889*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- _____. *História sincera da república – de 1889 a 1930*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1997.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. *Teoria geral da comunicação*. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.
- BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Florianópolis, SC). *Catálogo de jornais catarinenses 1850 – 1989*. Florianópolis, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*.
- BOVERO, Michelangelo (Org.). Rio da Janeiro: Campus, 2000.
- BOITEUX, José. *A imprensa catarinense* (Conferência). Rio de Janeiro: Estabelecimento Litho-Typographico Alexandre Borges & Co., 1911.
- _____. *A república catarinense – notas para a sua história*. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1985.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Santa Catarina nas guerras do Uruguai e do Paraguai*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1972.

- BOND, Fraser. *Introdução ao jornalismo*. São Paulo: Agir Editora, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOUDON, Raymond. *A ideologia*. São Paulo: Ática, 1989.
- BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1994.
- CALLADO JÚNIOR, Martinho. *Imprensa catarinense: resumo histórico (1831-1969)*. In: EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História de Santa Catarina*. vol 3. Curitiba : Grafipar, 1970.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARUSO, Raimundo C. *Noturno, 1894 ou paixões e guerra em Desterro, e a primeira aventura de Sherlock Homes no Brasil*. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997.
- CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da imprensa periódica pernambucana (1801-1908)*. Recife: Typografia do Jornal de Recife, 1908.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CASTRO, Sertório de. *A república que a revolução destruiu*. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- CAVALCANTI, Amaro. *Regime Federativo e a república brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1983.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque 1808-1964 – a história contada por jornais e jornalistas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHEREM, Rosângela Miranda. *Os faróis de um novo tempo – política e cultura durante o amanhecer republicano na capital catarinense*. São Paulo: 1997. Mimeografado.
- COLEÇÃO OS PENSADORES. *Wittgenstein*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. *Militares e civis num governo sem rumo*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

COSTELLA, Antônio F. *Comunicação – do grito ao satélite*. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2001.

CUNHA, Sylvia Amélia Carneiro da. *Gustavo Richard – um republicano histórico em Santa Catarina*. Brasília: Editora do Senado, 1995.

DEFLEUR, Melvin L. BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da comunicação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Imprensa na serra*. In BALDESSAR, Maria José. CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: Editora de Ufsc, 2005.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1997.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. Rio de Janeiro : Summus, 1.986.

DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. *Análise do Discurso*. Petrópolis: Vozes, 2003.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa – os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

ERBOLATO, Mario. *Técnicas de decodificação em jornalismo*. Petrópolis : Vozes, 1985.

FIALHO, Anfrísio. *História da fundação da república no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FICKER, Carlos. *Historia de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. Joinville: sn, 1965.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. *Análise de conteúdo*. In DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

FONTCUBERTA, Mar de. *La noticia - pistas para percibir el mundo*. Barcelona : Paidós, 1993.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2003.

GREGORIO, Domenico. *Metodologia del periodismo*. Madrid: Ediciones Rialp, 1966.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- HERKENNHOFF, Elly. *História da imprensa de Joinville*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- HOHENBERG, John. *Manual de jornalismo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1997.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAET, Carlos de. *A imprensa*. In. OURO PRETRO, Visconde de. Et al. *Década Republicana* Vol. 1. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, 37).
- _____. *A reportagem: teoria e técnica e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Controle de opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: Diagnóstico da educação*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 1994.
- LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História política da república*. São Paulo: Papyrus, 1990.
- LASSWELL, Harold. *A linguagem da política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papyrus, 1986.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Instituições políticas democráticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LÖWY, Michel. *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez, 1893.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos – a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1994.
- MANNEHIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Ideologia*. São Paulo: Global Editora, 1997.
- _____. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- MARTTELART, Armando. *Comunicação Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINS, Celso. *Uma história de coragem no sul do estado*. In BALDESSAR, Maria José. CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: Editora de UFSC, 2005.

MEDINA, Cremilda. *Notícia um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.

MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1982.

_____. *República e oligarquias*. Florianópolis: Insular, 1997.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis : Vozes, 1973.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *Análise documental como método e técnica*. In DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

MOUILLAUD, Maurice. *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais – a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina – modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAILLET, Marc. *Jornalismo o quarto poder*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1952.

PAULI, Evaldo. *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis : Edeime/UEDESC, 1973.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado - A imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PEREIRA, Moacir. *Imprensa & poder - a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

_____. *A imprensa em debate*. Florianópolis: Lunardeli, 1980.

PIAZZA, Walter F. *O Poder Legislativo catarinense - das raízes aos nossos dias (1834-1994)*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

_____. (Org). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIAZZA, Walter F; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina história da gente*. Florianópolis: Lunardelli, 1997.

- RABAÇA, Carlos Alberto e Gustavo Barbosa. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.
- RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis : Vozes, 1999.
- RAUD, Cécile. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil*. Blumenau/Florianópolis: FURB/UFSC, 1999.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público – a institucionalização do jornalismo no Brasil 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- RUBIN, Antônio Albino; BENTZ, Ione Maria G; PINTO, Milton José (Orgs.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTOS, Hélio Floriano dos. *A história da imprensa na cidade de Itajaí*. In LENZI, Rogério Marcos (Org.) *Itajaí outras histórias*. Itajaí: Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação/Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.
- SANTOS, Lílian Mann dos. *Kolonie-Zeitung, uma história – a viagem pelas oito décadas do primeiro jornal alemão de Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de curso em Jornalismo. UFSC, 2004.
- SCANTIMBURGO, João de. *História do liberalismo no Brasil*. São Paulo: Editora LTR, 1996.
- SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *O relato - a história da imprensa - Jaraguá do Sul e Vale do Itapucu*. Jaraguá do Sul : Editora CP, 1999.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora*. São Paulo: Summus, 1991.
- SILVA, Hélio. *A república não esperou o amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da república brasileira – nasce a república (1888-1894)*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.
- _____. *História da república brasileira – o poder civil (1895-1910)*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.
- SILVA, José Ferreira da. *A imprensa em Blumenau*. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura: 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2004.
- STUMPF, Ida Regina C. *Pesquisa bibliográfica*. In DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A república vista do meu canto*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.
- TERNES, Apolinário. *História do jornal A Notícia - 1923-1983*. Joinville: A Notícia, 1983.
- _____. *A Notícia – jornalismo e história*. Joinville: A Notícia, 2003.
- _____. *A imprensa no norte de Santa Catarina*. In BALDESSAR, Maria José. CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo Vol. I – porque nas notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. *Teorias do jornalismo Vol. II – a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.
- VALENTE, César. *A imprensa na grande Florianópolis*. In BALDESSAR, Maria José. CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: Editora de Ufsc, 2005.
- VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *La noticia como discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.
- VERÓN, Eliseo. *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- VILLAFANÉ, J.; Bustamante, E.; Prado, E.; *Fabricar notícias*. Barcelona: Editorial Mitre, 1987.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Monografias

ARAÚJO, Hermes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na Primeira República. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

CANALI, Geraldo Valente. *A ideologia no uso do conceito de liberdade de imprensa: uma análise à luz da Hermenêutica de Profundidade*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação e Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)*. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

SILVIERA, Adélia dos Santos. *Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Desterro (1850-1894)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 1981.

MORAES, Laura do Nascimento Rótulo. *Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Florianópolis (1894-1914)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SANTOS, Lílian Mann dos. *Kolonie-Zeitung, uma história – a viagem pelas oito décadas do primeiro jornal alemão de Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de curso em Jornalismo. Florianópolis: UFSC, 2004.

SCHLICHTING, Aída Melo. *Catálogo analítico-descritivo dos jornais de Florianópolis (1914-1930)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis : 1989.

TEIXEIRA, Arilton. *Catálogo analítico descritivo dos jornais de Laguna (1864-1900) - o jornal como fonte histórica*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

WARTH, Roberta. *O Xapecó (1892): as faces de um jornal*. Trabalho de conclusão de curso em Jornalismo. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2004.

Jornais

A LUCTA. Florianópolis: 05/1885 – 08/1885.

A LEGALIDADE. São Bento do Sul: 02/1892 – 10/1893

A VOZ DO POVO. Florianópolis: 03/1885 – 11/1885.

FOLHA LIVRE. Joinville: 01/1887 – 07/1887.

GAZETA DO ITHAJAY. Blumenau: 10/1892 – 12/1895.

JORNAL DO COMERCIO. Florianópolis: 01/1885 - 1894

LIBERDADE. Laguna: 12/1889 – 03/1891.

LIBERDADE. São Bento do Sul: 07/1890 – 10/1891

O INDEPENDENTE. Tijucas: 05/1886 – 11/1889.

O CAMPEÃO. Tijucas: 06/1885 – 01/1886.

O ESTADO. Florianópolis: 11/1892 – 04/1894.

O FUTURO. Laguna: 07/1891 – 04/1892.

PHAROL. Laguna: 05/1891 – 05/1892.

SUL. Joinville: 08/1889 – 06/1890.

REPÚBLICA. Florianópolis: 01/1892.

WAN – World Association of Newspaper. Paris: Newsletter nº 29, março de 2005.

JORNAIS CATARINENSES QUE CIRCULARAM ENTRE 1885 E 1900		
Ano	Jornal	Cidade
20/12/1862 a 21/05/1942	Kolonie-Zeitung	Joinville
03/01/1863 a 26/08/1885	O Despertador	Desterro
31/08/1868 a 30/11/1889	Regeneração	Desterro
10/12/1873 A 1871 04/09/1884 a 16/11/1889	O Conservador (***)	Desterro
25/09/1877 a 09/1884	Gazeta de Joinville	Joinville
06/07/1879 a 13/09/1885	A Verdade (***)	Laguna
19/02/1880 a 13/04/1894	Jornal do Comércio	Desterro
01/01/1881 a 02/12/1938	Blumenauer-Zeitung (***)	Blumenau
1882	O Lagunense	Laguna
22/06/1882 a 22/04/1888	Matraca	Desterro
05/04/1883 a 04/1891 (1ª)	Immigrant (**)	Blumenau
14/04/1883 a 12/1883 (1ª.) 04/01/1884 a 1889 (2ª.) 04/01/1891 a 18/10/1891 (3ª)	O Lageano (+)	Lages
1884 a 1885	Bentevi	São Francisco do Sul
07/05/1884 a 08/03/1885	A União	Joinville
18/07/1884 a 06/1886	O Democrata (+)	São Francisco do Sul
28/09/1884 a 01/03/1885	O Abolicionista (++)	Desterro
02/11/1884 a 27/01/1885	Balão-Correio (++)	Joinville
10/11/1884 a 15/11/1885	O Moleque	Desterro
1885	O Urubu (*)	São Bento do Sul
1885	Gazeta Serrana	Lages
1885	Estudante	Desterro
1885	Ramalhete	Lages
01/1885	O Serrano	Lages
14/03/1885 a 25/09/1885	Babitonga	São Francisco do Sul
01/01/1885 a 1888	Echo Lagunense	Laguna
09/04/1885 a 11/1886	Commercial	Laguna
14/05/1885 a 13/08/1885	A Lucta	Desterro
27/05/1885 a 27/06/1885	Porvir	Lages
31/05/1885 a 29/11/1885	A Voz do Povo (*)	Desterro
03/06/1885 a 30/10/1885	Estudante	Desterro
06/1885 a 17/01/1886	O Campeão	Tijucas
08/1885 a	Combate	Desterro
09/08/1885 a 25/10/1885	Crítico	Desterro
24/08/1885 – 12/1886 - cont. de O Serrano	O Echo da Serra	Lages

28/09/1885 a 26/03/1886	Constitucional (***)	Joinville
01/10/1885 - 11/12/1887	Júpiter	Desterro
09/12/1885 a 09/12/1935 (2ª.)	Conciliador (***)	Desterro
10/12/1885 a 09/1892	Tribuna Popular (++)	Desterro
25/12/1885 a 12/1886	Neue Kolonie Zeitung (+)	Joinville
1886 (edição única)	O Juvenil	Tijucas
1886	O Tijucuense	Tijucas
1886 a 27/11/1889	O Independente (*)	Tijucas
24/01/1886 a 14/09/1886	Mercúrio	Desterro
02/01/1886	Escudo (+)	Lages
18/02/1886 a 15/01/1887	A Idéia	Itajaí
28/03/1886 a 29/08/1886	A Manhã	Desterro
01/07/1886 a 01/01/1887	O Clarim	Desterro
1887	A Ventarola	Desterro
1887	Meteoro	Laguna
1887 a 1888	Revista Typographica (++)	Desterro
01/1887 a 11/1889	Reform	Joinville
23/01/1887 a 03/06/1887	Folha Livre (*) ok	Joinville
20/02/1887	A Liberdade	Itajaí
18/04/1887 a 1889	Crepúsculo	Desterro
01/08/1887 a 05/08/1889	A Evolução (*)	Desterro
21/08/1887 a 17/10/1887	O Vigilante (++)	Desterro
07/09/1887 a 15/07/1888	O Fanal	Laguna
1888	Comercial	Lages
1888	Pátria	Desterro
1888	O Neófito	Desterro
01/02/1888 a 1889	Liberdade (++)	Desterro
03/1888	Der Süd – Brasilische Land Wirth	Joinville
04/03/1888 a 29/03/1889 (3ª)	O Trabalho (+)	Laguna
07/05/1888	Cidade de Desterro (++)	Desterro
11/05/1888 a 13/08/1888	Typógrapho	Desterro
13/05/1888 a 10/04/1889	O Mosquito	Desterro
20/05/1888 a 12/1888	Dez de Março (***)	Laguna
28/06/1888	A Palavra	Desterro
26/08/1888	A Imprensa Catarinense	Desterro
31/08/1888	O Progresso	Desterro
25/12/1888 a 06/06/1889	Laguna	Laguna
1889	Beija Flor	Desterro
1889	Vespa	Desterro
1889	Grinalda	Laguna
02/1889 a 1890	O Diabinho	Desterro
10/03/1889 – 03/05/1889	Polyanthea	Desterro
15/04/1889 a	Esmeralda	Desterro
11/08/1889 a 30/06/1890	Sul (*)	Joinville

11/08/1889 a	Gilvaz	Desterro
31/08/1889 a	Professor	Desterro
10/10/1889 a 11/1889	União Conservadora (***)	Laguna
19/11/1889 a 01/1892 27/03/1892 a 1904 09/1918 a 1924 1926 a 25/12/1937	República (*)	Florianópolis
23/11/1889	Democrata	Desterro
12/1889 a 02/1890	Quinze de Novembro (*)	Lages
22/12/1889 a 03/1891	Liberdade (*)	Laguna
1890	O Immigrant	Itajaí
15/02/1890 a 1892	A Gazeta do Sul	Florianópolis
15/03/1890 a 03/06/1891	A Voz	Laguna
04/1890 a 08/1890	Colibri	Laguna
04/05/1890 a	Relâmpago	Florianópolis
01/07/1890 a 01/10/1891	Liberdade (*)	São Bento do Sul
09/1890 a 12/10/1892	Gazeta de Itajahy	Itajaí
... 02/1890	Democracia	Laguna
1891 (4ª)	O Trabalho	Laguna
1891	A Bússola	Laguna
1891	O Trabalho	Laguna
1891 a 05/1892	Lidador	Laguna
06/01/1891 a 04/1891	Volksstaat (**)	Joinville
02/01/1893 a 24/09/1893	A Gazeta de Joinville	Joinville
20/02/1891 a 27/09/1891	Deutscher Anzeigblatt für São Bento	São Bento do Sul
10/05/1891 a 10/05/1892 15/05/1892 a (...)	Pharol (**)	Laguna
12/07/1891 a 27/04/1892 (1ª) 13/05/1894 a 04/12/1898 (2ª)	O Futuro (*)	Laguna
1892	A Pátria	Laguna
1892	Lidador	Lages
1892	O Vapor	Laguna
20/02/1892 a 10/1893 02/05/1896 a 29/10/1901	A Legalidade (* na 2ª. Fase)	São Bento do Sul
07/02/1892 a 22/12/1892	Xapecó	Xanxerê
11/03/1892 a 16/06/1892	Distração	Desterro
21/04/1892 a 01/12/1895	Gazeta de Lages (*)	Lages
18/06/1892 a 03/1893	O Município (**)	Blumenau
12/10/1892 a 01/12/1895	Gazeta do Itajahy (*)	Blumenau
30/10/1892 a (...)	Rebate (**)	Lages
04/11/1892 a 21/04/1894 (1ª)	O Estado (**)	Desterro
13/11/1892 a 1893	O Cruzeiro	São Joaquim
1893	Bacurau	Laguna

1893	O Sol	Laguna
03/1893 a 16/07/1893 (2ª)	Immigrant (**)	Blumenau
22/05/1893	A Thesoura	Florianópolis
25/06/1893 a 1894	Pátria (**)	Laguna
16/06/1893 a 26/10/1917 (1ª) 23/08/1919 a 29/08/1941 (2ª)	Der Urwaldsbote	Blumenau
09/07/1893 a 21/09/1893	Revista Commercial	Florianópolis
07/09/1893 a 05/11/1893	Gazeta Lagunense	Laguna
02/12/1893 a 07/1894	Estado do Povo	Joinville
1894	A Semana Ilustrada	Itajaí
1894	A Flexa	Itajaí
1894	O Serrote	Laguna
15/08/1894 / 1896 24/07/1897	Região Serrana (*)	Lages
09/1894	O Legalista (*)	Imarui
01/11/1894 a 09/02/1895	Commercial	Desterro
1895	Estudante	Florianópolis
01/07/1895 a 08/07/1938	Joinvillenser Zeitung (**)	Joinville
02/09/1895 (2 ou 3 edições)	União Brasileira	Florianópolis
03/09/1895 a 03/11/1895	Correio da Manhã	Desterro
10/1895 a 1897	Landwirthschaftli Ches Zeitung	Joinville
20/10/1895	A Pontuação	Florianópolis
27/10/1895	O Mequetrefe	Florianópolis
28/10/1895 a 24/07/1898	O Estudante	Florianópolis
21/11/1895 a 29/11/1895	Correio do Brazil	Desterro
1896	A Semana	Itajaí
1896	Jornal do Brazil	Itajaí
1896	A Lua	Florianópolis
1896 a 10/1896	Semanário Ilustrado	Itajaí
01/01/1896 a 13/09/1896 Substituiu a Gazeta de Lages	O Município (*)	Lages
08/03/1896 a 1896	Sonntagsblatt	Joinville
04/06/1896 a 1998	O Sul (*)	São José
04/07/1896	L'Operario	Florianópolis
06/08/1896 a 20/10/1896	A Luz	Florianópolis
17/08/1896 a 25/10/1896	O Coisa	Desterro
30/08/1896 a 15/03/1902	O Ronco	Florianópolis
26/09/1896 (2 ou 3 edições)	O Chimpalhaço	Desterro
11/10/1896	A Metralha	Florianópolis
30/11/1896 a 01/02/1897	O Repórter	Florianópolis
1897	O Palmense (**)	Palmas
01/01/1897 a 1914 (1ª) 05/09/1937 a 1955 (2ª)	Região Serrana (*)	Lages

28/02/1897	A Ventarola	Florianópolis
28/05/1897	Vanguarda	Tubarão
15/11/1897 a 1901 – 2ª. fase	O Estado (*)	Florianópolis
1898	O Progresso	Laguna
30/05/1898 a (...)	A Semana (revista)	Florianópolis
05/07/1898 a (...)	O Bilontra	Florianópolis
10/07/1898	O Estudante	Florianópolis
14/07/1898	O Netto	Florianópolis
06/11/1898 a (...)	Rio Negrense	Rio Negro
04/12/1898 a 08/07/1906	Sonntagsblatt	Blumenau
01/01/1899 a 12/1902	O Progresso	Itajaí
05/02/1899 a 30/04/1899	O Campo Alegrense	Campo Alegre
14/02/1899 (ed. Única) a 15/04/1906	A Flecha	Itajaí
12/06/1899 a (...)	O Trovão	Florianópolis
01/07/1899 a 25/12/1900 16/09/1900 a 19/12/1900	A Idéia	Florianópolis
19/10/1899 a 1901	A União (*)	Laguna
28/10/1899 a 15/11/1899	O Gato	Florianópolis
01/11/1899 a 15/10/1902 14/07/1903 a 01/01/1904	Sul-Americano	Florianópolis
05/11/1899 a 26/11/1899	A Violeta	Florianópolis
1900	O Martir	Imarui
09/04/1900 a (...)	O Papagaio	Florianópolis
01/04/1900 a 30/09/1900	A Página	Florianópolis
07/1900 a 1910	Der Wolksbote	São Bento do Sul
01/08/1900	Hiram	Florianópolis
19/08/1900 a 18/11/1900	Comércio de Joinville	Joinville
15/09/1900 a 01/01/1901	Operário	Florianópolis
20/09/1900 a 11/12/1902	Mercantil	Florianópolis
01/11/1900 a 1901	Blondinista	Laguna
15/11/1900	O Debate	Florianópolis
12/1900	Regeneração	Florianópolis

Fontes: Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1994. Catálogo de Jornais Catarinenses: 1850 – 1989. Florianópolis. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, 1990. A História da Imprensa de Itajaí. Hélio Floriano dos Santos. In: Itajaí Outras Histórias. Rogério Marcos Lenzi (Org.) Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins, 2002. Nas Tramas entre o Público e o Privado. Joana Maria Pedro. Florianópolis. Editora da UFSC, 1995. Imprensa Catarinense: resumo histórico (1831-1969). Martinho Callado Júnior. In: Faissal El-Khatib (Org.). História de Santa Catarina. vol 3. Curitiba. Grafipar, 1970. Jornalismo em Perspectiva. Maria José Baldessar e Rogério Christofolletti (Orgs.). Florianópolis. Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina/Editora da UFSC, 2005.

* Republicano
+ Liberal

** Federalista
++ Abolicionista

*** Conservador

Forma de governo

A missão da imprensa republicana e a dos homens que nela ou fora dela manifestam suas idéias em oposição às monárquicas, não tem certamente como muitos querem a de destronar para [...] romper e revolucionar, não é exclusivamente pugnar pela organização de um governo que respeite o direito e a [...] do povo e que seja escolhido, votado e eleito pela maioria deste, que é o verdadeiro soberano; de um governo que encare os negócios do progresso e engrandecimento do país, como lh'o impõem o brio e a dignidade, verossemelhança da França e dos Estados Unidos, onde a divisa dos homens que estão à frente dos negócios públicos é velar os interesses do povo e conservar ileso a honra nacional; d'um governo como o dessas duas nações, tão importantes quão respeitadas, que só empregam ao serviço de suas repartições públicas tantos empregados quantos sejam indispensáveis ao serviço público, sem que lhes sobeje tempo para palestras inúteis nos corredores e ante-câmaras das respectivas repartições, o que não se observa nem se respeita em nosso país, onde o serviço que quatro ou seis empregados poderiam fazer fica a cargo de dez, doze e mais, para proteger afillhados do governo e dos chefes políticos com os fundos dos cofres públicos, que deviam ser aplicados à amortização da dívida externa e interna do Império, ou à causa da libertação ou da agricultura, que tanto reclamam nossa atenção; d'um governo que, na gerência dos negócios do país, não os tornando na devida consideração, segundo a norma adotada, o povo que o elegeu [...] poder para substituí-lo, destituindo-o; d'um governo finalmente, que, por meio de delegados comissionados, facilite meios de industrializar e empregar centenas e milhares de criaturas, entregues à ociosidade e indolência, espalhadas nos centros de todas as províncias, em meios fáceis de empregar seus dias n'um trabalho laborioso porque não sabem como e de que modo o hão de fazer.

É assim que entendemos exigir um (sic) forma de governo aos nossos negócios e aos nossos destinos.

Neste país tão rico, tão fértil de terrenos uberrimos, ainda a maior parte por cultivar, que podem fazer milhares de fortunas, é que se precisa d'um governo sisudo, refletidor, composto de homens honestos, virtuosos, práticos da lavoura, do comércio, das artes, aptos assim a saberem administrar os altos interesses nacionais que constituem o engrandecimento da pátria.

E, entretanto, é o que não se observa no país, no nosso país fadado para melhor sorte.

Se o nosso monarca, para constituir governos, chamasse homens sisudos, independentes, nas condições a que nos referimos, práticos dos misteres e do serviço consernente a cada pasta ministerial, não teríamos como o temos tido à frente dos negócios da Agricultura comércio e obras públicas, marinha, guerra e fazenda, uma chusma de doutorzinhos que poderão achar-se muito habilitados a defender uma causa pendente de chicana, mas nunca a conhecer d'aqueles ramos que são completamente estranhos ao seu saber, porque os não estudaram nem teórica nem praticamente: inábeis, portanto, a dar-lhes a ótima direção que carecem.

Eis as nossas idéias.

Elemento servil

Os negócios da política, mas da política tacanha, tem occupado a attenção dos “Augustos e Digníssimos” representantes da Nação, no Senado e na Camara dos srs. Deputados, a tal ponto que só lhes sobra um pouco de tempo para se occuparem da questão do elemento servil, ainda sem estar resolvida!

Que lastima!

Os grandes e palpitantes interesses do paiz que fiquem preteridos, esquecidos mesmo, para somente serem applicados o zelo e actividade dos seus representantes em bixas e mesquinhas questões da especuladora política que caba a ruina da Nação!

É uma indignidade!

Nunca d'antes e depois da guerra do Brazil com o Paraguay passamos por uma crise igual a que atravessamos! O cambio oscilla, tendendo a baixar; o credito do paiz sente-se abalado; os bancos limitam as suas transacções; a lavoura definha; o commercio, paralyzado d'uma maneira assustadora, resume as suas transacções, ameaçado de prejuízos avultados, o que diminue consideravelmente do rendimentos do império e desanima a classe que nelle se occupa e nelle emprega os seus alheios capitaes, e, finalmente, os operários e artistas de cujos salários se sustentam milhares de famílias, empregados na indústria nacional, e batem-se ao peso do infortúnio que os a commete, sem trabalho, sem meios para viverem e sem esperanza de melhorarem de sorte!

É uma calamidade!

A má direcção do governo na questão do elemento servil collocou o paiz, sinão ameaçado d'uma bancarrota, ao menos n'uma situação assustadora. Consequência de pretenções absurdas e de projectos de leis mal elaborados.

O governo não pode querer a libertação sem indemnisação, porque isso é um attentado aos direitos de propriedade.

Não somos escravocratas; ao contrário reconhecemos que a escravidão é um cancro social, uma nodoa que mancha uma das paginas de nossa historia e uma propriedade que nos repugna tanto como deve repugnar a todos que a possuirem.

Mas não é legal essa propriedade? Não tem o senhor de escravo empregado n'elle o seu capital tão legalmente como se o tivesse empregado n'um predio? Não paga os impostos com que sobre elle é tributado? Logo, se a lei dá direito de ter no Imperio a propriedade de escravos, sobre ella manda o governo cobrar impostos, reconhece-a legal; é uma inconstitucionalidade, um attentado querer destituir d'ella o seu proprietário sem indemnisa-lo d'uma quantia aproximada ao seu valor, que, na época presente como na futura, não pode ser de grande monta.

Entendemos que para conseguir a libertação dos escravos no Brazil há um meio muito facil; e se o governo lançar mão d'elle serão benéficos, úteis e aproveitáveis os seus resultados.

Eil-o:

Apresente-se à Camara um projecto de lei, bem elaborado, determinando que no fim de quatro annos serão livres todos os escravos que existirem no Império; creando um *Fundo de Libertação*, para o qual reverterá o resultado d'um imposto de ½% com que deverão ser tributados os possuidores das apólices da Dívida Pública e trinta mil réis que deverão pagar

anualmente os possuidores de escravos, por cada um, sem outro onus, durante quatro annos; e findos estes, com o producto deste e daquelle imposto, que será sufficiente, o governo indemnisará os possuidores dos escravos com quantias que sejam reactivas às suas idades e valores, que deverão ser calculados em relação às suas idades e conforme o estado de saúde que gosarem.

Os proprietários de escravos não terão razão de chamar contra os legisladores que os tributarem com esse imposto, porque não é elle exagerado e vai reverter no fucturo em seu proveito próprio; e menos razão terão os possuidores de apólices, que ficam pagando um tributo suave, com que já de ha muito deviam concorrer, visto que a apólice é uma propriedade em que o capitalista emprega os seus capitaes como na compra ou construcção de um prédio de que paga impostos.

E depois, se os bancos não pagam prêmios de 6% pelas quantias que nelles se depositem, porque os ha de o governo pagar?

Portanto é justa a contribuição.

A nossa idéa

A França, essa heróica nação de bravos, de talentos possantes e revolucionários, desde a sua revolução de 89, encheu de luz a humanidade!

Á força de idéas largas, profundas e grandes como o infinito; de craneos onde erupcionavam lavas vulcânicas de vibrantes pensamentos, abateu-se a monarchia porque o povo jamais podia supportar o peso de seu barbarismo.

Combateu-se muito, lutou-se herculeamente com armas e... mais com a penna, ponta d'aço que rasga horisontes trevosos e os inunda de luz a monarchia gemeu e cahio desfeita às rajadas do vento da civilização d'esse povo e da idéa republicana!...

Sim, nós também agora principiamos o nosso combate olympico; seremos fortes contra os fortes, implacáveis ante a tempestade das [...] os tufões rebentão e zunem tormentosamente, mas passam logo, após o espaço de alguns minutos.

Não tememos a política de partidos monarchicos, viciada pela corrupção, pelo egoísmo das posições, esses cancos que atacam o paiz, devastando, abatendo tudo e molestando a humanidade brasileira à força de impostos que affluidos servem só para sustentáculo dos figurões que a apoiam e rodeiam a monarchia, embora anguste aquella, extorcendo-se como um envenenado nas ancias da morte; emquanto que o rei sorri, compartilhando prazenteiramente com elles o resultado dos estragos que se multiplicam.

Oh! Não! D'ora avante não o farão com tanta facilidade, com tanto affoimento; porque nós, com a virtude, com a nossa fiscalisação, com as nossas idéas, em garantia dos direitos do povo, trabalhando unicamente pela causa santa do progresso e da civilização, obstaremos a continuação d'essa pratica, d'essa devastação.

Estaremos sempre à frente d'essa política tacanha, como denodados guerreiros que combatem pelo progresso da pátria e pelos interesses do povo, e jamais poderão impedir nossos passos gigantescos na senda a que demos a primeira avançada, porque a nossa divisa é o respeito à lei, à autonomia d'esse mesmo povo.

Nós, o povo, que soffremos, que não nos é mais possível supportar tanta opressão, que somos retirados d'sses partidos estranguladores da lei e do direito, não nos podemos callar a tanta anarchia, ante uma monarchia pavorosa que se diverte comnosco como se fossemos estatuas de carne, d'essas que se curvam aos pés do monarcha!

Jamais o faremos, jamais desceremos a essas baixezas ridículas ao homem; o nosso braço não cançará, seremos, entusiasticamente cheios de patriotismo, de amor à pátria, baluarte à força, e em tempo algum retrocederemos do nosso intento, aliás grandioso, porque a nossa idéa caminha, caminha sempre, progressivamente, como idéa de futuro e de não longíquos resultados, tendo os aplausos dos homens do progresso, d'aquelles que são nossos e que só pensam no estado do paiz, para o qual olham com tanto pezar com se olhassem para [...] elle gemesse agonisante, quasi a exhalar o último suspiro.

Quem há por ahi, pelo mundo brasileiro, que não lastime a direcção e a marcha actual do paiz que dia a dia mais periga à beira do abysmo, que lhe abre negra e larga garganta esperando a sua precipitação, movida pela metade dos homens que o governam?.,

Todos, dos que pensam como nós, lastimam esse estado a que o reduziram; e só a nossa idéa poderá evitar-lhe esse perigo, levantá-lo da sua morbidez e collocá-lo a par das nações mais civilisadas e cultas, cujo governo seja a república!

Taxem-nos embora de *planta exotica*... Que nos importa, se ella medrou na França, plantada no Brasil acclimatar-se-ha, sem duvida alguma, porque o seu terreno é fértil, uberrimo e à força de nosso cuidado, crescerá e dará os mais preciosos e almejados fructos, como as experiências e o tempo nos tem provado.

Queremos um governo que não prejudique o caminhar do paiz, o seu progresso e desenvolvimento, tanto industrial como social; que não escravise nem sobrecarregue o povo com impostos bárbaros; que abata essas distincções de espiritos ambiciosos que riem-se das nossas misérias, desses homens que entorpecem a marcha evolutiva da nação; e esse governo só pode ser o republicano.

Convictos, pois, de que a nossa idéa republicana, que é a do povo, que é universal, há de prevalecer um dia para salvar o paiz do naufrágio a que o governo monarchico o sujeitou, não descançaremos um só instante, até que seja chegado o momento da victória, até que cheguemos ao fim desejado, evitando-nos uma catastrophe de que nos sentimos ameaçados.

Sejamos, d'ora avante rochedos onde se quebrem as ondas das ambições partidárias, onde se despedacem as vellas da velha nau – a monarchia – às lufadas do vento da civilisação!

Mais alguns passos agigantados e teremos a luz do futuro.

Eis a nossa idéa!

Cícero era a palavra da república Romana, Cícero, em pé, com a fronte erguida, defendendo os direitos dos seus concidadãos, mau grado a intriga, o poder e todos os embustes, encarnava solememente a bella magestade da mais perfeita das instituições humanas, cujo elogio é proclamado pelo seu proprio nome.

República quer dizer a causa do povo e... só pelo povo; quer dizer a morte eterna de todos os poderes tyrannicos, o estremecimento justo dessa grande desigualdade de haveres, só permitida nas instituições viciadas; e quer dizer tambem a liberdade perfeita, a boa divisão do trabalho, o progresso da industria e de todos os meios possíveis de engrandecimento nacional.

Só quem não lê a história, quem não se compenetra dos grandes interesses populares, póde, à maneira dos sophistas, lançar o ridículo no mais sagrado dos direitos humanos, e consequentemente na mais perfeita das instituições, cuja origem é devida incontestavelmente ao grande amor da liberdade, sempre permittida, mas também sempre ultrajada!

Povos da América, filhos de Leth e filhos de Caim, quando o nosso nome fulgirá com a luz da mesma estrella?

Nos dias de amargura, quando o povo sofre, nesses dias crueis, em que a mais pezada mão do poder pessoal exerce uma tyrannia, quando tudo é deserto e só se ouve o pranto com resultado de uma grande magoa, se o poder é dos Cezares, tudo está perdido; se de Washington tudo está salvo.

(sem título)

Se lançar-mos um olhar pela immensa vastidão d'este território brasileiro tão fecundo, tão rico, tão opulento, e, depois baixar-mos os olhos, para as suas finanças, para a sua administração, para a sua política escrophulosa e anêmica, não podemos menos que lastimar a mendicância andrajosa a que o te rasta protecção da monarchia.

N' esta grande immensidade continental, florescem as republicas pequenas, vivas de seivas, ardentes de aspirações e cad uma d'ellas a' esta labutação frenética pela perfeição de um governo, cahem hoje esphaceladas por uma força que as esmaga, e erguem-se amanhã dos destroços da luta, para emprehenderem novas campanhas em prol dos destinos da luz.

N' esta lutas há sempre uma fraternidade de aspirações, um elo de pensamento generoso e grande; procura-se.

No nosso século o procurar: é ir d' encontro ao desconhecido, arrancar-lhe mascara e reconhecê-lo.

O desconhecido e um inimigo; reconhecê-lo é destruí-lo.

Marchar contra este esfinge do pensamento humano com as armas inoffensivas do talento ou da illustração, esmagal-o com a sciencia e perdoar-lhe clementemente a tyrania é o mais bello apanágio da humanidade.

Noventa e três foi um vulcão; elevou-se como a torre de Babel, mas confundio-se nos ódios sangrentos que transformarão os tyranos em martyres, que fizerão dos verdugos a memória sympatica dos vindouros.

As revoluções tem isto.

Noventa e três não podia ser outra cousa: destruiu para edificar.

Aquelle anno fatídico vinha dos cofins do feudalismo e há momentos na vida das nações em que o porvir se peza n'uma balança, e a folha de um punhal ou a bala de um revolver, decide do destino de uma geração, inteira.

Foi assim que se fez a primeira revolução franceza, começando pelo triangulo fatal, que symbolisava a liberdade.

Três cabeças decepadas: Losme, Fresselles e Launay, o governador da Bastilha.

Então o povo liquidava com a aristocracia os largos juízos que havia pago à avidez tyrana. Depois a sua vingança teve um deslumbramento louco. O sangue cegara-a Corday apunhala Murat, e o cutello que decepa a cabeça de Luiz XVI e Maria Antonietta faz rolar sobre o estrado do patibuloas cabeças onipotentes de Dalton e Robespierre!

Eis a triste contribuição dos ódios, mas.... então estávamos no declinar do século IX.

Hoje a nossa aurora é mais risonha, o nosso horisonte mais amplo, a nossa esperança mais sólida.

Não precisamos de sangue.

Para a constituição da nossa república, carecemos e isso basta, do concurso dos que crêem em Deus e tem coragem para pugnar pelo bem universal.

A republica não tem pátria; filha do povo, pertence por índole a todos os povos, e se pois é de todos, busquemos na omnipotencia das suas atribuições definidas, os preceitos que ella estatue para aquelles que querem ser seus filhos.

Nunca se vio um rico tamanho estender súplice a mão a esmola publica.

Dizer-se que este grande mendigo é o maior colosso da América do Sul; dizer-se que elle adormece sob um solo estacionado nos veios da sua riqueza aurífera; que os seus rios esquecidos cospem para as margens os diamantes mais preciosos e que a Europa mais inveja; que as suas florestas desprezadas são as grandes proprietárias das suas mais magnificentes madeiras e...que...depois de sessenta e tantos annos de independência conserva ainda a – escravidão – como a garantia de sua industria e de sua lavoura; e que empunhado, exaurido, pobre, mendigo, vem ainda hoje, agora estender a mão ao paiz, para lhe pedir a esmola de uma nova emissão de 25:000 contos, elle o colosso; elle o colosso, elle o argentario, elle o que mais deve, porque converte os nossos esforços em tristes e ingloriosas campanhas eleitoraes em protecções espúrias, em escândalos de administração!...

Povo, vós que sois a voz soberana elevae-vos um dia a altura da vossa soberania omnipotente.

Se o governo vos exora é que o governo mendiga.

Dae a esmola, não como quem a dá a um pobre, mas como quem faz um empréstimo a um inimigo.

O governo tem ate hoje feito com vós um empréstimo de prego.

Arranca-vos juros pela mais módica quantia que vos concede.

Pagais a água que bebeis, o estabelecimento que fundaes, a profissão que exerceis, a luz publica que vos esclarece as ruas a própria justiça que elle distribue para subornar-vos o direito...

Pois bem... vós sois o povo, isto é, o rei, respeitae as leis, sede fieis aos bons princípios do constitucionalismo, mas reagi contra a preponderância do absolutismo.

Abaixo os privilégios.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade!

(sem título)

Acorda, povo brasileiro, da lethargia em que jazes!
Fortifica-te contra a anemia que te prosta e ameaça aniquilar-te!
Lenvante-te impávido do abatimento a que te reduziram!
E depois que estiveres vigorosamente reconstituído, olha piedosa e compassivamente para o estado agonisante a que chegu a tua mãe-pátria!
Não ouves ums duras e clamor que inspira compaixão? E'ella que geme e chama por ti para que a penses e a socorras!...
Não sentes distinctamente, um murmúrio que compunge e afflige? E ella que sente aproximarem-se os últimos paroxismos de sua vida!...
Salva-a, pois; inda é tempo.

Uma nação tem o seu elemento de vida como um ser qualquer... humano por exemplo...
Se o organismo deste é forte, bem constituído, são e zelosamente cuidado, a vida do ser é longa, viril e exuberante de grandeza; se é fraco, anemisa o corpo e reduz-o a esterilidade até ao maior grau de abatimento!

Contra estas verdades da sciencia não há argumento plausível.
Assim, uma nação governada e dirigida por homens zeladores do seu progresso, almejadores do seu engradecimento, sérios, honestos e independentes, sem paixões partidárias, há de forçosamente prosperar, virilisar-se, fortalecer-se, exuberar-se e torna-se invejável pela sua riqueza explorada e cultivada e pela civilização e independência de seus povos!...
Mas, se, ao contrário, os que a governam e dirigem esterilisarem e abandonarem os princípios da grande philosophia que lhes deve servir de norma, de diretriz, para conduzi-la a prosperidade, então a queda é infalível e a sua liquidação esfacelladora é inevitavel.

No primeiro caso, que é aquelle em que não está o Brazil, tudo e grandioso, santo e nobre; no segundo, justamente em que nos achamos, tudo e decadente, lamentável e contristador!

Ora, nós, os republicanos, que somos os mais independentes e mais sinceros de todos os políticos; que reconhecemos a virilidade e exuberância do paiz, e que reconsideramos sobre a degradante direcção que o governo applica aos seus públicos negócios, não podemos deixar de fazer estas exposições para tentarmos convencer o povo de que se o paiz chegou a este estado de degradação, elle é o principal responsável, pelo facto já muito conhecido e circumstanciado de ter eleito homens, cujo fim, como já demonstramos, sem contestação, é garantirem posições elevadas que aspiraram e conseguiram, sem se importarem com os mais comesinhos interesses da pátria.

Embora todos os políticos, a quem fazemos sombra e a quem estas duras e incontestáveis verdades não agradam, nos taxem de pretenciosos, de ignorantes, de falsários, de revolucionários e de quanto qualificativo injurioso e desmoralizador possam inventar, a consciência impõe-nos o sagrado dever de indicar ao povo o erro em que tem caído, de que tem sido victima, e o único meio que resta para salvar o paiz do estado enfermo a que reduziram: - escripto na escolha dos homens que o administrem!...

(sem titulo)

Sem idéas não pôde haver política, sem política não pôde haver governo.

Por isso há necessidade de partidos que concretisem determinadas idéas para que possam estabelecer uma norma de governo.

Sem esta norma o governo será o acaso, estará sujeito, somente, a variabilidade de vontades individuaes.

É o producto dessas vontades isoladas não pôde deixar de ser o imprevisto, e, consequentemente, o absurdo.

Com tal systema, como pôde haver delegação? Como o povo pôde indicar com seus suffragios este ou aquelle individuo para assumir a governança, se esse individuo não tem norma, se não acha submettido a um programma conhecido?

De todos estes inconvenientes é que surge a necessidade de idéas que constituam uma política, d'uma política que determine um systema de governo, de partidos que systematisem idéas e concretisem-n'as em actos.

Apparecidos os partidos, é, pois, sua missa – estabelecerem uma norma para execução de suas theorias, e governarem de accôrdo com essa norma.

Para isso, porém, é preciso que elles não sejam platônicos, utopistas; é necessário que a theoria que apresentam decorra logicamente das necessidades sociaes do povo sobre que devem influir.

Cumprem sua missão os partidos constitucionaes brasileiros?

Não pôde responder-se sem temor de contrariedade.

Levados por lutas pessoaes, por interesses, às vezes, inconfessáveis, esses partidos não estão na altura de seu fim, não preenchem a benéfica missão de que estão a cargo.

O mais adiantado desses teve outr'ora um programma, bateu-se até, galhardamente, durante dez annos de ostracismo; mas, chegado ao governo, eil-o negação completa dos princípios que pregara quando na opposição e contrariando a opinião publica como tem feito diversos gabinetes.

O outro partido – o conservador – nem ao menos programma tem; há sete annos que se acha derribado do poder e, estando as condições do paiz completamente modificadas, não apresentou, si quer, uma idea para quando se ache na posse das rédeas do governo.

Não nos parece que sejam estes os males devidos ao pessoal componente dos dois partidos; até cremos que este pessoal é em sua maioria distincto, cheio de boas qualidades, desejoso de servir ao seu paiz. Mas é que a índole desses partidos, sua educação, não permitem-lhes ser influenciados pelas boas idéas de seu pessoal.

Assim é que não raramente vê-se indivíduos, excellentes pais de família, cumpridores de seus deveres como particulares, no entanto, capazes das maiores tropelias como partidários.

É, isto a mais evidente prova da perniciosa influencia que exerce sobre os partidos constitucionaes a educação fornecida por nosso systema de governo.

É, pois, mais que legitima a creação do partido republicano.

Retirada do meio que tão má influencia exerce sobre os dois partidos monarchicos, sem relações com as instituições que tem feito degenerar a missão destes, o partido

republicano pôde cuidar dos interesses do paiz livre do influxo mão que sobre os outros tem o governo.

Não tendo responsabilidade neste, não cumprindo-lhe elevar actos que julgue mãos, nem deprimir outros que entenda bons, o partido da democracia pode manter-se sempre independente e apontar ao paiz aquillo, tão somente, que julgue útil, proveitoso.

Mas para que o partido republicano esteja na altura de sua missão, para que exerça sua benéfica influencia sobre o povo, e necessário que não desvie-se do caminho que a lógica, a moral e a conveniência publica impõe-lhe.

É necessário para que o partido republicano esteja no seu papel, para que não seja uma cópia dos partidos monarchicos, apenas com rotulo diverso, que seus membros convençam-se - que é tão somente da perfeita cohesão de idéias, da conformidade completa de princípios que pôde surgir o poder de um partido.

É preciso que os republicanos convençam-se que no seio dos partidos devem estar abafados os mesquinhos egoísmos pessoaes, e que – missão do bom, do desinteressado partidário – alienar sua individualidade para cuidar do seu partido.

É preciso que os republicanos tenham só em vista os interesses da Pátria e façam definhar as ambições pessoaes que porventura appareçam.

É, pois, preciso antes de tudo para o nascente partido republicano – uma boa e forte disciplina.

Sem esta, logo nos seus primeiros passos, terá pela frente o esboroamento, a ruína.

Para ser, pois, patriota, bom republicano, conseguintemente, o individuo não pôde ser mais que um executor da vontade da maioria, a que deve em todos os casos submeter-se.

E não se diga ser isso um escravismo, pois que essa maioria é obtida pela vontade collectiva de que faz parte o individuo.

Só assim procedendo, é que os republicanos poderão aspirar a conquista do poder para felicitar a Nação.

(sem titulo)

Na decadente Roma, quando, pela immoralidade predominante, pela falta absoluta de elementos de progresso nas seitas antigas, brotavam espontaneamente das condições sociaes novas religiões, novos ramos das já existentes, as velhas theologias levantavam-se enfurecidas, combatiam com todas as armas da propaganda e chegavam até a levar a luta para as praças.

Assim acontece com a política no Brazil.

Os partidos monarchicos gastos, velhos, estragados completamente, sem corresponderem com seus actos às necessidades da nação, sem possuírem meios para felicitarem o paiz, determinam o advento fatal e lógico de novas agremiações políticas, que mais de accordo com as necessidades do presente, porque delle são filhas, venham resolver com critério os problemas complicados que a cada passo surgem.

Como as definhadas collectividade religiosas de Roma também os partidos da monarchia procuram por todas as formas entrar o caminho aos nascentes grupos partidários, lançando mão de todas as infâmias, explorando a credulidade publica por todas as maneiras possíveis.

Não valer-lhes-à, porem, tal recurso, como não valeu aos romanos atrasados a guerra que fizeram progresso.

Os novos partidos têm sua razão de ser nas necessidades sociaes, no estado de nossa época, na desmoralisação e na anarchia dos envelhecidos grupos constitucionaes, e não será a arquejante voz de qualquer moribundo organ da monarchia que conseguirá despopularil-os, abatel-os.

A luz começou a nascer, é licito que as trevas, vendo que seu reino diminue de poder, peguem em armas, dêem combate; é rasoavel, portanto, que os emperrados agrupamentos do rei procurem defender o forte que ameaça entregar-se por sua própria fraqueza.

Para essa defesa impossível, não podendo contar com auxílios da lógica e da boa razão, que os não fornecem, os reaes advogados lançam mão de vãs declamações e eil-os com retumbantes palavras exclamando: “cada dia, no vasto campo das especulações políticas apparecem novas bandeiras, tremulando ao sopro da vaidade e do despeito. – Não tem adeptos, que as sigam e nem guarda que as defenda; mas que importa? Etc, etc.

Não, especuladores não são os soldados dos novos acampamentos, que podendo gosar das posições offerecidas pelos partidos que revesam-se no poder, que podendo ser aquecidos pelo calor do governo, abandonam os exércitos que têm a hegemonia e procuram, levados pela consciência e pelo patriotismo, constituir partidos que fortaleçam –se nas lutas pela adversidade, que disciplinem-se sob uma boa educação moral para poderem quando o tempo e as circumstancias determinarem-n’o realizar um systema de governo compatível com as necessidades do paiz e com as determinações da decência!.

Especuladores não são, não podem ser aquelles que tendo só em vista o interesse nacional, o adiantamento do paiz, o desenvolvimento do povo, separam-se da decrepitude e da decadência, representadas pelos sequazes do imperador, para congregarem os bons elementos em um corpo unido, coheso, que possa realizar o que a pátria de há muito pede e não tem apparecido mais que em tardias e mentirosas promessas do lado das forças imperiaes!

Especuladores não são, não podem ser os batalhadores que, com sacrifícios de toda natureza, procuram implantar idéias que sua convicção diz serem boas e que trazem como consequência a incompatibilidade de seus adherentes com todas as commodas posições que obtem os amigos das instituições!

Especuladores... poderíamos dizer que são amigos dos governos; mas não, ainda não chegou a ocasião de fazermos autopsia no organismo dos partidos do rei.

Quando tal cousa for necessária para que o povo comprehenda o que são os que atiram a pecha de especuladores sobre os defensores de seus direitos, então sim, ainda que com repugnância e tristeza, faremos o que nos impõe o patriotismo. Emquanto para chamar à vida o martyr de todos os tempos não se tornar preciso um tão poderoso elemento de reacção, estejam descuidados os senhores monarchistas, não verão nossas columnas apresentar ao povo um tão despresivel quam contristador quadro.

Não fazemos, pois, por agora, mais que tirar de sobre o partido republicano a macula que lhe foi atirada por um dos diários desta capital.

Não somos especuladores, somos soldados, ainda que fracos, de grandes idéas.

Os partidários da Liberdade, Igualdade e Fraternidade não espalham germes de perturbação e de desordem, cavam como as ruínas do actual imprestável systema de governo os alicerces da futura grandeza do Brazil.

Sete de Setembro

No thermometro do tempo é hoje marcado o 63° anniversario da independência brasileira.

Não foi tudo, o que se fez em 1822, não foi o que podia fazer-se; mas foi já alguma cousa; foi sempre uma conquista.

Não libertou-se de todo o Brazil com o comício grito do Sr. Pedro I nas margens do Ypiranga. Ainda nos ficou, como damninha planta, a monarchia portuguesa.

A seguir o curso lógico, o phenomeno da nossa independência não teria por solução o estabelecimento de uma monarchia.

As condições de tempo e de lugar a isso opunham-se poderosamente, os elementos em acção contrariavam esse resultado.

Mas um factor existia que notável influencia conseguiu, e esse, em seu próprio interesse, empregou efficazes esforços para desviar a direcção dos acontecimentos e poder apossar-se da revolução que se operava.

Esse factor foi o príncipe regente, o filho de D. João VI.

Cercado de homens que possuíam força, que guiavam a opinião, o Sr. D. Pedro I, vendo que fatalmente se havia de realisar a independência, introduzio-se nos acontecimentos, e, por sua posição de primeira auctoridade da colônia, não lhe foi difficil occupar a primeira posição no movimento, que, sem seus esforços, nem seus auxílios, caminhava e levaria o Brazil à liberdade.

Illudindo a tendência nacional, o primeiro imperador impôz-se como elemento auxiliar à nação, que julgava, enganada pelo patriotismo de nossos patriarchas, necessitar dos auxílios da coroa.

Não foi, pois, illogica, segundo o procedimento dos liberaes de 1822, a ascensão do Sr.D. Pedro ao throno.

Não era, entretanto, essa a solução que os acontecimentos pediam; não era esse resultado que as nossas necessidades sociaes determinavam.

Desde o século 18 com a gloriosa conspiração mineira, germinava no paiz a idéia da republica co-relativa a de independência.

Já o acontecimento que occasionou suplicio áureo de Tiradentes prenunciava para o Brazil – a Republica Federativa.

Em 1817 Pernambuco revolucionava-se e sob a bandeira da democracia batia-se pela independência.

Os antecedentes históricos unindo-se às circumstancias de lugar, a livre América, e de tempo – o século 19°, não podiam ter por effeito, portanto, outra cousa que não a republica.

Sob esse ponto de vista, está provado, não nos foi útil a independência.

Talvez até não nos foi útil sob nenhum outro. Talvez que se nos conservássemos no regimen colonial, debaixo de uma mais franca reacção às tendências liberaes, mais fácil teria sido um levantamento nacional com o intuito de plantar a republica.

Representa, apezar de tudo, o 7 de setembro, a nossa independência, e quando os resultados della não tenham sido os possíveis e os esperados, é sempre digno de ser lembrado o dia que a vio raiar.

É por isso que, sendo amanhã – 7 de Setembro – sentimos-nos tentados a deixar, como commemoração do aniversario de nossa liberdade nacional, os commentarios que ahi ficam.

Federação brasileira

Um organismo onde cada cellula tenha vida independente e ache-se em completa relação com os outras para produzir a vida do todo, é o exemplo que oferecem os corpos mais aperfeiçoados na escala dos seres, é a perfectibilidade sonhada pela sociologia para organização dos povos modernos.

Estabelecendo esta opinião Lanessan conclue, - que autonomia e solidariedade devem ser as bases scientificas sobre que se organisem os estados.

Para tal cousa conseguir-se, é necessário, porém, que se estabeleça a mais ampla descentralisação; é preciso um systema que dê ao individuo a maior somma possível de liberdades, de autonomia.

Sem isso não se pôde obter regimem scientifico de governo, não existirá mais que a morte do individuo em proveito da entidade abstracta – collectividade.

E para que se siga um systema que não prejudique ao real pelo theorico, é preciso que se note que assim como individuo é o conjunto relacionado das cellulas que compõem n'õ; - que o estado, a não ser considerado como a expressão do relacionamentoentre os individuos de um povo, é uma entidade sem significação pratica, sem corresponder a nada de exacto.

Por essa razão, o regimem a seguir-se deve ser aquelle que mais desenvolva o individualismo, que mais poderosamente contribua para que o cidadão gose de inteira autonomia, mais ampla liberdade.

E para isso que corresponde a federação.

Dando completa independência aos estados em tudo que disser-lhes respeito, - collocando os municípios em posições completamentes, ella faz com que o individuo seja chamado ao interesse publico, porque este é o de seu município que é o seu, ou o do seu estado, que toca-lhe de perto.

Com uma organização centralisada não pôde haver devotamento ao interesse publico, simplesmente porque a natureza humana não pôde ser modificada por código algum.

Emquanto disser-se ao individuo que trabalhe pelo interesse da pátria, que é um paiz de uma extensão extraordinária; que assim fazendo elle não faz mais que o seu dever, nada conseguir-se-à de útil. É preciso que se lhe diga: - trabalha ela localidade em que moras, porque do melhoramento de suas edificações, de suas condições hygiênicas, de sua justiça, de sua policia, emfim e tudo que ella consta, terá innumeros resultados, trará uma porca de utilidades para ti e os teus.

Dessa forma o individuo envolver-se-à no trabalho em prol do interesse publico, porque percebe facilmente que assim trabalha para si.

Mas exige-se de quem não é um philosopho, de quem não conhece o systema de leis que dirige o universo em todas as suas partes, que pense em primeiro lugar na pátria, - uma cousa que elle sempre vio tendo conveniências oppostas as suas – é antes de tudo uma prova de inqualificável cegueira.

Falar-se ao cidadão que não comprehende o mechanismo social em interesse da nação, quando elle não conhece mais que uma parte insignificantissima della; quando elle vê que o lugar de sua moradia precisa determinadas instituições que uma outra localidade que vio repelle, quando elle pode observar que o interesse do lugar de seu nascimento é contrari ao interesse de muitas outras partes do mesmo paiz, é pregar-se ao vento, é atirar ao abandono sementes que cuidadas intelligentemente poderiam germinar com utilidade.

Só o individuo de intelligencia desenvolvida, o individuo de profundos estudos sociaes pôde comprehender que, trabalhando para um paiz grande, trabalha também para si.

O povo, máxime o nosso, que não tem educação cívica e philosophica alguma, não pôde entender assim, não tem conhecimentos para tal.

E tanto é verdade, que vê-se até entre pessoas de provada honestidade particular a característica phrase – roubar da nação não é roubar.

Para que consiga-se que o individuo cuide dos interesses da pátria, é necessário ligal-os a uma pequena circumscripção, que se ache também unida aos interesses individuaes que pertencem – lhe.

Sem isto fazer será baldado todo o esforço não se conseguirá que elle trabalhe pelo seu paiz, annular-se-à os meios de trabalhar para si.

É o que tem feito a nossa estúpida centralisação.

Tem afastado o homem dos negócios nacionaes, e prohibindo que elle tenha iniciativa, que elle procure os meios de desenvolver sua industria.

Como resultado desse systema uma causa ostenta-se cheia de força – o centro.

É delle que parte tudo: organizações partidárias, manifestos políticos, creações de companhias, formações de empresas. – Tudo delle vem.

As províncias não pensam, as províncias não agem, - só executam o que os seus mandarins, que se acham instalados na côrte, determinam.

Nestas condições é necessário urgentemente necessário que empregue-se enérgicos esforços para chegarmos a um regimem de liberdade, para conseguir-se a federação do Brazil.

Traduz, pois, uma inadiável necessidade o projecto do Sr. Joaquim Nabuco.

Mas com lastima declaramol-o, - ou esse projecto revela uma especulação, o que não queremos crer, attendendo à seriedade de quem apresentou-o, ou então representa mais uma utopia de homens que deveriam de muito achar-se desenganados com a nossa fôrma de governo.

Pois entoa em quase oito annos de poder não conseguistes fazer insignificantes reformas, como a do casamento civil e a da democratização do voto, e pensais, logo que delle saístes, que conseguireis uma reforma capital como a da federação do Brazil?

É muita utopia, inacreditável illusão!

Pregareis o federalismo, com todo o enthusiasmo, com todo o esforço; mas chegareis à governança e não conseguireis executar assim como não executastes as reformas que formaram vosso programma do decênio de “ostracionismo”. E não o executareis por uma razão muito simples- porque elle é incompatível com o systema monarchico.

Deixa-vos, pois, de palliativos. Se sois sinceros, se falais seriamente quando accusais a monarchia, não procureis illudir-vos e enganar por mais tempo o povo, - convencei-vos que a vossa aspiração não terá possível realidade com a forma que nos rege e que será mais uma esperança que vereis tombar quando de novo conseguirdes o poder.

Agora, se não passa de “patacoada eleitoral” o vosso projecto commeteis mais um crime, que o patriotismo há de accusar com energia e que a historia condemnará com severidade. De qualquer fôrma, porém nada mais conseguireis que retardar o advento da única verdade política entre nós, - a Republica Federativa.

O que foram e o que podem ser

O velho e gasto Partido Liberal, que nasceu ao mesmo tempo que o Império, é conhecido hoje por toda parte como partido de bandeiras esfarrapadas.

Desprestiados em todas as políticas que tem experimentado, enfraqueceu-se a tal ponto que, a não mudar de rótulo, terá forçosamente que succumbir de uma vez sem que possa recuperar forças suficientes para levantar-se.

Antes da independência do Brazil, com José Bonifácio na chefia, aspiravam simuladamente as nobres aspirações democráticas do genuíno republicano Tiradentes.

Quebrados, porém, os liames que prendiam o Brazil e a Portugal, tornaram-se os traidores dos sublimes pensamentos de grandes pensadores dessa epocha, fazendo-se adeptos e auxiliares do primeiro imperador do Brazil, estabelecendo com tal proceder a implantação da monarchia – causa do nosso atraso.

O castigo, entretanto, não se fez esperar muito, porque, depois de installar-se o systema de governo monarchico, de que era chefe o filho de D. João VI, d'elle sofreram todas as perseguições, em virtude das quaes principiaram contra elle a conspiração sem que obtivessem a sua derrota, maugrado de todos os bons patriotas democratas.

Com espírito republicano, os liberais exaltados e moderados, unidos então, nada pouparam, envidaram tudo e tudo empregaram durante nove annos para conseguirem a derrota do primeiro monarcha que acariciaram, taxando-o de usurpador.

Impuseram a deposição a este pela revolução, no intuito de, conseguida a derrota, instituírem a republica.

Idea sublime! Grandiosa! Patriótica.

Mas os moderados, de espírito fraco, próprio daquelles tempos, felizmente idos, quando justamente ia o paiz adquirir a sua principal independência trahiram de novo esse pensamento de puro patriotismo que traria como consequência se fosse a effeito a felicidade da pátria nos levaria ao auge da civilisação.

Quanta traição!...

Foi dahi que ficou completa e constitucionalmente garantido o throno ao filho do filho daquelle rei de Portugal, - ao príncipe brasileiro.

Miséria!...

Ainda assim, no espírito de cidadãos de ideas mais adiantadas, predominou sempre a convicção de que a idea republicana em breve tempo triumpharia, para mallógro e desmoralisação dos traidores daquelles pensamentos admiráveis.

Esta convicção, porém, não tardou que se lhes apagasse de todo no espírito, vendo que os seus companheiros de lucta anterior pela conquista da liberdade dos povos e autonomia da pátria, após a tempestade agitavam com ufania a bandeira da bonança, proclamando a maioridade do filho de D. Pedro I.

Que irrição!...

Para obterem a graça do segundo Imperador no intuito de galgarem os degraus do poder, não vacilaram um instante si quer, - não trepidaram mais uma vez em atraiçoar as nobres aspirações nacionaes, por meio de convênios palacianos, que, aos próprios intentos do chefe da instituição monarchica, eram convenientes para principiar a desmoralisalos, a

inutilisal-os.

Elles não comprehendiam então esses planos machiavelicos do sábio rei, que adoravam, para subirem e gosarem as suas graças, que lhes proporcionariam instantes deliciosos.

Mas o ainda jovem imperador, que em pouco tempo se enjoou delles, entendeu que era preciso dividir os seus sorrisos e aquellas graças pelos outros, os conservadores, gentes de mais seu agrado, e tomou a resolução de lhes mostrar a porta por onde entraram para saírem e os degraus por onde subiram para descerem, e pol-os no andar da rua com a maior franqueza e da maneira mais humilhante e vergonhosa.

Raivosos por terem sido intimados por seu glacial e augusto amigo, por quem dariam anteriormente a própria vida, a largarem o poder para entregal-o aos homens da sempre assaz lembradas leis reacionárias, eil-os dispostos a proclamar em duas províncias luctas renhidas – revoluções.

Vencidos ainda destas como das outras vezes pelo mechanismo da pessoa imperante, que tudo por (...) lho perdoou, tornaram-se-lhe himildes súditos e servos alffáveis, no intuito de galgarem novamente o poder, que himilhanamente deixaram.

Constituídos de novos instrumentos do imperador, nada mais oppuseram à política deste, até que, depois de algum tempo, se organizaram, conseguindo ainda governar por alguns annos.

Novamente o rei aborrecido delles, despendi-os com a maior semcerinomia para dar-lhes occasião de inventarem novo programma ou novas revoluções.

De facto, decaídos do poder, engendraram o celebérrimo programma – reforma ou revolução, - ameaçando o chefe da coroa e promettendo à nação o seu futuro engrandecimento, a persuasão de que seria o meio mais fácil de tornarem a governar.

Se até então eram improduttivas as suas promessas, nessa epocha de opposição poucos eram os que acreditavam na realização desse programma – cheio... de palavras ocas.

Mas conseguiram o seu fim – subir ao poder.

Subiram pela ultima vez e governaram dez annos na mais pura esterilidade, nada fazendo e tudo atrazando.

Mentiram como sempre ao paiz e ao povo, repetindo a todos os instantes que fariam a reforma ou a revolução.

Nenhuma fizeram.

Sophismaram sempre.

Mil bandeiras que agitassem todas ellas seriam esfarrapadas quando na posse do poder.

Durante o período dos dois reinados foram sempre: na opposição sublimes, no governo perverso, traidores detestáveis.

Essa sublimidade de opposição de out'ora, resume-se hoje ao mais tumular dos silêncios à vergonhosa e triste posição de desolação em que caíram.

Que pretenderão amanhã?...

Atraíçoar ainda a pátria?!

Se, por um lado, pelo lado mau demonstrarmos a imprestabilidade do inconveniente partido liberal, é do nosso dever, pelo outro, que constitue até certo ponto da defeza dos

homens que o organisaram e o tem sustentado, que orientemos o público da causa que os tem forçado à representação de um tão triste papel.

Aquelles que não são tolos nem políticos exclusivamente do chefe do poder pessoal, sabe perfeitamente que essa causa concentra-se positiva e incontestavelmente na pessoa do monarcha, que, despeitado e colérico pela tentativa daqueles que intentaram extinguir a instituição monarchica, de que elle é sábio chefe, não tem outro intuito que não seja o de tolher-lhes os planos sublimes e as ideas úteis e grandiosas, para despregial-o e inutilizal-o até reduzil-o à esterilidade, à desolação, ao descrédito nacional, deixando-os sem forças e coragem para que não tentem novamente investir com elementos poderosos contra seu absoluto poder.

Mas os que foram apaixonados da política do Sr. Pedro II e a garantia do seu sceptro e imperialissima e constitucional coroa, já não serão da nossa opinião insuspeita, franca e leal; levarão a sua suspensão e despeito ao ponto de affirmarem que os liberaes nada fazem pelo bem da pátria porque não tem ideas, nem homens, nem convicções.

Engano manifesto, injustiça!

Eles dispõem de todos esses elementos que poderiam fazer a felicidade da pátria mas há essa grande causa occulta que parte dos altos poderes, que se antepõem simuladamente aos benéficos resultados que aqueles elementos poderiam produzir.

Diga-se antes que a sede de irem ao poder para governarem e garantirem posições elevadas, é o motivo que curvam-se à vontade do soberano e a razão do que merecem as mais acres accusações dos que vivem afastados da política monarchica, que são os que combatem pelo progresso da pátria e a civilização dos povos.

Diga-se finalmente que elles, nas péssimas condições em que se acham, commettem um crime de lesa-patria por não unirem-se a nós para, com patriotismo e desinteresse próprio constituirmos uma maioria de horoes e extinguirmos de uma vez para sempre o pernicioso absolutismo e hereditarismo imperante, para organisarmos um governo – do povo, pelo povo e para o povo -, cujo systema scientifico e conveniente levante este ubérrimo paiz do abatimento a que o reduziu o actual systema de governo de sua majestade.

É o que lhes resta fazer, como bons patriotas.

Sabem disso e conhecem que com o mesmo rotulo lhe será difficilimo galgar mais uma vez os degraus do poder, attenta a sua esterilidade e a descrença pública, que lhes negará auxilio para constituírem uma maioria que lhes de meio de governo, entretanto não cumprem aquelles deveres que significam o mais puro patriotismo.

Engendrarão ainda novos e pomposos programmas, - novas bandeiras esfarrapadas dos quaes fará parte o projecto federativo, que irá infallivelmente parar no fundo dos archivos da câmara electiva para la dormir o sono da eternidade, em cuja capa collocarão o seguinte epitaphio: - Resquiescat in pace.

A escravidão por cá

Todos os mezes temos ocasião de presenciar quadros revoltantes de escravidão.

Escravos e escravas siviçados por senhores-algozes apresentam-se constantemente queixando-se às autoridades das pancadarias e maus tratos que sofrem.

Quando por quase todas as províncias o abolicionismo vai ganhando terreno e se apoderando do espírito popular, vemos nós cheios da mais pungente mágoa, a quase indiferença que reina entre nós por essa santa e digna causa.

Não é que falem espíritos adiantados – temo-los de sobra; mas falta-nos o incentivo, falta-nos a propaganda para arrancar os espíritos do torpor.

O povo não deve mostrar a indiferença criminosa dos governos liberal e conservador; os abolicionistas devem agitar a luta em todos os recantos, uma luta heróica, sem descanso e sem tréguas.

A cruzada deve procurar de preferência os pequenos lugares, que são justamente os grandes focos de escravidão e o ninho da escravocracia ferrenha e feroz.

Se a vitória do abolicionismo é fatal como o sol de amanhã e toda a propaganda vai servir para apressar o desfecho da luta, é para lamentar que os abolicionistas não procurem unir seus esforços, trabalhar, esmagar as consciências absecadas dos negreiros, acabar com essa vergonha, arrancar essa planta execrável que faz sombra as ceiras do porvir da nossa terra!

Esperar do governo liberal e conservador, que tem contemporisado com todos os crimes, com todas as baixezas do último reinado!...

Esperar de Saraiva, Cotegipe e D. Pedro! Nunca a luz há de sair dessa trilogia de treva.

Os governos hão de se suceder um ao outro e o escravo há de ser escravo, enquanto restar um desgraçado nascido antes da Lei Rio Branco.

Havemos de presenciar esta vergonha das vergonhas – a escravidão acabar só quando não houver mais vítimas e o chicote sobreviver ao último escravo!

Miséria! Culpa do poder, e culpa do povo – do poder porque não acabou com a escravidão, do povo porque ainda suporta esse poder tirano e cruel, que protege o crime e deixa no entretanto a infância sem instrução e o mestre-escola definhar na indigência!

Se o povo quisesse!... *O vouloir c'est pouvoir*, só é verdade para o povo, mas ele também tem épocas de marasmo como os répteis.

Se o povo quisesse!...

A escravidão acabar-se-ia com tem se acabado os burgos podres da tirania.

Mas o povo não quer e contenta-se em derramar sobre a cabeça dos negreiros a bális de uma cólera estéril.

Enquanto isto o negreiro dorme tranqüilo e o feitor sorri, afagando amorosamente o cabo do chicote.

O Partido Republicano – aos que amam o Brasil

Não há quem não confesse, até mesmo aqueles que acreditavam em sinceridade política, que os partidos conservador e liberal, sustentáculos da monarquia no Brasil, estão condenados pela opinião da geração que surge para dar um novo e estranho impulso à nação, e esfacelados pela corrupção que nasce da ganância pelo poder.

Iguais nos atos, esses partidos confundem-se nas más aspirações.

Observamos a prática: subiu o partido Liberal: o que fez? Substituiu os presidentes e vice-presidentes, chefes de polícia, enfim, desde os chefes de secretaria até os inspetores de quartelão. Benefícios ao país, nada! Deu-nos uma lei eleitoral, cujos resultados são os mesmos que a lei velha, incorrendo no liberalismo de aristocratizar o voto. Sob o partido Conservador; o que fez? Demitiu também os funcionários liberais para nomear os seus, não deixou PEDRA SOBRE PEDRA. Benefícios ao país, quais. Tantos como os liberais.

Se há um crime praticado por um eleitor, os seus correligionários tratam de protegê-lo, e seu criminoso tem a felicidade de seu partido estar no poder, então pode ficar bem tranqüilo de que o crime não será punido. A menor falta em que incorre um adversário é logo considerada um horror! E a vítima é perseguida se os seus adversários estão no poder.

É isso o que se vê todos os dias.

Agora perguntamos nós: e haverá ainda brasileiros patriotas, homens de bom coração e sentimentos de justiça, que queiram servir de protectores de criminosos e perseguidores de homens honestos, continuando a pertencer as estes dous partidos?

Os políticos de hoje são aquellos que, não contando com seus trabalhos para viver, precisam de empregos públicos, ou quando não, querem brilhar fazendo papéis de oficiais da guarda Nacional e outras palhaçadas da monarchia brasileira. Para estes, o rei é o seu augusto amo, soberano senhor. etc.etc. O republicano é livre, não conhece senhor, reconhece todos os homens cidadãos livres; cada cidadão é apto para desempenhar cargos que requeiram habilitações relativas aos seus conhecimentos; as nomeações são feitas por concurso e não por empenho, como fazem os monarchistas.

Obedecendo ao impulso do século, o Brasil ultimamente vae marchando aceleradamente na política republicana – única capaz de trazer a verdadeira felicidade ao país. Todos os dias criam-se pelo país inteiro clubes republicanos, obtendo-se espontâneas adesões liberaes e conservadores, até mesmo dos chefes. São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul têm assombrado com o crescimento do novo partido! Lugares já há em que o Partido Republicano é superior aos outros dois partidos unidos. No Pará, augmenta-se admiravelmente a causa republicana, a ponto de já elegerem ultimamente deputados provinciais, assim como no Amazonas e outras provincias.

Três provincias há que não marcham como as outras no ideal político adiantado, e são: Mato Grosso, Espirito Santo e Santa Catarina!

E Santa Catarina!! Pois aqui não haverá brasileiros patriotas, espiritos adiantados e sentimentos de justiça?

Há. É que esperam...

Uns, os liberais, que sugam o partido para dele se desligarem afim de se não dizer que quando o seu partido está debaixo é que eles o abandonam.

Singular argumento! A pátria e a humanidade devem estar acima dos partidos, e o bem não de demoram, senhores liberais.

Se vós sois adiantados, provai-o!

Os conservadores esperam que as causas melhorem.

Há 50 anos que se vive nesta esperança e ela só nos dão ilusão.

Deixai a velha guarda, o alistai-vos, se sois patriotas, nos batalhões da democracia pura, que tem por bandeira:

Deus, Pátria e Humanidade.

Autonomia das províncias

As idéias, como os homens, têm a sua época. Realiza-las quando elas não se tem ainda amadurecido com a meditação dos tempos, com os estudos dos espíritos cultos, e nem com as investigações dos homens práticos; enfim, realiza-las imprudentemente quando se é apenas levado pelo entusiasmo da novidade é fazer sossobrar o que poderia ser útil ao seu tempo.

Ideas há, porém, que pela sua importância e necessidade, têm em si mesmo a oportunidade que dispensa comentários e investigações, porque tem na simplicidade da sua concepção a demonstração clara e lógica da sua necessidade, vantagens e propriedade.

É dessa ordem a idéia, já aliás discutida, e apresentada ao Parlamento, de dar autonomia às províncias do Império, federalizando-as, se é eu o nosso sistema de governo a suporte sem perigar a monarquia. Em todo caso, forçoso é confessar, tal projeto viria dar às províncias, um largo desenvolvimento, separando-as do poder central e absorvedor de suas arrecadações, e tirar-lhes a vexatória posição de importunas mendigas.

Os resultados da centralização têm sido para o Brasil da mais triste consequência: desde a nossa independência as províncias que têm progredido devem a si o seu progresso, devido ele aos seus produtos valiosos, a iniciativa particular ou a sua posição feliz, ao passo que a capital do Império tem se desenvolvido e muito contando com o elemento oficial, e com o funesto resultado da centralização.

Chegando vai, porém, a época que contra si mesmo tal sistema opera, porque a reação começa a aparecer; é assim que nasceu em São Paulo a idéia de separação, idéia que já se estendeu até o sul de Minas e eu vai se repercutindo de província em província como um doloso desengano das esperanças fundadas outrora...

Entretanto a onda se avoluma e corre, e o governo, que com egoísmo prende as províncias da cortes, há talvez de passar pela forçosa amargura de esfalecer o Império se não lhes der a precisa autonomia.

Devemos ser unidos para sermos fortes e fortes para sermos bons; combatemos a separação, mas achamos justa e proveitosa uma reforma sensata que dê às províncias a liberdade de gerir seus próprios interesses e escolher seus administradores, fora do capricho político que os nomeia a sua vontade, lançando muitas vezes mão de mediocridades infatuadas que saem das fornalhas do bacharelismo para se exihirem no mundo das posições; uns, por que têm país alcaides, outros por que são excelentes cabos eleitorais, muitos finalmente por que não têm capacidade para mais nada!

É uma dura verdade essa, que sentimos dizer e de que é causa única o sistema da centralização.

Será bom que Santa Catarina uma a sua voz a de suas irmãs que clamam incessantemente pela sua razoável autonomia. A idéia amadureceu e é chegado o tempo.

O que é a república
A republica em theoria

Não é uma apologia da forma republicana, que vamos emprender. No campo dos princípios são sempre más as apologias, por isso que significam uma parcialidade, que desde logo põe de sobreaviso.

Não iremos por conseguinte atribuir à forma republicana de governo virtudes que não possua, ou traçar della um quadro ideal, muito longe da realidade.

O que nos propomos escrever é, ou o que a história na sua imparcialidade severa dá como provado, ou o que a consciência de amigos e adversários repete a todo o momento como affirmativa de incontestável exactidão. N'um e n'outro caso será insuspeito o que affirmamos, porque a cada instante se poderá verificar a sua veracidade.

Começaremos por tratar da forma republicana de governo em theoria, porque é sob este ponto de vista que ella levanta menos objecções, chegando quasi, pode dizer-se, a alcançar um geral, senão universal assentimento.

Com effeito, realistas puros, intransigentes, que defendam por princípios e convicção a monarchia como a melhor forma de governo, não há hoje, pelo menos entre nós. Se algum apparecesse seria para os próprios partidários do throno uma *avis rara*.

Em Portugal, desde os ministros da coroa até ao ultimo dos regedores, tudo é republicano... em theoria. Talvez façam apenas excepção a essa regra os legitimistas.

Sem querer no actual momento e neste logar investigar a existências de outros motivos, sabemos, porém, que todos esses *republicanos theoricos* são monarchicos na pratica por questão de oportunidade, segundo elles próprios affirmam.

Mas o certo é que o systema lhes não repugna, porque sem reбуço confessam ser elle o mais consentâneo com a dignidade do cidadão, e com as exigências da civilização moderna. E não é somente em Portugal onde tal cofissão parte das fileiras monarchicas.

A nossa vizinha Hespanha tem hoje como ministros da regência homens, que já foram ministros da republica e que amanhã volverão porventura a sel-a, segundo elles com a máxima sem cerimonia o deixão perceber.

Não vimos há pouco, n'uma interessante polémica entre o Século e o Interesse Publico, com o redactor deste ultimo jornal, eminente homem de sciencia e espirito altamente independente, se declarou monarchico de occasião, embora confessando-se republicano em theoria, por ser a republica a única forma racional de governo de uma sociedade adiantada em civilização?!

Assim, pois, no campo theorico ninguém que se preze de medianamente instruído, nega hoje de boa fé a superioridade da republica sobre a monarchia, como forma de organização dos poderes públicos. No entretanto, como neste campo ainda uma ou outra objecção se apresenta com insistência, diremos muito brevemente em que consiste a forma republicana de governo e quaes são as características que profundamente a distinguem da forma monarchica.

A primeira destas características é a ausência absoluta do principio da hereditariedade como elemento de organização dos poderes de estado.

O que é a república
A republica em theoria

Nas monarchias a hereditariedade, isto é, a tradição, é tudo. É hereditária a mais alta magistratura da nação. São hereditárias as funções legislativas; e paizes há mesmo e épocas houve em que eram hereditários quase todos os altos cargos públicos.

Para segurar o principio da hereditariedade, no que respeita à primeira magistratura, tem-se nas monarchias commettido as mais atrozes violências.

Guerras injustificadas, que custaram rios de dinheiro e fizeram derramar mares de sangue; alianças monstruosas, que reuniram raças, que se odiavam, separando para sempre povos irmãos; uniões funestas, que causaram a infelicidade de muitas famílias reinantes e as desgraças de muitos povos subjugados, tem sido o fructo da hereditariedade nos paizes onde ella imperou como a suprema razão do estado.

E por fim a hereditariedade é um absurdo perante a razão, é um deplorável erro perante a sciencia, é um insulto à dignidade humana perante a moral, e até perante os grande interesses nacionaes pode ser grave perigo para a prosperidade e para a independencia do povo, que a acceita como norma reguladora dos seus destinos!

A hereditariedade no que respeita à primeira magistratura de um paiz, é um absurdo perante a razão porque não se comprehende como o trabalho e o saber sejam condições indispensáveis para os mais modestos misteres da vida, e possam dispensar-se quando se trata de funções, a que estão ligados os vários e complexos interesses de milhões de nossos semelhantes.

O artista humilde ou o funcionário obscuro, para encontrarem trabalho ou emprego, têm de mostrar pelas suas aptidões especiaes, que são capazes de desempenhar as funções a que aspiram.

De nada lhes vale que um seu ascendente tenha sido um bom operário, ou um empregado modelo. Com muita razão lhes responderão, que o saber ou a aptidão manual para um officio não se herdam, mas adquirem-se com esforço e com o exercício.

E comtudo as funções de que se trata são das mais modestas, e os interesses do exercício dessas funções dependentes são dos mais insignificantes relativamente!

Dá-se a circumstancia, porém, de vagar a primeira magistratura da nação e o caso muda de figura. Para substituir o monarcha fallecido não se procura a pessoa que, pelos seus talentos, pela sua virtude, pelo seu saber ou pelo seu prestígio, possa desempenhar-se cabalmente da árdua missão, que incumbe a quem preside à governança do estado.

Um simples acaso determina a escolha. É o mais velho filho do defunto rei, que herda, como se fosse um mogardio, o direito de governar a nação. E no entretanto, este herdeiro forçado pode ser um estúpido, um ignorante, um vicioso ou mesmo uma inconsciente criança!

Eis uma das consequencias do principio da hereditariedade.

Mas este principio, conforme dissemos, além de ser um absurdo perante a razão, é um deplorável erro perante a sciencia. A sciencia, com effeito, demonstra que as aptidões governativas e principalmente o saber, que depende do estudo, não se podem transmitir de pais a filhos. O que se transmite infelizmente, para desgraça dos povos, são os vícios adquiridos no meio artificial e deletério em vive um rei. São esses vícios accumulados pela herança de muitas gerações, que dão a historia um Carlos IX, um Carlos *el hechizado*, ou um D. João VI de grotesca memória.

O que é a república
A república em theoria

Assim, pois, completa a eliminação do velho e anacrónico principio da hereditariedade e substituição deste principio pelo electivo, eis o distinctivo principal da forma republicana de governo.

É evidente, que não é apenas por esta distincção que se differenciam as republicas modernas das monarchias. A abolição da hereditariedade traz consigo um certo numero de reformas, que são outros tantos pontos de divergência entre as duas formas de governo.

Por exemplo, com o advento dos poderes electivos deixam as despezas da realza de ter razão de ser.

Quando o chefe de estado é um ser privilegiado, quase divino, misterioso, necessita, para manter a lenda da sua superioridade acima dos outros homens, de se cercar de pompas que deslumbrem os que só attentam nas exterioridades.

Por isso as monarchias custam muito caras aos povos que as supportam.

Nas republicas, pelo contrario, em que o presidente à apenas temporariamente o primeiro dos cidadãos, não é necessário o fausto para dar realce a uma magistratura, que se recomenda à consideração publica por outros predicados.

A república é o mais barato dos governos. A monarchia, pelo contrario, é o mais dispendioso.

Para que se não supponha ser gratuita ou menos fundada esta asserção, vamos mostrar quanto custa a lista civil n'alguns paizes monarchicos e n'algumas republicas da actualidade.

Na Europa custa a lista civil annualmente, por habitante, nas seguintes monarchias:

Inglaterra, 761/2 rs; Rússia, 88 rs; Itália, 97 rs; Prússia, 117 rs; Bélgica, 117 rs; Portugal, 145 rs; e nas duas republicas: França, 41/2 rs; Suissa, 41/2 rs. O confronto não póde ser mais eloquente.

No orçamento de 1885-1886 a casa real portugueza custava o seguinte ao paiz: Ministério da Fazenda – Dotação da família real... 571:000\$000; Ministério da Guerra – officiaes às ordens d'el-rei ... 9:210\$750; Ministério da Marinha – officiaes às ordens d'el-rei ... 6:096\$000; Ministerio de Obras Publicas – concertos e obras nos paços, etc, etc... 6:000\$000; Guarda Real de archeiros ... 3:500\$000; juros de inscrições em usufructo da coroa ... 62:000\$000; Total 657:806\$750.

Eis o que “legalmente” custa a realza a Portugal. Note-se que não fallamos do que “illegalmente” lhe custa. E comtudo Portugal é uma pequena nação de 4.500 000 habitantes, pobre, sem indústria, sem commercio internacional, sem marinha mercante, economicamente anêmica, emfim.

Voltemo-nos para a América. Quanto dispendem os Estados Unidos com a sua primeira magistratura? 45 contos de réis apenas! E no entretanto, os Estados Unidos são hoje incontestavelmente a primeira nação do mundo, pela enorme área que ocupam, pelo rápido crescimento da sua grande população, pela sua riqueza e prosperidade, pelo incremento prodigioso das suas forças económicas, por todos os elementos de progresso, que determinam a supremacia de uma nacionalidade.

*O que é a república
A republica em theoria*

É também o principio da hereditariedade um insulto à dignidade humana, porque não há ninguém que se não revolte contra o immoral espetáculo de se curvarem servilmente deante de uma criança de mama ou de um analfabeto, homens carregados de serviços à nação e que pelos seus trabalhos são uma gloria não só do paiz, mas ainda da Europa inteira. Não é effectivamente risível ver prostar-se aos pés de um Frederico Guilherme qualquer um Hegel ou um Alexandre de Humboldt?!

Pois há apenas mezes a nossa vizinha Hespanha, onde alias abundam homens de talento e de saber, de nos um espectáculo bem mais repugnante ainda! Deante de uma bandeja de ouro, com um pedaço de carne informe, a que o servilismo official apelidou de Affonso XIII, curvaram-se humildemente homens encanecidos no estudo, militares que affrontaram os perigos de cem batalhas, escriptores laureados, cujo nome corre o mundo nas azas da fama!...

Que differença existe entre este ridículo acto de fetichismo monarchico, e o acto idêntico do negro, que nos sertões d' Africa se roja reverente diante do seu manipanso?!...

É por ultimo o principio da hereditariedade, perante os grandes interesses nacionais, um perigo permanente para a prosperidade e até para a independência do povo que o aceita, como norma reguladora dos seus destinos.

Com effeito, o principio da hereditariedade pode levar ao throno um devasso como Luiz XV e o nosso D. João V, ou um doido como o rei da Baviera recentemente fallecido em meio de mysteriosas circumstancias. Que será então do destino dos povos, quando elles se entreguem resignados a chefes desta ordem?!

Diz-se que a hereditariedade assegurando a estabilidade na transmissão do poder supremo, elimina todos os motivos de perturbação, a quem uma eleição daria necessariamente logar.

Pelo contrario! É o principio da hereditariedade o responsável por quasi todas as guerras dynasticas ou de successão, que inundaram a Europa de sangue e a alastraram de ruínas.

E, bem sabido, que se Napoleão III tão levanamente se lançou na guerra desastrosa de 1870, foi com o intuito de, por uma campanha feliz contra a Prússia, firmar na cabeça do filho a coroa imperial que a França ameaçava despedaçar. E que oceano de lagrimas não custou ao nobre povo francez esta criminosa tentativa de robustecer o principio de hereditariedade a favor dos Bonapartes?...

Assim pois, a ausência do principio de hereditariedade é a primeira característica que profundamente destingue a Republica da monarquia.

Por que forma é substituído nas republicas este principio, cujas funestas consequências nos paizes monarchicos nós acabamos de esboçar?

Pelo principio da eleição.

O principio da eleição é nas repúblicas a pedra angular do seu direito publico. Eleição applicada à primeira magistratura da nação, quer seja pelo povo, como no governo presidencial dos Estados Unidos, quer seja pelo congresso como na França parlamentar. Eleição applicada à organização das duas câmaras. Eleição por ultimo para muitos cargos, que nos paizes monarchicos são exclusivamente preenchidos por nomeação régia.

Ora, emquanto a nomeação régia significa, na grande maioria dos casos, favoritismo ou

patronato, a eleição significa da parte dos que elegend, isto é, do povo, da nação, o reconhecimento de uma superioridade que se vai pôr ao serviço da causa publica.

A nomeação pelo menos prende, por um sentimento de gratidão, a liberdade de acção do nomeado.

A eleição, pelo contrario, significa o escolhido, deixando-lhe a completa independência dos seus actos, já se vê dentro dos limites do mandato de que foi investido.

Diz-se que o vicio das eleições é grande, e por isso que pouco valor pode ter o seu *veredictum*.

É infelizmente verdade que os poderes tradicionaes e históricos, vendo-se obrigados a transigir com o poder electivo, têm por todos os modos procurado falseal-os. Sabe-se bem que são os paizes monarchicos, onde mais se viciam as eleições. Basta a este respeito citar a Hespanha, a Itália e o nosso paiz como as terras clássicas da corrupção eleitoral. Mas mesmo nestes paizes, um alargamento do suffrágio pode ser em parte correctivo ao mal, que se aponta. É mais fácil corromper poucos do que muitos. Foi o que aconteceu com a Inglaterra.

Emquanto esta nação teve o suffragio restricto, por influencia dos preconceitos aristocráticos, era ella o paiz que apontava sempre com o triste exemplo da applicação pratica do principio eletivo. Depois que, porém, pelas audazes reformas de Gladstone, milhões de votantes das classes populares foram engrossar o corpo eleitoral, as eleições assumiram um character de independência, que já hoje preocupa os conservadores.

Verdade é, que a França do segundo império teve um largo suffragio, e com elle coexistio a candidatura official. Mas ninguém ignora, que o principio da corrupção eleitoral foi ahí principalmente uma consequência do golpe de estado de 2 de dezembro, que momentaneamente paralysoou as forças politicas da nação. Passado esse primeiro momento de assombro, a democracia franceza começou a reagir, mandando à câmara um importante grupo de deputados republicanos e obrigando o próprio império nos seus últimos dias a liberalisar-se para evitar a catastrophe, que todos a começar pelo imperador, viam imminente.

Mas que exemplo de nobre hombridade não dá hoje o corpo eleitoral francez, que em vez de se deixar dominar pelos governos que se lhes impõe, em nome da soberania da nação, fazendo e desfazendo ministérios, creando e destruindo n'um momento e a um assomo da sua vontade as mais persistentes situações polliticas, como a do ultimo ministério Ferry?!

E que diremos das eleições da Suissa, onde n'alguns cantões o povo já chegou a tal estado de educação política a ponto de prescindir de representantes e legislar elle próprio directamente?!

Se nos Estado Unidos há casos de verdadeira corrupção eleitoral (o que nada prova contra o principio electivo, mas cabalmente se explica pelas circunstancias sociaes de um paiz, que todos os annos recebe no seu seio centenas de milhares de indivíduos, muitos delles o refugio da nossa Europa) o que é certo, é que nem uma única vez a eleição se tem estagnado a respeito do valor e do mérito dos eleitos. Sempre o suffragio dos eleitores recaiu em personalidades de primeira ordem.

Desde Washington, o primeiro presidente da União, até Cleveland, o ultimo, sempre na Casa Branca têm honrado a cadeira presidencial os cidadãos mais eminentes da grande republica. Que importa que um outro vicio tenha inquinado as eleições, se os resultados finaes são de tal modo favoráveis ao principio electivo e de tal maneira animadores para a prosperidade da nação?!

Independência ou morte

Terrível apophthegna do coração, que reventa no crysol de sofrimento.

Independência ou morte! É a syntese do desespero, que n'um jact de expressão eloquentissima, explica um direito, que agonisa nas guerras cruentas da tyrania opprimente e atroz.

Independência ou morte! É o retumbar de uma explosão brusca e fatal, com que os heroes d'esta nova terra de permissão há 64 annos, nos legaram, e à posteridade, um titulo de nobreza e de brio pátrios, n'estas memorandas palavras. É um legado precioso; porque ao repetil-as, ouvimos um grito de afoitamento, que nos vem d'alem tumulo, e que diz; porque ao vosso paes, os vossos martyres; não vos pedimos vingança ao sacrificio de nossas vidas; mas tendes é uma illusão. A verdade política como a religiosa procura-a no Evangelho de Christo. Unam Pater habemos Deum. S. João 8,41. É mister que os grandes na terra o sejam como grandes do ceo: apenas distinctos pelas suas virtudes e talento, que também é uma virtude.

Qui fecerit et docuerit hic magnus vocabitur in regno coelorum.

Quem desrespeita os direitos da natureza, quer tyranisando quer deixando-se tyranisar, é um reo de lesa divindade, pois que Deus é fonte, foco desses direitos: a natureza é o prisma atravez cujo, elles trasluzem e brilham, a nossos olhos. Portanto, salvae-os: Independência ou morte!

Mas o Brasil, subjulgado por uma política sôfrega e egoísta, apenas mudou de senhores. E esta subtilissima transição, o céu acusou-a num relâmpago de luz, com que acendrou os corações dos heróis da pátria: e o trovão d'esse relâmpago foi este brado do direito que diz: Independência ou morte. A cobardia gera a fraqueza, como a nobreza do espírito gera a virtude e o heroísmo. Se os primeiros opprimidos em sua liberdade afrontassem seus tyranos com está centença resoluta, de antes morrer que ceder, de preferirem perder a vida a tranzegirem com o erro em detrimento do direito agrilhado, não teríamos na historia o espetáculo degradante de tantas gerações que se tem succedido na escravidão e ainda vão passando. Foi nessa luz fugitiva, que o Brazil viu de relance o clarão do sol que em breve há de alumear, e cuja aurora ridente já se ennuncia por arebões de peregrina formosura, orlados de ouro e de púrpura.

No centro bem ammargo do circulo luminoso, já se devisa o anjo da paz, o enviado de belleza e de um nome indefinível. O povo não sabendo como charma-lhe, apanhou-lhe a significação na palavra mais genérica de nosso idioma=cousa. E porque essa cousa é bemfica ainda a cousa publica. Os latinos, em sua língua também assim diffiniram re-publica.

Os reis auferem a gloria a Deus, que só Elle é o Senhor, d'Elle só é que vem todo o poder *ego sum, ego sum Dominus*. Ezaí.43.11. Aos homens seus semelhantes, auferem o direito de igualdade. Compaixão para os prejuízos do povo que em seu fanatismo innocente ainda idolatra a realza ao ponto de lhe sacrificar a vida, "erimo-nos" dos índios que se atiram na sagrada pyra em sacrificio a seus ídolos. Elles o fazem em honra de Deus, que julgam verdadeiro, são mais coherentes do que o povo, que se arremessa no fogo das batalhas, e em honra de um homem, em deffeza da vingança de um capricho: porque a elle não compete saber pelo que vai morrer ou matar. El-rei manda, as machinas humanas teem

se mover até que enfiado o chicote, que as tange, as alimárias se voltem para traz e a dentada sobre seus donos, lhes brandem e os atterem dizendo-lhe agora Independência ou Morte!

Só a Deus queremos por Senhor e por Pae; porque queremos aquillo que é Unidos a elle em Jesus Christo um só seu filho, ao resto voltamos as costas, como a uma mentiram monstroza, que avassala a e ecypsa o mundo inteiro. Oprimidos pelo seu peso tyrano, que o nosso ultimo gemido seja este: Independência ou morte! Mas nunca, nunca deixaremos-nos achatar do colosso.

O dom de Deus ninguém no-lo pode roubar, ainda no último tranze da colisão, a liberdade figura. Não a temos para viver independente? Mas temo-la para escolher de duas uma. Independência ou morte!

[...] A cobardia gera a fraqueza, como a nobreza do espírito gera a virtude e o heroísmo. Se os primeiros oprimidos em sua liberdade afrontassem seus tiranos com esta centença resoluto, de antes de morrer que ceder, de preferirem perder a vida a transigirem com o erro em detrimento do direito agrilhado, não teríamos na história o espetáculo degradante de tantas gerações que se tem sucedido na escravidão e ainda vão passando. Foi nessa luz fugitiva, que o Brasil viu de relance o clarão do sol que em breve o há de alumiar, e cuja aurora ridente já se enuncia por arebões de peregrina formosura, orlados de ouro e de púrpura.

No centro bem no amargo do círculo luminoso, já se divisa o anjo da paz, o enviado de Deus, expurgado graças, a chispar esplendores e repleto de atrativos e encantos. É de uma beleza e de um nome indefinível. O povo não ainda sabendo como chamar-lhe, apanhou-lhe a significação na palavra mais genérica de nosso idioma = coisa. E porque essa coisa é bemfica como o sol, e como ele de todos desejada, extensiva a toda a humanidade; por isso chamou-se ainda coisa pública. Os latinos, em sua língua também assim a definiram re-pública.

[...] Aos homens seus semelhantes (a Deus), auferem o direito de igualdade. Compaixão para os prejuízos do povo que em seu fanatismo inocente, ainda idolatra a realeza ao ponto de lhe sacrificar a vida, erimo-nos dos índios que atiram na sagrada pira em sacrificio a seus ídolos. Eles o fazem em honra de Deus, que julgam verdadeiro, são mais coerentes do que o povo, que se arremessa no fogo das batalhas, em honra de um homem, em defesa da vingança de um capricho: porque a ele não compete saber pelo que vai morrer ou matar: El-Rei manda, as máquinas humanas têm de se mover até que esfiado o chicote, que as tange, as alimárias se voltem para trás e a dentada sobre seus donos, lhes bradem e os aterrem dizendo-lhes: agora Independência ou morte!

Só a Deus queremos por Senhor e por Pai; porque queremos aquillo que é. Unidos a Ele em Jesus Cristo um só seu filho, ao resto voltamos as costas, como uma mentira monstruosa, que avassala e eclipsa o mundo inteiro. Oprimidos pelo seu peso tyrano, que o nosso último gemido seja este: Independência ou morte! Mas nunca, nunca deixarmos-nos achatar do colosso.

O dom de Deus ninguém no-lo pode rouba, ainda no último tranze da colisão, a liberdade figura. Não a temos para viver independentes? Mas temol-a para escolher de duas uma.

Independência ou morte!!

O Independente

Começa a raiar o sol da vida em nossa terra. A idéia republicana vai-se solidificando. Só uma revolução profunda em nosso sistema de governo poderá salvar-nos.

O povo já nem pode ganhar para comer; porque os impostos absorvem tudo. A quarta parte, se tanto, dos homens neste país sua e trabalha para as outras três partes, que restam na vadiação, na orgia, na riqueza e na opulência. Num país como o Brasil, talvez o solo mais rico do mundo, morre gente de miséria e na falta dos principais recursos á vida.

O sistema político que nos rege, atrofia o povo, empobrece-o para tirar-lhe a força moral. Um homem sem sangue que há de fazer?

Ainda agora a nossa Assembléia Provincial teceu mais uma rede para o exército do funcionalismo público pescar, ainda, a última gota de sangue ao pobre lavrador: é um imposto vexatório sobre o comércio.

Daí seus legisladores, daí para baixo, dai bancada no bicho que ele ainda bole, o povo tem fôlego de gato e não morre assim. Mas quereis ver-lhe as unhas. Lêde o que segue.

Organisação do Partido Republicano no Brazil.

A Assembléia Constituinte do partido republicano no Município Neutro acaba de aprovar o projecto que abaixo reproduzimos e que será sujeito á apreciação do partido nas Províncias.

- De tal arte a mesma Assembléia promove a união dos corregilionários no Império.

Eis o Projecto sobre a organização do partido republicano no Brazil.

A assembléia Constituinte republicana resolve:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do partido republicano do Município Neutro auctorizado a submeter com brevidade a aprovação dos republicanos organizados em clubs ou grêmios nas diversas províncias projecto da reunião de um congresso composto de delegados eleitos ou posto de delegados eleitos ou nomeados pelos mesmos clubs ou grêmios.

Art. 2º A Assembléia reunida por essa convocação terá (se assim resolverem os mesmos delegados) o carácter de Assembléia Geral Constituinte do Partido Republicano Brasileiro.

Art.3º - No referido projecto para a convocação dos delegados, será adoptado a idéia de dous delegados por cada província e dous pelo Município Neutro.

Art. 4º A convocação dos delegados será feita com antecedentes necessária afim de que a eleição ou nomeação dos mesmos delegados se effectue até Março do anno próximo futuro, e a reunião da Assembléia possa ter lugar ate junho do mesmo anno.

Art. 5º Ainda quando a maioria das circumscripções consultadas deixe de attender ao convite que lhe será dirigido, a reunião do congresso será effectuada com os delegados eleitos ou nomeados pelas puras circumscripções, deliberando estes sobre o que mais convenha aos interesses geraes do partido.

Art.º 6. Do resultado da consulta feita aos correligionários das províncias dará o Poder Executivo conhecimento á Assembléia deliberante do partido no Município Neutro.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)